

ALFA
Revista de Lingüística



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Arthur Roquete de Macedo

Diretor-Presidente

Amilton Ferreira

Diretora de Fomento à Pesquisa

Hermione Elly Melara de Campos Bicudo

Diretor de Publicações

José Castilho Marques Neto

EDITORIA UNESP

Diretor

José Castilho Marques Neto

Conselho Editorial Acadêmico

Aguinaldo José Gonçalves

Anna Maria Martinez Corrêa

Antonio Carlos Massabni

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio Manoel dos Santos Silva

Carlos Erivany Fantinati

Fausto Foresti

José Ribeiro Júnior

Roberto Kraenkel

Editores Assistentes

José Aluysio Reis de Andrade

Maria Apparecida F. M. Bussolotti

Tulio Y. Kawata

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v. 38	p. 1-228	1994
------	-----------	-------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Linguística
Av. Rio Branco, 1210, Campos Elíseos
01206-904 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (011)223-7088

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Rafael Eugênio Hoyos-Andrade
Maria do Rosário F. V. Gregolin
Jeane Marli Sant'Ana Spera
Erotilde Goreti Pezatti
Lourenço Chacom Jurado Filho
Odette Gertrudes L. A. de S. Campos

Editor Responsável

Rafael Eugênio Hoyos-Andrade

Assessora Técnica

Vânia Aparecida Marques Favato

Revisão dos Abstracts

Sérgio Augusto Zanotto, FCL de Assis – UNESP

Publicação Anual/*Annual publication*
Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA: Revista de Lingüística (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP)
São Paulo, SP, Brasil, 1962-1977; 1980-

Suplemento em: 1984, 28
1962-1977, 1-23
publicação interrompida, 1978-1979
1980-1989, 24-33
1990-1993, 34-37
1994, 38

ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Lingüística são indexados por:
The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Índice de Revista; Sección de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

O número 38 da revista Alfa tem como tema central “O funcionalismo em Lingüística”. Justifica-se amplamente esta escolha, pois é um fato que uma visão funcionalista, ou melhor, que visões funcionalistas da linguagem estão hoje no primeiro plano das preocupações e ocupações de lingüistas de diferentes escolas e tendências. Podemos até afirmar que o funcionalismo nunca esteve tão em voga como está agora nos meios lingüísticos contemporâneos.

Os professores e pesquisadores das universidades estaduais de São Paulo não constituem uma exceção a esse movimento, e a prova disso está nos trabalhos que oferecemos aqui aos nossos leitores. É óbvio que não se trata de um movimento uniforme, pois não é uniforme o funcionalismo que hoje testemunhamos em um e outro lado do Atlântico.

Ao lado do “funcionalismo clássico”, centrado no papel da linguagem “na comunicação da experiência humana” e ensinado há mais de meio século por André Martinet – que nos honra colaborando expressamente para este número de nossa revista –, apresentamos manifestações de funcionalismos pós-gerativistas como os resenhados por Camacho, ou seja, os dos que defendem o paradigma funcional como alternativa relevante para dar ao contexto social o seu devido papel na interação lingüística, ou para explicar melhor a relação entre ordem de palavras e transitividade, no português oral (Pezatti), ou para avaliar, também em termos de transitividade, a oposição perfeito – imperfeito do sistema verbal português (Campos e Galembeck).

Constitui, parcialmente, uma resenha de certas tendências atuais da Gramática Funcional o trabalho de Castilho, mas constitui, sobretudo, uma aplicação do funcionalismo – entendido como ênfase na atividade social da língua – aos usos predicativos de advérbios e adjetivos no português culto falado no Brasil.

O texto de Hoyos-Andrade procura encontrar semelhanças entre o modelo funcionalista de Martinet e a sintaxe estrutural de Tesnière, tão prestigiada hoje pelos lingüistas, especialmente alemães, que trabalham com a Teoria das Valências.

Moura Neves, após abordar as noções de funcionalismo e de funções lingüísticas e após contrapor os modelos formalista e funcionalista, apresenta uma síntese das propostas “moderadas” de dois grandes lingüistas da atualidade, Michael A. K. Halliday e Simon Dik.

Baseado no esquema das funções da linguagem segundo Jakobson, o trabalho de Corrêa aborda problemas lingüísticos que afetam os processos de produção e leitura de textos, especificamente o que ele chama de referencialização, pela qual o jornalista, por exemplo, desconsidera o deslizamento, ou flutuação, entre referente, remetente e destinatário.

Embora o artigo de Cabello não se confesse expressamente "funcionalista", liga-se ao tema, na medida em que aborda o problema da "funcionalidade comunicativa" do texto radiofônico.

Os trabalhos de Ignácio e de Longo et al. são descrições de natureza sintático-semântica de processos derivativos frasais e de processos de relativização, respectivamente; os dois referem-se ao português culto e, embora de cunho formalista e de orientação basicamente gerativista, não deixam de apresentar uma preocupação funcional ao trabalharem com funções sintáticas.

O artigo de Isquierdo estuda a forma como o léxico reflete o sistema de vida de um grupo sócio-lingüístico-cultural (o dos seringueiros): ao estudar as relações entre língua e contexto social, insere-se, de certa forma, no quadro das pesquisas pragmáticas, hoje encaradas por muitos como functionalistas.

Outro trabalho centrado no léxico é o relativo à inferência lexical como método para a compreensão de textos em inglês (Souza): sem forçar os dados, podemos dizer que ela estuda a funcionalidade dos conhecimentos prévios e das pistas contextuais na decifração de textos escritos em língua estrangeira.

Na mesma linha da lingüística aplicada, o trabalho de Schmitz refere-se às estratégias utilizadas no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, o que também evoca a funcionalidade desses recursos com relação aos fins pretendidos.

A Comissão Editorial da Revista Alfa espera que as colaborações aqui apresentadas constituam uma contribuição válida às reflexões que hoje se desenvolvem, por toda a parte, sobre o funcionalismo em Lingüística.

Rafael Eugenio Hoyos-Andrade
Editor Responsável

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

TEMA CENTRAL: O FUNCIONALISMO EM LINGÜÍSTICA

■ Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? What is functional linguistics? <i>André Martinet</i>	11
■ O papel do contexto social na teoria lingüística The role of social context in linguistic theory <i>Roberto Gomes Camacho</i>	19
■ Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado A functional approach to word order in spoken Portuguese <i>Erotilde Goreti Pezatti</i>	37
■ Tempos verbais: uma abordagem funcionalista Verbal tenses: a functionalist approach <i>Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos,</i> <i>Paulo de Tarso Galembeck</i>	57
■ Um ponto de vista funcional sobre a predicação A functional viewpoint on predication <i>Ataliba Teixeira de Castilho</i>	75
■ Dois funcionalistas franceses em confronto Two French functionalists in contrast <i>Rafael Eugenio Hoyos-Andrade</i>	97
■ Uma visão geral da gramática funcional A general view of functional grammar <i>Maria Helena de Moura Neves</i>	109

■ Questões de linguagem: notas sobre jornalismo, história e lingüística Aspects of language: some notes on journalism, history and linguistics <i>Manoel Luiz Gonçalves Corrêa</i>	129
TEMA LIVRE	
■ Organização do texto radiofônico: coesão e coerência The organization of the radio text: cohesion and coherence <i>Ana Rosa Gomes Cabello</i>	145
■ O processo da derivação frasal nas frases dinâmicas do português escrito contemporâneo do Brasil The process of sentential derivation: a syntactic-semantic study about dinamic sentences of the contemporary written Portuguese of Brazil <i>Sebastião Expedito Ignácio</i>	155
■ A relativização no português culto Relativization in standard Portuguese <i>Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Luciana Roberta F. de Souza, Rosane Conceição Michelin</i>	165
■ O léxico do “soldado da borracha”: uma deriva de valores The lexis of the “rubber soldier”: a drift of values <i>Aparecida Negri Isquierdo</i>	181
■ A inferência lexical no texto técnico em inglês Lexical inference in technical texts in English <i>Maria Helena Guimarães Marques de Souza</i>	191
■ O termo estratégia: um conceito útil para a lingüística aplicada? The term <i>strategy</i> : a useful concept for applied linguistics? <i>John Robert Schmitz</i>	211
ÍNDICE DE ASSUNTOS	219
INDEX OF SUBJECTS	221
ÍNDICE DE AUTORES/INDEX OF AUTHORS	223

**TEMA CENTRAL:
O FUNCIONALISMO EM LINGÜÍSTICA**

QU'EST-CE QUE LA LINGUISTIQUE FONCTIONNELLE?¹

André MARTINET²

- RÉSUMÉ: Dans cet article, André Martinet précise la valeur que le mot "fonction" a pour les membres de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle, insistant sur le sens fondamental de "rôle que joue la langue dans la communication de l'expérience humaine"; explique l'appartenance de la linguistique aux sciences des cultures, ce que permet dépasser le recours à l'introspection et déterminer, comme pertinence de cette science, celle de la communication; fournit sa définition d'une langue (pas de *la* langue) comme "instrument de communication doublement articulé", tout en considérant que cette notion doit fonctionner comme une stipulation afin de pouvoir identifier ce qu'est une langue et ce qui la distingue des autres langues; alerte sur la tentation d'inclure dans cette définition des éléments non nécessairement constitutifs. Cette vision fonctionnaliste, en n'excluant aucun des conditionnements de l'opération langagière, mène les fonctionnalistes à ne pas invoquer des nouvelles disciplines telles que l'énonciation, la pragmatique et même la sociolinguistique.³
- MOTS-CLÉS: Fonction linguistique; sciences des cultures; pertinence de la communication; définition d'une langue; énonciation; pragmatique; sociolinguistique.

Il n'est pas rare qu'une approche théorique de la linguistique se découvre tout à coup "fonctionnelle" sans qu'on précise, en général, de quelle fonctionnalité il est question. Le terme de fonction, donc dérive *fonctionnel*, présente une telle variété d'emplois qu'il y a des chances pour qu'on ne distingue pas, à première vue, de quelle fonction il s'agit.

En l'absence de toute redéfinition, on pourrait croire qu'il s'agit de la valeur la plus banale, celle de *rôle ou d'utilité d'un objet ou d'un comportement*. Précisons immédiatement que c'est bien là l'acception que retiennent les membres de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle, en abrégé la SILF, et, en anglais, the International Society for Functional Linguistics.

1. Artigo especialmente elaborado por seu autor para este número da Revista Alfa.

2. École Pratique de Hautes Études, Paris.

3. Resumo redigido pelo editor responsável da Revista Alfa.

Mais la tradition grammaticale retient, pour "fonction", une autre valeur: celle de "rôle du mot dans une proposition", celle qui s'ajoute au sens du mot lorsqu'il apparaît dans un contexte. Un mot aurait donc une nature, permanente, et une fonction qui va dépendre de sa place dans le discours. Il ne s'agit pas, en l'occurrence, des variantes sémantiques qui ressortissent à la polysémie: *table* n'a pas une autre "fonction" dans *table de multiplication* et dans *table de salle à manger*, mais une autre valeur. Il s'agit ici de son rôle grammatical, c'est-à-dire du type de relation qu'il entretient avec son contexte: *table* comme sujet dans la *table branle* ou comme objet dans *il remue la table*.

Devons-nous, dans la pratique de notre science, retenir ce dernier emploi? Il est paru, au départ, qu'on ne pouvait faire autrement, et que les contextes permettraient toujours de distinguer entre fonction (ou fonctions) du langage et fonctions grammaticales des unités significatives. Cette dualité nous a souvent été reprochée, ainsi que l'emploi du substantif *fonctionnel* pour désigner les unités qui marquent certaines fonctions grammaticales comme, par exemple, avec pour marquer la concomitance, ou la désinence du datif en latin pour marquer l'attribution. Il est vrai que lorsqu'on constate que ces prétdendus fonctionnels sont formellement caractérisés par le fait qu'ils réclament, pour apparaître, la présence de deux unités significatives qu'ils relient (*venir avec lui*) et que leur statut devient automatiquement adverbial dès qu'un de ces deux accompagnateurs disparaît (*faire avec*), on est amené à préférer, pour les désigner, le terme de *connecteur* beaucoup plus spécifique. La linguistique fonctionnelle proprement dite ne peut que gagner à écarter l'expression de "fonction grammaticale" là où il s'agit d'une connexion.

Infiniment plus dangereuse est l'utilisation, en linguistique, de la valeur mathématique du terme "fonction". Selon un dictionnaire classique,⁴ il s'agit "d'une grandeur dépendant d'une ou de plusieurs variables". Selon son concurrent,⁵ la fonction est "la relation qui existe entre deux quantités, telle que toute variation de la première entraîne une variation correspondante de la seconde". Ce qui rattache cette acceptation à celle des grammairiens sont évidemment les notions de dépendance et de variation, en rapport avec une co-présence. On sait que Louis Hjelmslev qualifiait comme une linguistique fonctionnelle sa glossématique où l'identité des unités dégagées se caractérisait du fait de leurs combinabilités, et non de leur substance phonique ou sémantique. Or, de façon réitérée, à la demande du signataire de ces lignes, il s'est réclamé de la tradition grammaticale et s'est refusé à y voir un décalque des usages mathématiques. C'est un fait que lorsque les premiers phonologues ont caractérisé leur science comme "fonctionnelle et structurale", ils pouvaient inciter leurs successeurs à suivre la voie adoptée par Hjelmslev, celui-là même qui a toujours insisté sur ce en quoi sa doctrine s'opposait à la leur. L'échec des quelques glossématiciens à présenter une description cohérente et acceptable d'une langue en

4. *Petit Larousse*, Paris, 1972.

5. *Petit Robert*, Paris, 1967.

faisant totalement abstraction des "substances de l'expression et du contenu" ne peut que nous confirmer dans notre assurance que "fonctionnel" n'a, pour les linguistes, de sens qu'en référence au rôle que joue la langue, pour les hommes, dans la communication de leur expérience des uns aux autres.

* * *

Si nous désirons assurer un caractère scientifique à l'étude de notre objet, le langage humain, il convient, dès l'abord, de renoncer à toute déclaration de type philosophique qui, qu'on le veuille ou non, va impliquer la subjectivité du chercheur. Il nous faut partir de l'observation de la communication au moyen du langage et, bien entendu, dans sa forme première parlée. Nous devons beaucoup à Ferdinand de Saussure, mais il nous faut résolument le dépasser partout où il restait esclave de la vision traditionnelle selon laquelle le comportement humain échappe, pour une large part, aux lois de la nature et que son étude va nécessairement avoir recours à l'introspection. C'est dans cet axe qu'on nous incite à distinguer entre les sciences de la nature qui procèdent par l'observation de faits directement observables comme distincts de l'observateur, et les sciences humaines qui impliqueraient l'observation de l'observateur par lui-même, c'est-à-dire, en fait, l'introspection.

Pour rétablir l'unité de la science au delà de la variété des sujets d'étude, il convient d'y opposer, d'une part, les *sciences de la nature*, où l'observation porte sur ce que nous percevons comme les constantes de l'univers qui nous entoure; d'autre part, les *sciences des cultures* qui font intervenir l'observation des faits qui varient dans le temps et dans l'espace parce qu'ils portent sur le comportement de tout être animé dès qu'il évolue dans un milieu particulier qui le conditionne au-delà de sa naissance.

De part et d'autre, nous pouvons, par l'observation, établir des lois, que ce soit, par exemple, celles de la chimie, valables partout et dans toutes circonstances, et des lois, aussi régulières, qui valent avec même rigueur, mais pour un temps et une époque déterminés, c'est-à-dire dans le cadre d'un milieu culturel particulier. Telles sont, par exemple, ce qu'on désigne comme les lois phonétiques: à un temps particulier de l'évolution d'un groupe particulier de langues indo-européennes, celui qu'on désigne comme le germanique, tous les /p-/ passent à /f-/. Le conditionnement y a la même rigueur que dans une science de la nature. Mais la différence est que dans une autre branche de la même famille, disons la branche italique, /p-/ ne bougera pas et que, dans un mot acquis plus tard, comme celui qui désigne la charrue, le /p/ demeure, comme l'atteste sa présence dans les mots anglais *plough* ou *place*.

Que l'observation des faits culturels soit souvent plus difficile que celle des faits naturels ne change rien à l'affaire. Tous doivent être examinés sans admettre d'entorse à la causalité, en se permettant, simplement, de part et d'autre, des hypothèses dont on peut s'attendre à ce qu'elles soient, un jour, vérifiées par les progrès de la recherche. Que l'introspection et ce qu'on nomme l'intuition puissent intervenir à certains stades,

aussi bien dans les sciences de la nature que pour celles des cultures, n'empêche pas qu'elles ne soient acceptées que sous bénéfice d'inventaire.

* * *

Saussure a bien décrit le circuit de la parole, mais pour finalement n'y mettre en valeur que les parties non directement accessibles de ce circuit qu'il attribue à "la langue", avec l'article défini, comme si elle devait s'identifier à une réalité fondamentalement identique dans toutes les cultures où se pratique le langage, en face de l'infine variété de ce qui est désigné, dédaigneusement, comme "la parole". La porte est ainsi ouverte à toutes les élucubrations de type innéiste, comme, par exemple, ce qu'on a désigné comme "la structure profonde".

Dans un esprit proprement scientifique, ce qu'il nous faut rechercher est ce en quoi la langue de chaque communauté diffère de toutes les autres, et ceci, c'est par l'observation de tous les traits directement accessibles du circuit de la parole que nous devons l'atteindre. En face de l'infine variété des énoncés observables, tout comme devant l'infinité des traits observables dans les faits naturels, il nous faut un principe qui nous guide dans le choix des traits que nous devons retenir à chaque stade de notre observation. Ce choix est celui de la pertinence (all. *Relevanz*, angl. *relevance*). Ce principe, qu'il soit ou non explicité, guide l'établissement de toutes les sciences, qu'elles soient de la nature ou des cultures. En linguistique, nous devons nous mettre d'accord sur le choix de la pertinence qui nous permettra de délimiter ce que doit, en priorité, retenir l'observation parmi les manifestations du langage humain.

Une fois mise en congé l'introspection, la pertinence qui s'impose dès l'abord est celle de la communication. Que le langage joue un rôle fondamental dans la façon dont tout homme perçoit le monde qui l'entoure ne peut faire de doute. Mais la façon dont ce monde est perçu dépend directement des processus selon lesquels l'homme va communiquer son expérience à son prochain. C'est à ce moment-là qu'il devra se mettre d'accord avec autrui sur la façon dont est analysée cette expérience. L'expérience, c'est tout ce qu'il ressent, ce qu'il perçoit, ce qu'il comprend à tout instant de sa vie. C'est sur le modèle du comportement de ses aînés que l'enfant va faire correspondre une certaine production phonique à un aspect particulier de son expérience. Au cours de l'apprentissage de ces correspondances entre une forme vocale particulière et un certain trait d'expérience, il pourra se produire des divergences plus ou moins subtiles d'un individu ou d'une génération à une autre. Mais, aussi longtemps que se maintiendront les échanges, les divergences tendront nécessairement à s'atténuer et la cohésion linguistique à se maintenir.

Toute langue s'impose donc, aussi bien dans son fonctionnement que dans son évolution, comme un instrument de communication de l'expérience. Pour la décrire de façon adéquate, il conviendra de mettre en valeur, à chaque temps et sur chaque plan, ce qui contribue, *hic et nunc*, à la communication de l'expérience. C'est donc la pertinence communicative qui doit constamment guider le linguiste. L'outil

d'analyse qu'il a, pour cela, à sa disposition est l'opération dite de la commutation, c'est-à-dire le rapprochement de différents segments d'énoncé pour cerner, dans un premier temps, les unités significatives minima, les *monèmes*; dans un second temps les unités distinctives, les *phonèmes*.

Tout ceci est résumé dans la définition que nous adoptons pour *une langue* (*nota bene* non plus *la langue*). C'est, en fait, ce qu'on peut désigner comme une stipulation, comme un accord que nous établissons avec ceux qui nous suivent. La voici: une langue est un instrument de communication de l'expérience humaine selon laquelle cette expérience s'analyse, différemment dans chaque communauté, en une succession de *monèmes*, éléments significatifs minimum, doués d'un sens et d'une forme *vocale*. Cette dernière est à son tour analysable en unités distinctives successives, les *phonèmes*. Voici donc ce qui est nécessaire et suffisant pour caractériser une langue.

Ceci n'exclut pas la possibilité d'autres traits particuliers à telle ou telle langue qui devront être mis en valeur dans la description de chacune d'entre elles. Mais ils ne sauraient figurer dans notre définition d'une langue, puisqu'ils sont possibles, mais non nécessairement constitutifs. Il n'est pas rare que la successivité des monèmes dans les énoncés langagiers soit affectée par des amalgames: en français, la succession à *l'* de *à l'hôpital* va se réduire à *au* dans *au moulin*; les monèmes distincts, correspondant en anglais à *cousin* et *gnat* ne sont pas distingués formellement en français dans la forme *cousin*; dans bien des langues, des successions identiques de phonèmes, disons */a n d e n/* en suédois, seront distingués par des tons différents affectant l'ensemble de l'émission vocale. Mais il s'agit là de traits particuliers qui caractérisent une langue particulière sans affecter son appartenance au groupe d'objets que nous caractérisons comme des langues. Au contraire, dans tout ce que nous convenons d'appeler une langue, nous trouverons des successions de *monèmes* et de *phonèmes*.

En résumé, l'identification d'une langue comme telle correspond à sa conformité avec ce que nous avons stipulé. Sa description fera ressortir, outre son identité comme telle, tout ce qui la distingue des autres langues qui se conforment à la stipulation, et devra y ajouter quelques-uns des traits particuliers que nous venons d'énumérer.

Tout cela implique que nous ne devons postuler comme universel que ce qui figure dans notre stipulation ou qui en découle. La mention qui s'y trouve du caractère vocal implique notamment la successivité des éléments du discours, un trait qu'il ne s'agit nullement d'escamoter, comme sont tentés de le faire ceux qui voudraient que l'analyse de l'expérience se fasse de façon identique chez tous les êtres humains. Cette même mention du caractère vocal dans notre définition implique que tout énoncé s'accompagne d'une mélodie, puisque la voix, impliquée par le terme "vocal" entraîne l'existence d'une courbe mélodique qu'on va, selon les langues, mettre à profit pour marquer les contrastes entre les unités significatives de l'énoncé par l'accent, utiliser pour compléter l'arsenal des unités distinctives au moyen des tons, ou simplement, là où il n'existe proprement ni accent ni tons, pour marquer directement la participation de celui qui parle au contenu de son message au moyen

de l'intonation, ce qui reste de la courbe mélodique lorsqu'ont été satisfaits les besoins spécifiques, contrastifs ou oppositionnels.

Si l'examen des langues les plus diverses nous révèle que certains traits qui ne sont pas explicités dans notre définition ou impliqués par elle se révèlent d'une grande fréquence, il pourra être bon de le signaler, de dégager les conditions de la communication de l'expérience qui en favorisent l'expansion, mais sans se laisser tenter de modifier notre stipulation initiale qui ne le prévoyait pas. Telle serait l'inclusion de l'opposition verbo-nominale qui pourrait, si l'on ne prenait les précautions désirables, inciter à la poser là où les faits réellement observés ne la justifieraient pas.

Plus tentante encore serait l'affirmation que tout énoncé s'ordonne nécessairement autour d'un noyau prédicatif auquel se rattache, de proche en proche, tout ce qui constitue le noyau en question. Si ce noyau prédicatif est automatiquement identifié comme tel, s'il est, par exemple, ce qu'on désigne comme un verbe, il représente une économie puisqu'il n'est pas nécessaire de le présenter comme le noyau prédicatif. Si je dis *le fermier tue le canard*, *tue* est perçu comme l'action sans qu'on ait besoin de l'expliciter; *fermier* et *canard* ne seront identifiés comme leur contribution à la communication que du fait de leur position vis-à-vis du noyau prédicatif. Ceci représente une économie par rapport à une langue comme le latin où il faudrait prévoir, dans ce cas, deux connecteurs désignés comme des cas. Mais rien ne nous empêche de concevoir l'existence d'un énoncé où les marques "casuelles", c'est-à-dire l'indication de leurs rapports avec le reste de l'énoncé, s'étendraient également aux trois membres de cet énoncé: *fermier* étant explicitement marqué comme l'agent, *canard* explicitement marqué comme patient et *tue* explicitement marqué comme l'action. Le maximum d'économie que nous restituons dans [le] *fermier tue [le] canard* est, nous le savons, loin de s'imposer partout. Comment nous prononcer, au nom de l'économie, sur le /z/ de l'équivalent anglais, *the farmer kills the duck?*

En conclusion, ne nous hâtons pas, sur la base d'une connaissance nécessairement lacunaire des langues passées, présentes et à venir, d'exclure des procédés communicatifs qui ne contredisent en rien la définition hospitalière que nous avons donnée d'une langue.

Notre vision fonctionnelle des faits langagiers, guidée par l'opération commutative, nous permet d'établir, entre les faits observés, une hiérarchie qui, finalement, n'exclut aucun des conditionnements de l'opération langagière, qu'il s'agisse de la réaction de chacun des individus impliqués dans le processus communicatif, du fait de ses expériences du monde, y compris la langue qui est en cause, ou des conditions dans lesquelles se fait l'échange. Il est donc inutile d'invoquer quelque nouvelle discipline, qu'on l'intitule "énonciation" ou "pragmatique".

Ce qu'il convient de ne pas oublier, c'est que la connaissance que l'individu parlant a du monde ne se limite pas à ce qu'il peut expliciter au moyen de la langue. Il a su identifier bien des objets qui l'entouraient avant de leur attribuer un nom, et il

est clair que son processus mental n'est pas constamment conditionné par sa connaissance d'un vocabulaire. La linguistique ne saurait se confondre avec le cognitivisme. Elle a tout à gagner à distinguer les deux domaines, c'est-à-dire à prendre conscience de ce qui les rapproche et les sépare.

* * *

La tendance contemporaine à parler de "sciences du langage" plutôt que de "linguistique", au singulier, résulte, non seulement du désir de beaucoup de chercheurs de mettre en valeur le produit de leur recherche, mais surtout de la conviction que le premier devoir du "structuraliste" consisterait à dégager, par la spéculation, le modèle le plus séduisant, le plus original. Certains ne se sont pas réellement souciés de confronter leur modèle *a priori* aux langues particulières. Il était tellement plus simple d'ignorer la multitude et la complexité des faits observables. Là où on s'y est risqué, il est vite apparu que, pour faire coïncider le modèle et la réalité des faits, il fallait reposer le problème dans d'autres termes que ceux des fantaisies structuralistes. Comment s'est-il fait que des chercheurs qui, de façon plus ou moins nette, se recommandaient de Saussure, aient pu élaborer ces "structurations" linguistiques, sans se rappeler sans cesse que le langage était un fait de société, de telle façon qu'il a fallu, ensuite, avoir recours à une sociolinguistique pour s'y retrouver?

* * *

Là où on est resté fidèle à la lettre du message saussurien – l'opposition de la synchronie à la diachronie – on a naturellement confondu synchronie et statisme. On est resté aveugle au fait que tout état de langue était, en fait, perpétuellement en cours d'évolution, qu'aucune langue ne pouvait fonctionner sans constamment s'adapter aux besoins de ses usagers, qu'on ne saisira rien de la structure du langage si l'on oublie que l'enfant comprend sa grand-mère sans que son usage linguistique s'identifie avec le sien. C'est dire qu'une description synchronique implique qu'on marque, à chaque point, les latitudes de variation qui n'empêchent pas la communication de s'établir et que le fonctionnement synchronique ne peut être relevé et décrit que si l'on contraste les variations existant entre les générations ou les classes sociales en présence. Nul besoin donc d'isoler une sociolinguistique qui mettrait à part les faits d'évolution ressortissant à la structuration économico-culturelle de la société; simplement observer les faits sans autre *a priori* que l'utilisation du langage pour communiquer son expérience.⁶

6. Pour une bibliographie complète des ouvrages d'André Martinet relatifs à la linguistique fonctionnelle, cf. *Mémoires d'un linguiste*. Paris: Quai Voltaire, 1993. p. 367-373, en particulier L7, L9, L11, L17, L19, L21, L24.

MARTINET, A. What is functional linguistics? *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 11-18, 1994.

- **ABSTRACT:** *In this paper, André Martinet defines the meaning given to the word "function" by the members of the International Society for Functional Linguistics, emphasizing the fundamental sense of the "role played by language in the communication of human experience". He explains that the inclusion of linguistics among the culture sciences enables linguists to overcome the temptation of appealing to introspection and also enables them to determine that communicative relevance should be the relevance proper to the science of linguistics. He offers then his own definition of a language (not of the language) as "an instrument of communication twofold articulated", implying that this definition must work as a stipulation, in order to be able to identify what a language is and what distinguishes it from other languages. He alerts us about the dangers of including, in the definition of a language, elements not necessarily constitutive. This functionalist view, which does not exclude any of the factors conditioning the process of linguistic communication, avoids the resort to new disciplines such as "enunciation", pragmatics, and even sociolinguistics. [Abstract prepared by the Editor].*
- **KEYWORDS:** *Linguistic function; culture sciences; communicative relevance; definition of a language; "enunciation"; pragmatics; sociolinguistics.*

O PAPEL DO CONTEXTO SOCIAL NA TEORIA LINGÜÍSTICA¹

Roberto Gomes CAMACHO²

- RESUMO: Discute-se neste trabalho a questão dos limites do objeto de estudo da lingüística e da identificação de sua natureza. Mediante um esboço da evolução de sua história recente, observa-se que a interação verbal no contexto social tem sido relegada a um plano secundário. Conclui-se que o paradigma funcional representa uma das alternativas relevantes para superar esse problema metodológico.
- PALAVRAS-CHAVE: Teoria lingüística; paradigma formal; paradigma funcional; contexto social; sistema lingüístico; discurso.

1. O objeto é uma questão de ponto de vista

Um dos princípios que têm caracterizado a lingüística contemporânea como uma disciplina científica consiste na necessidade de estabelecer uma seleção dos elementos da realidade a descrever. O argumento mais comumente empregado para assegurar a aplicação desse verdadeiro postulado é um paradoxo entre a descrição e seu objeto. Com efeito, toda descrição, através da qual a ciência apreende e explica seu objeto, é necessariamente finita, ao passo que os fenômenos a se descrever apresentam-se infinitamente complexos e variáveis.

Essa característica parece exacerbar-se quando se trata de descrever e explicar os fenômenos da linguagem verbal. Tanto é que acaba tornando-se tema de discussão a possibilidade de delimitar um objeto específico para seu estudo. A dificuldade de contornar esse problema já era reconhecida por Saussure, quando afirmava que "outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo nada de semelhante ocorre ...

1. Este artigo é uma versão reformulada do texto apresentado como conferência de abertura no 1º Encontro de Estudos Lingüísticos de Assis, em 1993.

2. Bolsista do CNPq (Processo nº 301185/91-1) – Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, ... é o ponto de vista que cria o objeto" (Saussure, 1977, p. 15).

Assim, embora a linguagem possa ser validamente descrita pelo físico, pelo fisiologista, pelo psicólogo, pelo sociólogo e por investigadores de outras áreas de estudo, a determinação de um ponto de vista que preceda a delimitação do objeto permite isolar uma abordagem propriamente lingüística e distingui-la das demais disciplinas científicas, tornando a teoria da linguagem uma ciência autônoma. A criação de um artefato teórico, a língua oposta à fala, é o resultado mais visível desse recorte metodológico.

Ao buscar um objeto de estudos bem delimitado e definido, Saussure o idealiza ao mesmo tempo que o cria. A língua saussuriana é, em última análise, uma essência que representa exatamente a subordinação do objeto a uma determinada perspectiva metodológica. Ao distinguir a língua da fala, Saussure separa o que é geral e social do que é particular e exclusivamente individual. Essa nítida idealização, que se completa na noção de sistema de relações, cria um objeto científico. Separando, além disso, o essencial, próprio da língua, do que é acessório e accidental, próprio da fala, os chamados aspectos externos, Saussure cria um objeto de estudos de natureza estritamente lingüística.

A posição de Chomsky, que, em vários aspectos, revolucionou a teoria da linguagem, pouco difere da concepção saussuriana no que se refere à delimitação do objeto, ainda que a sua natureza já não seja a mesma. O ponto de vista que se projeta sobre um fenômeno empírico complexo, como é a linguagem, é muito semelhante ao recorte saussuriano. A teoria lingüística tem agora como objeto

um falante ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogênea, que conhece perfeitamente a sua língua e que, ao aplicar o seu conhecimento no uso efetivo, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais e característicos). (Chomsky, 1975, p. 83)

Chomsky concorda explicitamente com Saussure, ao afirmar que a idealização do objeto coincide com a "posição dos fundadores da moderna lingüística geral, e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para a modificar" (idem, *ibid.*).

A lingüística moderna defronta-se, ainda hoje, com o excesso de "linguagem", que obstinadamente transborda dos limites da "língua", isto é, com fenômenos lingüísticos difíceis de descartar e de remeter a outras áreas, cuja abordagem, porém, põe em perigo a própria possibilidade de fornecer um objeto válido à investigação lingüística. Essa constatação de Maingueneau (1990), sobre a qual se debruça, nos últimos decênios, a teoria da linguagem, é o tópico principal deste trabalho.

2. Uma crise de identidade?

Os dois marcos aqui lembrados da história recente da lingüística representam práticas científicas que arregimentaram muitos adeptos. No que toca ao estruturalismo, quase que unanimemente, os profissionais da área aderiram ao paradigma científico. No fim da década de 60, por exemplo, o estruturalismo era a lingüística. No momento em que foi introduzida nos currículos dos cursos de letras, a prática era – e ainda o é hoje em parte – introduzir os alunos nos parâmetros teóricos e metodológicos da concepção estruturalista de linguagem. Era comum, inclusive, aplicar os conhecimentos recém-adquiridos aos estudos literários.

Os desenvolvimentos posteriores na teoria da linguagem, como a sociolingüística, o funcionalismo renascido, a lingüística textual, a análise da conversação e a análise do discurso, decorrem de um desejo de superar a parcialidade imposta ao objeto de estudo em razão de sua idealização. Este é, por sua vez, um subproduto do princípio já mencionado de que é o ponto de vista que cria o objeto. Ao refletir sobre uma possível “unidade” do campo lingüístico, Maingueneau (op. cit.) o vê como radicalmente heterogêneo, e mostra que esse modo de organização deve-se justamente a essa separação original entre *língua* e *discurso*.

No horizonte desse tipo de dicotomia é possível divisar duas tendências no âmbito da teoria da linguagem que retomam sempre a separação saussuriana entre lingüística interna e lingüística externa. Nesse caso, a área do discurso não passaria de uma espécie de presença obstinada do excluído, às margens do sistema. No entanto, qualquer dualismo lhes é difícil de admitir, quando a única representação da área é a de um centro que se oponha à periferia. É, além disso, indefensável falar de uma oposição valorativa como essa, já que a linguagem não é, segundo Maingueneau (op. cit.), o objeto de duas lingüísticas paralelas que levariam em conta, cada qual, uma parte ou um aspecto dos fenômenos observáveis; ao contrário, é a própria lingüística que se desdobra para analisar os mesmos fenômenos.

Embora todos reconheçam a necessidade de dar à lingüística um lugar autônomo em relação a outras disciplinas científicas emergentes no início do século, o resultado desse recorte metodológico foi ilusório e frustrante, porque sempre sobrou, no fundo, a desafortunada impressão de que a seleção de um ponto de vista predeterminado torna objeto de estudo apenas um aspecto do real, justamente o aspecto que indica a posição ideológica do investigador. O que se exclui é remetido a outras áreas do conhecimento, sob a rubrica do secundário, acessório, supérfluo, das condições gramaticalmente irrelevantes (Possenti, 1979, p. 10).

Há, portanto, duas coisas fundamentais para a teoria da linguagem, dois aspectos diferentes da mesma questão: a delimitação do objeto de estudo e a definição de sua natureza. São problemas de solução difícil, porque o fenômeno verbal se entrecruza com outros fatos sociais e, assim, influenciam-se reciprocamente. A área de estudos do lingüista confina, no interior das ciências humanas, com áreas afins de conhecimento, como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a filosofia etc. Esses

problemas não são novos – são exatamente os que Saussure tentou resolver – e têm sido discutidos freqüentemente, sobretudo nos momentos cruciais de introdução de outros paradigmas. No entanto, é preciso ter coragem de admitir que, até o presente, a lingüística não foi capaz de formar consenso, entre os profissionais que a integram, a respeito desses dois aspectos fundamentais e, por extensão, dos procedimentos metodológicos mais adequados a serem adotados.

São exatamente essas questões que têm estado no âmago do acirrado debate ideológico que dirige a atividade científica em determinadas épocas, como o que travaram gerativistas e estruturalistas na década de 60, como o que se deu, na década de 70, no interior do próprio modelo gerativista, que desaguou na semiântica gerativa e na gramática de casos. E são exatamente essas questões que, ainda hoje, movem o confronto entre funcionalistas e gerativistas.

Recentemente, uma polêmica que envolveu no Brasil representantes típicos das duas correntes, o funcionalismo e o gerativismo, atualmente em competição aqui e no exterior, pode servir de caso exemplar da disputa pela hegemonia paradigmática. A polêmica iniciou-se com um artigo de Votre & Naro (1989), em que consideram duas hipóteses fundamentais: a de que a forma lingüística deriva de seu uso no processo real de comunicação e a de que a estrutura gramatical é dependente das regularidades das situações de fala, constituindo, então, objeto probabilístico, ambas opostas ao formalismo representado pela gramática gerativa.

A réplica veio de um gerativista. Nascimento (1990) desenvolveu, como linha essencial da resposta, o argumento de que Votre & Naro apresentaram gerativismo e funcionalismo como abordagens comparáveis e, por isso, como alternativas para o tratamento do mesmo objeto. E, para Nascimento, não o são de fato, porque os dois enfoques definem diferentes objetos de estudo, na medida em que abordam diferentes aspectos do complexo fenômeno da linguagem. O enfoque gerativista pressupõe, segundo Nascimento, que os falantes sejam dotados de um conjunto de princípios e parâmetros geneticamente determinados, definido como a gramática universal, que lhes permite adquirir e colocar em prática o conhecimento da língua, definido como uma gramática particular. É esse conhecimento da língua que constitui o objeto de estudo do modelo gerativista. Nesse caso, o objeto de estudo do enfoque funcionalista seria identificado com algo diferente, com o domínio do processamento lingüístico que estaria pressuposto no estudo do conhecimento da língua.

A situação generalizada que se pode deduzir desse debate é que há uma competição entre os dois paradigmas, e essa polêmica é apenas o reflexo, no Brasil, do que acontece hoje nos Estados Unidos, em que há revistas especializadas no enfoque funcionalista e no formalista. Votre & Naro, baseados em uma distinção incomensurável entre gerativismo e funcionalismo, consideraram-nos enfoques não apenas diferentes, mas mesmo excludentes, e, além disso, conferiram a primazia de um sobre o outro. Nascimento rejeita a distinção, recusando a necessidade de escolha entre os dois enfoques por basear-se no fato de que estudam objetos diferentes. Todavia, para a teoria gerativista, o enfoque do processamento lingüístico depende

das regularidades peculiares da língua internalizada, o que constitui uma remodelação do conceito original de competência.³

O conflito entre esses dois paradigmas é um exemplo claro de uma atitude *maximalista* no debate pelo domínio da área. Segundo Maingueneau (op. cit.), por reconhecer o estatuto periférico de seu próprio enfoque, o minimalista se contenta com uma relação de complementaridade entre ele e algum outro, central. Já a atitude *maximalista* pretende subverter a área, demolindo a própria oposição entre as abordagens; essa oposição é considerada uma hierarquia inadequada entre um centro e uma periferia. É por trás desse desejo de discutir a divisão do campo lingüístico que se desenha um conflito que questiona sua própria autonomia.

Debates como esse parecem indicar também que a lingüística tem estado imersa em uma crise de princípios e métodos. Um dos indícios mais evidentes desse estado é que, conforme sugere Botha (1976), ao invés de o lingüista investigar a natureza da linguagem humana, ele venha investigando a natureza da ciência lingüística. Assim, os lingüistas passam a fazer “coisas não-normais”, quando disputam acirradamente o que de fato constituem os dados, os limites e os objetivos da teoria lingüística. Para Rajagopalan essa crise institucional “se deve, entre outros fatores, à ausência de um único paradigma que funcione como força centrípeta, que ofereça um conjunto de postulados gerais dentro do qual se possa enquadrar uma parcela significativa da pesquisa lingüística em andamento” (1991, p. 79).

3. Um esboço da evolução do método

O leitor terá percebido vestígios marcantes da concepção kuhniana de evolução da ciência (Kuhn, 1975) no discurso não-normal que se vem desenvolvendo neste trabalho. Tem havido muitas críticas ao modelo de Kuhn, dirigidas principalmente aos conceitos implicados nas expressões *ciência normal/ciência extraordinária* e *paradigma*. Lakatos (1970) sugere, por exemplo, que a história da ciência tem sido e deve ser a história de modelos competitivos, que Kuhn denomina *paradigmas*; em contrapartida, não tem sido e nem deve ser uma sucessão de períodos de ciência normal. Sendo assim, é preferível, em sua opinião, o pluralismo ao monismo teórico. Muitas vezes, entretanto, as críticas que levantam questões de natureza teórico-metodológica mal encobrem o descontentamento relacionado ao caráter mais marcadamente ideológico desse modelo de evolução da ciência.

3. Quem quiser acompanhar a polêmica, em todos os seus desdobramentos, deve ler também o artigo conciliatório de Dillinger (1991) e a tríplice de Votré & Naro (1992). Para o que interessa aqui, basta a situação já mencionada, que justifica a competição entre paradigmas e a instalação ou a manutenção de uma dificuldade original de se obterem unidade e consenso nos estudos da linguagem.

Uma das idéias mais inovadoras de Kuhn é sua perspectiva do progresso científico, visto não como um processo cumulativo, como costuma aparecer nos manuais de divulgação. Pelo contrário, a períodos de estabilidade sucedem épocas de convulsão, marcadas por inesperadas rupturas. Nos períodos estáveis, a ciência é governada por um esquema teórico determinado, trabalha dentro de uma tradição de idéias e crenças e se desenvolve sob o controle de objetivos, métodos, técnicas e instrumentos de análise que operam como um paradigma. Por paradigma, Kuhn quer referir-se a “realizações científicas universalmente reconhecidas e que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência” (1975, p. 13).

Ao adquirir um paradigma, uma comunidade científica adquire igualmente um critério para a escolha de problemas; enquanto ele for aceito, esses problemas são dotados de uma solução possível. Esse tipo de problema, definido por analogia a quebra-cabeça, constitui o que a comunidade admite como autêntico problema, encorajando seus membros a buscar alguma solução (Kuhn, op. cit., p. 60). A esses períodos de estabilidade, sucedem os de ciência extraordinária, em que teorias divergentes competem entre si para impor seu próprio modelo como paradigma. O surgimento desses períodos é provocado pela introdução de anomalias no paradigma vigente. A anomalia resulta do reconhecimento de que a realidade violou as expectativas que governam a ciência normal. Detectado o ponto em que teoria e dados não se ajustam, intensifica-se a investigação em torno dele até que, mediante ajustes na teoria, consiga-se obter a assimilação da anomalia. No entanto, se persistir por muito tempo e se os cientistas adquirirem conscientização crescente dela, o paradigma entra em crise. É aí que a atividade científica passa por um período de ciência extraordinária, de que pode resultar uma revolução.

A crise é o prenúncio da emergência de novas teorias. A forma de responder a ela é, inicialmente, opondo-se-lhe resistência. Ainda que comecem a considerar outras alternativas, os praticantes relutam em renunciar ao paradigma que os conduziu à crise. Instalada a crise que marca o período de ciência extraordinária, sua resolução passa por três alternativas: 1. o paradigma em questão é capaz de resolver a anomalia que provocou a crise, havendo, consequentemente, um retorno à situação anterior de ciência normal; 2. o problema pode ser postergado, por não haver solução plausível para ele com os instrumentos disponíveis aos praticantes do modelo; 3. a crise pode provocar a emergência de um novo candidato a paradigma, e a transição de um para outro, após uma competição acirrada, provoca o que Kuhn chama revolução (op. cit., p. 115-6).

Essa forma de transição é que não representa um processo meramente cumulativo. Não se trata de uma rearticulação do paradigma em crise. Trata-se de uma modificação no modo de conceber a área de estudos, seus métodos e seus objetivos. Esse novo modo de conceber é tão radical que o modelo que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente incomensurável com o paradigma precedente. As teorias científicas são incomensuráveis

porque não possibilitam construir-se um algoritmo de comparação entre elas, o que, segundo Borges Neto (1991), significa também não haver uma espécie de “linguagem neutra” que permita traduzir teorias incompatíveis. Essa versão fraca do conceito de incomensurabilidade remete-o para a área metodológica e se opõe, conforme entende Borges Neto, a uma versão forte, não defendida seriamente por Kuhn, segundo a qual os pesquisadores teriam sua compreensão da realidade determinada pela teoria que adotam.

O reconhecimento da incomensurabilidade é, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que teorias alternativas têm sua construção fortemente motivada por convicções ideológicas, advindo daí a recusa sistemática desse conceito. No entender de Rajagopalan, é uma revelação traumática, “pois acaba com a grande ilusão, sem o que a ciência fica destituída do seu maior distintivo – a tão almejada objetividade” (1991, p. 84).

Nos termos de Kuhn, um indício importante de maturidade no desenvolvimento de uma disciplina científica é justamente a aquisição de um paradigma e, consequentemente, de um tipo mais esotérico de divulgação de pesquisa. Os historiadores da lingüística concordam geralmente que o período histórico-comparativo, inaugurado por Bopp, mas sistematizado pelos neogramáticos, é o primeiro paradigma real da lingüística (Câmara Júnior, 1975). Sendo assim, é possível afirmar que a lingüística só atingiu maturidade científica nos últimos cem anos. Desde a Antigüidade clássica até o início do século XIX, a pesquisa lingüística foi marcada por dois atributos que não a caracterizam como disciplina científica, mas como área auxiliar para outros objetivos. Um deles é o aspecto normativo: enquanto regras normativas para o uso, a pesquisa lingüística é auxiliar pedagógico. O outro aspecto é o filológico: enquanto crítica textual, o trabalho com a linguagem não passa de um acessório dos estudos literários e etnológicos. Segundo Percival (1976), o primeiro paradigma foi desencadeado pelas investigações filológicas comparativistas *no* início do século XIX, sucedendo, com o advento dos neogramáticos e a sua concepção rigorosa de lei fonética, a primeira revolução na lingüística.

A primeira ruptura foi a publicação do *Curso de lingüística geral*, que veio representar uma premissa necessária para toda a atividade de pesquisa que a ela se seguiu, já que sobre essa base conceitual sustentam-se, de certa forma, todas as doutrinas contemporâneas. É um verdadeiro paradigma, e uma revolução conceitual no fazer científico. Perante a heterogeneidade da linguagem, Saussure expõe uma representação interna dos fatos lingüísticos, uma redução unitária e coerente da diversidade da linguagem. Empenha-se em definir conceitos, classificar fatos, esboçar esquemas, que, em sentido estrito, equivale a construir uma teoria. A esse esforço deve-se a determinação de conceitos fundamentais, metodológicos e descritivos da lingüística e a introdução de distinções teóricas de grande fecundidade prática: a linguagem entendida como um sistema de signos de natureza social, sua função primordial na comunicação humana e sua natureza dicotômica e opositiva, além de

princípios fundamentais, como a arbitrariedade do signo e a natureza linear do significante.

Saussure apresentou sua teoria o mais compatível e coerentemente possível com a perspectiva estrutural que tinha da própria linguagem, entendida como sistema. A compactividade interna da teoria determina a sua adequação descritiva: se a língua é concebida como um sistema de elementos indissoluvelmente solidários, a teoria que a interpreta e a explica deve apresentar, para ser adequada, a mesma relação entre seus conceitos. Assim é que os elementos conceituais de Saussure, apresentados em sua natureza dualista, apresentam, entre si, relação de oposição e, ao mesmo tempo, interdependência (Carrillo, 1976, p. 57-8).

Essa interpretação relacional de sistema tem uma importância fundamental para a história da lingüística, visto que sua elaboração teórica e sua implementação metodológica conduziram ao estruturalismo. Por um lado, o conceito de estrutura, derivado da noção de sistema, apresenta um valor puramente teórico, por caracterizar a natureza formal, relacional e opositiva da linguagem; por outro, a dimensão operacional da noção de sistema, transformada em procedimento rigoroso de análise e descrição, acaba por resultar no próprio método estruturalista.

O estruturalismo⁴ rompe definitivamente com o paradigma neogramático, na medida em que projeta um olhar descritivista sobre a linguagem e, portanto, sincrônico. Isso destrói a concepção científica de linguagem dos neogramáticos, que admite somente o ponto de vista histórico. Embora Saussure não negasse a abordagem diacrônica, mesmo porque permaneceu neogramático em sua concepção histórica de linguagem, é até ocioso dizer que ele distingue nitidamente os dois pontos de vista, contesta qualquer relação entre eles e, sobretudo, privilegia o aspecto sincrônico sobre o diacrônico. Essa prioridade tem uma natureza lógica, já que, enquanto o estudo sincrônico pode realizar-se prescindindo do diacrônico, o estudo diacrônico pressupõe o sincrônico (Saussure, op. cit.).

Pode-se assinalar o marco de um novo paradigma na lingüística com a publicação de *Syntactic structures*, de Noam Chomsky, em 1957, apesar de que sua concepção transformacionalista fosse anterior e tivesse em Zelig Harris um inspirador. O paradigma proposto por Chomsky é o projeto de uma teoria da estrutura sintática, domínio preterido pela ciência normal, cujo modelo dominante, o estruturalista, tinha interesse primordial pelos componentes fonológico e morfológico. O interesse pelo aspecto sintático decorre da própria concepção racionalista da teoria gerativa, que ainda hoje procura repor a noção de que a língua é, antes de mais nada, a expressão do pensamento. Essa é uma função secundária na concepção estruturalista, que identifica a linguagem com um instrumento de comunicação.

4. Embora se esteja usando o termo *estruturalismo* e seus derivados para denominar o paradigma inaugurado por Saussure, é necessário considerá-lo aqui como um ponto de vista epistemológico e não uma teoria ou um método, tal como formulado por Hrabák (apud Câmara Júnior, s.d.). Como ponto de vista epistemológico, o estruturalismo parte da observação de que todo elemento num dado sistema é determinado por todos os outros elementos do mesmo sistema e que nada tem valor por si próprio.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o caráter recursivo das regras, finitas, mas que permitem gerar um conjunto infinito de sentenças. Com base nesse princípio, Chomsky (1957) negava que fosse tarefa da lingüística descrever um *corpus*, que é, por definição, um conjunto finito de enunciados efetivamente produzidos. Na perspectiva estruturalista, mediante técnicas heurísticas de segmentação, identificação e classificação, seria possível descrever as unidades funcionais do sistema lingüístico. Chomsky recusava essa tese, apoiado no argumento de que não é possível descrever a linguagem através do estudo de um *corpus*, finito em si mesmo e, por isso, não representativo do caráter infinito das possibilidades de produzir sentenças. O único modo de representar esse caráter das línguas seria na apreensão da competência intuitiva do falante – ouvinte, que consiste, fundamentalmente, na capacidade que ele tem de emitir e compreender um número indefinido de sentenças, grande parte das quais ele jamais pronunciou ou ouviu anteriormente. Para Chomsky, explicar a natureza dessa aptidão equivaleria a construir um modelo da competência dos falantes.

Na implantação do paradigma gerativista, um aspecto político importante, e que se ajusta à teoria kuhniana de evolução científica, é o combate ao estruturalismo no plano filosófico, ético. Chomsky desarmou a idéia de se considerar o ser humano *tabula rasa* na aquisição de conhecimentos, o que possibilitaria oportunidade de manipulação, programação e robotização de um grupo humano por outro. Isso daria justificativa ideológica para sistemas políticos autoritários, que, nesse caso, seriam perfeitamente coerentes com a suposta forma natural de comportamento humano (Lemle, 1984).

Os argumentos contra a gramática descritiva do estruturalismo e a favor de uma representação dos fatos lingüísticos em estrutura profunda e estrutura de superfície podem ser resumidos em três pontos: 1. interdependência entre constituintes descontínuos; 2. estruturas ambíguas; 3. estruturas formalmente distintas, mas semanticamente similares. Assim, a concepção dualista de representação mediada por transformações negava o modelo estruturalista de gramática, e o mentalismo filosófico tornava inviável o modelo behaviorista de aprendizado. A relação entre o aspecto lingüístico e o filosófico estava no fato de que o aprendizado por reflexos condicionados exige uma explicitude total do sinal físico que constitui o estímulo. Com a introdução dos conceitos de estrutura profunda e estrutura superficial, Chomsky quer provar que a forma física externa do sinal lingüístico não explicita todas as indicações semânticas (Lemle, op. cit.).

Ao interesse pelo componente sintático, a perspectiva gerativista acresceu idéias gerais que desembocaram na capacidade criadora e no inatismo da linguagem humana, fundamentos sobejamente conhecidos. Não é a primeira vez que a construção de uma teoria local conduz à elaboração de uma teoria global. No caso de Chomsky, esse processo se cumpre exemplarmente, porque, na passagem do parcial para o global, cada etapa é o resultado das necessidades inerentes à solução de um problema particular: a teoria da sintaxe requer uma teoria da gramática. Esta, por sua vez, depende de uma teoria da linguagem, que remete a uma teoria geral das faculdades humanas. Segundo Carrillo (op. cit.), trata-se do percurso que se inicia com

as estruturas sintáticas e se conclui com uma inesperada reatualização do inatismo cartesiano.

Embora a teoria gerativista parecesse resolver satisfatoriamente os quebra-cabeças da lingüística, numerosas dificuldades acabaram por se opor à sua cabal aceitação. Há objeções de ordem teórica e outras de ordem técnica. As de ordem teórica concemem à concepção de linguagem que lhe serve de fundamento, assim como às hipóteses que Chomsky desenvolveu sobre inatismo, poder criativo inerente às regras gramaticais, universalidade das estruturas gramaticais, legitimidade da intuição como fonte de conhecimento científico, questão da centralidade do componente sintático em seu modelo gramatical e sobre a distinção, até então fundamental, entre estrutura profunda e estrutura superficial. Alguns problemas de ordem técnica concernem à extensão e à eficácia das regras transformacionais, hoje reduzidas a deslocamento, à instrumentalização da noção de estrutura profunda – hoje deslocada para outros tipos de níveis de representação –, à complexidade formal da análise de algumas estruturas sintáticas muito simples, à omissão quanto a fenômenos típicos do processamento lingüístico, como entonação, pressuposição e fenômenos pragmáticos diversos, à validade dos resultados, geralmente limitados à língua inglesa.

Esses problemas propiciaram a formação de tendências divergentes, como a gramática de casos e a semântica gerativa, mais próximas do modelo original, e de outras, como o renascimento do funcionalismo, a sociolingüística, a lingüística textual, a análise da conversação, além das várias tendências da análise do discurso. Além disso, tem havido freqüentemente a revisão de muitos conceitos e a introdução de novas teorias, cada qual oferecendo um aspecto complementar à teoria geral. Assim, o resultado da reação à semântica gerativa foi a elaboração da teoria padrão ampliada; ainda, a resposta às críticas de que o poder descritivo das regras transformacionais era mais forte que os sistemas formais mais irrestritos conduziu a uma limitação do poder das regras transformacionais, que resultou na teoria padrão ampliada revista. Tudo isso em, aproximadamente, vinte anos.

Hoje, com o componente transformacional extremamente reduzido, com o desenvolvimento da chamada hipótese lexicalista no interior do modelo gerativista, Lemle (op. cit.) reconhece que a contribuição da teoria transformacional foi mais ideológica que empírica e que cumpriu satisfatoriamente o papel de exorcizar o que a concepção behaviorista do homem tinha de mais negativo e perigoso do ponto de vista político. Acredito que o papel ideológico tenha sido bem outro: o anti-behaviorismo serviu para implementar um novo paradigma na lingüística e para arregimentar adeptos, uma questão estreitamente política no processo de evolução da ciência. Para enfatizar mais a controvérsia ideológica em torno do assunto, observe-se a opinião de um funcionalista:

Quando a linguagem é separada do contexto social natural em que é usada e adquirida, qualquer forma de aprendizado torna-se um mistério que não se pode compreender senão assumindo-se que a linguagem esteve aí presente o tempo todo, na forma de uma estrutura geneticamente pré-programada da mente humana. (Dik, 1989, p. 6)

Apesar dos percalços por que passou o modelo gerativista, um historiador da lingüística como Percival (op. cit.) considera que, ao menos na década de 60, essa teoria passou a ser o paradigma predominante e sua emergência recente conforma-se plenamente com o padrão de evolução da ciência, nos termos kuhnianos. É uma conquista de um único indivíduo que atraiu um grupo consideravelmente grande de seguidores, que deixaram o paradigma pós-bloomfieldiano, nos Estados Unidos, e o pós-saussuriano, na Europa. Os conflitos surgidos são indícios de que as posições eram de fato incompatíveis. Assim, a gramática gerativa parece ter os atributos que permitem caracterizá-la como um autêntico paradigma. Entretanto, causa problema, na opinião de Percival (op. cit.), sua dimensão social, já que não obteve consenso uniforme dos profissionais da área: por um lado, muitos continuam a investigar no campo teórico e metodológico de outras tendências, por outro, os próprios seguidores do paradigma chomskiano dividiram-se em escolas concorrentes.

O que parece indiscutível é que o paradigma chomskiano questionou os princípios do estruturalismo em suas diversas formas, pondo em evidência algumas de suas anomalias e, sobre o pano de fundo de suas conquistas, continua a introduzir-se o aspecto da crise. Givón (1979) entende que a lingüística dos últimos cinqüenta anos permanece sitiada, numa crise aparentemente sem fim de filosofia e de metodologia. Inicialmente, a crise pode ter sido atribuída ao impacto da visão mecanicista das ciências físicas sobre Saussure, por um lado, e da psicologia behaviorista sobre Bloomfield, por outro. O dogma estruturalista que se seguiu tem, para ele, três características principais: 1. a redução apriorística e arbitrária dos dados de base relevantes; 2. a ascensão do formalismo como teoria; 3. o negligenciamento ou a desvalorização da noção de explicação. Ao surgir, nos fins dos anos 50, a gramática gerativa trouxe esperança de superação desses três pontos. Contudo, a experiência acumulada nas duas últimas décadas sugere que, no fundamental, a revolução gerativo-transformacional permaneceu no mesmo ponto que a metodologia estruturalista.

Ao desencadear-se, a crise de identidade não afeta apenas os princípios da ciência, mas incide também sobre o próprio trabalho do lingüista, que se acha numa situação de incerteza, mais propícia a perguntas que respostas. Se deve haver uma ciência normal da linguagem, qual seria ela? Que teorias são mais adequadas e quais os métodos mais eficazes? Como decidir entre as várias correntes existentes e onde situar a gramática tradicional, a filologia, o comparativismo, que ainda sobrevivem marginalmente?

4. Ponto de vista e objetivismo abstrato

Considerando o olhar que Bakhtin (1979) projeta sobre a lingüística, é possível identificar quatro pontos fundamentais que caracterizam os dois paradigmas mais

consensuais da história recente, embora se saiba que a análise dele abordou só o modelo saussuriano. São os seguintes:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta. 2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva. 3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos; ... 4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente esses atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si.* (op. cit., p. 68)

Esses pontos caracterizam a posição a que Bakhtin alude como *objetivismo abstrato*, em oposição ao subjetivismo idealista de Vossler, Croce e de outros. Estendo essas observações, sem hesitação, à corrente gerativista, até porque Bakhtin atribui as origens do objetivismo abstrato ao racionalismo cartesiano, que serviu de fonte para Chomsky. Caracteriza o racionalismo a idéia de uma língua convencional, arbitrária, bem como a do paralelo existente entre os códigos linguístico e matemático, tão caro aos gerativistas. Ao espírito orientado para a matemática não é a relação do signo com a realidade que interessa, mas a relação do signo com outro signo no interior de sistemas fechados. Conforme entende Bakhtin (op. cit.), a história é, para os racionalistas, um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema, cujas unidades características são os signos matemáticos.

A questão central refere-se ao grau em que um sistema de normas imutáveis – seja ele chamado língua ou competência – se conforma de fato com a realidade. Enquanto conjunto de formas normativas, o sistema linguístico constitui um fato objetivo, externo à consciência individual e independente dela. Esse princípio contradiz o fato de que é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a língua se apresenta como um sistema de normas rígidas e imutáveis, isto é, do ponto de vista subjetivo. Já, de um ponto de vista objetivo, o sistema sincrônico não equivale a nenhum momento efetivo no processo histórico da linguagem, que é uma corrente evolutiva ininterrupta.

É possível interpretar essa idéia de uma forma em que o subjetivismo do observador não se neutralize, como se pensa: no momento em que executa uma descrição sincrônica de um determinado sistema linguístico, não é senão o seu próprio sistema de formas normativas que ele representa, isto é, o sistema de formas rigidamente normativas tal como se apresenta à consciência individual do usuário em geral. Isso tem muito a ver com o método gerativista, ao trabalhar com intuições do falante – ouvinte, que são, via de regra, as do próprio observador, na medida justa em que ele é um dos usuários da língua em questão. Esticando um pouco mais o arco, considera Labov (1972) que muitos lingüistas que dizem trabalhar com a parte social

da linguagem não tratam absolutamente do aspecto social: consideram que quaisquer explicações sobre os fatos lingüísticos devem ser extraídos de outros fatos lingüísticos, não de algum dado externo, próprio do comportamento social. Trabalham, ademais, com um ou dois informantes ou examinam seu próprio conhecimento a respeito do sistema lingüístico, o que se identifica, nos termos de Bakhtin, com um sistema de formas normativas, que é como a língua se apresenta à consciência individual.

O equívoco aqui é afirmar que a língua, ou a competência (Língua-I), enquanto sistema de formas imutáveis, possua uma existência objetiva. Embora fosse objetivo afirmar que a língua constitui, relativamente à consciência individual, um sistema de normas imutáveis, não é ainda esta a única condição de existência para a consciência subjetiva do usuário. Pelo contrário, um sistema assim definido consiste numa mera abstração, produzida pela posição epistemológica do investigador. Segundo Bakhtin, o que importa para a consciência subjetiva do locutor não é a forma lingüística enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas a forma lingüística enquanto signo variável e flexível, característica que lhe permite figurar num dado contexto e que a torna adequada às condições do contexto situacional, seja do ponto de vista fonológico, morfossintático ou semântico.

Para tornar essa idéia mais clara, convém explicitar aqui uma distinção fundamental entre signo e sinal: "O essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas em compreendê-la num contexto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Perceber em suma, seu caráter de novidade e não de conformidade à norma" (Bakhtin, op. cit., p. 79). Assim, enquanto o signo é compreendido, o sinal é identificado. O sinal é uma entidade que, oposta ao signo, possui um contexto imutável, e como tal não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada, pois não pertence ao domínio da ideologia. Desse modo, o sistema lingüístico, tal como é postulado pelas tendências rotuladas de objetivismo abstrato, não é acessível à consciência individual do falante, não corresponde à realidade da linguagem em uso no contexto social, pois o sistema lingüístico assim definido resulta de uma análise abstrata, que isola os elementos das unidades reais do uso.⁵

Idéia interessante de Bakhtin é a de que, por trás desse reducionismo a um sistema de normas imutáveis, acham-se os procedimentos práticos e teóricos elaborados para o estudo das línguas mortas que se conservaram em documentos escritos. Desse modo, a abordagem filológica com a qual a lingüística do início do século pensava romper é determinante para a apreciação de todo o pensamento teórico contemporâneo. Desde os primeiros estudos hindus e gregos, que remontam aos séculos IV e V a.C., a teoria da linguagem vem elaborando seus métodos e categorias ao trabalhar com monólitos mortos, como as inscrições em textos ou monumentos antigos. O mais antigo tratado sobre a linguagem, na Índia, é uma interpretação das

5. Vê-se claramente que o postulado fundamental a que alude Bakhtin é o de que a linguagem constitui um sistema de signos, tal como originalmente propôs Saussure. Não é impossível estender essa dicotomia crítica a concepções sintáticas da natureza da linguagem.

palavras do *Rig-veda*, que já se haviam tornado obscuras. O objetivo principal do estudo lingüístico em Alexandria, durante o período helenístico, foi também a explanação dos textos dos antigos poetas, principalmente Homero (Câmara Júnior, 1975).

A própria enunciação monológica é uma abstração, nos termos de Bakhtin, pois mesmo na forma imobilizada da linguagem escrita uma enunciação implica uma resposta a alguma outra coisa, constituindo, assim, um elo numa cadeia de atos de fala. Entretanto, os filólogos não viam as enunciações em seu caráter dialético, mas num todo isolado que se basta a si mesmo, e não lhes aplicavam uma interpretação ideológica ativa. A concepção de uma língua isolada, fechada e monológica, desvinculada de seu contexto, corresponde à compreensão passiva que os filólogos e os sacerdotes tiveram, ao longo da história, de uma língua morta, escrita e estrangeira. Dessa maneira, a orientação dos paradigmas dominantes da lingüística contemporânea para a criação de um objeto estável e uniforme, desligado da realidade social, reflete o papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou na formação de todas as civilizações.

Pode-se sintetizar em cinco pontos essenciais o pensamento de Bakhtin, que, a meu ver, direta ou indiretamente, é subjacente a algumas tendências atuais da lingüística contemporânea em competição com o paradigma formalista: 1. a linguagem como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração científica que não explica adequadamente sua realidade concreta e que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares; 2. a linguagem constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos interlocutores; 3. as leis de evolução lingüística são essencialmente leis sociais; 4. a criatividade na linguagem não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que se ligam a ela; 5. a estrutura da enunciação é puramente social, de modo que o ato de fala individual é uma contradição nos termos (op. cit., p. 113).

5. O papel do contexto social

O programa que se surpreende entremeado nas malhas dos argumentos críticos de Bakhtin permite delimitar claramente um objeto alternativo para a investigação lingüística: o uso efetivo num contexto determinado – a enunciação dialógica entre indivíduos socialmente determinados, que é, além disso, dinâmica em si mesma, pois pressupõe um processo evolutivo que não admite interrupção. A lingüística vem, entretanto, ignorando esses princípios simples, por uma razão não tão simples, que aqui se retoma. A lingüística moderna, representada por seus dois paradigmas predominantes, respondeu à questão da definição do objeto de estudos adotando caminhos diferentes, que ainda assim conduziram ao mesmo ponto. Ao buscar

critérios de científicidade, a lingüística necessitou operar, ao mesmo tempo, uma seleção dos fatos que lhe competia abordar e, como uma consequência disso, uma separação no próprio objeto criado. Esses procedimentos criaram rótulos como *lingüística central* e *lingüística periférica*, que mal recobrem uma atitude política e que mascaram, sem propor qualquer solução, o problema que o lingüista experimenta de dominar a ilusória unidade de seu próprio campo de pesquisa (Maingueneau, op. cit.).

Assim é que, na medida em que é um objeto produzido pelo ponto de vista adotado, a língua saussuriana é, no fundo, uma espécie de artefato. Abstrai a linguagem do uso e esvazia definitivamente a influência do contexto social. O advento da gramática gerativa colocou o sujeito como o centro do processo de produção verbal. Entretanto, sua idealização, associada aos postulados universalistas, leva a consequências ainda mais drásticas a concepção de que a linguagem é um sistema inteiramente independente do contexto social em que se manifesta, o que descarta a relação entre teoria e dados de base.

A interação complexa entre dados, modelo formal e explicação, no interior de uma disciplina científica, representa justamente o núcleo fundamental do que ultimamente emerge como teoria. Contudo, nenhum desses três parâmetros pode ser, por si só, a teoria, nem é possível construir uma teoria viável ignorando-se o papel de um desses três aspectos ou distorcendo-se a natureza de sua interdependência. Uma das práticas mais prejudiciais na história da lingüística tem sido, por exemplo, a delimitação arbitrária e apriorística dos dados de base. Das várias maneiras de se operar essa delimitação, pode-se, seguramente, apontar duas: primeiramente, pode-se adotar um formalismo incompatível com um certo conjunto de dados e depois rejeitar os que o formalismo não é capaz de digerir. Alternativamente, pode-se escolher limitar o alcance dos parâmetros explanatórios em relação aos fenômenos estudados e daí excluir vários segmentos de dados potencialmente cruciais, como que pertencentes a outras disciplinas. Ambos os métodos são práticas correntes na lingüística moderna (Givón, 1979).

A história da lingüística contemporânea está, segundo Givón (op. cit.), inundada de argumentos estéreis, de ascensão e queda de pseudoteorias e de questões ilusórias, cuja relação com os fatos reais da linguagem são, no máximo, muito tênuas. No curso dessa história, minaram-se os alicerces da lingüística em sua aspiração de tornar-se uma ciência empírica. "Um uso cada vez mais perverso de terminologia-chave, como *dado*, *teste empírico*, *teoria* e *explicação*, privou de sentido e utilidade para a lingüística esses conceitos fundamentais da ciência" (Givón, op. cit., p. 1).

Parece que os problemas surgidos entre teoria, modelo formal e dados são decorrentes da dicotomia fundadora produzida por Saussure, de modo que a lingüística necessita operar urgentemente a purgação de seu pecado original. Os caminhos apontados por Bakhtin conduzem todos para um e mesmo ponto: uma interação estreita entre o modelo adotado e a linguagem em uso no contexto social. Seria o paradigma funcionalista uma alternativa viável?

O paradigma funcionalista vê a linguagem como instrumento de interação social entre seres humanos, usado com a intenção de estabelecer comunicação. Conseqüentemente, a interação verbal, definida como a interação social mediante o uso da linguagem, constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada, já que é governada por regras, normas e convenções; é uma atividade cooperativa, porque necessita pelo menos de dois participantes. Esse princípio parece óbvio, mas assegura, na realidade, um princípio sonegado pelo objetivismo abstrato: a relação entre interlocutores reais. Nesse caso, de um ponto de vista funcional, a lingüística necessitaria tratar de dois tipos de sistemas de regras: 1. as regras que governam a configuração das expressões lingüísticas, especificamente regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; 2. as regras que governam os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas, especificamente regras pragmáticas (Dik, 1989, p. 3).⁶ As expressões lingüísticas não são, assim, objetos formais abstratos; ao contrário, suas propriedades são sensíveis às determinações pragmáticas da interação verbal.

Outro princípio importante a assinalar é a relação entre o sistema lingüístico e seu uso. Em função do fato de ser a linguagem um instrumento de comunicação, a questão de como funciona como sistema estruturado jamais poderia ser abstraída da questão de como é organizada, dado as funções que exerce no processo de interação verbal. Esses aspectos parecem apoiar-se em Halliday (1985), cuja teoria tem forte comprometimento funcional no fato mesmo de destinar-se a explicar como a linguagem é usada. Assim, como todo texto, escrito ou falado, desenvolve-se em algum contexto, são os usos da linguagem que modelaram, durante milhares de gerações, o sistema lingüístico, que, por isso, não é arbitrário. O modo como é organizado é funcional porque se desenvolveu para satisfazer as necessidades humanas. Segue daí que, no paradigma funcional, vê-se a relação entre os componentes mais visíveis da organização lingüística – o pragmático, o semântico e o sintático – de um modo tal que o primeiro é o mais abrangente, dentro do qual devem-se examinar os outros dois; não há, assim, qualquer espaço para algum tipo de “sintaxe autônoma”, tal como aparece no paradigma formalista (Dik, 1989).

Se é verdadeiro, como afirma Givón (op. cit.), que a lingüística assume sua validade como teoria através da prática, descobrindo, por si mesma, de que modo a prática esclarece as vastas disposições de fatos da linguagem humana, sem argumentos metodológicos apriorísticos, também parece verdadeiro que o modelo funcionalista é uma alternativa teórica capaz de executar com o êxito desejável um programa dessa natureza.

6. O paradigma funcionalista não se esgota na escola holandesa. Pode ser rastreado, nos E.U.A., desde a tradição antropológica, fundada no trabalho de Sapir; na teoria tagmêmica de Pike e no trabalho etnologicamente orientado de Hymes; na Escola Lingüística de Praga, desde seu início, nos anos 20; na escola inglesa, de Firth e Halliday; está presente mesmo na abordagem filosófica dos atos de fala de Austin e Searle (apud Dik, 1989). A preferência aqui por Dik deve-se a seu empenho, seguidas vezes, desde *Functional Grammar* (1978), em construir uma teoria funcional completa.

CAMACHO, R. G. The role of social context in linguistic theory. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 19-36, 1994.

- *ABSTRACT: At issue in this paper the question of delimitating the object of linguistics and identifying its real character. An outline of the evolution of the recent history of Linguistics, shows that verbal interaction in social context has been relegated to a secondary level. The conclusion of this paper is that the functional paradigm represents one of the most relevant alternatives to overcome this methodological question.*
- *KEYWORDS: Linguistic theory; formal paradigm; functional paradigm; social context; linguistic system; speech.*

Referências bibliográficas

- 1 BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- 2 BORGES NETO, J. A incomensurabilidade e o relativismo lingüístico. *Boletim da Abralin*, Campinas, v. 12, p. 75-84, 1991.
- 3 BOTHA, R. On the analysis of linguistic argumentation. In: WIRTH, J. (Ed.) *Assessing linguistic arguments*. Washington: Hemisphere Publishing, 1976. p. 1-35.
- 4 CÂMARA JÚNIOR, J. M. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 15/16, p. 5-42, s.d.
- 5 _____. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- 6 CARRILLO, V. L. Las tres lingüísticas. *Revista Venezolana de Filosofia*, Caracas, v. 4, p. 53-84, 1976.
- 7 CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Haia: Mouton, 1957.
- 8 _____. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1975.
- 9 DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- 10 DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- 11 GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- 12 HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1985.
- 13 KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- 14 LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- 15 LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Ed.) *Criticism and the growth of knowledge*. London: Cambridge University Press, 1970. p. 91-197.
- 16 LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.
- 17 MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 127-38, 1990.
- 18 NASCIMENTO, M. do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.
- 19 PERCIVAL, K. The applicability of Kuhn's paradigms to the history of linguistics. *Language*, Baltimore, v. 52, n. 2, p. 285-94, 1976.
- 20 POSSENTI, S. Discurso: objeto da lingüística? *Série Estudos*, Uberaba, v. 6, p. 9-19, 1979.

- 21 RAJAGOPALAN, K. Evidências e argumentos: reflexões sobre a construção de teorias lingüísticas. *Boletim da Abralin*, Campinas, v. 10, p. 79-88, 1991.
- 22 SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 23 VOTRE, S. J., NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-84, 1989.
- 24 _____. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *DELTA*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 285-90, 1992.

UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA ORDEM DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS FALADO¹

Erotilde Goreti PEZATTI²

- RESUMO: O presente trabalho trata do valor funcional das duas ordens de palavras naturais do português falado: SV(O) e VS. A ordem SV(O), que representa a relação tópico – comentário, implica transitividade relativamente alta. Em consequência, constitui geralmente a porção de figura do discurso, contribuindo, assim, para a progressão discursiva. A ordem VS, por sua vez, que apresenta apenas o comentário, implica baixa transitividade. Conseqüentemente constitui a porção de fundo, contribuindo, assim, para a montagem do cenário discursivo. As duas ordens configuram, portanto, juntamente com o grau de transitividade, marcas do relevo discursivo.
- PALAVRAS-CHAVE: Ordem SV(O) e VS, tópico-comentário; transitividade; relevo discursivo; figura-fundo; coda.

1. Enfoque teórico

Tendo este volume como tema central o funcionalismo em lingüística e sendo este trabalho uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado, nada mais natural que se reservem algumas linhas para esclarecer os pressupostos principais dessa posição epistemológica atualmente denominada funcionalismo em lingüística.

A lingüística é uma disciplina científica cujo desenvolvimento recente demonstra rápidas e sucessivas mudanças no seu modo de fazer pesquisa. Nos anos 70, predominava tão maciçamente o modelo teórico da chamada versão “padrão” da gramática transformacional que não parecia possível trabalhar a sintaxe de uma língua fora de seus parâmetros de investigação, ainda que para muitos pesquisadores

1. O presente trabalho é uma discussão resumida do assunto amplamente discutido na tese de doutorado da autora.
Ver Pezatti, 1992.

2. Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

chamassem a atenção o enfoque excessivamente formalista da tendência gerativo-transformacionalista.

Não demorou muito para que o desacordo aparecesse aqui e ali. Fillmore, já em 1968, enfatizava a relevância das funções semânticas na descrição gramatical; Keenan (apud, Dik, 1981) defendia a idéia de que só seria possível formular generalizações transsistêmicas em termos de noções funcionais. Em vários estudos derivados da gramática relacional de Perlmutter e Postal, funções gramaticais constituem primitivos teóricos. Correntes funcionalistas atuais (Dik, Halliday, Chafe, Li, Thompson) reabilitaram várias idéias da Escola de Praga a respeito da pertinência das funções pragmáticas, que haviam sido deixadas no ostracismo como princípios estruturalistas superados.

Cuidadosos ao extremo com relação a questões epistemológicas que tocam em aspectos cardeais do procedimento científico, como a natureza e a delimitação do objeto de estudos e os graus de abstração no fazer científico, os lingüistas parecem ser tão ágeis na superação de paradigmas teóricos quanto na reabilitação, com modificações, de tendências superadas, como o funcionalismo.

Pode-se afirmar, generalizando bastante, que é possível hoje distinguir duas abordagens – alternativas, para uns, complementares, para outros – do objeto de investigação, geralmente denominadas formal e funcional. Vamo-nos ater a aspectos gerais dessas abordagens, que se podem classificar, à moda de Labov (1987), em três áreas: posições teóricas específicas, política geral e posições ideológicas.

No que se refere às posições teóricas específicas, o enfoque formalista considera a linguagem um objeto abstrato, configurado num conjunto de sentenças, tendo a gramática o papel de caracterizá-lo em termos de regras formais da sintaxe, aplicadas independentemente dos mecanismos semânticos e pragmáticos possíveis dos enunciados descritos. Embora a gramática seja caracterizada como um meio de relacionar som e sentido, ela é definida como um sistema autônomo que não se reduz a nenhum dos dois níveis envolvidos. Num enfoque formalista, a prioridade metodológica é da sintaxe em relação à semântica, e desta em relação à pragmática. O princípio que rege essa escala baseia-se no fato de que, somente depois que o sistema de regras formais, de natureza sintática, tiver sido bem estabelecido, é possível estudar o significado das estruturas sintáticas abstratas e os usos delas em circunstâncias reais de comunicação. É óbvio que pontifica no enfoque formal a lingüística chomskyana.

O enfoque funcionalista, por outro lado, entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social empregado por seres humanos com o fim primário de estabelecer relações de comunicação entre interlocutores reais. O objetivo do enfoque, por conseguinte, é revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. A interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada em termos de regras sociais, normas ou convenções. As expressões lingüísticas, instrumentos usados nessa forma de atividade cooperativa estruturada, são, elas próprias, também sistemáticas e estruturadas, no sentido de que são regidas por regras. Nesse caso, regras de interação social e regras lingüísticas

constituem, juntas, o sistema lingüístico subjacente à interação verbal. A lingüística deve incluir, da perspectiva funcionalista, dois tipos de regras, ambos de natureza social: por um lado, as que governam a interação verbal como uma forma de atividade cooperativa, de natureza pragmática; por outro, as que regem expressões lingüísticas estruturadas, que funcionam como instrumento da atividade pragmática, de natureza lingüística propriamente dita – são as regras semânticas, sintáticas e fonológicas (Dik, 1981).

Dik entende que as regras propriamente lingüísticas devem ser consideradas instrumentais com relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Sendo assim, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas em termos dos requisitos pragmáticos da interação verbal (Dik, op. cit., p. 2). Desse princípio geral decorre uma diferença importante entre os dois enfoques, no que concerne à relação entre sintaxe, semântica e pragmática, as três dimensões constitutivas da linguagem. No enfoque funcionalista, ao contrário do formalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual devem-se estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe da semântica. Como bem se observa, uma mudança radical na direção das prioridades metodológicas.

Além desses aspectos, derivados do que Labov classifica como posições teóricas específicas, e relacionados à definição da linguagem, que se vincula, por sua vez, à definição de sua função primária e ao aspecto da prioridade metodológica que se dá a seu estudo, é importante levantar uma questão de política geral, relacionada ao estudo da estrutura da linguagem e seu uso. Enquanto o enfoque formalista prioriza lógica e metodologicamente o estudo da competência (ou língua-I) em detrimento do estudo do desempenho (ou língua-E), o funcionalista considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso. Desse posicionamento teórico deriva-se um outro, baseado na relação entre linguagem e contexto social: para o enfoque formalista, as sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto situacional em que forem empregadas; já o enfoque funcionalista considera por princípio a necessidade de descrever expressões verbais relativamente a seu funcionamento em contextos sociais específicos.

Distinguem-se ainda os dois enfoques a partir de um outro aspecto, derivado da diferença na posição ideológica que mantêm a respeito da aquisição da linguagem e de universais lingüísticos. O enfoque formalista considera que a criança constrói a gramática da língua que aprende com base em propriedades inatas, caracterizadas, por sua vez, como universais lingüísticos. O enfoque funcionalista considera, ao contrário, que a criança desenvolve o sistema lingüístico subjacente ao uso, mediante exposição a um conjunto altamente estruturado de dados em contextos naturais. Segue-se daí que os universais devem ser explicados em termos de condições próprias dos objetivos da comunicação, da constituição psicológica e biológica dos falantes e do contexto situacional em que se usa a língua.

Como observamos, em termos de política geral, o enfoque funcionalista entende que a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais. Labov (op. cit.) procura desenvolver o aspecto relacionado à espécie de informação que essa noção geral abrange. Considerando que a variação de informação depende especificamente da extensão do contexto lingüístico que se leva em conta, distingue o autor uma série de posições funcionais, cada qual abrangendo o contexto progressivamente mais amplo, para explicar a natureza da linguagem.

Pode-se iniciar, então, pela abordagem de Martinet (apud Labov, 1987), que diz respeito à eficiência comunicativa das unidades estruturais. Essa perspectiva inclui elementos lingüísticos, de nível fonológico e morfológico com base em relações paradigmáticas, que definem a função de unidades lingüísticas segundo seleções que excluem um número de elementos da mesma classe. Desse modo, as explicações funcionais tratam, aqui, de mudanças no sistema de oposições que, alterando o número de outras unidades a que se opõe um dado elemento, consequentemente, alteram sua carga funcional.

Incluem-se, em seguida, dentro do enfoque funcionalista, as condições de distintividade semântica de Kiparsky (apud Labov, op. cit.). Dentre elas, Kiparsky propõe uma condição funcional restringindo regras de mudança lingüística, segundo a qual há uma tendência para reter informação semanticamente relevante na estrutura superficial. O conceito de função não se refere à oposição entre as unidades do sistema, mas a uma relação direta entre uma dada forma e seu significado referencial. Essa restrição funcional tem sido demonstrada freqüentemente pela teoria lingüística. Flores, Myhill e Tarallo (apud Tarallo, 1990), empreendendo uma análise da perda do /s/ plural no espanhol porto-riquenho, demonstram que o sistema lingüístico em questão permite o avanço da mudança, rumo à supressão de pluralidade, nos casos em que há menos neutralização da oposição gramatical entre singular e plural. Scherre observa que, similarmente, o português brasileiro permite a supressão, mas garante a distinção funcional, preservando a marca de pluralidade na primeira posição do sintagma nominal, geralmente ocupada por um determinante (apud Tarallo, op. cit.).

O outro conceito de função que Labov distingue refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial desenvolvida por Halliday (apud Labov, op. cit.), muito vinculada à perspectiva funcionalista da Escola de Praga, com base na oposição entre dado *versus* novo e tema *versus* rema: um dos sistemas da gramática polissistêmica de Halliday é a organização informacional que relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra. Também se inclui aí a perspectiva funcional da sentença de Kuno (apud Labov, op. cit.), que desenvolve esses conceitos em relação à sintaxe.

A explicação da estrutura sintática por princípios comunicativos é outro aspecto dentro da abordagem funcionalista, extremamente relacionado à abordagem de Halliday e Kuno. Labov inclui aqui os princípios comunicacionais propostos por Givón (1979, apud Labov, op. cit.) que governam a forma da estrutura da linguagem:

dinamismo comunicativo, grau de planejamento, monitoramento face-a-face, conhecimento pragmático compartilhado e outros parâmetros.³

Parece óbvio que o enfoque funcionalista, cujos princípios foram discutidos acima, em confronto com o enfoque formalista, tem muito mais a ver com os dois últimos princípios, por meio dos quais Labov procura distinguir os vários conceitos de função informativa no processo de interação verbal. Aqueles são exatamente os que definem o princípio metodológico de que a dimensão pragmática é o subsistema mais abrangente, no interior do qual os subsistemas semântico e sintático devem ser estudados. Metodologicamente, portanto, a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe, da semântica.

Por detrás das diferentes tendências arroladas por Labov, podem-se verificar os três conceitos do termo *função* definidos por Garvin (apud Dillinger, 1991, p. 399): função pode designar as relações (a) entre uma forma e outra (função interna), (b) entre uma forma e seu significado (função semântica) ou (c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa). O sentido de (a) tem a ver com a posição teórica de Martinet, o de (b) com a de Kiparsky e o de (c) com as demais posições teóricas.

A teoria funcionalista da gramática objetiva fornecer meios e princípios por meio dos quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões lingüísticas de um sistema ou subsistema verbal mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes. Dessa forma, entende Dik (op. cit.) que uma gramática funcional deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

Como a gramática funcional inclui-se, por definição, numa teoria pragmática de linguagem mais abrangente, tendo a interação verbal como objeto de análise, constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões lingüísticas em função da descrição das regras que regem a interação verbal.

A adequação psicológica define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas.⁴

O terceiro requisito metodológico para uma teoria funcional da linguagem – o da adequação tipológica – diz respeito ao fato de que, além de ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve, ao mesmo tempo, explicar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas lingüísticos. Dik

3. Labov inclui um quinto princípio, em sua opinião, uma continuação da tradição funcionalista da Escola de Praga, representado pelo conceito de competência comunicativa de Hymes (Labov, op. cit.), ou seja, a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem. Mesmo a abordagem sociolingüística, interpretada como o estudo da linguagem em seu contexto social, seguramente se inclui na área funcionalista.

4. Dik não desenvolve, como assunto de discussão explícita, o princípio de adequação psicológica. Afirma, no entanto, levar em conta as principais descobertas da pesquisa psicolinguística.

faz referência aqui aos trabalhos pioneiros de Greenberg (1963) e às pesquisas mais recentes de Keenan e de Comrie, que têm contribuído para a compreensão de princípios universais subjacentes à diversidade aparente das línguas naturais. Destaca-se aí a importância metodológica das escalas hierárquicas, como uma série conectada de implicações universais, para a discussão de universais lingüísticos.

As regras de uma gramática funcional são formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença. As propriedades categoriais são características intrínsecas, não relacionais dos constituintes, ao passo que as funcionais implicam, necessariamente, uma relação de um dado constituinte com outros da construção em que ele ocorre. Sendo assim, afirmações categoriais especificam propriedades internas dos constituintes, enquanto afirmações funcionais especificam propriedades relacionais referentes à construção em que eles ocorrem.

As relações funcionais distribuem-se, por sua vez, em três diferentes níveis, que configuram funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas especificam os papéis que exercem os referentes dentro do "estado de coisas" designado pela predicação em que ocorrem, tais como *agente*, *meta*, *recipiente* etc. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual é apresentado o estado de coisas na expressão lingüística, como *sujeito* e *objeto*. As funções pragmáticas especificam o estatuto informativo dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem, como *tema*, *rema*, *tópico* e *foco*.

A forma da expressão lingüística é igualmente codeterminada por esses três níveis funcionais, e, mais especificamente, tanto a forma quanto o conteúdo semântico das expressões lingüísticas podem variar de acordo com a atribuição de funções diferentes aos constituintes em cada um dos três níveis funcionais. É essa perspectiva dos fenômenos da linguagem que adotamos neste trabalho, ao estudarmos a ordem de palavras no português falado, utilizando os dados do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP), contidos em Castilho & Preti, 1986, 1987 e Preti & Urbano, 1988.

2. As duas ordens

Em trabalho anterior, publicado nesta mesma revista (Pezatti, 1993), demonstramos que há duas ordens naturais de constituintes sentenciais no português falado, de acordo com o tipo de verbo. Nesse estudo, distinguimos três classes de verbos: uma de verbos transitivos (V2) e duas classes de verbos intransitivos – os não existenciais ($V1 \sim e$) e os existenciais (V1e). São considerados verbos existenciais aqueles que denotam a emergência ou a existência positiva ou negativa de uma entidade, como *ser*, *ter*, *existir*, *acontecer*, *faltar*, *falhar*, *pifar*, além de verbos como *sair*, *vir*, *entrar* em construções do tipo:

- (1) *sai as briga em família*
- (2) *vinha um novo anticristo*
- (3) *na minha casa, entra muita história em quadrinho*

Com verbos transitivos e intransitivos não existenciais, a ordem predominante é sujeito-verbo-(objeto) (SV(O)) em 95,8% das ocorrências. Já os verbos intransitivos existenciais apresentam, proporcionalmente, a ordem verbo-sujeito (VS) em 94,8% das ocorrências. Desse modo, conclui-se que há duas ordens naturais e não marcadas no português oral do Brasil: SV(O) e VS, cada qual configurando respectivamente os padrões nominativo e ergativo.

Observa-se ainda que os verbos transitivos e intransitivos não existenciais apresentam geralmente como argumento sujeito um agente, beneficiário ou experienciador, ou seja, um argumento que, de alguma forma, participa do evento enunciado no verbo, sendo por isso um argumento *ativo*, a Origem do evento. No caso dos verbos transitivos, o segundo argumento é um paciente ou neutro, não participando do evento, sendo, então, um argumento *inativo*, e indica o Fim do evento.

Com relação aos verbos existenciais, nota-se que seu único argumento é também neutro ou paciente, e implica o Fim do evento, quer dizer, não é a Origem mas a Meta do evento. Tais características equipara-o ao objeto do verbo transitivo. Há, então, um alinhamento do objeto transitivo ao sujeito intransitivo existencial em oposição ao sujeito transitivo e intransitivo não existencial.

Veremos a seguir que tais similaridades não se restringem aos aspectos categoriais, mas carregam implicações pragmático-discursivas.

A relação tópico-comentário é uma estrutura conceitual que tem sido privilegiada desde o princípio pela abordagem funcionalista. A centralidade desses conceitos decorre certamente de uma necessidade teórica, nos termos em que esse enfoque privilegia na linguagem também a centralidade da função de comunicação.

DeLancey (1981) considera que uma parte significativa da estrutura semântica de uma língua constitui uma lista de cenas prototípicas, especificadas por um conjunto canônico de participantes. Uma sentença descreve um evento real ou imaginário, invocando a cena prototípica de que ela é um exemplo e identificando os papéis dos participantes com entidades existentes no universo do discurso. Na comunicação real, nem todos os aspectos do evento prototípico têm igual interesse. Assim, todas as línguas são dotadas de mecanismos para marcar a importância comunicacional relativa das várias entidades e eventos na sentença ou no discurso. Tal fato está relacionado a duas noções psicológicas, *fluxo de atenção* e *ponto de vista*, parâmetros fundamentais que contribuem para determinar o interesse relativo de várias entidades envolvidas no evento real. Esses termos são, entretanto, também aplicáveis a mecanismos lingüísticos que indicam os valores desses parâmetros na sentença. Há assim um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem natural, que se referem a estratégias perceptuais, e um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem lingüística, que se referem a mecanismos lingüísticos. Marcação de caso, concordância,

cia verbal e ordem dos constituintes são os marcadores principais do fluxo de atenção e do ponto de vista lingüísticos.

É o fluxo de atenção que determina a ordenação linear dos sintagmas nominais (SNs) na sentença. Os SNs na sentença são apresentados na seqüência desejada pelo falante para que o ouvinte atente para eles. Alterações de ordem como alterações de voz e topicalizações são mecanismos usados para controlar o fluxo de atenção. A base do fluxo de atenção natural é a ordenação temporal de fases do evento, de modo que a ordenação dos SNs na sentença deve refleti-la. É necessário haver motivações especiais para que o fluxo de atenção lingüístico não recapitule o fluxo de atenção natural. Quando isso ocorre, o fluxo de atenção lingüístico se torna fortemente marcado.

Um dos fatores que determinam a não-coincidência do fluxo de atenção natural com o lingüístico é o ponto de vista. Há, *a priori*, dois pontos de vista possíveis a partir dos quais se descreve uma cena: o ponto de vista de um observador desinteressado e o ponto de vista vinculado a um dos participantes. Todas as línguas presumivelmente possuem mecanismos gramaticais e lexicais que especificam o ponto de vista da sentença. O ponto de vista prototípico é o lugar do ato de fala, mas pode estar associado a um dos participantes; dessa forma, os eventos de movimento caracterizam-se por convergir para o local do ato de fala ou para um substituto contextualmente definido. Ponto de vista é fundamentalmente uma noção dêitica: havendo, no evento, a presença da primeira ou segunda pessoas, o ponto de vista mais natural para a sentença será o delas. O SN identificado como sujeito de uma sentença caracteriza-se por constituir, ao mesmo tempo, o ponto de vista e o ponto de partida do fluxo de atenção lingüísticos.

O fluxo de atenção lingüístico segue geralmente a ordem natural da Origem para a Meta, por isso não é arbitrário o fato de ser a seqüência sujeito-objeto a ordem mais comum de palavras nas línguas humanas. O fluxo de atenção na sentença transitiva parte do agente (Origem) para o paciente (Meta); e nos eventos de percepção, o ponto de partida é o experienciador e o elemento percebido, Meta.

O ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico é o elemento mais à esquerda na sentença, e será por nós denominado, de agora em diante, *tópico*, sendo o restante, o *comentário*, a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto (o foco, segundo Dik).

As estruturas sentenciais de ordem sujeito-verbo-(objeto) (SV(O)) indicam, então, eventos que começam linearmente num ponto do espaço (Origem) e subsequentemente terminam num outro (Meta), entendendo-se por Origem o hiperpapel *ativo*, que inclui o agente, o experienciador e o beneficiário, e por Meta, o hiperpapel *inativo*, que implica o paciente, neutro, especificador, resultativo e receptivo (Pezatti, 1992, 1993). A ordem SV(O) representa assim a ordem natural de colocação dos constituintes na sentença, uma vez que apresenta um ponto de vista lingüístico (o sujeito) e o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, ou seja, o *tópico*, e também o objetivo do

discurso, o *comentário*. O sujeito coincide com o tópico, e o predicado, com o comentário, a informação relevante. Assim, na oração

(4) *minha senhora chamou a mãe*

o sujeito *minha senhora* é também o tópico da sentença, e o predicado *chamou a mãe* é o comentário. O evento se inicia num ponto, o agente-Origem, e termina num outro, o paciente-Meta.

Por outro lado, estruturas sentenciais de ordem verbo-sujeito (VS) não apresentam um ponto de origem do evento; pelo contrário, apresentam apenas o Fim do evento, a Meta (argumento neutro ou paciente). Considerando-se que o fluxo de atenção lingüístico parte da Origem para Meta, deduz-se que também VS constitui uma ordem natural, pois não ocorre inversão Meta para Origem; ao contrário, há a manutenção da ordem natural, cujo ponto final é a Meta. Nessas construções o verbo e seu único argumento nuclear constituem uma unidade fechada que, ao descrever uma situação, não especifica um elemento como ponto de partida ou ponto de vista. A informação é dada globalmente, como um todo; o processo é apresentado em si mesmo, independente de um ser que lhe sirva de marco ou referência. Tais estruturas apresentam, portanto, só o objetivo do discurso, o comentário, conforme demonstram os exemplos:

- (5) *acontece uma série de coisas*
- (6) *falta elementos técnicos*
- (7) *bateu seis horas*

Essas duas ordens naturais de argumentos nucleares do verbo, sintetizando um conjunto de traços, constituem um dos recursos gramaticais do português falado utilizado para indicar o relevo discursivo, ou seja, a relação figura-fundo no discurso.

3. A relação figura – fundo

Guillaume (1966) afirma que nenhum pensamento, nenhuma ação seria possível, se a percepção apresentasse todas as estruturas possíveis no mesmo plano, sem relevo psíquico, com a mesma realidade e a mesma diferenciação. Só há percepção do objeto se existirem diferenças de intensidade entre as excitações provenientes de diversas partes do campo. Figuras coloridas apresentadas contra fundo de cor muito diferente, mas de igual claridade, são pouco visíveis, com limites flutuantes: tudo parece em movimento. Ao contrário, mesmo com tinta de cor uniforme, uma leve diferença de claridade entre figura e fundo basta para estabilizar a percepção. Todo objeto sensível não existe senão em relação a um fundo; afirmação essa que se aplica não somente às coisas visíveis, mas a toda espécie de objeto ou de fato sensível: um som destaca-se de um fundo constituído por outros sons ou ruídos, ou de um fundo de silêncio, do mesmo modo que um objeto se destaca de um fundo luminoso ou escuro. O fundo,

como o objeto, pode ser constituído por excitações complexas e heterogêneas. A parte que se destaca de um fundo é chamada figura.

O fundo não tem contornos próprios, possui caráter indefinido, informe, é uma continuidade amorfa, inorgânica, que se estende sob a figura. Esta tem, por sua vez, uma forma, um contorno, uma organização, oferecendo, por isso, mais estabilidade, mais resistência à variação. Quando a figura é mais complicada, permanece uma unidade, um todo, mas um todo articulado, composto de partes ou membros que são unidades secundárias e têm, mesmo na percepção global, não analítica, existência psicológica real; não são fragmentos recortados arbitrariamente, mas sua existência e seus limites naturais são dados com os do todo.

Desse modo, o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade a fim de facilitar tanto a representação interna quanto sua exteriorização para as pessoas. Assim, os usuários da língua constroem as sentenças de acordo com seus objetivos comunicativos e com sua percepção das necessidades do ouvinte. Ou seja, em qualquer situação de fala, algumas partes do que se diz são mais relevantes que outras, destacam-se de um fundo que lhes dá sustentação. Essa parte do discurso que não contribui imediatamente para os objetivos do falante, mas que apenas sustenta, amplia ou comenta o aspecto principal é chamada *fundo (background)*. Em contraste, o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha-mor da comunicação, chama-se *figura (foreground)*.

A porção de figura comprehende o esqueleto do texto, constitui a estrutura básica, e faz o discurso progredir, enquanto a porção de fundo coloca carne no esqueleto, mas não faz parte da coerência estrutural e nem contribui para a progressão discursiva.

Constituem, portanto, a porção de figura as orações que apresentam as seguintes características: 1. constituem a linha principal de progressão do discurso, apresentando, então, uma ordem lógica, não necessariamente cronológica, como na narrativa; 2. conservam o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; 3. mantêm a continuidade de tópico; 4. mostram dinamicidade. Como porção de fundo entendem-se as sentenças com as seguintes características: 1. podem estar em qualquer lugar do discurso, sem obedecer a uma ordem lógica; 2. contribuem para a montagem do cenário, ou melhor, dão suporte para o desenvolvimento discursivo, ampliando ou comentando sua linha principal; 3. possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações freqüentes de sujeito; 4. indicam situações descritivas e estáticas e aspecto imperfectivo; 5. indicam, enfim, estado ou situação necessários para o entendimento de motivos e atitudes do falante.

As línguas possuem recursos morfológicos e sintáticos que refletem o relevo discursivo; apresentam, em outros termos, indícios que denotam se uma sentença é figura ou fundo. Esses recursos variam desde partículas discursivas, colocadas em pontos estratégicos para prevenir o ouvinte de que a oração corrente ou subsequente é fundo ou figura, até a elaboração de paradigmas verbais (tempo e aspecto) especializados para essa distinção.

Hopper & Thompson (1980) consideram que, no inglês, não é apenas um traço o responsável pela distinção figura-fundo, mas é um conjunto deles que determina a altura da sentença na escala de transitividade: tanto mais uma sentença será figura quanto mais alto for seu grau de transitividade. Há, para eles, uma alta correlação entre o relevo e o grau de transitividade da sentença.⁵

A transitividade é tradicionalmente entendida como uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que se carrega ou se transfere uma atividade de um agente para um paciente. Assim, do ponto de vista tradicional, implica necessariamente a existência de, pelo menos, dois participantes e uma ação, de algum modo tipicamente efetiva. Hopper & Thompson (op. cit.) isolam os traços componentes da transitividade, examinando o modo como as línguas os codificam. Identificam os seguintes parâmetros de transitividade, cujo arranjo fornece uma escala em que as orações podem ser classificadas:

Parâmetros	Transitividade	
	Alta	Baixa
A. participantes	dois ou mais, A e O ⁶	apenas um
B. cíncese	ação	não-ação
C. aspecto	télico	atélico
D. punctualidade	punctual	não-punctual
E. volitividade	A volitivo	A não-volitivo
F. polaridade	afirmativo	negativo
G. modalidade	real	irreal
H. agentividade	A alto em potência	A baixo em potência
I. afetabilidade de O	O totalmente afetado	O não-afetado
J. individuação de O	O altamente individuado	O não-individuado

5. Fillmore (1977) conceitua a dicotomia figura – fundo de um ponto de vista diferente. Os significados, para Fillmore, relativizam-se em cenas. Se, por exemplo, alguém diz que passou certo tempo “em terra”, sabe-se que a seleção se operou por contraste com “ao mar” e que, por conseguinte, os termos desse paradigma requerem um cenário de fundo envolvendo uma viagem marítima. É como se a descrição do significado de unidades lingüísticas devesse identificar simultaneamente figura e fundo. A escolha de uma expressão ativa a cena toda (fundo) mas apresenta em perspectiva somente um aspecto ou parte de toda cena (figura). Não é exatamente nesse sentido que se tratam, neste trabalho, os conceitos de figura e fundo que, derivados da Gestalt, distinguem aquilo que o falante codifica como essencial daquilo que considera acessório (Hopper, 1979; Hopper & Thompson, op. cit.).

6. Silveira (1989, 1992) interpreta equivocadamente A e O do parâmetro participantes como agente e objeto, usados por Hopper & Thompson em referência aos dois participantes de uma oração de dois argumentos, no sentido de Dixon (1979). Se A fosse entendido necessariamente como agente, não haveria necessidade do parâmetro agentividade. Devemos lembrar que, para Dixon, A e O são categorias sintáticas respectivamente de sujeito e objeto de verbo transitivo, e não papéis semânticos de agente e paciente.

Esses parâmetros se caracterizam a partir dos seguintes princípios definidores:

- (A) *participantes*: para ser efetivamente transferida, uma ação deve ter, no mínimo, dois participantes envolvidos, A e O;
- (B) *cinese*: essa propriedade implica que somente ações podem ser transferidas de um participante para outro, e não estados;
- (C) *aspecto*: esse traço indica que a ação é vista de seu ponto final; uma ação télica (perfectiva) é mais efetivamente transferida para o objeto que as atéticas (imperfectivas);
- (D) *punctualidade*: por esse traço entende-se que a ação, transferida sem nenhuma fase transitacional óbvia entre início e fim, é expressa por verbos punctuais, tendo efeito mais marcado sobre o objeto que ações inherentemente processivas;
- (E) *volitividade*: essa propriedade pressupõe que o efeito sobre o objeto é tipicamente mais aparente quando o sujeito (A) é apresentado exercendo seu papel consciente e voluntariamente;
- (F) *polaridade*: essa propriedade se refere à distinção entre afirmação e negação, sendo mais efetiva aquela do que esta;
- (G) *modalidade*: por modalidade, entende-se a distinção entre uma codificação real e irreal do evento; uma ação que ocorre num mundo irreal é obviamente menos efetiva do que outra que ocorre no real;
- (H) *agentividade*: por esse traço entende-se que participantes com alto grau de agentividade podem efetuar a transferência de uma ação, enquanto os de grau baixo não podem fazê-lo;
- (I) *afetabilidade* e (J) *individuação* referem-se especificamente ao participante O (objeto). Por afetabilidade do objeto entende-se o efeito que a ação produz sobre ele, e individuação implica os traços definido e referencial, entendendo-se que, quanto mais individuado for o objeto, maior será o efeito da ação sobre ele.

Ainda que restrito ao seu modo mais convencional e tradicional possível, o conceito de transitividade pode, então, ser dividido em traços constituintes, cada qual focalizando um diferente aspecto de sua transferência em diferentes partes da oração.

Com base nessas propriedades e em seus traços constituintes, Hopper & Thompson formulam a hipótese da transitividade nos seguintes termos: se duas orações (a) e (b) de uma língua diferem de tal modo que (a) apresente alto grau maior de transitividade de acordo com qualquer um dos traços A-J, e, se uma diferença gramatical ou semântica concomitante aparece em algum outro lugar da oração, então tal diferença mostrará correlativamente que (a) tem grau maior de transitividade que (b).

A presença de um O manifesto é somente um traço da oração transitiva; essa propriedade coexiste com outras, como agentividade, cinese. Há, assim, tanto sentenças de alto grau de transitividade (*Susana saiu*) com um único participante quanto sentenças de baixo grau de transitividade com dois participantes (*Jeremias ama Sofia*). Orações do tipo *Me gusta la cerveza* e construções de antipassiva e incorporação de O têm a função de codificar orações tão baixas em transitividade quanto as intransitivas. A transitividade não é, como se vê, dicotômica, mas um

continuum; por isso orações sem O manifesto podem situar-se em algum lugar da linha contínua e não necessariamente no extremo intransitivo.

As línguas possuem universalmente estruturas morfossintáticas que refletem o grau de transitividade de uma oração. A difusão desses recursos e sua similaridade ao longo de línguas diferentes parecem demandar alto nível funcional. Sem conexão com a função discursiva, os componentes de transitividade têm, separadamente, somente um relacionamento arbitrário entre si. A função discursiva de cada componente da transitividade está relacionada ao relevo discursivo.

Examina-se, a seguir, a contribuição que cada uma dessas propriedades, caracterizadoras da transitividade, fornece à função de determinar o relevo discursivo.

Observemos inicialmente a propriedade *participante*. Há uma tendência para fundo estar associado a um único argumento e figura a mais de um, pois as partes do discurso que constituem o cenário e outros detalhes a ele subordinados tendem a ser expressas por meio de formas verbais que denotam estados, não havendo movimento da ação de um participante a outro.

Quanto à *cinese*, observa-se que orações de figura narram tipicamente eventos, isto é, indicam mudança de lugar ou condição, ao contrário de orações de fundo, cujo verbo é não cinético.

O aspecto se refere à telecidez da ação do predicado. Um predicado que especifica um ponto final ou um limite conceitual é considerado télico. Predicados télicos são geralmente figura, já que orações de figura recontam tipicamente seqüências de eventos que imitam sua ordem cronológica, como supostamente ocorreram. Cada evento é visto, então, em sua totalidade; do ponto de vista do discurso acha-se ligado, a seu começo, pelo término do evento precedente e, a seu fim, pelo início do próximo. As fronteiras criadas pela progressão discursiva têm uma correspondência natural, no nível da gramática da sentença, com as várias estratégias empregadas para limitar uma ação – incluindo aí a morfologia aspectual e os advérbios de tempo, que dão um limite explícito à ação. Em fundo, entretanto, eventos e situações não são limitados pelo discurso: são apresentados como progressivos, repetidos ou simultâneos aos eventos de figura.

O traço *punctualidade* se refere ao inesperado de uma ação, ou à ausência de uma clara fase transicional entre início e completude. Verbos punctuais contrastam com iterativos e durativos, denotando geralmente eventos discursivos que ocorrem em figura.

Os fatores *volitividade* e *agentividade* se referem ao grau de envolvimento do A na atividade do verbo. A proeminência dessas propriedades em figura deriva do fato de ser a linha da história desenvolvida tipicamente por pessoas que desempenham ações e, especialmente, por pessoas que deliberadamente iniciam eventos. Orações de figura tendem, além disso, a ter A mais à esquerda do que à direita da hierarquia de agentividade com uma topicalidade intrínseca, ou seja, são argumentos comumente definidos e referenciais.

As propriedades *modalidade* e *polaridade* implicam a raridade de orações negativas em figura, já que a negação implica uma digressão para um mundo possível, mas não real, enquanto eventos narrados implicam afirmação e acontecimentos reais.

As propriedades *afetabilidade* e *individuação* aplicam-se à natureza do argumento O. Uma vez que a afetabilidade total do objeto decorre de uma perfectividade semântica do verbo, é perfeitamente comprehensível sua correlação com figura. Por O individuado entende-se o argumento referencial e definido. Objetos indefinidos são associados a estruturas intransitivas; isso sugere que tal argumento não constitui realmente um objeto, mas um simples acompanhamento adverbial do verbo.

Como veremos, no português, a ordem de constituintes, associada ao grau de transitividade, é um dos recursos para se indicar o relevo discursivo.

4. A função da ordem SV(O) na estruturação do discurso

A ordem SV(O) apresenta sempre um sujeito, a Origem, que, se não é agente, é pelo menos humano ou animado, e, por isso mesmo, é o ponto de vista e o tópico, o pressuposto. Dificilmente é o sujeito o elemento novo da sentença, já que discursos tendem a falar sobre seres humanos – de acordo com a tendência antropocêntrica do homem. O grau mínimo de transitividade que apresenta é três, na escala de Hopper & Thompson (op. cit.).

Em virtude de apresentar tanto o ponto de partida, o tópico, quanto o comentário, a ordem SV(O) contribui para a progressão do discurso já que conserva o mesmo sujeito, introduzindo material novo no predicado; mantém a continuidade de tópico e mostra dinamicidade, pois geralmente apresenta grau de transitividade acima de três. Devido a tais características, a ordem SV(O) fornece a linha principal de desenvolvimento do discurso, move-o para a frente. É mais empregada, portanto, na porção de *figura*. Um exemplo claro do papel de figura que desempenha a ordem (SV(O)) é o seguinte:

- (8) Inf. ...foi perdido...o pouco de café que nós tínhamos...o mato já tinha tomado conta...
então:::o velho se aborreceu...e:: vendeu a fazenda nessa ocasião quando então ele
mudou-se para Santos...onde vive até hoje... (DID, n. 208, p. 92)

Nesse texto, em que o falante narra uma parte da sua vida, observa-se que, para fazer progredir o discurso, usa três orações com a ordem SV(O), conservando o mesmo sujeito/tópico (*o velho*) – *o velho se aborreceu, vendeu a fazenda, ele mudou-se para Santos* – e, como fundo, ele emprega a voz passiva – *foi perdido o pouco de café que nós tínhamos* – e uma oração com outro sujeito – *o mato já tinha tomado conta*.

5. A função da ordem VS na estruturação do discurso

Conforme já foi demonstrado, a ordem verbo-sujeito (VS) não define um ponto de partida lingüístico coincidindo com o ponto de vista, ou seja, não dispõe de um sujeito que é ao mesmo tempo o tópico. Não apresenta a Origem, mas tão-somente a Meta, o Fim do evento. É, na verdade, uma frase-comentário e, por isso, possibilita mudança de tópico e introdução de referente novo.¹ É por isso também denominada de apresentacional – função já muito discutida na literatura (Votre & Naro, 1986).

Quando apresentacionais, as construções VS introduzem um novo tópico ou elemento novo no discurso, que pode tanto fornecer material de suporte quanto ser abandonado, servindo meramente para montar o cenário para o desenvolvimento do discurso. Para ilustrar o primeiro caso, observe-se o seguinte texto:

- (9) *existe uma...retenção de moeda uma demanda de moeda por motivo transação...existe uma demanda de moeda por motivo precaução...esses dois tipos de demanda de moeda já foram discutidos pelos clássicos pelos economistas clássicos.* (EF, n. 338, p. 28)

As duas sentenças com *existir* exercem a função de apresentar o novo tópico – os dois tipos de retenção de moeda – que passará a ser discutido pelo falante.

Já o exemplo seguinte mostra o uso da ordem VS como mera parte do cenário discursivo:

- (10) L1... e:: eu não fiz por falta de tempo porque eu me casei no:: tercei/ no no terceiro ano...de faculdade e daí logo vieram as gêmeas e eu não::...fiz...a Orientação no quarto ano porque a carga horária era muito grande...sabe? então eu... (D2, n. 360, p. 176)

Nesse caso, deve-se interpretar a oração VS – *vieram as gêmeas* – como um tipo de comentário marginal em relação ao fluxo principal do discurso, razão por que é logo abandonada a entidade por ela introduzida – *as gêmeas* –, servindo apenas como pano de fundo para a linha principal do discurso.

Há ainda, no *corpus* analisado, casos de *ser* existencial com valor apresentacional, indicando novas propriedades qualitativas:

- (11) Inf. uhn:: não me lembro viu?...não me lembro...agora...o::também houve uma época em que se costumava fazer...plantar árvores que:: encobrissem o café...então era o:: chamado café coberto...plantar por exemplo...ingá...pra cobrir o café porque... (DID, n. 18, p. 20)

As orações existenciais com verbo *ser*, no entanto, nem sempre são apresentacionais, nos termos da função já mencionada, de introduzir informação nova no discurso. Podem, ao contrário, ter por função finalizar um tópico, indicando que o discurso acabou e que o interlocutor pode, por sua vez, assumir o turno conversacional.

Têm, portanto, função de coda, conforme mencionada primeiramente por Labov (1978, p. 365).

A coda geralmente indica o fim de um turno de fala, ela dá ao ouvinte uma sensação de satisfação e completude, ou seja, indica que o tópico ou subtópico está encerrado. Tem ainda a propriedade de fazer a ligação entre o momento do início e fim da narrativa e o presente da enunciação, trazendo narrador e ouvinte de volta ao ponto de início da narrativa. Observe-se, a título de exemplificação, a seguinte narrativa extraída do corpus:

- (12) Inf. ...por exemplo uma hora deu um tumulto no aeroporto...porque nós precisávamos dum ônibus urbano para faze::r uma das cenas do filme...e pedimos começamos a pe/ a pegar pessoas da ru::a...que estavam ali no momento...pra participarem da cena dentro dum ônibus que nós havíamos conseguido da empresa...e todo mundo queria participar daquele jeito o ônibus ia ficar MAIS que superlotado porque todo mundo queria aparecer ((riu))...e o pior não é isso o pior é que todo mundo queria aparecer na janelinha fazendo tchau e alô papai alô mamãe o que o que era pior ainda né?...então tem esses problemas que nós tínhamos que enfrentar que o cinema profissional não tinha...mas valeu porque:: *foi uma diversão fora do comum* um negócio muito bacana....
(DID, n. 161, p. 56)

A frase grifada é uma sentença independente que fecha o tópico do discurso, encerra a narração e indica que o interlocutor pode assumir a palavra, já que ambos os participantes estão de volta ao ponto de início da narrativa.

A análise do corpus do Projeto da Norma Urbana Culta de São Paulo mostra haver alguns casos de coda que encerram não narrativas propriamente ditas, mas subtópicos discursivos, observáveis nos exemplos abaixo:

- (13) L1 e uma coisa e outra...e agora vão dois para a escola mas...têm atividades extras...
L2 uhn uhn
L1 então é *um corre corre realmente* não é?
(D2, n. 360, p. 140)

Nesse diálogo, a frase em itálico indica o fechamento do subtópico – a atividade diária do falante –, mostrando que, tendo-se esgotado o assunto, o falante considera encerrado o discurso, ritual comum de troca de turno conversacional.

No exemplo (14):

- (14) Inf. ...aquilo deve ser cansativo HORROROSO depois quando vai (a/ a/) encenar eu acho que o pessoal já está sabendo mais do que de cor eu tenho a impressão que é *um trabalho árduo é uma luta tremenda* né?
(DID, n. 234, p. 108)

o falante encerra uma discussão sobre a elaboração de uma peça de teatro, emitindo, com a coda, sua opinião.

Já em (15):

- (15) Inf. PREFERIVELMENTE batatas fritas né?...ou então pode ser também::o bife::a cavalo com ovo né?...ou então...o bife com:: salada...*são os três tipos...de acompanhamento para o meu coitado do meu bife ((riu))...*
 (DID, n. 235, p. 132)

o locutor, com a sentença em itálico, finaliza a descrição do subtópico – acompanhamentos de seu bife – questionado pelo documentador, passando-lhe, então, o turno conversacional.

Assim, a função de introduzir ou encerrar tópicos, própria da ordem VS, dá ao falante material para sustentar, ampliar ou comentar a linha principal do discurso.

Observa-se também que as orações VS indicam situações descritivas e estáticas necessárias para o entendimento de motivos e atitudes do falante. Contribuem, assim, para a descrição ou montagem do cenário com base no qual se elabora o discurso. Além disso, não precisam obedecer a uma ordem lógica; possibilitam mudança de tópico e introdução de informação nova, assim como alterações freqüentes de sujeito. O grau máximo de transitividade que apresenta é três, numa escala de zero a dez, conforme Hopper & Thompson. Tais orações constituem, em outros termos, orações de *fundo*.

A análise dos dados mostrou que a ordem SV(O) predomina na porção de figura em 66,6% das ocorrências; a seqüência SV também ocorre com maior freqüência em figura (52,2%), enquanto a ordem VS predomina esmagadoramente na porção de fundo (80,2%). O quadro abaixo apresenta a relação entre a ordem de constituintes e o relevo discursivo.

	<i>Ordem</i>	<i>Figura</i>	<i>Fundo</i>
V2	SV(O)	66,6%	33,4%
V1~ e	SV	52,2%	47,8%
V1e	VS	19,8%	80,2%

Verifica-se que sentenças SV(O) são possíveis na porção de fundo. Mas isso ocorre somente quando apresentam um conjunto de traços característicos, ou seja, o verbo é de estado, o argumento é não agente, o aspecto é imperfectivo e/ou iterativo, o acontecimento é negado ou ainda irreal ou possível. Concluindo, sentenças SV(O) são fundo quando apresentarem baixa transitividade. Podemos confirmar isso no exemplo (8), acima citado, em que a sentença *o mato já tinha tomado conta* mostra grau de transitividade baixo em relação às outras sentenças SV(O), já que apresenta, marcados positivamente, apenas os traços cinese, polaridade, agentividade e modalidade, sendo participantes, aspecto, punctualidade, volitividade, afetabilidade e individuação do objeto marcados negativamente.

As orações VS, como já foi observado, representam fundo em 80,2% das ocorrências, restando apenas 19,8% para representar figura. Todos os exemplos de ordem VS apresentados até aqui correspondem a orações de fundo, uma vez que,

apresentando ou encerrando um tópico, não contribuem para a progressão discursiva, apenas suprem a linha principal do discurso com novas informações.

Os casos de ordem VS que, ao invés de dar suporte à linha do discurso, contribuem para seu desenvolvimento progressivo são raros, mas ocorrem, como o do exemplo que segue:

- (16) Inf. evoluir evoluiu...evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil...ma:s ainda falta muita coisa...tem muita coisa a desejar...primeiro...primeiro passo *existem pou-
QUI:ssimos teatros...* principalmente em São Paulo mas pouQUÍ:ssimos mesmo...
(DID, n. 161, p. 52)

A função não natural de representar figura, na sentença destacada em itálico, foi possível graças ao recurso próprio também do português, de inserir um elemento que previne o interlocutor de que é figura a sentença seguinte. Esse elemento, no caso em questão, é introdutor de itens, como *primeiro passo*, que dá ao interlocutor a certeza de que haverá outros, ou seja, previne-o de que a sentença seguinte é figura. As outras orações existenciais do exemplo exercem a função normal de fundo – *ainda falta muita coisa e tem muita coisa a desejar* –, somente aquela se torna figura, por ser introduzida por um elemento específico.

Deve-se observar ainda que, com relação ao grau de transitividade, o relevo discursivo é relativo ao texto em questão. No narrativo, por sua própria natureza, predominam sentenças altas em transitividade, ou seja, entre quatro (4) e dez (10) graus na escala. Já no descritivo e no dissertativo, também devido à sua natureza, o grau de transitividade varia entre um (1) e quatro (4). Isso não quer dizer que não haja sentenças de figura nos dois últimos e de fundo no primeiro. Em qualquer texto há tanto sentenças de fundo quanto de figura, mas as sentenças relativamente mais altas são sempre figura e as mais baixas, fundo.

6. Conclusão

Como vimos, a importância das duas ordens do português não fica restrita ao nível da descrição sentencial. Essas construções têm papéis bem definidos na estruturação do discurso. A ordem SV(O) é responsável pela progressão discursiva, uma vez que, mantendo o mesmo tópico, faz o discurso progredir com as informações novas colocadas no predicado. Normalmente são, portanto, orações de figura, já que referenciam objetivamente os fatos que compõem o evento. A função discursiva da ordem VS, por outro lado, é montar o cenário para o desenvolvimento do discurso, seja apresentando elementos novos, seja “cerrando a cortina”, quando o falante dá por terminado o discurso, constituindo, desse modo, orações de fundo.

Este é um estudo funcionalista que alia o conteúdo categorial ao pragmático. Assim, não só a ordem VS é uma escolha motivada por fatores discursivos, mas

também a ordem SV(O), considerada não marcada e predominante, é resultado de necessidades discursivas.

PEZATTI, E. G. A functional approach to word order in spoken Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 37-56, 1994.

- *ABSTRACT. This paper deals with the functional meaning of the two natural word orders of spoken Portuguese SV(O) and VS SV(O) order, representing topic/comment relation, implies relatively high transitivity. Consequently, it is correlated with foregrounding, contributing to the discursive progression. On the other hand, VS order, presenting just the comment, implies low transitivity; consequently, it is correlated with backgrounding, contributing to set the discourse scene. Therefore, the two orders together with transitivity shape the grounding marks*
- *KEYWORDS. SV(O) and VS order, topic, comment, transitivity; grounding; background; foreground, coda.*

Referências bibliográficas

- 1 CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1986, 1987.
- 2 De LANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language*, Baltimore, v. 57, n. 3, p. 626-57, 1981.
- 3 DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- 4 DIK, S. *Functional grammar*. Dordrecht, Cinnaminson: Foris Publication, 1981.
- 5 DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Funcionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- 6 DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 59-138, 1979.
- 7 FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R. T. (Ed.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, 1968.
- 8 _____. The case for case reopened. In: COLE, P., SADOCK, J. M. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v. 8.
- 9 GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (Ed.) *Universals of language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1963.
- 10 GUILLAUME, P. *Psicologia da forma*. São Paulo: Nacional, 1966.
- 11 HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVON, T. (Ed.) *Syntax and semantics: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979. v. 12.
- 12 HOPPER, P., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.
- 13 LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.
- 14 _____. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Publishing Co., 1987.

- 15 PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- 16 _____. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa* São Paulo, v. 37, p. 159-78, 1993.
- 17 PRETI, D., URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- 18 SILVEIRA, E. S. Análise da transitividade em narrativas. *Letras e Letras*, Uberlândia, v. 5, n. 1/2, p. 145-77, 1989.
- 19 _____. Relevância discursiva. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 49-64, 1992.
- 20 TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- 21 VOTRE, S., NARO, A. J. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. *Relatório final de subsídios sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação*. Rio de Janeiro: FINEP, 1986. (Mimeoogr.).

TEMPOS VERBAIS: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza CAMPOS
Paulo de Tarso GALEMBECK¹

- **RESUMO:** Partindo da hipótese de transitividade de Hopper & Thompson (1980), segundo a qual se mede a transitividade por uma série de traços e introduzindo algumas adaptações, decidimos analisar os dois pretéritos da língua portuguesa, o perfeito e o imperfeito, seguindo os parâmetros por eles apresentados. Para avaliar o grau de transitividade das orações em que se encontram esses dois tempos verbais, utilizamo-nos dos seguintes fatores: valor semântico do A₁, que corresponde à agentividade, à volição e à "kinesis", da hipótese de Hopper & Thompson, pessoa verbal, número de argumentos e grau de afetamento do A₂ (objeto). Avaliamos o relacionamento entre esses vários fatores, que, na realidade, são parâmetros que medem o grau de transitividade, através de tabelas de freqüência, de cada um individualmente, por meio do programa Varbrul, bem como através do cruzamento de dados, pelo programa Crosstab. Procuramos relacionar os dados obtidos estatisticamente através de uma ótica discursiva. Constatamos haver relações entre o uso do perfeito e características de alta transitividade e o do imperfeito e traços de baixa transitividade, ligando-se o perfeito ao primeiro plano do discurso e o imperfeito ao segundo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Perfeito; imperfeito; parâmetros de transitividade; relações discursivas.

É comum, em nossa tradição gramatical, analisar os tempos verbais simplesmente como elementos que remetem o discurso a fatos presentes, passados ou futuros por serem considerados elementos absolutos, sem relação com elementos do enunciado ou da enunciação. Como o faz Tlaskal (1984, p. 250), cujo estudo acerca dos verbos portugueses segue, em linhas gerais, o modelo de Comrie (1985), apontando, como valor central do pretérito perfeito simples, uma duração bem-delimitada e acabada no passado e, como valor periférico, a expressão da anterioridade no passado, emprego que o português padrão reserva ao pretérito mais-que-perfeito. O mesmo autor apresenta, como valores centrais do imperfeito, a duração não delimitada e a simultaneidade (ambas no passado); secundariamente, a eventualidade no presente e no futuro e a posterioridade no passado.

1. Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – 14800-420 – Araraquara – SP – Brasil.

Pretendemos, neste trabalho, mostrar que os conteúdos centrais e periféricos definidos por Tlaskal (op. cit.) não constituem expressões independentes e absolutas, mas se vinculam a elementos de natureza frasal e discursiva. Para alcançar esse objetivo, decidimos seguir, na medida do possível, o modelo funcionalista de Hopper & Thompson (op. cit.), no qual revelam a importância e a universalidade da transitividade.

Hopper & Thompson apresentam o que eles mesmos denominam de uma teoria mais ampla de transitividade, que é medida segundo dez parâmetros bem-definidos: número de argumentos, "kinesis", aspecto, pontualidade, volição, polaridade, modalidade, agentividade, afetamento de O (A_2) e individuação de O. De acordo com esta proposta, a transitividade não se mede por um traço único, mas é constituída por uma série deles que permite estabelecer uma gradiente: desde o mais transitivo, que apresenta o maior número de propriedades até o que possui uma proporção menor, sendo, portanto, classificado como menos transitivo.

Analizando a importância da transitividade, observada nas línguas de um modo geral e, de modo especial, nas línguas ergativas, Hopper & Thompson afirmam que apenas princípios de natureza pragmática justificam-na, conforme sugerem os fatos. Se não houvesse ligação com uma função comunicativa, os componentes da transitividade teriam entre si apenas uma relação arbitrária. Em outros termos, a transitividade, vista de um ângulo frasocêntrico, teria validade provisória e incompleta (op. cit., p. 295). Os dois pesquisadores propõem uma vinculação entre alta transitividade e primeiro plano do discurso e baixa transitividade e segundo plano, pois constataram que propriedades semânticas e gramaticais irrelevantes para o primeiro plano também são irrelevantes para a transitividade, e vice-versa (op. cit., p. 294).

Como podemos observar, Hopper & Thompson (op. cit.), ligando fatos gramaticais a fenômenos discursivo-comunicativos, apresentam uma postura definidamente funcionalista, que se opõe à da gramática formal. Se esta última concebe a "gramática como um conjunto de regras que são separáveis do discurso e que precedem o discurso", para os funcionalistas, a gramática "é um conjunto vagamente definido e sedimentado de elementos que estão continuamente renegociando-se na fala. É provisória e incompleta, e emerge do discurso" (Neves, 1993).

A proposta de Hopper & Thompson inclui, entre os parâmetros que compõem a transitividade no nível da frase, a oposição aspectual entre perfectivo e imperfectivo, o que vem ao encontro de nosso objetivo, o estudo do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, em que utilizamos sua base teórica para verificar até que ponto problemas de natureza frasal e discursiva explicam a oposição entre esses dois tempos verbais. Assim, tomando como ponto de partida para a análise o aspecto, vamos relacioná-lo com os demais traços e, posteriormente, com o conjunto como um todo.

Não nos afastando dos princípios gerais que norteiam essa proposta, tentamos explorar melhor as possibilidades de análise que ela sugere. No que diz respeito à caracterização do argumento 1, que nessa proposta é definido apenas como \pm agentivo, foi utilizada a classificação de papéis temáticos de Chafe (1975), com algumas modificações, tal como se encontra em Borba et al. (1990). Dessa forma,

identificam-se os seguintes tipos de argumento 1 agente, causativo, paciente, experimentador, beneficiário, instrumental e inativo. O que define cada um dos tipos é sua relação semântica com o evento ou a ação expressa pelo verbo, sendo assim caracterizado com mais especificidade o valor temático do argumento 1. Além disso, a classificação que seguimos permite incluir, em um único parâmetro, a "kinesis", a volição e o agentivo de Hopper & Thompson

Não pretendemos analisar todos os parâmetros que compõem a transitividade, mas apenas os mais significativos, como o número de argumentos, as características do argumento 1 e o maior ou menor afetamento do argumento 2 (denominado de O, por Hopper & Thompson). A seguir, tentaremos estabelecer relações entre esses parâmetros e alguns aspectos discursivos, entre os quais se destaca a oposição entre primeiro plano (*foregrounding*) e segundo (*backgrounding*). Os três primeiros receberão tratamento estatístico, considerando-se os percentuais de sua frequência através do programa Varbrul, e os dados obtidos na análise serão cruzados entre si, com a utilização do programa Crosstab,² para verificar em que medida eles se correlacionam ou interpenetram. Os aspectos discursivos serão examinados em termos qualitativos, com base em fragmentos dos inquéritos que formam o *corpus* deste trabalho.

O *corpus* deste trabalho é constituído pelos três tipos de inquéritos do Projeto NURC: elocuções formais (EFs), diálogos entre dois informantes (D_2) e diálogos entre informante e documentador (DIDs). Trata-se dos inquéritos nº 234, 404 e 360 (NURC/SP) e 355, 379 e 328 (NURC/RJ). De cada inquérito foi tomada uma amostra de quinze minutos de gravação, perfazendo, portanto, um total de noventa minutos.³

Numa primeira rodada, observaram-se fatos que exigiram alguns ajustes da nossa parte. Assim, com relação ao número de argumentos, constatamos haver um número muito pouco representativo de ocorrências com três argumentos (3,32% 9/271). Este fato sugeriu-nos a possibilidade de reunir, em um tipo maior, as ocorrências de dois e de três argumentos. Haveria, então, a oposição entre as formas verbais com um argumento e as com mais de um. Com relação ao valor semântico do A_1 , verificamos a ocorrência pouco significativa de certos tipos, como o causativo (1,48% 4/271) e o beneficiário (2,58% 7/271), fato que nos levou também a constituir "proto-tipos", formados a partir de tipos primitivos que teriam traços semânticos comuns entre si. Deste modo, teríamos um *agente*, que reuniria o primitivo agente e o causativo, que apresentam em comum o fato de serem desencadeadores de ações, e um *paciente*, que incluiria em si o paciente e o beneficiário, que têm em comum o traço afetado, pois nos dois casos o A_1 é afetado pela ação verbal. Ainda com relação ao A_1 , consideramos o fato de ele referir-se à primeira pessoa do discurso, ao *eu*, à segunda pessoa do discurso ou à terceira. Constatamos haver, no *corpus* em estudo,

2. Para poder chegar a manusear os dois programas devemos expressar nossos agradecimentos a Maria Luiza Braga, Gisele M. de O. e Silva e Maria Marta P. Scherre, que com muita paciência esclareceram todas as nossas dúvidas.

3. Agradecemos às bolsistas Luciane Alves dos Santos, Marila Cunha da Silva e Sandra Regina de Andrade, por terem atuado no trabalho de codificação dos dados, e às colegas Beatriz de Oliveira Longo e Renata Maria F. C. Marchesan, que trabalharam na codificação dos dados bem como nas discussões que a precederam.

um número muito reduzido de ocorrências de segunda pessoa (1,85%: 5/271), o que nos levou a reunir em um único tipo a primeira e a segunda pessoa, que indicam os participantes ativos do ato discursivo. Essas pessoas opõem-se à terceira, que remete genericamente ao “assunto”, ou a entidades externas ao eixo emissor-receptor.

1. Número de argumentos do verbo

Considerando inicialmente o número de argumentos, temos os seguintes dados numéricos:

Tabela 1 – Número de argumentos e uso do perfeito e do imperfeito

Número de argumentos	Perfeito	Imperfeito	Total
1	49 56%	38 44%	87 32,10%
2	139 76%	45 24%	184 67,90%
Total	188 69%	83 31%	271 100%

Os dados da Tabela 1 mostram-nos que:

- a) nas formas de pretérito perfeito e imperfeito do *corpus* analisado, há maior freqüência de formas com dois argumentos (67,90%: 184/271) do que com um único (32,10%: 87/271);
- b) havendo dois argumentos, percebemos ser sensível o predomínio de formas de pretérito perfeito sobre as de imperfeito;
- c) quando temos um único argumento, observamos um aumento no percentual de pretéritos imperfeitos (44%: 38/87) em relação ao que encontramos com dois argumentos (24%: 45/184), mas este percentual não chega a superar o de pretéritos perfeitos. Nesse caso, os percentuais dos dois pretéritos estão muito próximos uns dos outros, como pode ser observado na Tabela 1;
- d) o traço *dois argumentos* seleciona pretérito perfeito e o traço *um argumento* faz com que aumente o percentual de imperfeitos, cujo total, porém, não chega a ultrapassar o de perfeitos. Se considerarmos, porém, que o percentual de pretéritos perfeitos é muito superior ao de imperfeitos, o fato de os dois percentuais estarem próximos é um dado numérico a favor do pretérito imperfeito.

Considerando esses mesmos dados sob outro ângulo, temos o seguinte: de todos os pretéritos perfeitos, 26,06% (49/188) ocorrem com um argumento e 73,94% (139/188), com dois (ou três). De todos os imperfeitos, 45,78% (38/83) encontram-se com um argumento e 54,22% (45/83), com dois (ou três). Esses dados numéricos vêm apenas corroborar os acima apresentados, não lhes acrescentando nenhum fato novo.

2. Valor semântico do A₁

Passando a considerar o valor semântico do A₁, temos os seguintes dados numéricos:

Tabela 2 – Perfeitos e imperfeitos e valor semântico do A₁

Valor semântico do A ₁	Perfeito	Imperfeito	Total
Inativo	27 38%	45 63%	72 26,57%
Agente/causativo	96 79%	26 21%	122 45%
Paciente/beneficiário	40 85%	7 15%	47 17,34%
Experimentador	25 83%	5 17%	30 11,07%
Total	188 69%	83 31%	271 100%

Considerando os dados da Tabela 2, observamos que os traços agente/causativo, paciente/beneficiário e experimentador no A₁ favorecem significativamente o uso do pretérito perfeito (79%, 85% e 83%, respectivamente) e o traço inativo, o do imperfeito (63%).

Analisando esses mesmos dados de outro ângulo, temos o seguinte: de todos os pretéritos perfeitos do *corpus*, 14,36% (27/188) estão acompanhados por A₁ inativo; 51,06% (96/188), por A₁ agente e causativo; 21,28% (40/188), por A₁ paciente e beneficiário; e 13,38% (25/188), experimentador. Com relação aos imperfeitos, 54,21% (45/83) têm A₁ inativo; 31,32% (26/83), agente e causativo; 8,93% (7/83), paciente e beneficiário; 6,02% (5/83), experimentador. Estes dados vêm confirmar que há uma tendência marcada de uso dos pretéritos perfeitos com A₁ agente e causativo e dos imperfeitos com A₁ inativo.

Reunindo os dados do A₁ agente, causativo, experimentador e paciente, temos o seguinte:

Tabela 3 – Perfeitos e imperfeitos e valor semântico do A₁

Valor semântico do A ₁	Perfeito	Imperfeito	Total
Inativo	27 38%	45 63%	72 26,57%
Agente	161 81%	38 19%	199 74,43%
Total	188 69%	83 31%	271 100%

Pelos dados da Tabela 3, constatamos que, no *corpus* analisado, a maior ocorrência da forma de pretérito perfeito não se verifica com o argumento 1 de valor temático de um único tipo. De fato, o perfeito encontra-se em agentes, causativos, experimentadores e pacientes. Por outro lado, o pretérito imperfeito ocorre, em proporções significativas, com argumento 1 inativo. Este fato sugeriu-nos a possibilidade de agrupar os valores temáticos em grupos maiores, de acordo com determinados traços que possuem, como o fez Dowty (1991, p. 572), reduzindo os papéis temáticos a dois proto-papéis, o proto-agente e o proto-paciente, que englobariam os demais.

Para Dowty (op. cit.), o proto-agente caracteriza-se por:

- a) ter envolvimento volitivo no evento ou estado;
- b) ter envolvimento emocional ou perceptivo;
- c) causar mudança em um evento ou mudança de estado em outro participante;
- d) ter movimento próprio;
- e) ter existência própria, independentemente do evento enunciado pelo verbo;

Por outro lado o proto-paciente caracteriza-se por:

- a) sofrer mudança de estado;
- b) ser afetado por outro participante;
- c) ser estacionário com relação ao movimento de outro participante;
- d) não ter existência própria, independentemente do evento expresso pelo verbo.

De acordo com sua proposta, cada uma destas características é semanticamente independente das demais, e pode atuar separadamente das outras (op. cit., p. 572).

Comparando a caracterização de Dowty com a por nós utilizada, temos que:

- a) o agente apresenta envolvimento volitivo no evento;
- b) o causativo, como o próprio nome indica, tem a propriedade de ser o causador de um evento ou de uma mudança de estado;
- c) o experimentador apresenta envolvimento perceptivo ou emocional em relação ao evento ou estado apresentado;
- d) o paciente tem movimento próprio;
- e) o instrumental apresenta também possibilidade de ter movimento próprio;
- f) o beneficiário possui existência própria, independentemente da ação expressa pelo verbo.

Por outro lado, o *inativo* não apresenta envolvimento volicional, causativo, perceptivo ou emocional, nem possibilidade de ter movimento próprio.

Este conjunto de características permite-nos identificar o *inativo* com o proto-paciente de Dowty e o *agente*, o *causativo*, o *experimentador*, o *paciente*, o *instrumental* e o *beneficiário* com o proto-agente. Este fato leva-nos a perceber relações entre esses proto-papéis e o uso dos dois tempos do passado que estão sendo por nós

analisados, encontrando-se preferencialmente o pretérito perfeito com os proto-agentes e o imperfeito com os proto-pacientes.

3. Pessoa verbal (A₁)

Com relação ao A₁ consideramos ainda o fato de ele referir-se à primeira e à segunda pessoa, que se envolvem diretamente no discurso, em oposição à terceira, que não apresenta este envolvimento. Os dados numéricos que ilustram este fato são os seguintes:

Tabela 4 – Perfeitos e imperfeitos e pessoa verbal (A₁)

Pessoa verbal	Perfeito	Imperfeito	Total
3	91 57%	69 43%	160 59,04%
1 e 2	97 87%	14 13%	111 40,96%
Total	188 69%	83 31%	271 100%

Observamos, na Tabela 4, que a primeira e segunda pessoas favorecem sensivelmente o uso do pretérito perfeito em relação ao imperfeito, enquanto, na terceira, constatamos um aumento no percentual de uso do imperfeito. Esse aumento, embora não supere numericamente o percentual do perfeito, é significativo, tendo em vista a freqüência elevada de uso do perfeito no *corpus*.

Considerando esses mesmos dados de outro ângulo, temos que de todos os pretéritos perfeitos, 51,60% (97/188) referem-se à primeira e segunda pessoa e 48,40% (91/188) à terceira; dos imperfeitos, 83,13% (69/83) referem-se à terceira pessoa e 16,87% (14/83) à primeira e à segunda. Esses dados mostram-nos que, se no pretérito perfeito os percentuais estão próximos, indicando que esse tempo se usa com todas as pessoas, embora haja um discreto favorecimento de seu uso com a primeira e segunda pessoa, no caso do imperfeito é significativo seu predomínio na terceira pessoa.

4. Grau de afetamento do A₂

No que diz respeito ao relacionamento entre maior ou menor afetamento do A₂ e o uso do pretérito perfeito e imperfeito, excluímos da análise os casos de complemento adverbial, bem como os de complemento oracional, porque são casos em que não é possível medir o grau de afetamento do A₂. Os dados numéricos são os seguintes:

Tabela 5 – Perfeito e imperfeito e afetamento do A₂

Afetamento	Perfeito	Imperfeito	Total
1	35 85%	6 15%	41 36,94%
0	48 69%	22 31%	70 63,06%
Total	83 75%	28 25%	111 100%

Pela Tabela 5, podemos constatar os seguintes fatos:

a) são mais freqüentes, no *corpus* analisado, os casos de menor afetamento;

b) o maior afetamento favorece o uso do perfeito (85%: 35/41);

c) nos casos de menor afetamento há um aumento de uso de formas de pretérito imperfeito, embora predominem numericamente formas do perfeito; este fato é significativo se levarmos em conta o elevado percentual de formas de perfeito.

Analisando os dados de um ponto de vista diferente, temos: de todas as formas de pretérito perfeito, 42,16% correspondem a A₂ com maior afetamento e 57,83%, com menor; das formas de imperfeito, 21,43% foram usadas com A₂ com maior afetamento e 78,57%, com menor. Por esses resultados, verificamos que o menor afetamento favorece discretamente o uso do perfeito; no caso do imperfeito, favorece marcadamente seu uso.

5. Cruzamentos

Tabela 6 – Cruzamento do número de argumentos e valor semântico de A₁

Número de argumentos		1	2 ou 3	Total
Valor semântico de A ₁	Tempo verbal			
Inativo	Perfeito	22 42%	5 25%	27 38%
	Imperfeito	30 58%	15 75%	45 63%
Subtotal		52 100%	20 100%	72 100%
Agente	Perfeito	6 67%	90 80%	96 79%
	Imperfeito	3 33%	23 20%	26 21%
Subtotal		9 100%	113 100%	122 100%
Paciente	Perfeito	21 81%	19 90%	40 85%
	Imperfeito	5 19%	2 10%	7 15%
Subtotal		26 100%	21 100%	47 100%
Experimentador	Perfeito	0 0%	25 83%	25 83%
	Imperfeito	0 0%	5 17%	5 17%
Subtotal		0 100%	30 100%	30 100%
Total	Perfeito	49 56%	139 76%	188 69%
	Imperfeito	38 44%	45 24%	83 31%
Total geral		87 100%	184 100%	271 100%

Analisando os dados da Tabela 6, que contém os cruzamentos entre o número de argumentos e o valor semântico do A₁, temos:

a) o parâmetro *número de argumentos* não altera as tendências gerais de uso dos dois tempos verbais com os A₁ registrados na Tabela 2, a saber, o predomínio do imperfeito com A₁ inativo e do perfeito com A₁ agente/causativo e paciente/beneficiário. Com A₁ experimentador não pudemos fazer esse confronto, uma vez que só ocorrem com dois ou três argumentos. A Tabela 6 demonstra que não há discrepância entre o emprego do perfeito e do imperfeito com os valores indicados (agente causativo e paciente/beneficiário) e o emprego desses tempos com a variável “um ou dois argumentos”. Em outros tempos verbais, há coincidência entre os traços *valor semântico* e *número de argumentos*. O trecho que foi objeto de observação, aliás, só pode ser compreendido à luz da referida tabela.

b) considerando os cruzamentos em que houve maior número de ocorrências de formas de perfeito e imperfeito, a saber, o A₁ *inativo* com um argumento e o A₁ *agente* ou *causativo* com dois argumentos, observamos que os traços *inativo* e *um argumento* conjugados favorecem discretamente o uso do imperfeito (58%: 30/52) e os traços *agente* e *dois argumentos* favorecem o uso do perfeito de modo mais marcado (80%: 90/113).

Tabela 7 – Cruzamento do valor semântico do A₁ com pessoa verbal

Valor semântico do A ₁		Inativo	Agente/ causativo	Paciente/ beneficiário	Experimen- tador	Total
Pessoa verbal	Tempo verbal					
3	Perfeito	24 36%	29 64%	36 84%	2 40%	91 57%
	Imperfeito	43 64%	16 36%	7 16%	3 60%	69 43%
	Subtotal	67	45	43	5	160
1 e 2	Perfeito	3 60%	67 87%	4 100%	23 92%	97 87%
	Imperfeito	2 40%	10 13%	0 0%	2 8%	14 13%
	Subtotal	5	77	4	25	111
Total	Perfeito	27 37%	96 79%	40 85%	25 83%	188 69%
	Imperfeito	45 63%	26 21%	7 15%	5 17%	83 31%
Total geral		72 100%	122 100%	47 100%	30 100%	271 100%

Nos dados contidos na Tabela 7, observamos o seguinte:

a) comparando o parâmetro pessoa verbal com o valor semântico do A₁, o primeiro revelou-se um parâmetro significativo no que diz respeito à primeira e à segunda pessoa, pois, com qualquer tipo de A₁, essas duas pessoas, diretamente envolvidas no discurso, selecionam o mesmo tempo verbal, o perfeito;

b) no que diz respeito à terceira pessoa, não se revelou o mesmo fato, pois esta só seleciona o pretérito imperfeito com A₁ inativo, havendo predomínio de formas do perfeito com os outros tipos de A₁;

c) que o parâmetro *pessoa verbal* é, portanto, mais marcado do que o valor semântico do A₁, no que diz respeito à escolha dos dois tempos verbais, apenas no caso das duas pessoas diretamente envolvidas com o discurso, a saber, a primeira e a segunda; a terceira pessoa não se destacou como parâmetro significativo para o uso do perfeito e do imperfeito, pois, com as formas que estão nessa pessoa, é o valor semântico do A₁, e não a pessoa verbal, que determina a forma a ser usada.

Tabela 8 – Cruzamento entre valor semântico do A₁ e grau de afetamento de A₂

Valor semântico de A ₁		Inativo	Agente/causativo	Paciente/beneficiário	Experimentador	Total
Grau de afetamento de A ₂	Tempo verbal					
1	Perfeito	0 0%	32 84%	3 100%	0 0%	35 85%
	Imperfeito	0 0%	6 16%	0 0%	0 0%	6 15%
	Subtotal	0 0%	38 100%	3 100%	0 0%	41 100%
0	Perfeito	4 29%	26 79%	3 75%	15 79%	48 69%
	Imperfeito	10 71%	7 21%	1 25%	4 21%	22 31%
	Subtotal	14 100%	33 100%	4 100%	19 100%	70 100%
Total	Perfeito	4 29%	58 82%	6 86%	15 79%	83 75%
	Imperfeito	10 71%	13 18%	1 14%	4 21%	28 25%
Total geral		14 100%	71 100%	7 100%	19 100%	111 100%

Analisando os dados do cruzamento entre os parâmetros valor semântico do A₁ e grau de afetamento de A₂, contidos na Tabela 8, temos o seguinte:

a) comparando os dados da Tabela 2, que contém apenas os dados do valor semântico do A₁, com os da Tabela 8, não observamos diferenças sensíveis, pois em ambos os casos temos o uso de formas de imperfeito com o traço + *inativo* e perfeito com o traço - *inativo*;

b) apenas no caso do cruzamento dos traços *inativo* e *menor grau de afetamento* houve como resultado um percentual mais elevado de formas de imperfeito do que no caso do parâmetro *inativo* sozinho; os demais percentuais estão muito próximos dos referentes ao uso dessas duas formas verbais com relação ao parâmetro *valor semântico do A₁*.

Disso se conclui que o parâmetro *grau de afetamento do A₂*, em relação com o *valor semântico do A₁*, não é um parâmetro forte para a escolha dos dois tempos verbais em questão.

Pelos dados apresentados, percebemos que os parâmetros que compõem a transitividade atuam de maneira diferente com relação ao uso dos dois tempos verbais em estudo, alguns de maneira direta, como o valor semântico do A₁ e a pessoa verbal expressa pelo A₁, outros de modo menos direto, como o grau de afetamento do A₂.

Observamos, ainda, que há uma interrelação entre certos elementos, como o traço agentivo, a primeira e a segunda pessoas verbais no A₁ e o aspecto perfectivo, que, juntos, constituem o que Hopper & Thompson (op. cit.) denominaram de parâmetros de alta transitividade. Por outro lado, verifica-se o relacionamento entre o traço inativo, a terceira pessoa verbal em A₁ e o aspecto imperfectivo, que se comportam como parâmetros de baixa transitividade.

É nosso objetivo relacionar, a seguir, esses parâmetros com aspectos discursivos.

6. Primeiro e segundo planos narrativos

Até agora procuramos explicar o emprego dos pretéritos perfeito e imperfeito com base nas características morfossintáticas em que os citados tempos figuram e a partir dos parâmetros de transitividade de Hopper & Thompson (op. cit.). Neste item, buscamos explicar a distribuição dos citados tempos verbais em uma perspectiva mais ampla, de acordo com a noção de primeiro e segundo planos narrativos, conceitos sugeridos por Hopper (1979) e reafirmados por Hopper & Thompson (op. cit.).

Hopper (op. cit.) estabelece como característica universal do discurso narrativo a distinção entre primeiro e segundo planos (*foregrounding* e *backgrounding*). O primeiro plano constitui a linha principal da narração e é caracterizado por apresentar orações que denotam eventos discretos, dinâmicos e ativos. Já o segundo plano consiste no material de suporte, que simplesmente amplia, especifica ou comenta os eventos narrados no primeiro plano.

A distinção entre o primeiro e o segundo plano manifesta-se, na morfologia verbal de várias línguas, pela distinção entre duas formas de pretérito: o perfeito (relacionado com o primeiro plano) e o imperfeito (referente ao segundo plano narrativo).

O mesmo autor (op. cit., p. 216) enumera uma série de características da perfectividade e da imperfectividade, enquanto elementos característicos dos dois planos da narração:

6.1 Papel do tempo na seqüência de fatos e eventos

Perfectivo: seqüenciação cronológica.

Imperfectivo: simultaneidade ou sobreposição cronológica da situação C com o evento A e/ou B.

- (1) ...eu *estudei* balê...e *tive* oportunidade de trabalhar fazer uma cena como o:: balê russo...eu *era* alu/aluna de Maria Ulineva...então para mim *era* uma novidade né? teatro porque só estudando estudando estudando quando *chegou* o balê russo aqui em São Paulo eles *pediram* que as alunas do do da prefeitura que *éramos* nós...aquele grupo Todo fosse fazer cena num num num dos números que eles *apresentaram* era *Pássaro de fogo* me parece...eu *achei* aquilo horroroso viu? me *chocou* tremendamente porque...éh por detrás dos bastidores é Uma coisa horrível né?...é tudo tão::...parece tão tão mascarado sei lá e quando aparece em cena o público vê uma coisa bonita né?...aquecas luzes...quer dizer aquilo me *chocou* era tão criança eu me lembro que eu...já achava...diferente o Municipal era LINDO maravILHOSO visto do lado de cá né? (DID, SP, Inq. 234, p. 255-70)

Os verbos no perfeito (*estudei*, *tive*, *chegou*, *pediram*...) indicam a seqüência cronológica dos acontecimentos e constituem, pois, o fio principal da narrativa. O imperfeito, por sua vez, não diz respeito propriamente aos eventos narrados, mas às observações e comentários paralelos (*eu era aluna de Maria Ulineva*, *as alunas da prefeitura que éramos nós*, *eu já achava diferente o Municipal*...), inseridos na série de eventos narrados.

6.2 Completude x incompletude

Perfectivo: o evento é encarado como um todo, cuja complementação é um pré-requisito necessário para um evento subsequente.

Imperfectivo: a situação ou o acontecimento são encarados como algo cuja complementação não é um pré-requisito necessário para um acontecimento subsequente:

- (2) eu *estudei* acho que uns três anos balê três ou quatro...e não *tive* assim apresentação em teatro nem nada...depois eu *laguei* mas nessa vez que o balê russo *veio* para cá que nós *fomos* faze::r fundo com eles para eles...eu *achei* aquilo me *chocou*...sei lá *achei*...por detrás dos bastidores uma coisa medonha (DID, SP, Inq. 234, p. 278-83)
- (3) *assisti* um filme...*era* sobre droga...eu não me lembro o filme...de um rapaz e uma moto aquilo me *chocou* tremendamente...*assisti* em Araraquara...eu não lembro o nome do filme...umas CENAS DOIDAS...eles *tomavam* entorpecentes e as cenas ah ah uma das cenas me *chocou* profundamente eu eu *sai* de lá do cinema a::/arrasada... (DID, SP, Inq. 234, p. 377-83)

No primeiro plano (perfectivo), cada evento é uma unidade dotada de autonomia e existência própria, a qual se liga ao todo, representado pela série dos outros eventos. É o que se pode ver no exemplo (2), em que a seqüência narrativa é formada por uma

série de entidades discretas, caracterizada pela sucessão de verbos no perfeito. O exemplo (3), por outro lado, revela que o imperfeito não tem existência própria, já que normalmente aparece ancorado a um verbo no perfeito: *era sobre droga liga-se a assisti um filme*; eles tomavam entorpecentes liga-se a *assisti em Araraquara*.

6.3 Natureza dos tópicos

Perfectivo: tópicos humanos.

Imperfectivo: variedade de tópicos, incluindo fenômenos naturais.

Os exemplos (1) e (2), acima citados, evidenciam que o perfeito possui, em geral, um sujeito humano, enquanto o sujeito do imperfeito não apresenta necessariamente esse traço.

6.4 Dinamismo estaticidade

Perfectivo: eventos dinâmicos, cinéticos.

Imperfectivo: estados, situações descriptivas.

Estudos anteriores (Campos & Rodrigues, 1993) mostram que há correlação entre o tipo semântico-sintático do verbo e o uso do pretérito perfeito e do imperfeito do indicativo: com *verbos de ação*, *ação-processo* e *processo* predomina largamente o *perfeito*, ao passo que com *verbos de estado* o tempo predominante é o *imperfeito*.

O que foi dito pode ser ilustrado pelo exemplo a seguir, no qual os verbos no perfeito classificam-se como verbos de ação (*mexer*), de ação-processo (*encostar*) e de processo (*ficar, perceber*), ao passo que o verbo no imperfeito (*era*) inclui-se entre os verbos de estado:

- (4) no momento em que o homem...pré-histórico por uma razão qualquer *mexeu...*no carvão *mexeu* nos ossos carbonizados *ficou* com a mão...suja preta...e *encostou* as mãos na parede...ele *percebeu* que ele *era* capaz de CRIAR::::criar uma imagem::::que TANTA semelhança com o objeto real...que *era* a mão dele... (EF, SP, Inq. 404, p. 181-8)

Constituiriam exceção a essa regra apenas os verbos de estado com argumento 1 experimentador (*gostar, apreciar, preferir*). Esses verbos, embora expressem estado, devido ao valor temático do argumento 1, de experimentador, figuram predominantemente no perfeito:

- (5) Inf. Ma/é...também não lembro o nome da peça mas me parece que *era...*Um grito num Doc. parado no ar...
Inf. ach/não não foi essa...*gostei* muito...dois artistas só mas a peça valeu viu? também palavrões...

Doc. uhn::eu já sei
Inf. gostei muito de Hair...Aí achei fabuloso...cenário de Hair uma m::MARavilha(...)
(DID, SP, Inq. 234, p. 377-83)

O verbo *gostar* é empregado no perfeito porque faz parte dos eventos que constituem o fio principal da narrativa (primeiro plano). Não se trata de um comentário ou observação complementar (como os demais verbos de estado); ao contrário, *gostar* indica um evento que faz parte da seqüência cronológica do ato narrativo. Além disso, *gostar* indica, no exemplo citado, uma experiência única, que não se repete; assim, é plenamente justificado o emprego de uma forma verbal de valor pontual, ou momentâneo.

6.5 Realidade x irrealidade

Perfectivo: real

Imperfectivo: irreal.

- (6) L₁ ...ter sido escolhida uma procuradora para dirigir A procuradoria geral que é um...um cargo assim de muito:::relevo não?

L₂ ahn

L₁ na:: na administração...causou uma certa:: um certo ciúme sabe?...e ela teve dificuldade no início mas parece-me que agora é porque ela queria SOZINHA...fazer tudo...sabe? (D₂, SP, Inq. 360, p. 757-64)

Os verbos no perfeito, *causou* e *teve*, relacionam-se com fatos reais (ou tidos como tais), mas o imperfeito *queria* está relacionado com a opinião, com a suposição.

No exemplo a seguir, o imperfeito é utilizado para a expressão de um desejo ou intenção que o informante não está certo de poder realizar-se:

- (7) L₁ ué, se um apartamentozinho que eu agora estava querendo alugar, desse que, ali na trezentos e catorze...

L₂ esse aqui atrás

L₁ não, não é o meu, o outro que eu estava querendo alugar pra fazer o, o atelier...

(D₂, RJ, Inq. 355, p. 35-9)

6.6 Primeiro ou segundo planos narrativos

Perfectivo: primeiro plano – evento indispensável à narrativa.

Imperfectivo: segundo plano – estado ou situação necessários para compreender motivos, atitudes etc.

I Os exemplos (1),(2), (3), (4) e (6) mostram que as formas do perfeito fazem parte de uma seqüência cronológica de eventos e que, assim, não podem ser suprimidas. O mesmo não acontece com as formas de imperfeito, que trazem informações adicionais.

No fragmento a seguir, os verbos no perfeito indicam uma seqüência temporal de eventos (*ficou*, *tive*, *somou*, *paguei*) e são, pois, indispensáveis à compreensão do fato narrado. Os verbos no imperfeito, por sua vez, indicam uma situação prévia em relação ao fato narrado (*as parcelas eram iguais em tudo*) e um comentário acerca desse fato (*se eu não tivesse cem mil cruzeiros não entrava*).

- (8) (...) as parcelas *eram iguais em tudo*, no momento que *ficou pronto eu tive que pagar vinte e três mil cruzeiros*, no fim *somou mais um percentual de taxa de condomínio*, mais não sei quê do gramado, mais não sei quê do mobiliário de entrada, mais não sei quê da iluminação e no fim *eu paguei mesmo pra conseguir entrar no apartamento quase cem mil cruzeiros não entrava*. (D₂, RJ, Inq. 355, p. 126-32)

Os casos citados indicam que a distribuição das formas de perfeito e imperfeito, em textos narrativos, é dependente de fatores discursivo-textuais: o perfeito associa-se ao primeiro plano narrativo, caracterizado pela indicação da série de eventos/ações em si e pelo próprio dinamismo que caracteriza o texto narrativo. Já o imperfeito corresponde ao segundo plano, marcado pela indicação de estados, comentários e motivos, paralelos ou concomitantes à linha principal da narrativa.

7. Pessoa gramatical

O levantamento das ocorrências de perfeito e imperfeito revelou-nos reduzida ocorrência de formas de segunda pessoa, o que nos levou a agrupá-las em dois grandes blocos: o primeiro reúne a primeira e segunda pessoa (pessoas alocutárias ou participantes do ato conversacional) e o segundo, a terceira (não alocutário).

Na Tabela 4 constatamos que na primeira e na segunda pessoa predominam, de forma marcada, as formas de pretérito perfeito, ao passo que, na terceira, o imperfeito tem maior representatividade.

A explicação para essa distribuição é de natureza discursiva e leva em conta a distinção já discutida neste texto entre primeiro e segundo planos narrativos. A primeira e a segunda pessoa, especialmente a primeira, associam-se ao primeiro plano narrativo, pois são empregadas principalmente no desenvolvimento do fio principal do relato de fatos e eventos:

- (9) (A informante fala que optou pelo Curso Normal por ter perdido o pai)
L₁ (...) mas desde o momento em que eu...o *perdi eu:: preferi* uma carreira profissionalizante para que eu tivesse chance de já trabalhar assim...que formar não é? e:: dai me *empolguei* pelo magistério *lecionei* algum tempo...e:: ao terminar o normal eu logo

optei pela pedagogia que era um curso assim que dá uma cultura...geral BOA não é?...ah o nosso curso foi...bem dado e tudo mais e eu gostei...e não fiz outra:: outras especializações dentro outras especializações não...outra:::não segui outras carreiras ah::::que o curso de pedagogia daria possibilidade como o caso da orientação educacional (...) (D2, SP, Inq. 360, p. 1569-81)

No fragmento citado, os verbos no perfeito figuram na primeira pessoa, com exceção de *foi dado*, e representam uma série de eventos e fatos que se sucedem, formando um todo: *perdi, preferi, empolguei, lecionei, optei, gostei, fiz, segui*. A única forma de imperfeito desse fragmento está na terceira pessoa (*era*) e figura em um comentário ou observação paralela. Cabe acrescentar que os verbos no perfeito – exceto *gostei* e *preferi* – são verbos de ação ou de processo, fato que será discutido ainda nesta secção.

No fragmento a seguir, os verbos no perfeito (*comecei, comecei a trabalhar*) figuram na primeira pessoa, ao passo que as ocorrências de imperfeito estão na terceira pessoa (*ia*) ou na primeira (*trabalhava*). Nesse caso, não há propriamente distinção entre primeiro e segundo plano, mas entre um evento localizado precisamente no eixo temporal (*comecei a trabalhar há dois anos*) e eventos que não possuem essa localização precisa (*ele já ia à escola de manhã; só antes eu não trabalhava*). Por isso mesmo, os eventos indicados por verbos no imperfeito estão “ancorados” em um advérbio de tempo (*antes*) ou oração temporal (*quando eu comecei trabalhar*).

- (10) L₂ ele já ia à escola de manhã que eu *comecei* quando eu *comecei* trabalhar...*comecei* a trabalhar há dois anos...só antes eu não *trabalhava* (...) (D₂, SP, Inq. 360, p. 374-6)

Mesmo nas narrativas em terceira pessoa, é bastante nítida a distinção entre primeiro e segundo plano. Por exemplo:

- (11) e a indústria pesada...*foi* inclusive a que...*fez* com que o Japão pudesse...*ser*...uma potência industrial e por isso tentar dividir o mercado...*bom*...ocorre a Guerra e...nessa história nada acontece por acaso...né? se...realmente a Guerra *foi perdida* pelos países do eixo...é que as condições...sociológicas...econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que a Guerra fosse perdida a Guerra...entretanto *foi* uma guerra geral né?...aonde os inimigos...eh derrotados eram inimigos fortes...*(é) claro*...eu dei o seguinte exemplo...em aula anterior...se quem tivesse perdido a guerra não fosse o Japão...já reconhecidamente...uma...potência antes da guerra...que *conseguia* às custas...de gente demais...território de menos e capi/capital conseguido...quer dizer...conseguido e não eh...CANALIZADO como *foi* a experiência americana...se o Japão *conseguiu* tudo isso... e *chegou* à Segunda Grande Guerra com a força que ele *chegou*...né ?...a imagem que eu *fazia* era a seguinte...se o Japão...fosse uma Birmânia...por exemplo que é um dos países atrasados...as economias industriais que *ganham* a Segunda Guerra NÃO TERIAM AJUDADO o Japão...quer dizer de outra maneira...se o Japão fosse a Birmânia...né?...as economias industriais...européias e americana..e..a socialista União Soviética QUERIAM MAIS É QUE A BIRMÂNIA MORRESSE...mas sabiam que a Birmânia não era o Japão.

(EF, RJ, Inq. 379, p. 146-70)

Podemos verificar que os verbos no perfeito relacionam-se, de forma geral, com o evento histórico narrado, qual seja, a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial. Como esses verbos classificam-se, em sua maioria, como verbos de ação ou processo (*fez, foi perdida, conseguiu, chegou, ganharam*), acompanhados por A₁, agente ou paciente, não é difícil verificar que eles formam o arcabouço do primeiro plano narrativo; já os verbos no imperfeito relacionam-se com explicações e justificativas e são, em sua maioria, verbos de estado (*eram, era, queriam, sabiam*).⁴

8. Conclusão

Analisando o uso do pretérito perfeito e imperfeito de acordo com os parâmetros estabelecidos por Hopper & Thompson (op. cit.), com algumas adaptações por nós estabelecidas, verificamos que os vários parâmetros não se apresentam de modo uniforme com relação ao uso dos dois tempos do pretérito que estão sendo por nós analisados. Apesar dessa aparente falta de uniformidade, foi possível verificar traços comuns entre esses parâmetros e o uso desses dois tempos. Desse modo, constatamos que o pretérito perfeito se encontra ligado aos traços de alta transitividade: é usado com A₁ que Dowty (op. cit.) define como “proto-agente”, ou seja, que contrai algum tipo de relação semântica com o predicado; com dois argumentos; com a primeira e segunda pessoa verbal; e com A₂ afetado. Por outro lado, o imperfeito relaciona-se a A₁ inativo, que não tem relação semântica com o predicado, os “proto-pacientes” de Dowty; com um argumento; e com a terceira pessoa verbal.

De acordo com a proposta de Hopper & Thompson (op. cit.), como a transitividade não pode ser entendida simplesmente no nível frasal, mas dentro de um contexto discursivo, examinamos também o emprego desses dois tempos verbais em relação a aspectos discursivos, e constatamos que o pretérito perfeito liga-se à seqüenciação cronológica, a eventos dinâmicos, cinéticos, a tópicos humanos, e ao real, fatos que fazem com que se identifique com o primeiro plano. Por outro lado, o imperfeito indica simultaneidade ou sobreposição cronológica com outra situação, liga-se a estados ou a situações descritivas, à variedade de tópicos, incluindo fenômenos naturais, a fatos tanto reais como irreais, o que faz com que esteja ligado ao segundo plano.

Esta análise nos mostra que os tempos verbais não devem ser analisados de forma absoluta, independentemente do contexto em que ocorrem, mas inseridos em um contexto mais restrito, representado pela frase, e mais amplo, pelo discurso.

4. As exceções (ocorrências de ser no perfeito e conseguir e fazer no imperfeito) não anulam as tendências gerais apontadas.

CAMPOS, O. G. L. A. S., GALEMBECK, P. T. Verbal tenses: a functionalist approach. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 57-74, 1994.

- **ABSTRACT:** We have applied Hopper & Thompson's (1980) transitivity hypothesis to two tenses of Portuguese, the "Perfeito" and the "Imperfeito". According to their hypothesis, it is possible to measure the degree of transitivity using a series of parameters. We have introduced some adaptations and used the following factors: the semantic role of A₁, which corresponds to agentivity, volition and kinesis in Hopper & Thompson's study; verbal person; number of arguments; and degree of affectedness of A₂. We have used the Varbrul program to evaluate the relationship among the transitivity parameters through frequency tables and the Crosstab program to cross the data. The analysis of the results showed that there is a relationship between the "Perfeito" and high transitivity and between the "Imperfeito" and low transitivity. At discourse level, the "Perfeito" is related to foregrounding and the "Imperfeito", to backgrounding.
- **KEYWORDS:** Past; telic vs. atelic; transitivity parameters; discourse relations.

Referências bibliográficas

- 1 BORBA, F. S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- 2 CAMPOS, O. G. L. A. de S., RODRIGUES, A. C. S. et al. *A flexão modo-temporal no português culto do Brasil*: plano de trabalho para 1992-1993, Araraquara, 1992. (Mimeoogr.).
- 3 _____. *A flexão modo-temporal no português culto do Brasil*: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. Araraquara, 1993. (Mimeoogr.).
- 4 CHAFE, W. L. *Meaning and the structure of language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.
- 5 COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- 6 CUNHA, C. F., LINDLEY CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- 7 DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, Baltimore, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.
- 8 HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and semantics: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979. v. 12, p. 213-41.
- 9 HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.
- 10 NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. Trabalho inédito apresentado em mesa-redonda incluída na programação da Abralin, na 45^a Reunião Anual da SBPC: Recife, 1993.
- 11 TLASKAL, J. Observações sobre tempos e modos em português. In: HERCULANO DE CARVALHO, J. G., SCHMIDT-RADEFELD, J. (Org.) *Estudos de lingüística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 237-55.
- 12 TRAVAGLIA, L. C. Valores discursivos do pretérito imperfeito no indicativo no português. *Estudos Lingüísticos*: SEMINÁRIOS do GEL, 15, 1987. *Anais...* p. 445-51.

UM PONTO DE VISTA FUNCIONAL SOBRE A PREDICAÇÃO

Ataliba Teixeira de CASTILHO¹

- **RESUMO:** O texto relata o desenvolvimento do Projeto de Gramática do Português Falado, discute a predicação no quadro da gramática funcional e apresenta alguns resultados da análise de advérbios e adjetivos predicativos no português culto falado no Brasil, com base nos materiais do Projeto NURC.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Língua falada; gramática funcional; predicação; advérbios; adjetivos.

Preliminares

A partir de 1988, um grupo de pesquisadores filiados a doze universidades brasileiras impôs-se a tarefa de preparar coletivamente uma gramática de referência do português falado culto do Brasil, com base nos materiais do Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (Projeto NURC/BR). Assim surgiu o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF).

Como nenhuma teoria gramatical pode dar conta da totalidade dos fenômenos que compõem uma gramática de uso, optou-se pela convivência de teorias distintas, alterando debates descritivos e teóricos, para o acompanhamento dos resultados.

Na prática, acompanham uma orientação gerativista os grupos de trabalho encarregados da fonética e fonologia, da morfologia derivacional e sintaxe II (relações sentenciais), e uma orientação funcionalista dos grupos de trabalho de morfologia flexional, de sintaxe I (classes de palavras) e de organização textual interativa.

Cada Grupo de Trabalho (GT) estabeleceu uma agenda de pesquisas para o período de 1989 a 1995. Os textos produzidos no interior dos grupos são submetidos a um debate plenário em seminários anuais, de que se realizaram sete até o presente. Refeitos os textos, eles são publicados em série própria, de que saíram três volumes, estando o quarto no prelo e o quinto em preparação (Castilho, 1990; Ilari, 1992; Castilho, 1993b). Em 1996, tais estudos serão consolidados na gramática propriamente dita.

1. Professor Associado de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Pesquisador bolsista do CNPq. Coordenador Geral do Projeto de Gramática do Português Falado.

O GT de sintaxe I está constituído por Maria Helena Moura Neves, atual coordenadora, Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Esmeralda V. Negrão, Sírio Possenti, Erotilde Pezatti, Roberto Camacho, Célia Maria Moraes de Castilho e o autor deste artigo. Alguns bolsistas de graduação e alunos de pós-graduação atuam como pesquisadores auxiliares. Dou aqui algumas indicações sobre o tipo de gramática funcional que vem sendo desenvolvido por esse GT e menciono alguns processos semântico-sintáticos estudados nesse e em outros ambientes. Devo assinalar, logo de entrada, que não há entre os pesquisadores mencionados unanimidade de pontos de vista sobre o que segue. O presente artigo aglutina, portanto, alguns pontos de vista pessoais e convicções compartilhadas entre os pesquisadores.

O ponto de vista funcionalista

Uma observação preliminar diz respeito à variedade de acepções dos termos *função* e *funcionalista* na teoria gramatical.

A gramática funcional a que me refiro postula a língua como uma atividade social, e nisto se afasta da sintaxe gerativa, que interpreta a língua como uma atividade mental, e da Sintaxe Estrutural, que a interpreta como um sistema (Castilho, em andamento). Como bem reconheceu Halliday (1974, p. 98 ss), a gramática funcional concentra a atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante uma valorização do receptor, do emissor e da variação lingüística no quadro da reflexão gramatical.

Ao contextualizar os fatos gramaticais na situação de fala que os gerou, a gramática funcional toma como ponto de partida as significações das expressões lingüísticas, indagando como elas se codificam gramaticalmente.

Um programa de pesquisas que busque investigar os diversos processos de gramaticalização deve admitir, com Franchi (1976, 1991), que a língua se compõe de três sistemas: o sistema semântico, o sistema sintático e o sistema discursivo, todos eles articulados pelo léxico.

De acordo com esse autor, o sistema semântico, conceitual ou nocional, comprehende dois subsistemas: o predutivo-descritivo e o dêitico-referencial. O sistema sintático comprehende os subsistemas categorial, argumental, o de relações gramaticais, o de processos e transformações, o de casos sintáticos etc. O sistema discursivo abriga as negociações intersubjetivas que fazem da língua um contrato social. Franchi insiste em que não há relações de determinação entre esses sistemas, que estão apenas associados, devendo ser concebidos de tal forma que se preserve a existência autônoma de cada um.

A gramática funcional toma os sistemas semântico e discursivo como *inputs* e o sistema sintático como *output*. Por outras palavras, postula-se que a língua existe não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções. Ora, a correlação não biunívoca entre funções

e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas. Como decorrência disso, um estudo funcionalmente orientado despreza a busca imediata de generalizações que se encontram na comparação das línguas entre si, privilegiando, num primeiro momento, o estudo empírico de uma dada língua.

A postulação funcionalista mais forte é a da gramática como um processamento das categorias discursivas e semânticas, de que resultam as estruturas sintáticas. A gramática, portanto, seria uma cristalização das formas discursivas mais produtivas, processo esse conhecido como *gramaticalização*.

Há certo risco em estabelecer a seqüencialidade discurso →semântica →sintaxe para explicar o funcionamento das línguas naturais, pois é mais provável que esses sistemas operem numa forma simultânea, como verdadeiros módulos da mente humana. As atuais tendências da gramática funcional parecem distinguir-se ou pela admissão tácita da seqüencialidade, ou pela admissão do funcionamento simultâneo desses componentes.

Assim, o funcionalismo radical, representado por Garcia (1979) e Givón (1979), enfatiza as pressões icônicas do discurso sobre a gramática, negando existência à sintaxe. O funcionalismo moderado defende a confluência de fatores estruturais e discursivos sobre a sintaxe. Integram esta vertente – embora não haja uniformidade de pontos de vista entre eles – Givón (1983, 1984), Dubois (1980, 1985, 1987), Hopper & Thompson (1980, 1984), Dik (1981, 1989) e Halliday (1985).

Dubois (1985), participante desta última vertente, considera adequado identificar nas línguas naturais um campo de permanentes “*motivações em competição*”. Segundo esse autor, identificam-se aí, de um lado, as necessidades discursivas dos falantes no quadro de um “*funcionalismo transparente*” e, de outro, as forças internas de um “*estruturalismo autônomo*”.

Em suma, a gramática funcional se constitui de três componentes: o discursivo, o semântico e o sintático. Passo a enumerar sumariamente os tópicos ora em debate em cada um desses componentes, furtando-me a uma resenha minuciosa.

1. O componente discursivo

Como se sabe, não existe ainda uma teoria integrada do discurso. De todo modo, tem-se mostrado produtiva a análise dos seguintes processos discursivos, por apresentarem correlatos na sintaxe:

a) a teoria dos atos de fala, em sua relação com a sentença. Dik (1989, p. 50) correlaciona a “entidade” *ato de fala* com a unidade estrutural *cláusula*, que distingue da proposição, da predicação, do termo e do predicado,

b) o fluxo da informação e a organização tópica do texto. Jubran et al. (1992) postularam que os “tópicos discursivos” são de natureza fundamentalmente interacional, e não podem ser confundidos com os turnos conversacionais. Um tópico discursivo tem por propriedade primeira a “centração”, que

abrange os traços de a) concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados – implicativa, associativa, exemplificativa ou de outra ordem – pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis; b) relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida por seus elementos; c) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem (op. cit., p. 361-2).

Diversas marcas formais delimitam os tópicos discursivos. Esses autores mostram que os tópicos discursivos exibem uma estrutura hierárquica;

c) definitude e indefinitude no discurso. Dubois (1980) e Lavandera (1984) mostraram que a estratégia de representação das personagens numa narrativa se reflete na seleção do material lingüístico. Esses conceitos são dinâmicos e se constroem no discurso, na dependência da fixação maior ou menor dos falantes em determinados participantes da ação. Assim, definido é o tema para o qual se “abriu um arquivo” no aparato cognitivo dos interlocutores, dada sua importância na interação. Os temas indefinidos não implicam essa fixação. Os diferentes processos de composição do sintagma nominal e de seleção dos pronomes estão correlacionados com essas estratégias discursivas.

d) fundo e figura no discurso. Autores que se concentraram nas condições de produção do texto mostraram que duas situações básicas as motivam: a necessidade de compartilhar experiências, impressões e opiniões e o desejo de informar, de narrar algo supostamente desconhecido pelo interlocutor (Benveniste, 1966; Weinrich, 1967). Essas situações foram denominadas, respectivamente, “discurso” (Benveniste), ou “comentário” (Weinrich), e “história” (Benveniste) ou “narração” (Weinrich), tendo-se repertoriado as marcas formais que lhes correspondem, sobretudo a seleção dos tempos verbais.

2. O componente semântico

Deslocar-se da semântica para a sintaxe não é um caminho fácil, seja pelos riscos de se estabelecerem aí relações de determinação, seja por não dispormos de teorias semânticas razoavelmente estáveis.

Leech (1974), Lyons (1977) e Kates (1980) parecem identificar três campos de atuação dessa disciplina: a semântica léxica, a semântica sentencial e a semântica-pragmática. Em Castilho (1993) propõe que os termos *sentido*, *significado* e *significação* fossem usados para representar as noções criadas no ambiente lexical, grammatical e interacional, respectivamente.

Entre outros, os seguintes processos semânticos têm correlatos no enunciado: (1) a referência e a pressuposição, (2) a predicação, (3) a quantificação, (4) a dêixis e (5) a foricidade.

Na segunda parte deste artigo, tratará da predicação, nos quadros das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de sintaxe I do PGPF.

3. O componente sintático

O componente sintático é visto numa gramática funcional em suas relações com os processos pragmáticos e semânticos.

Os seguintes fenômenos sintáticos têm sido considerados:

a) a identificação das classes. Lakoff (1982) e Givón (1986) dissertaram sobre as duas fontes da categorização lingüística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e retomada pela semântica de Frege e pela gramática gerativa, e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein e retomada a partir dos anos 80 pela psicologia, pela antropologia e pela lingüística cognitiva. Segundo a teoria clássica, as classes gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes. Segundo a teoria natural, as classes têm limites imprecisos (*fuzzy hedges*) e os itens que elas comportam possuem diferentes graus de integração, sendo que muitas relações podem ser reconhecidas entre os membros de categorias diferentes. Lakoff (1975) propôs o termo *hedges* para designar determinadas classes ou expressões "*whose job is to make thinks fuzzier or less fuzzy*" (p. 234), e Givón (1986) propôs uma solução híbrida entre as duas teorias, a que denominou teoria do protótipo. Essa teoria postula que alguns membros de uma categoria compartilham todos os traços ou propriedades dessa categoria – e seriam, portanto, seus protótipos –, outros, diferentemente, compartilham apenas alguns traços, afastando-se da prototipicidade. Estas considerações se mostraram particularmente importantes na descrição dos advérbios delimitadores (Moraes de Castilho, 1991), também conhecidos como aproximadores (Quirk et al., 1985; Castilho, 1993a);

b) a organização funcional da sentença e a articulação tema–rema. Ilari (1986) descreve aspectos da sentença na língua portuguesa baseado nessa perspectiva. Castilho (1989) argumenta que a ATR ultrapassa o domínio da sentença, alcançando poder explanatório sobre as unidades textuais;

c) a ordem do ponto de vista funcional: têm sido oferecidas explicações funcionalistas sobre a disposição dos argumentos sentenciais e as pressões discursivas, controladas, evidentemente, por aspectos de natureza estrutural. Questões relativas às construções de tópico, ao sujeito de verbos intransitivos existenciais e apresentacionais, entre outros temas, têm sido examinadas de acordo com essa ótica (Braga, 1987; Pontes, 1987; Pezatti, 1992);

d) a concordância nominal e verbal em sua correlação com a saliência morfológica são temas versados em Lemle & Naro (1977), Rodrigues (op. cit.), Scherre (1988).

Apesar das enormes dificuldades envolvidas pela abordagem funcionalista, deve-se reconhecer que algumas descobertas permitem visualizá-la como uma perspectiva teórica que tem levantado questões intrigantes. Impossível deixar de reconhecer, também, que a gramática funcional é um programa em rápido desenvolvimento. É bem verdade que em dado momento se cometem alguns exageros como, por exemplo, decretar a morte da sintaxe, vitimada pelo discurso. Um sociolingüista como Labov, cuja metodologia de regras variáveis suscitou uma grande quantidade

de estudos funcionalistas, sentiu-se no dever de alertar para os riscos de um enviesamento antiformalista. Ele mostra que há setores nas estruturas lingüísticas irredutíveis a aproximações com o discurso (Labov, 1987). No Brasil, têm debatido esse assunto Votre & Naro (1989), Nascimento (1990), Dillinger (1991) e Naro & Votre (1992). Foge ao escopo deste artigo uma resenha minuciosa dos argumentos aí expendidos.

A predicação

Para discutir um ponto de vista funcionalista sobre a predicação, gostaria de tomar como ponto de partida uma intuição fundamental devida a Apolônio Díscolo, gramático alexandrino do séc. I d.C. Apolônio Díscolo integrava os estudos gramaticais em três pontos: o som e a sílaba, a classificação das partes da oração e a própria oração (Bécares Botas, 1987, p. 32). Ele entendia que a oração se realiza num nível duplo, o semântico (a oração tem uma significação auto-suficiente) e o funcional ("os casos obliquos se conectam com os retos por meio de um verbo inserido entre ambos, a ação do qual passa do nominativo - reto - para o obliquo") (op. cit., I 137).

É precisamente sua concepção sobre os casos que tem importância para minha argumentação aqui. Para Apolônio Díscolo, os casos não designam formas, e sim relações sintáticas. Assim, o caso reto é o que está "ordenado", ou está em "ordem coincidente" com a pessoa verbal (op. cit., IV 46), codificado na gramática pela concordância do verbo com seu sujeito, ao passo que o caso oblíquo é o "desviado", o não coincidente com a pessoa do verbo (op. cit., IV 18); essa relação não é marcada pela concordância em línguas indo-européias como o grego e o português.

Ora, esta percepção permite identificar duas relações sintáticas de base: a predicação, que é a relação marcada pela concordância, e a complementação, que é a relação não marcada pela concordância. Tanto a predicação quanto a complementação implicam a atribuição de casos: nominativo à esquerda do verbo, no caso da predicação; acusativo, dativo ou ablativo à sua direita, no caso da complementação. Tais casos podem ter uma representação morfológica, como no grego clássico, ou uma representação abstrata, no caso do português.

A predicação, portanto, pode ser definida como a relação entre um predicador e seu sujeito, ao passo que a complementação é a relação entre o predicador e seus argumentos internos.) Desnecessário ressaltar que as gramáticas formais negam validade a esta distinção, unificando na predicação os dois processos. Razões semânticas que exporei adiante sustentam, entretanto, tal distinção, válida, segundo penso, nos quadros do raciocínio funcionalista.

Retomando agora a concepção da língua como um conjunto de sistemas interligados pelo léxico, vou examinar a predicação mais de perto, praticando o conhecido paradoxo da ciência de separar o que vem reunido. Essa tripartição de domínios

permite lançar alguma luz sobre o complexo fenômeno da predicação. Entretanto, não apresentarei aqui um relato exaustivo do “estado da arte” sobre ela.

1. Predicação e semântica

Segundo a lógica aristotélica, a designação é um processo de predicação e, assim, cada item lexical pleno de significado é um predicador. Os nomes predicam, isto é, designam os seres e as coisas; os adjetivos, os estados; os verbos, as ações e os eventos; as preposições, as relações, e assim por diante. Aristóteles, naturalmente, cercou essa afirmação dos devidos cuidados:

os nomes são símbolos das coisas, mas a relação entre o conceito (*nóema*) e o sinal (*semêion*) ou entre a coisa (*prágma*) e o nome (*ónoma*) não é sempre de congruência. Não se recobrem sempre inteiramente conceito e palavra. O que está no som é símbolo do que está na alma, mas não necessariamente o conceito que está no som, o significado, é congruente com o conceito que está na alma, embora só sob as formas de linguagem possam ser apreendidos os conteúdos mentais. (Moura Neves, 1987: p. 64-5)

A predicação por designação gera o sentido, que decorre da relação entre o item e seu referente. Este modo de ver as coisas corresponde ao subsistema referencial do sistema semântico mencionado anteriormente. Ele não será tomado em conta aqui, pois a predicação será entendida como a incidência de um item sobre outro.

Outra percepção semântica postula que a predicação é um processo gerador de significados não contidos no sentido dos itens lexicais envolvidos, e depende crucialmente da relação entre um item-predicador e um item-sujeito. Aqui estou utilizando “sentido” como o conteúdo do item lexical (isto é, como o somatório de seus traços semânticos) e “significado” como a resultante da combinação dos sentidos de dois itens lexicais relacionados sintaticamente. O predicador, portanto, transfere a seu sujeito uma propriedade sua, que poderá ser (i) a emissão de um juízo sobre o valor de verdade da classe-sujeito, (ii) a alteração da extensão dos indivíduos designados pela classe-sujeito ou (iii) a alteração das propriedades intensionais da classe-sujeito. Estas são, ademais, outras diferenças entre predicação e complementação, visto que na complementação o sentido do argumento não é modificado pelo sentido do predicador.

Seja o seguinte recorte de enunciado:

(

((_____

(1) *Realmente, jogador alto ganha fácil a partida no campeonato.*

_____ S [] S

Em (1), temos as seguintes relações de predicação:

- (i) *alto* predica o argumento *jogador*, qualificando-o com o traço de dimensão;

- (ii) *fácil* predica o predicador *ganha*, qualificando-o;
- (iii) *ganha fácil* predica o argumento *jogador alto*, atribuindo-lhe o traço de agentividade;
- (iv) *realmente* predica toda a sentença, avaliando-a de modo asseverativo.

Essas quatro predicações resultam da relação entre os predicadores *alto*, *ganha*, *ganha fácil* e *realmente* e seus sujeitos *jogador*, *ganha*, *jogador alto* e a sentença, respectivamente. O exemplo (1) mostra que o predicador pode tomar por sujeito uma classe referencial, uma classe predicadora ou toda uma sentença. Mas a predicação pode incidir sobre mais de um sujeito, como veremos a seguir. Em todos esses casos é patente que a classe-sujeito recebe uma contribuição semântica que não estava inscrita nas suas propriedades: tanto é certo que os jogadores não são necessariamente altos, não ganham necessariamente as partidas, ganhar partidas não é uma tarefa necessariamente fácil, nem a sentença acima deve ser necessariamente asseverada. Pode-se dizer que através da predicação adicionaram-se propriedades novas sem, contudo, alterar as propriedades preexistentes.

Por outro lado, observando-se as “direções da predicação” representadas pelas flechas que acompanham o enunciado (1), nota-se que o movimento da direita para a esquerda é o mais habitual, não se excluindo o movimento da esquerda para a direita, identificada em (iv).

A gramática tradicional denominou de diferentes maneiras as predicações aí exemplificadas: (i) é descrita como um caso de qualificação (ou restrição, ou delimitação); (ii), como modificação; (iii), como a predicação propriamente dita; (iv), como modalização. Uma descrição mais econômica reconheceria em todos esses processos apenas o da predicação pura e simplesmente, para cujo estudo será necessário formular um plano de pesquisas.

Mas as hesitações da gramática tradicional, por outro lado, evidenciam que é uma tarefa árdua teorizar sobre os significados gerados pela relação entre o predicador e seu sujeito. Nesse particular, as indicações de Weinreich (1972) parecem-me de grande utilidade. Nas relações entre os signos, ele distingue dois processos básicos: o de encadeamento (*linking*) e o de transferência (*nesting*). Tal como nos casos anteriores, apresentarei uma leitura pessoal desse importante texto de Weinreich.

Assim, acompanhando em parte esse autor, direi que o encadeamento e a transferência representam distintas manifestações da predicação entendida como um fenômeno semântico. A estas acrescentarei a predicação por cancelamento.

No encadeamento há uma predicação composicional, em que às propriedades intensionais do item-sujeito são acrescentadas as propriedades que procedem do predicador. Em (2), houve a adição das propriedades de quantificação aspectualizadora do advérbio *normalmente* às propriedades de *divertir-se aos sábados*:

- (2) *normalmente eles se divertem aos sábados.*

Na transferência há uma predicação não composicional, visto que o significado resultante não se encontra nos sentidos dos itens relacionados. Assim, em

(3) *pôs-se a andar*,

o primeiro verbo toma por sujeito o segundo, e a noção de inceptividade revelada pela paráfrase

(3a) *começou a andar*

não se encontra no estado de coisas descrito por *pôr* nem por *andar*. Dizemos então que essa predicação gerou um significado novo, transferindo-se o conjunto de um "lugar" léxico-semântico para outro. Segundo Ilari (1992), a não-composicionalidade gera as expressões idiomáticas. Assim, comparando *romance machadiano* com *elefante branco*, ele argumenta que no primeiro sintagma há uma relação de intersecção entre as propriedades de *romance* e as de *machadiano*, ao passo que, no segundo, "o sentido que atribuiríamos, no atual estágio da língua, a cada um dos constituintes, é irrecuperável".

Pode ser que a predicação composicional e a não composicional representem pólos extremos no eixo da predicação, em que haveria graus intermediários de modificação do sujeito. Assim, em

(4) *a casa está praticamente vendida*,

o advérbio *praticamente* confirma alguns dos traços de *vender*, apagando outros. Essa predicação por cancelamento parcial dos traços ficaria a meio caminho entre a composicionalidade e a não-composicionalidade.

No pólo da composicionalidade estariam os especificadores, a maior parte dos adjetivos, advérbios e verbos absolutos e auxiliados. No pólo intermediário do cancelamento estariam os delimitadores, ou aproximadores. Finalmente, no pólo da não-composicionalidade estariam alguns verbos auxiliares e as expressões idiomáticas ou formas cristalizadas, constituídas pela associação de classes tais como V + N (por exemplo, em *dar-se conta, ter tempo*), N + Adj (como em *elefante branco*) etc.

É importante reter que a sentença é uma espécie de "sopa predicativa", pois tanto entre os constituintes do *dictum* quanto entre este e o *modus*, desencadeiam-se diversos processos predicativos.

2. Predicação e sintaxe

No item anterior, procurei dar uma caracterização semântica da predicação. Indicarei agora os ambientes em que tais processos ocorrem.

2.1 Predicação no espaço sintagmático da sentença, em que podem ser documentadas predicações por determinação, por quantificação, por delimitação e por atribuição, no caso do SN, e por modalização, no caso do SV. Detalhando um pouco:

(1) Os especificadores tomam por sujeito o núcleo do SN. Com isso, os artigos, os demonstrativos, os possessivos e os quantificadores seriam entendidos como predicadores. A esses constituintes devem-se agregar os delimitadores, analisados por Moraes de Castilho (1991).

(2) Os SAdj tomam por sujeito o núcleo do SN.

(3) Os SAdv tomam por sujeito os núcleos do SV, do SN e do próprio SAdv.

Um interesse secundário destas postulações está em identificar no interior dos sintagmas os mesmos mecanismos gramaticais que se identificam no interior das sentenças.

2.2 Predicação no espaço funcional da sentença: o V toma por sujeito o SN argumento externo.

2.3 Predicação da sentença: os chamados “advérbios de sentença” tomam por sujeito toda a sentença, como em (1) e (2), segundo se pode constatar através das paráfrases:

(1a) *É real que S*

(2a) *É normal que S*

Quando o predicador toma por sujeito um item referencial (como em *casa BONITA*), temos uma predicação de primeira ordem. Quando o sujeito é outro predicador (como em *casa MUITO bonita*), temos uma predicação de segunda ordem. Finalmente, em (1) e (2) temos uma hiperpredicação. Para uma elaboração dessas relações, veja Jespersen (1971, cap. VII) e Kato & Castilho (1991).

3. Predicação e discurso

Há situações em que o predicador toma por sujeito não um termo codificado no enunciado, e sim um dos participantes do discurso. Nesses casos, direi que a predicação afetou o sistema discursivo da língua.

Sejam os seguintes exemplos:

(5) *essa turma seguramente entrará em G3 a não ser que se faça um esforço* (EF, POA, 278: 213).

(6) *nas feiras hippies as pessoas naturalmente compram bugigangas*.

Em (5), se a proposição for tomada como sujeito de *seguramente*, teremos um caso de possibilidade epistêmica, causada pela combinação desse Adv com o tempo futuro do verbo, como se observa pelas paráfrases:

(5a) *eu acho que P*

(5b) *talvez P*

(5c) *é provável que P*.

Mas se entendermos que *seguramente* pode simultaneamente tomar por sujeito a proposição e o locutor, (5) poderá ser interpretada como:

- (5d) *eu estou seguro que o conteúdo de P não é seguro.*

Em (5d), o autor da S assume perante seu interlocutor a asseveração contida no item *seguramente*, mantendo incerto o conteúdo proposicional. Houve, portanto, uma predicação discursiva, paralelamente à predicação do enunciado.

Em (6), nota-se que a predicação desencadeada por *naturalmente* pode gerar mais de um significado:

- (i) se o interlocutor processa tal S tomando por sujeito do Adv toda a S, provavelmente ele a parafraseará como

- (6a) *que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies é natural*
e o advérbio estará modalizando asseverativamente a sentença;

- (ii) se ele considerar que o predicator adverbial está incidindo sobre o verbo, provavelmente interpretará esse enunciado como

- (6b) *é hábito comprar bugigangas nas feiras hippies*
e o Adv estará quantificando o verbo;

- (iii) finalmente, se o interlocutor estiver passando por uma feira hippie, e ouvir (6) de seu parceiro de conversação, ele poderá interpretar que o sujeito do Adv, além dos acima indicados, contidos no enunciado, pode ser ele próprio, como um participante da enunciação, identificando-se um efeito perlocutório, parafraseável mais ou menos assim:

- (6c) *visto que é verdadeiro que as pessoas compram bugigangas nas feiras hippies, e isso é até mesmo um hábito, meu interlocutor está achando natural que eu lhe compre algo.*

Nessa interpretação, o Adv estará concorrendo para o desencadeamento de uma inferência conversacional, vale dizer, de uma significação que, à semelhança de (5d), não se encontra na “literalidade” de (6).

Em exemplos como (5) e (6) explorou-se a força ilocucionária da predicação adverbial, caracterizando-se um caso de predicação discursiva, ou pragmática.

As observações feitas neste e no item anterior fornecem um quadro, dentro do qual se pode descrever a predicação adverbial e adjetival no português falado.

A predicação adverbial e adjetival

Casteloiro (1981) e Ilari et al. (1990) estabelecem uma distinção entre adjetivos e advérbios predicativos e não predicativos, a partir de considerações de ordem semântica e sintática.

Partindo daí, apresento neste item um resumo de trabalhos anteriores: Castilho (1993a), sobre a predicação adverbial, e Castilho & Moraes de Castilho (1993), sobre a predicação adjetival.

Vou postular os seguintes processos, para dar conta da atuação dessas classes:

- (1) predicação por avaliação da classe-sujeito: advérbios e adjetivos modalizadores;
- (2) predicação por quantificação da classe-sujeito: advérbios e adjetivos quantificadores;
- (3) predicação por qualificação da classe sujeito: advérbios e adjetivos qualificadores.

Nunca será demais insistir em que as designações acima não remetem a itens únicos e distintos, e sim a processos semânticos não excludentes, não opositivos, não negativos. Conforme deve ter ficado claro, um mesmo item pode desencadear mais de uma significação, gerando outras tantas ambigüidades que tipificam as línguas naturais como produtos de situações sociais. Assim, determinado valor semântico destacado na análise representa a significação considerada mais saliente e mais relevante para a interação em curso.

1. Predicação modalizadora

Os modalizadores predicam a classe-sujeito numa forma subjetiva, verbalizando uma avaliação pessoal a respeito de seu conteúdo. O significado que resulta dessa operação realça a intervenção do locutor, razão por que parece adequado caracterizar os advérbios e os adjetivos modalizadores como “orientados para o falante”.

Os dados do Projeto NURC, analisados dessa perspectiva, apontam para a existência de três subclasses de modalizadores: os epistêmicos, os deônticos e os pragmáticos.

1.1 Modalizadores epistêmicos

Os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação sobre o teor de verdade da classe-sujeito. Eles podem ser asseverativos e quase-asseverativos.

1.1.1 Epistêmicos asseverativos

Advérbios e adjetivos em uso epistêmico asseverativo são usados sempre que o falante considera que o conteúdo da classe-sujeito é verdadeiro, e que, portanto, suas propriedades intensionais preenchem suas necessidades interlocutivas. O falante

manifesta, em decorrência, um alto grau de adesão ao conteúdo da expressão predizada. O verbo *saber* pode representar essa classe:

- (7) eu tenho vontade de ir lá (...) porque *realmente* é um espetáculo bonito (D2 SSA 98: 811).
- (8) a causa *real* da crise política são as elites.
- (9) *evidentemente* a ele caberá tomar a decisão (DID REC 131: 260).
- (10) a causa *evidente* da crise política são as elites.

É bastante extensa a lista de advérbios e adjetivos que podem aparecer em usos epistêmicos asseverativos: *evidente(mente)*, *natural(mente)*, *efetiva(mente)*, *obvia(mente)*, *reconhecida(mente)*, *logica(mente)*, *segura(mente)*, *certa(mente)* etc.

1.1.2 *Epistêmicos quase-asseverativos*

Os advérbios e adjetivos epistêmicos quase-asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo da classe modificada quase certo, próximo à verdade, como uma sorte de hipótese que depende de confirmação. Há uma baixa adesão com respeito a esse conteúdo, pois o falante manifesta insegurança quanto à adequação das propriedades intensionais da classe predizada. As expressões *eu acho*, *eu suponho*, *é provável* que são a contraparte dos advérbios e adjetivos adiante exemplificados:

- (11) e *possivelmente* passe essa fase (D₂; SP, 360: 226)
- (12) a manta protege o pêlo do cavalo de uma *possível* machucadura (DID, SP, 18: 756)
- (13) *provavelmente* [a cadeia de supermercados] é superior a qualquer uma do país (D₂, REC, 5: 302)
- (14) a causa *provável* da crise política são as elites
- (15) *eventualmente* *eventualmente* as linhas eróticas...e a religiosa se cruzam (EF, SP, 153: 302)

1.2 *Modalizadores deônticos*

Através dos advérbios e adjetivos deônticos, o falante informa que o conteúdo da classe-sujeito é considerado necessário. Agora, não é mais o teor de verdade que está em jogo, destaca-se que há um controle humano sobre os eventos e sobre os referentes, isto é, ocorre sua modalização intrínseca, nos termos de Quirk et al. (op. cit.). Exemplos:

- (16) não que *necessariamente* ele precise saber que (...) (EF, POA, 278: 690)
- (17) temos uma decisão *necessária* a tomar, no caso de uma crise
- (18) toda e qualquer cirurgia...no campo médico...implica *obrigatoriamente* despesas
- (19) o recurso *obrigatório* para isso é a mobilização

1.3 Modalizadores pragmáticos

Os modalizadores pragmáticos predicam basicamente os participantes do discurso, deixando o conteúdo proposicional ou o referente do N num discreto segundo plano. Advérbios e adjetivos que exercem esse papel servem para verbalizar as reações do locutor, ou do locutor em face de seu interlocutor, diante do conteúdo que se quer veicular. Eles exemplificam a função emotiva da linguagem, e podem ser representados pela expressão “eu sinto X (diante de Y) em face do conteúdo Z”:

- (20) *felizmente* ainda não começaram aquela fase mais difícil (D₂, SP, 360: 49)
- (21) o Brasil vive uma situação *infeliz*
- (22) *francamente...sinceramente...ainda* não consegui entender onde ele quer chegar
- (23) sua reação *sincera* desconcertou ainda mais

Os adjetivos desta classe, também chamados psicológicos, têm a propriedade de prediar tanto o conteúdo de N, expresso no enunciado, quanto um dos participantes do discurso, em geral o próprio falante, numa forma bidirecional, como em:

- (24) São Paulo é uma cidade *asfixiante* (DID, SP, 137: 93)
isto é,
- (24a) São Paulo é uma cidade asfixiante
- (24b) São Paulo me asfixia

O mesmo se aplica a itens como *simpático, atrativo, curioso, espantoso, lamentável, surpreendente*.

2. Predicação quantificadora

A predicação quantificadora é um processo semântico-sintático por meio do qual um operador incide sobre uma classe modificando sua extensão, isto é, sua propriedade de designar um conjunto de indivíduos.

Os dados apontaram para dois tipos de quantificação adverbial ou adjetival: ou se adicionam indivíduos a um conjunto ou se lhe subtraem. Resultam daqui dois tipos de predicadores quantificadores: os aspectualizadores iterativos (operação de adição) e os delimitadores (operação de subtração).

2.1 Quantificadores aspectualizadores

Em Castilho (1984), argumentei que o aspecto tem no português um forte caráter composicional, visto que não dispõe de morfologia própria, podendo ser descrito com base em um modelo semântico em que se distingue no verbo a operação de seu resultado. O aspecto operativo tem uma face quantitativa (onde o semelfactivo e o iterativo) e uma face qualitativa (onde o imperfectivo e o perfectivo). O aspecto resultativo não parece comportar noções secundárias.

Os advérbios e adjetivos aspectualizadores iterativos predicam mais de um indivíduo do conjunto, apresentando-o de uma forma indeterminada, não especificada, ou de uma forma determinada, especificada, na dependência do item selecionado pelo falante. Alguns exemplos:

- (25) *geralmente* essas ocasiões são muito breves...quando elas...se elas existirem (D₂, POA, 291: 1159)
- (26) porque o que acontece *mensalmente* ou *trimestralmente* né... é mais subdividido (D₂, RJ, 355: 160)
- (27) ao rever os seus objetivos *muitas vezes* o professor se dá conta de que (...) (EF, POA, 268: 60)
- (28) aqui a saída *normal / habitual / semanal* é nas quintas-feiras

A omissão dos itens grifados acima comprometeria a “pluralização” do estado de coisas descrito por *ser muito breve*, *acontecer*, *dar-se conta de* e do referente do deverbal *saída*.

2.2 Quantificadores delimitadores

Advérbios e adjetivos de quantificação delimitadora restringem a extensão da classe-sujeito, circunscrevendo-a a um domínio do conhecimento ou a um ponto de vista. Essa operação implica uma subtração de indivíduos:

- (29) *economicamente* o negócio pode ser muito bom
- (30) uma questão *econômica* dificulta a demarcação das terras dos índios
- (31) *pessoalmente* eu não gosto do nome Shangri-lá (D₂, SP, 255: 1144)
- (32) você não pode ter essa avaliação *pessoal* neste caso (D₂, SP, 343: 1153)

Nos exemplos acima, a extensão de *ser bom negócio*, *questão*, *não gostar de* e *avaliação* foi delimitada pelos advérbios e adjetivos grifados, restringindo-se sua extensão.

3. Predicação qualificadora

Através da predicação qualificadora, interferimos nas propriedades intensionais da classe-sujeito, seja para confirmá-las, cancelá-las parcialmente ou para adicioná-lhes traços. Decorrem disso os qualificadores confirmadores, canceladores e adicionadores.

3.1 Qualificadores confirmadores

Advérbios e adjetivos confirmadores selecionam todas as propriedades intensionais da classe modificada, operação de que resulta um efeito de ênfase:

- (33) nós aqui ficamos mais *autenticamente* brasileiros (D₂, REC, 5: 1238)
- (34) tem peças que são *autênticas* porcarias (DID, SP, 161: 255)
- (35) *rigorosamente* seria provavelmente um negócio desse jeitão aqui...certo? (EF, SP, 338: 191)
- (36) se [a firma] não puder fazer isso ela vai à falência...*pura e simplesmente* (DID, SP, 250: 341)
- (37) no Oriente há um símbolo *clássico*...a serpente que morde a própria cauda (EF, SP, 124: 418)
- (38) eu acho que não me lembro do lugar *especial* pra plantar (DID, SP, 18: 400)

O processo semântico desencadeado pelos itens grifados é habitualmente descrito na literatura sob a denominação um tanto vaga de "ênfase", propondo-se por vezes rótulos tais como "enfatizadores". Acredito que o rótulo "confirmadores" descreve com maior adequação o choque entre as propriedades intensionais do predicador e de sua classe-alvo.

3.2 Qualificadores canceladores

Os canceladores operam num sentido inverso ao dos confirmadores. Agora, propriedades intensionais da classe-sujeito são parcialmente apagadas, ainda que se preservem outros traços. A operação gera dois efeitos: o de aproximação e o de aspectualização.

3.2.1 Canceladores aproximadores

Esses predicadores criam um significado aproximativo, instruindo o interlocutor a não ser estrito na interpretação da expressão predicada:

- (39) *Coisas nossas* passou *praticamente* em todas as grandes cidades brasileiras (EF, SP, 153: 530)
- (40) mas o exame de mestre era muito mais complicado () o de arrais é *uma espécie* de exame de curso infantil (D₂, SSA, 98: 1084)
- (41) [a professora] quase sempre ela é procurada pelos alunos (D₂, SP, 360: 1242)
- (42) depois de um *teórico* período de experiência junto à firma de seu pai, o Toninho foi nomeado vice-diretor da empresa
- (43) esse presidente exibe uma *relativa* disposição para com os descamisados

3.2.2 Canceladores aspectualizadores

Nestes casos, a qualidade atribuída à classe-sujeito implica o apagamento de traços altamente relevantes da classe-alvo. O caso mais patente é o dos aspectualizadores.

zadores, que chegam a alterar a *Aktionsart* do verbo e do N deverbal, transpondo-os de perfectivos para imperfectivos:

- (44) [a morte num avião é rápida] ...eu não gosto de morrer *aos pedacinhos... aos poucos* (D₂, SSA, 98: 1569)
- (45) a Bolsa de Valores sofreu uma queda *lenta* na última semana
- (46) aqueles assuntos que:: não provocam em mim um interesse *momentâneo* muito grande (D₂, SP, 255: 1103)

Em (44), a telicidade do verbo *morrer* é transformada em atelicidade pelos advérbios *aos pedacinhos, aos poucos*. Em (45), o mesmo pode dizer-se de *queda*, que recebe de *lenta* um traço de imperfectividade. Finalmente, em (46), o sentido permansivo de *interesse* torna-se perfectivo graças à predicação de *momentâneo*.

3.3 Qualificadores adicionadores

Há advérbios e adjetivos que agregam propriedades intensionais às classes-sujeito. A adição de uma qualidade é o tipo de predicação mais produtivo, e por isso mesmo advérbios e adjetivos são muitas vezes denominados “classes qualificadoras”, o que implica hipertrofiar uma de suas atuações. Os dados apontam como mais freqüente a adição dos traços de intensidade ou grau, e de dimensão.

3.3.1 Adicionadores graduadores

Os qualificadores adicionadores graduadores são habitualmente denominados “intensificadores”, rótulo que tem o defeito de pressupor apenas uma “graduação para mais”. Essa propriedade é definitória, no caso dos adjetivos, permitindo uma das raras distinções entre N e Adj: enquanto modificações do N remetem a diferenças de dimensão, as modificações do Adj remetem a diferenças de intensidade:

- (47) falou *muito / pouco*
- (48) depois o que eu li de Gabriel García Márquez achei *extremamente fraco* (D₂, REC, 5: 534)
- (49) [isso é] um negócio *altamente boêmio...ouviu?* (D₂, SSA, 98: 1346)

Outros advérbios graduadores: *tremendamente, absolutamente, extraordinariamente, incomparavelmente, infinitamente, imensamente, profundamente*.

- (50) tem uma diferença vamos dizer *grande* (DID, SP, 18: 456)
- (51) os musicais fazem um sucesso *tremendo* (DID, SP, 161: 503)
- (52) e todos os carros da cidade pequena podem fazer uma fumaceira *desgraçada* que vão poluir a cidade (D₂, SP, 343: 314)

3.3.2 Adicionadores dimensionadores

Parece que apenas os adjetivos podem agregar ao referente do N sobre que se aplicam os traços de *dimensão, medida, tamanho*:

- (53) a casa da fazenda...ela era uma casa antiga...tipo colonial brasileiro...janelas largas (DID, SP, 18: 10)
- (54) e as moças...usavam vestidos mais ou menos longos...para os bailes (D₂, SP, 396: 68)
- (55) ah cabelo a gente tinha cabelo comprido...enrolava () que a cabeça ficava parecendo...nem sei...um BALde (D₂, SP, 396: 1932)

Conclusões

Este trabalho mostra que há uma harmonia categorial entre advérbios e adjetivos, quando examinamos seu papel predicator. A língua representa em sua estrutura os mesmos processos semânticos através de formas estruturalmente diversas.

Os três tipos de predicação adverbial e adjetival servem na interação a propósitos diferentes. Os modalizadores são “orientados para o falante”, visto que verbalizam a atitude deste em relação ao conteúdo da classe modificada. Os quantificadores e os qualificadores são “orientados para o referente”, visto que especificam a extensão e a intensão da classe modificada.

O sujeito desses predicadores pode estar no enunciado ou na enunciação; neste caso, dei-lhes a designação algo genérica de predicadores pragmáticos.

Para retratar o tipo de contribuição semântica trazida pela predicação, acolhi os dois processos propostos por Weinreich (1972), aos quais agreguei um terceiro. Com isso, o quadro ficou assim organizado:

(i) predicação por encadeamento ou adição: o predicador cede um traço à classe-sujeito. A maior parte dos advérbios e adjetivos predicativos operam nesta forma: os modalizadores epistêmicos / deônticos / pragmáticos, os quantificadores aspectualizadores, os qualificadores confirmadores / adicionadores, neste caso, com exceção dos aspectualizadores;

(ii) predicação por transferência: da relação entre o predicador e a classe-sujeito surge um significado inteiramente novo, o que ocorre maioria nas expressões idiomáticas. O termo “transferência”, que deveria traduzir o inglês *nesting*, tem o defeito de encobrir – em minha leitura – o alcance real desta categoria. O *corpus* examinado mostrou-se pobre a respeito desse processo, porém pesquisas adicionais poderiam revelar advérbios e adjetivos que desencadeiam esse processo;

(iii) predicação por cancelamento ou subtração: o predicador apaga parte dos atributos da classe-sujeito. Os dados revelaram a existência de duas predicações por cancelamento: ou se diminuem os indivíduos do conjunto, como nos quantificadores

delimitadores, ou se alteram as propriedades intensionais da classe-alvo, como nos qualificadores canceladores aproximadores / aspectualizadores.

A continuação desta pesquisa implicará a realização de estudos monográficos sobre os itens mais produtivos. No presente trabalho, nada avancei na análise do papel discursivo de advérbios e adjetivos, por acreditar que muita análise semântica deve ser ainda feita. A precedência da reflexão semântica sobre a discursiva pode conjurar os riscos de um funcionalismo radical.

CASTILHO, A. T. de A functional viewpoint on predication. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 75-95, 1994.

- *ABSTRACT: This paper (1) gives an account of the development of the Spoken Portuguese Grammar Project, (2) discusses predication within the frame of a functional grammar, and (3) offers some results of the analysis of predicative adverbs and adjectives, used in spoken standard Brazilian Portuguese, as witnessed in materials of the NURC Project. (Abstract prepared by the Editor.)*
- *KEYWORDS: Spoken language; functional grammar; predication; adverbs; adjectives.*

Referências bibliográficas

- 1 BÉCARES BOTAS, V. Introducción. In: APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Madrid: Gredos, 1987.
- 2 BENVENISTE, É. *Problèmes de langage*. Paris: Gallimard, 1966.
- 3 BRAGA, M. L. Construções de tópico do discurso. In: NARO, A. J. (Org.) *Projeto Subsídios Sociolíngüísticos do Censo à Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, 3 v. (Mimeoogr.).
- 4 CASTELEIRO, J. M. *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.
- 5 CASTILHO, A. T. de. Ainda o aspecto verbal. *EPA* 3, p. 9-36, 1984.
- 6 _____. Para o estudo das unidades discursivas em português. In: _____. (Org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. p. 249-80.
- 7 _____. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. v. 1.
- 8 _____. *A predicação adverbial no português falado*. São Paulo: 1993a. Tese (Livre-Docência), Universidade de São Paulo. (Mimeoogr.).
- 9 _____. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b. v. 3.
- 10 _____. (Em andamento). *Lingüística portuguesa*.
- 11 CASTILHO, A. T., MORAES DE CASTILHO, C. M. Adjectival Hedges in Brazilian Spoken Portuguese. In: KOCH, I., SCHLIEBEN-LANGE, B. (Ed.) *Linguistik in Brasilien*. Tübingen: Gunter Narr, 1993.

- 12 DIK, S. *Gramática funcional*. Trad. Leocadio Martín Mingorance e Fernando Serrano Valverde. Madrid: Soc. Gen. Española de Librería, 1981.
- 13 _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- 14 DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- 15 DUBOIS, J. W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. (Ed.) *The pear stories*. Norwood: Ablex, 1980. p. 203-74.
- 16 _____. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-65.
- 17 _____. The discourse basis of ergativity. *Language*, Baltimore, v. 64 n. 4, p. 805-55, 1987.
- 18 FRANCHI, C. *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Campinas: 1976. Tese (Doutorado), Universidade de Campinas. (Inédita).
- 19 _____. Concepção de E-Gramática. Conferência pronunciada no Dep. de Lingüística da Unicamp, inédito, 1991.
- 20 GARCIA, E. Discourse without syntax. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and semantics* 12, p. 23-49, 1979.
- 21 GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- 22 _____. (Ed.) *Topic continuity in discourse: a qualitative cross-language study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.
- 23 _____. *Syntax: a functional – typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.
- 24 _____. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, C. (Ed.) *Noun classes and categorization*. New York: Academic Press, 1986. p. 77-102.
- 25 HALLIDAY, M. A. K. Os usuários e os usos da língua. In: HALLIDAY, M. A. K., MACINTOSH, A., STREVENS, P. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 98-135.
- 26 _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- 27 HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, p. 251-99, 1980.
- 28 _____. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, Baltimore, v. 60 n. 4, p. 703-52, 1984.
- 29 ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- 30 ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.), 1990, p. 63-142.
- 31 ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. v. 2.
- 32 _____. Propriedades extensionais e intensionais dos adjetivos. Projeto apresentado ao VI Seminário do PGPF, 1992, inédito.
- 33 JESPERSEN. *La philosophie de la grammaire*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.
- 34 JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 359-439.
- 35 KATES, C.A. *Pragmatics and semantics*. Ithaca: Cornell University, 1980.
- 36 KATO, M., CASTILHO, A. T. Advérbios modalizadores: um novo núcleo predicator? *DELTA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 409-24, 1991.
- 37 LABOV, W. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, F. *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 311-32.

- 38 LAKOFF, G. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. *Papers from the eighth regional meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 183-227, 1975.
- 39 _____. Categories: an essay in cognitive linguistics. In: _____. *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshing Publishing, 1982, p. 139-209.
- 40 LAVANDERA, B. Tensión entre el personal y el impersonal en la organización del discurso. In: _____. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984, p. 101-24.
- 41 LEECH, G. *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- 42 LEMLE, M., NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1977.
- 43 LYONS, J. *Semantics*. London: Longmans, 1977, 2 v.
- 44 MORAES DE CASTILHO, C. M. *Os delimitadores no português falado no Brasil*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas.
- 45 MOURA NEVES, M. H. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- 46 NARO, A. J., VOTRE, S. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *DELTA*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 285-99, 1992.
- 47 NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.
- 48 PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- 49 PONTES E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- 50 QUIRK, R., et al. *A comprehensive grammar of the english language*. London: Longman, 1985.
- 51 RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. (Mimeoogr.).
- 52 SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 v. (Mimeoogr.).
- 53 VOTRE, S., NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, v. 5, n. 2, p. 169-84, 1989.
- 54 WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: LOBATO, L. M. P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972, p. 165-273.
- 55 WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1967.

DOIS FUNCIONALISTAS FRANCESES EM CONFRONTO

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE¹

- RESUMO: Comparamos, neste artigo, de modo aproximativo e provisório, dois modelos de análise sintática e dois métodos de representação gráfica dessas análises: trata-se dos modelos e métodos de André Martinet e Lucien Tesnière. Depois de algumas considerações introdutórias relativas ao funcionalismo dos autores em causa, arrolamos um conjunto de características que aproximam ou opõem os seus respectivos modelos. Apresentamos, em seguida, no intuito de beneficiar os estudantes universitários de sintaxe, as representações gráficas de um mesmo enunciado segundo o método estemático de Tesnière e segundo o método de visualização das relações sintáticas de Martinet, para concluir que os dois modelos/métodos, embora diferentes, poderiam eventualmente ser integrados num único sistema de análise e representação.
- PALAVRAS-CHAVE: sintaxe funcional; funções gramaticais; análise sintática; modelo tesniériano; modelo martinetiano; estemas; visualização das relações sintáticas.

1. Ninguém que conheça razoavelmente bem, tanto a lingüística funcional de André Martinet quanto a sintaxe estrutural de Lucien Tesnière pode deixar de interrogar-se sobre as notáveis semelhanças que existem entre esses dois modelos funcionalistas de origem francesa. Num momento como o nosso, em que o(s) funcionalismo(s) em lingüística está(ão) em voga, a comparação entre os modelos mencionados afigura-se como pertinente, na medida em que, graças a ela, poderá tornar-se pelo menos um pouco menos confuso o delicado tecido das eventuais influências entre os dois lingüistas mencionados e/ou entre eles e outros lingüistas e/ou modelos que hoje se proclamam cultores de uma lingüística funcional.

2. Que Martinet seja funcionalista ninguém duvida, e o seu funcionalismo é mundialmente conhecido. Ele é o fundador e presidente de honra da SILF, Sociedade Internacional de Lingüística Funcional, com sede em Paris. Não é necessário agora insistir nesse ponto.

1. Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-000 – Assis – SP.

2.1 Também não se pode negar, parece-me, que Lucien Tesnière tenha sido um autêntico funcionalista, apesar de ter chamado sua sintaxe de "sintaxe estrutural". Com efeito, o seu estruturalismo prende-se ao fato, por ele constatado no estudo e análise da língua francesa especialmente, de que as frases funcionam como unidades estruturadas de "pensamento organizado", graças às relações (funções) que se estabelecem entre as palavras, ou seja, entre núcleos regentes e núcleos subordinados. Noutros termos, Tesnière estuda as estruturas sintáticas mais do ponto de vista funcional do que formal, e, neste sentido, podemos, com pleno direito, afirmar que ele foi um autêntico funcionalista. Com efeito, é o critério funcional que preside a divisão da sua sintaxe estrutural em três partes: a *conexão*, a *junção* e a *translação*. A conexão é a alma da função estrutural na frase: é a relação que se estabelece entre as palavras; a junção é a ligação de elementos que possuem a mesma função na frase; por fim, a translação permite que palavras de diferente natureza gramatical venham a desempenhar a mesma função sintática no enunciado.

2.2 Mais ainda, a sintaxe tesnièriana – chamada muitas vezes translativa – fundamenta-se justamente no fato – também exaustivamente observado, analisado e descrito pelo próprio Tesnière – de que, na linguagem humana, as palavras, que formalmente pertencem a determinadas categorias, podem mudar de categoria ao mudarem de função, com a ajuda das partículas (chamadas por Martinet *funcionais*) que ele chamou *translativos* porque permitem a transferência, a transformação de uma categoria em outra.

2.3 São, pois, problemas funcionais os que Tesnière estuda minuciosamente na sua sintaxe e representa graficamente de forma clara com os seus *estemas*. Para ele, portanto, e para qualquer funcionalista de inspiração praguense, a noção de estrutura é inseparável da noção de função, como bem explica Mounin no seu pequeno mas esclarecedor manual *Clefs pour la linguistique*: a estrutura de uma mesa é a que lhe é exigida pela função essencial que cabe a toda e qualquer mesa, ou seja, a de servir de móvel para seres humanos que nelas (nas mesas) comem, bebem, escrevem, jogam baralho etc. (1971, p. 92-3).

2.4 Pode-se ser funcionalista por diferentes razões e de diferentes pontos de vista relacionados com as várias noções de função (Hoyos-Andrade, 1992, p. 11-2). Se alguém, preocupado com as funções, com os papéis, com as tarefas que a linguagem humana desempenha no convívio humano, procura verificar como ela os realiza na construção dos seus enunciados, é, com toda certeza, e nesse sentido preciso, um lingüista funcionalista.

2.5 Outro estudioso pode, por sua vez, dedicar-se a descrever e analisar as unidades que as línguas possuem e utilizam no seu funcionamento, assim como as tarefas particulares que essas unidades realizam no processo da comunicação lingüística. Esse estudioso também terá direito a considerar-se funcionalista.

2.6 Mas há um terceiro tipo de funcionalismo e é o dos autores que se especializam no estudo das relações que se estabelecem entre os elementos significativos dos enunciados lingüísticos e as maneiras como essas relações podem ser

reconhecidas pelos usuários das diferentes línguas. Essas relações, afinal, não são outra coisa senão as funções gramaticais ou sintáticas da gramática tradicional, mas estudadas a partir de como as línguas naturais funcionam de fato e não a partir de apriorismos de qualquer natureza, sejam eles lógicos, psicológicos ou semânticos.

2.7 A que grupo pertence o modelo de André Martinet? Ele próprio encarrega-se de responder-nos, no seu artigo “Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle”, publicado neste mesmo número da revista *Alfa*: “‘fonctionnel’ n'a, pour les linguistes, de sens qu'en référence au rôle que joue la langue, pour les hommes, dans la communication de leur expérience des uns aux autres”.² Neste sentido, o funcionalismo de Martinet pertence ao primeiro grupo mencionado. Dada, porém, a importância que ele concede ao estudo das funções sintáticas (valendo-se, é claro, da “pertinência comunicativa”), parece-nos que o seu funcionalismo participa também do terceiro grupo. O modelo de Lucien Tesnière, por sua vez, poderia ser colocado igualmente neste último grupo, não obstante o seu pendor para classificar as partes da oração segundo critérios semânticos (palavras *cheias*, palavras *vazias*) e para identificar a natureza das palavras com a sua função. O fato, porém, de a preocupação principal de Tesnière ser a de descrever as relações ou dependências sintáticas que se estabelecem entre os elementos da frase permite-nos considerá-lo como funcionalista do terceiro grupo.

3. Vejamos agora os pontos que, em nossa opinião, aproximam e separam os dois autores que neste ensaio pretendemos confrontar. Não se trata de uma confrontação exaustiva, pois, obviamente, não teríamos condições de fazê-la, mas de uma listagem de algumas características que autorizam uma aproximação entre os dois modelos, no que se refere especificamente à sintaxe, seguida de uma apresentação de aspectos em que os dois lingüistas se distanciam e se opõem.

3.1 Semelhanças

Martinet	Tesnière
3.1.1 A relação sintática entre <i>Alfredo</i> e <i>canta</i> , na frase <i>Alfredo canta</i> é também um <i>signo</i> tanto quanto os signos lexicais <i>Alfredo</i> e <i>canta</i> .	3.1.1 Numa frase como <i>Alfredo canta</i> haveria três elementos, sendo o terceiro a <i>conexão</i> entre <i>Alfredo</i> e <i>canta</i> .
3.1.2 Distingue entre nível <i>sintático</i> (o das relações gramaticais que se estabelecem entre os elementos do enunciado) e nível <i>axiológico</i> , ou dos valores significativos desses mesmos elementos.	3.1.2 Distingue entre função estrutural, assegurada pela conexão, princípio organizador da frase, e função semântica, típica das palavras <i>cheias</i> , que como núcleo veiculam a idéia central.

2. O termo “‘funcional’ não tem sentido, para os lingüistas, a não ser em relação ao papel que a língua desempenha, para os homens, na comunicação mútua de sua experiência”.

Martinet	Tesnière
3.1.3 Considera que, graças à sintaxe, a comunicação linguística consegue superar a inevitável linearidade da fala. A sintaxe permite reconstruir as relações que existem entre o núcleo predicativo e suas expansões.	3.1.3 Considera como problema essencial da gramática e do seu ensino a antinomia que existe entre <i>ordem linear</i> e <i>ordem estrutural</i> dos enunciados (observemos aqui uma antecipação da oposição chomskiana entre <i>deep</i> e <i>surface structures</i>).
3.1.4 O sujeito é uma expansão do núcleo predicativo, único elemento independente da frase. O fato, porém, de tratar-se de um elemento sempre presente, com algumas poucas exceções, é salientado na visualização do mesmo com a seta dupla, indicadora de suposição mútua.	3.1.4 Supera a concepção tradicional e bipolar da frase concebida como a combinação de um sujeito e um predicado, com igualdade de direitos: o sujeito é, segundo Tesnière, um <i>complemento</i> como os outros.
3.1.5 Distingue entre elementos em função primária – ligados diretamente ao núcleo predicativo – e elemento em função não primária.	3.1.5 Distingue entre elementos diretamente subordinados ao verbo (<i>actantes</i> e <i>circunstantes</i>), ou seja, elementos que no estema figuram no nível imediatamente inferior ao nó verbal, e elementos pertencentes a outros níveis.
3.1.6 Chama funcionais as preposições e as conjunções de subordinação, porque essas partículas marcam as relações que determinados elementos do enunciado mantêm com o núcleo predicativo (ou com o centro de algum sintagma). Graças a elas, os sintagmas e os enunciados dependentes adquirem <i>autonomia sintática</i> .	3.1.6 Chama <i>translativos</i> as preposições e as conjunções de subordinação, porque, graças a elas, uma classe de palavras é transferida para outra. Desse modo, um substantivo, por exemplo, passa a funcionar como adjetivo ou como advérbio.
3.1.7 Considera errado supor que as partes do discurso devam ser as mesmas nas diferentes línguas.	3.1.7 Considera que a classificação tradicional das partes do discurso é defeituosa e deve ser abandonada.
3.1.8 Dá importância à visualização das funções gramaticais ou sintáticas, mas não utiliza representações de tipo arbóreo, como Tesnière.	3.1.8 Dá grande importância à apresentação gráfica das conexões, das junções e das translações, utilizando para tanto representações arbóreas que ele chama <i>estemas</i> e que supõem todo um método.

3.1.9 Resumindo e generalizando, podemos, pois, afirmar que os modelos destes dois autores são de natureza funcional porque se centram na *perspectiva funcional da frase* como unidade de comunicação. O funcionalismo deles não se baseia na noção de função como “papel que desempenha a linguagem humana”, mas na noção de função como relação que se estabelece entre os elementos da frase para permitir que esta funcione como veículo de informação. Observe-se, porém, que a noção de frase não é a mesma para ambos. Tesnière define-a como “conjunto organizado cujos elementos constitutivos são as *palavras*” (1966, p. 11). Martinet, por sua vez, como “o enunciado cujos elementos se ligam todos a um predicado único ou a vários predicados coordenados” (1970, 4.33); esses elementos são, porém, para ele, os *monemas* e não as palavras.

3.2 Diferenças

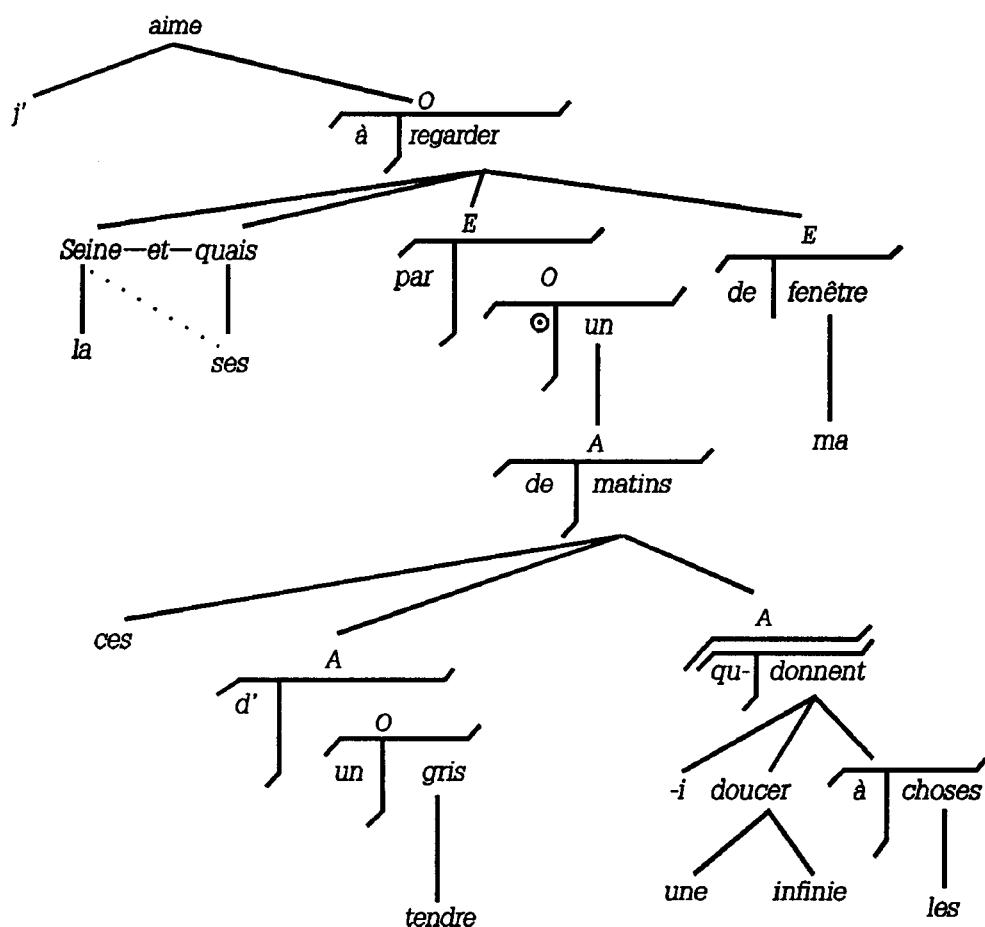
Martinet	Tesnière
3.2.1 Não trabalha com <i>palavras</i> mas com <i>monemas</i> , <i>sintemas</i> e <i>sintagmas</i> , sem atribuir muita importância à natureza morfológica desses elementos e sim à função gramatical que exercem no enunciado. Classifica os monemas a partir da autonomia sintática e não a partir da sua natureza formal.	3.2.1 Trabalha com <i>palavras</i> , distinguindo entre palavras <i>cheias</i> (substantivo, verbo, adjetivo e advérbio) e palavras <i>vazias</i> (juntivos e translativos). O critério classificatório afigura-se mais semântico do que funcional.
3.2.2 Não limita o número de funções sintáticas; classifica-as, segundo as línguas, com base em critérios mais funcionais do que formais. Distingue entre funções primárias e não primárias; entre funções obrigatórias e facultativas e também entre monemas unifuncionais ³ e plurifuncionais.	3.2.2 Limita as funções sintáticas a três tipos genéricos: <i>actantes</i> (com um número máximo de três funções específicas: sujeito/agente da passiva, complemento de objeto, complemento de atribuição), <i>circunstâncias</i> (que não classifica) e <i>adjetivos</i> .
3.2.3 Classifica como categorias diferentes de monemas os <i>adjetivos</i> e outros determinantes nominais, que ele denomina <i>modalidades</i> , a saber: os artigos, os possessivos, os demonstrativos.	3.2.3 Chama <i>adjetivos</i> todos os determinantes do substantivo, inclusive os artigos, os possessivos, os demonstrativos. Estes últimos são adjetivos <i>gerais</i> , enquanto os epítetos (ou qualificativos) são adjetivos <i>particulares</i> .
3.2.4 Distingue cuidadosamente entre <i>natureza (forma)</i> e <i>função</i> dos monemas. Um mesmo monema pode desempenhar diferentes funções (sem mudar de natureza). Classifica os monemas a partir das suas compatibilidades funcionais.	3.2.4 Considera que as funções são inerentes à natureza das palavras: "funciona como um adjetivo". Ao mudarem de categoria as palavras mudam de função.
3.2.5 Ao considerar que as relações gramaticais são também <i>signos</i> , Martinet estuda os <i>significantes sintáticos</i> , ou seja, as maneiras que as línguas utilizam para marcar perceptivelmente as relações, e os <i>significados sintáticos</i> , ou funções em sentido estrito.	3.2.5 Embora diga que o objetivo da sintaxe é o estudo da frase e que as conexões constituem a estrutura da frase, afirma também que estas conexões são perceptíveis unicamente ao espírito (1966, p. 11), como se não houvesse marcas lingüísticas das relações (conexões) estabelecidas entre as palavras.
3.2.6 Seus critérios fundamentais na descrição e análise de uma língua são o da <i>pertinência comunicativa</i> e o da <i>autonomia sintática</i> . A oposição entre o que é pertinente e o que não o é, em termos informacionais, substitui vantajosamente a precária – porém geralmente aceita – oposição saussuriana entre <i>langue</i> e <i>parole</i> . O critério da autonomia sintática (comparável em certos aspectos ao da dependência estrutural ensinada por Tesnière) permite-lhe classificar, com clareza e elegância, as unidades sintáticas e é o princípio que guia as suas análises e visualizações.	3.2.6 O eixo em torno do qual gira o seu sistema é a <i>dependência estrutural</i> que existe entre as palavras da frase. Dependência essa que, aplicada ao sistema verbal, leva à fecunda teoria das <i>valências</i> : um verbo é bivalente, por exemplo, quando possui dois complementos, ou seja, duas palavras que dependem imediatamente dele como predicado. Essa teoria permite uma classificação funcional dos verbos das diferentes línguas, muito válida na elaboração de gramáticas descritivas e/ou contrastivas.

3. Monemas unifuncionais são aqueles que desempenham um único tipo de função, como, por exemplo, os artigos, cuja função é sempre a mesma, a de determinar um nome.

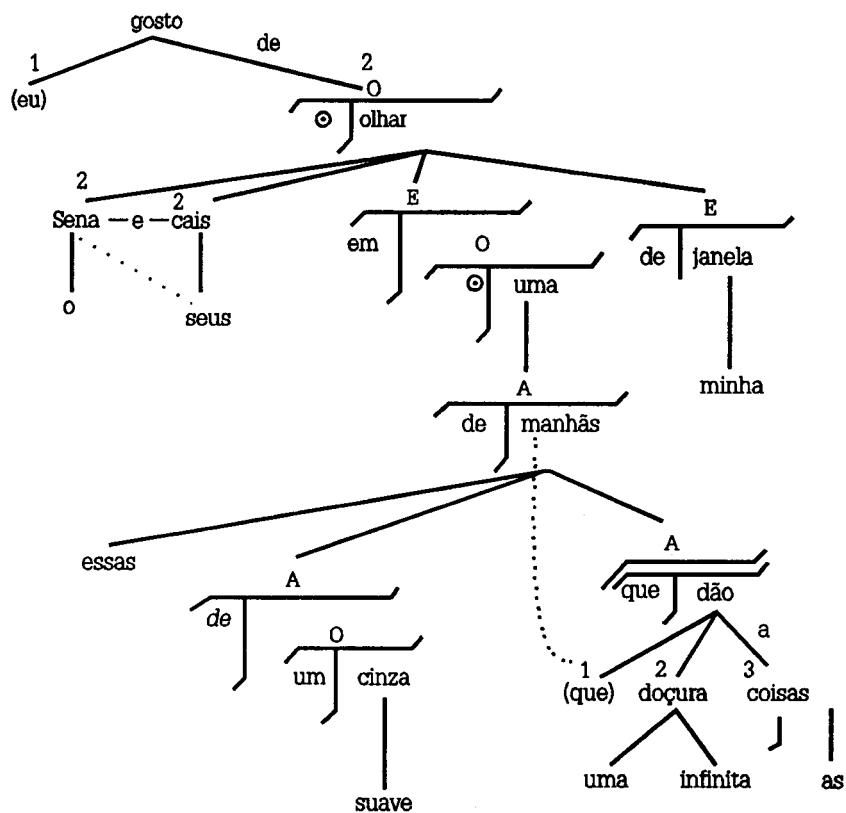
4. No intuito de mostrar, de modo gráfico e visível, como as análises sintáticas dos dois modelos confrontados se assemelham e se diferenciam, apresentamos agora análises – seguindo os sistemas de ambos os autores – de um mesmo enunciado, acompanhadas das respectivas representações gráficas ou visualizações.

4.1 Seja o seguinte enunciado tirado do próprio texto de Tesnière, (1966, p. 637 e 652): "J'aime à regarder de ma fenêtre la Seine et ses quais par un de ces matins d'un gris tendre qui donnent aux choses une douceur infinie" (Anatole France).

4.2 O estema apresentado por Tesnière para esse enunciado em francês é o seguinte:



4.2.1 Traduzindo-o para o português, o enunciado e o seu estema podem apresentar-se assim: "Gosto de olhar de minha janela o Sena e seus cais, numa dessas manhãs de um cinza suave que dão às coisas uma docura infinita".



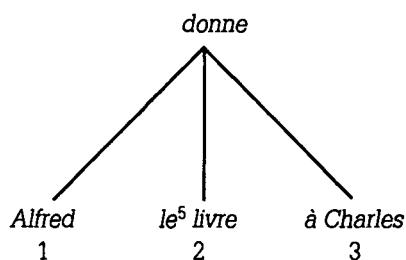
4.2.2 Observações:

- No topo do estema figura o predicado GOSTO, "clef de voûte" de toda a construção.
- No estema português é preferível considerar que OLHAR é objeto ou complemento direto (preposicionado) do verbo "gostar de"; daí que a preposição figure ao lado da conexão e não constitua, como no estema francês, o translativo do infinitivo. OLHAR, por natureza "infinitivo", transfere-se em substantivo (O)⁴ em virtude do seu uso nominal como complemento do verbo GOSTAR DE: o translativo, neste caso, é zero, daí a marca de um O com um ponto no meio.
- O primeiro circunstante de OLHAR, "NUMA DESSAS MANHÃS", apresenta três translações sucessivas: MANHÃS (O) transforma-se em adjetivo, graças ao translativo DE; UMA (adjetivo), com translativo zero, vira primeiro substantivo (O), graças ao uso nominal aqui constatado, e, depois, advérbio (E), em virtude do translativo EM.

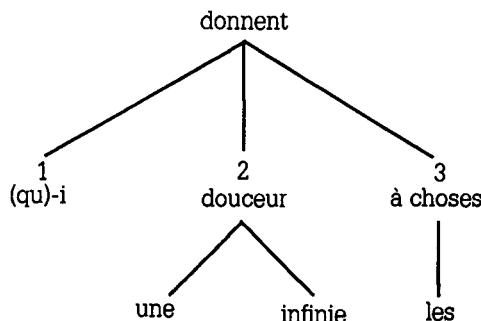
4. Tesnière designa as palavras cheias utilizando as seguintes letras: O = Substantivo, A = Adjetivo, I = Verbo, E = Advérbio.

d) O relativo da subordinada “QUE DÃO UMA DOÇURA INFINITA ÀS COISAS” aparece repetido (como Tesnière o aconselha no seu *Esquisse*), pois possui uma função dupla: é um translativo, ao fazer com que uma oração passe a funcionar como adjetivo (A), e é sujeito pronominal do verbo DÃO. A linha pontilhada ou linha “anafórica”, destaca que MANHÃS é o antecedente semântico desse QUE.

e) Finalmente, parece-nos que, no que se refere à representação estemática do objeto indireto ou complemento de atribuição (fr. AUX CHOSES, port. ÀS COISAS), Tesnière não se mostra coerente com os ensinamentos do *Esquisse*, segundo o qual esse complemento é o actante nº 3, que, mesmo precedido de preposição, não se considera como uma translação: eis o exemplo que ele fornece nessa obra (1953, p. 5):



No estema em foco (ver acima 4.2), a preposição “À” é simplesmente a marca lingüística da conexão entre o nó DÃO (fr. DONNENT) e o substantivo em função de complemento de atribuição, COISAS (fr. CHOSES). Daí que nos afastemos, na nossa versão portuguesa, da representação do mestre nesse ponto, achando que o estema francês deveria ser assim:



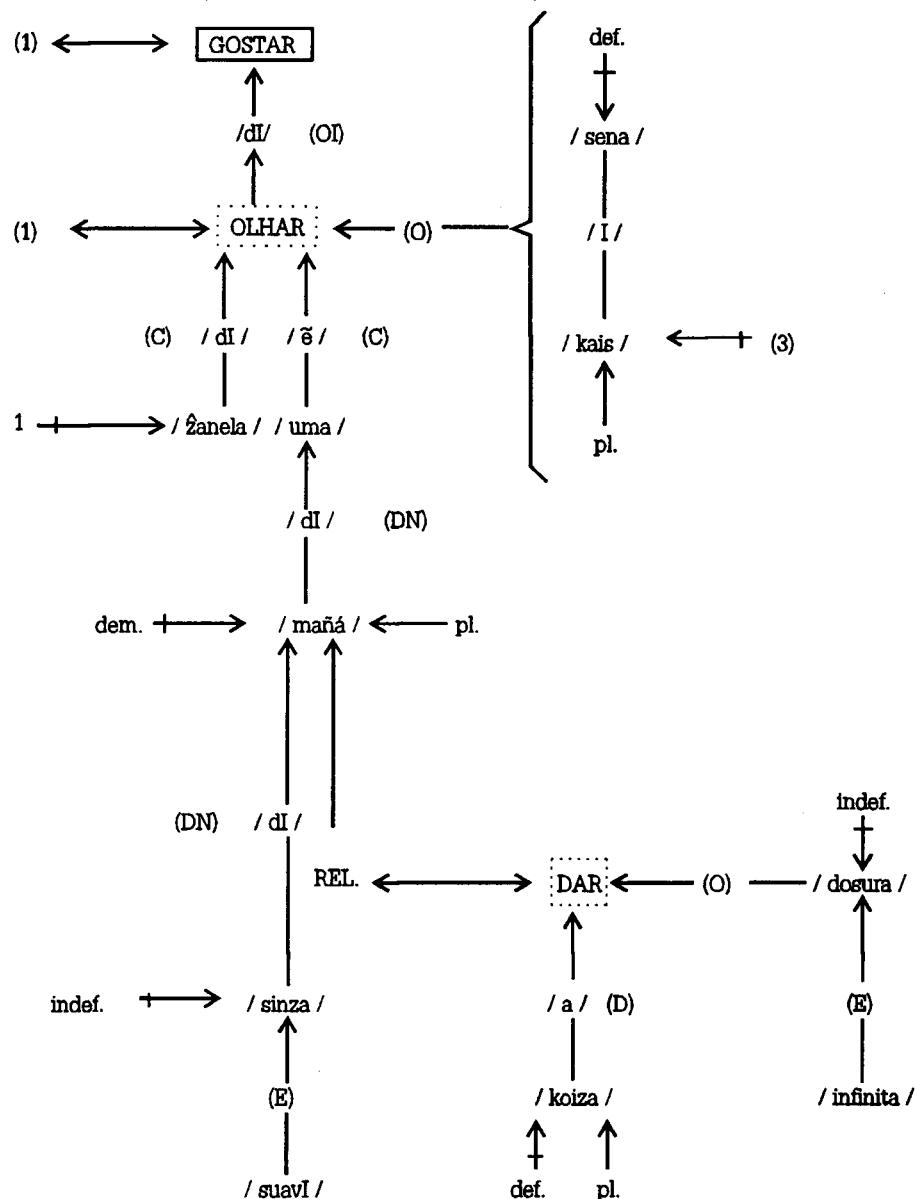
4.2.3 Explicado e completado o estema (segundo o espírito de Tesnière), podemos agora verificar que, nessa análise estrutural, destacam-se sempre as funções gramaticais. Com efeito, os nós (ligados pelas conexões) correspondem aos actantes

5. No *Esquisse*, Tesnière não separa o artigo do seu núcleo.

(1= sujeito, 2= complemento de objeto, 3= complemento de atribuição), aos *circunstântes* – no caso, expressões circunstanciais produto de uma translação e marcadas com um E – e aos *adjetivos*, sejam eles originários (caso de O, SEUS, ESSAS, MINHA, SUAVE, AS) ou transferidos, marcados pela letra A.

4.2.4. A visualização das funções, segundo o modelo de André Martinet, oferece, por sua vez, a seguinte forma:

4.2.5 Observações sobre a visualização segundo o modelo martinetiano:



- a) A seta indica a direção da determinação. Seta dupla é utilizada para marcar a função sujeito, dada a pressuposição mútua de sujeito e predicado e a obrigatoriedade do sujeito como atualizador preferido do predicado.
- b) O *predicado* aparece dentro de um retângulo e sob a forma infinitiva, sendo que a forma (conjugada ou não) que figura no enunciado analisado pode ser reconstituída a partir do sujeito (no caso, representado pelo número 1 entre parênteses; estes significam que a forma pronominal correspondente não foi expressamente utilizada). Os predicados das orações subordinadas representam-se dentro de um retângulo pontilhado; Martinet chama-os *predicatóides* por terem a *forma* de predicados.
- c) As modalidades nominais,⁶ a saber, plural, artigos definidos e indefinidos, demonstrativos, possessivos, visualizam-se com abreviaturas: pl., def., indef., dem., 3 (pronomes e/ou adjetivo de 3^a pessoa).
- d) REL. indica pronomes relativos, e as setas que o ligam ao contexto marcam a duplicidade característica desse pronomes, que remete a seu antecedente e é, ao mesmo tempo, sujeito do predicatóide.
- e) As funções sintáticas indicam-se mediante letras maiúsculas entre parênteses: (O), objeto direto; (D), dativo; (OI), objeto indireto; (C), complemento circunstancial; (DN), determinante nominal; (E), epíteto.
- f) É patente como a visualização deste modelo dá prioridade às *funções* dos monemas que constituem o enunciado: os monemas *unifuncionais* são identificados com o nome da sua função: def., indef., pl. etc. As funções desempenhadas pelos monemas *plurifuncionais* são apresentadas uma a uma (com as iniciais correspondentes: veja-se supra) e o sistema de setas e linhas utilizado destaca e visualiza a complexidade das relações gramaticais entre os elementos da frase como um todo.

5. Concluindo, podemos dizer que, no domínio específico da descrição e análise sintática e, mais especificamente, ainda, nas apresentações gráficas ou visualizações das análises sintáticas propostas pelos autores confrontados:

5.1 Ambos apresentam adequadamente a centralidade do núcleo predicativo com relação aos outros elementos do enunciado.

5.2 Martinet destaca melhor as funções sintáticas ao identificá-las claramente mediante o uso de iniciais e/ou abreviaturas.

5.3 O sentido ou direção das determinações fica, talvez, mais notório nos estemas de Tesnière, em virtude da apresentação das conexões em níveis ou camadas sucessivas. As setas de Martinet, porém, desempenham com eficiência essa mesma tarefa.

5.4 Martinet dá mais relevo às funções do que às formas dos elementos lingüísticos. A preocupação com as formas leva Tesnière a enfatizar as mudanças de

6. As modalidades verbais, como, por exemplo, o *tempo*, são indicadas por Martinet mediante abreviaturas do tipo: imp., pret., fut. No exemplo utilizado não figura, porém, nenhuma marca de modalidades verbais, pois os verbos conjugados estão no *presente do indicativo* (gosto, dão), e este tempo, segundo Martinet, não constitui uma unidade significativa ou monema, mas simplesmente uma ausência...

categoria das palavras no desempenho de funções diferentes, mediante o recurso às translações que caracterizam a sua sintaxe estrutural.

6. Nem todo lingüista considera válida a utilização de sistemas de representação gráfica das análises sintáticas, como as que aqui tentamos confrontar. A prática docente, todavia, tem-nos ensinado que ambos modelos (aqui sumariamente apresentados e comparados) estimulam os estudantes universitários a entender melhor a estruturação e funcionamento dos elementos (monemas ou palavras) que entram na constituição dos enunciados lingüísticos. Parece-nos, inclusive, que os dois modelos se complementam e que se poderia eventualmente pensar na integração destes num único sistema de representação mais completa e mais de acordo com a riquíssima realidade funcional da linguagem humana.

HOYOS-ANDRADE, R. E. Two French functionalists in contrast. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 97-107, 1994.

- *ABSTRACT: Two models of syntactic analysis and two methods of graphic representation of these analyses are compared in this paper: the models and methods of André Martinet and Lucien Tesnière. After some introductory remarks concerning the functionalism of both linguists we present a list of features which emphasize the similarities and the differences between the models in contrast. Then, in order to strengthen the study of syntax at the university level, we reproduce the graphical representations of the same sentence according to Tesnière's "stemma" and to Martinet's "visualization of the syntactic relations", to conclude that both models and methods, even if different, could eventually be integrated in one only system of analysis and representation.*
- *KEYWORDS: Functional syntax; grammatical functions; syntactic analysis; Tesnière's model; Martinet's model; stemma; visualization of the syntactic relations.*

Referências bibliográficas

- 1 HOYOS-ANDRADE, R. E. *Introducción a la lingüística funcional*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1992.
- 2 MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1970.
- 3 _____. *Conventions pour une visualisation des rapports syntaxiques. La linguistique*, Paris, v. 9, n. 1, p. 5-16, 1973.
- 4 _____. *Studies in functional syntax*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1975.
- 5 _____. *Syntaxe générale*. Paris: Armand Colin, 1985.
- 6 MOUNIN, G. *Clefs pour la linguistique*. Paris: Seghers, 1971.
- 7 TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1966.
- 8 _____. *Esquisse d'une syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1953.

categoria das palavras no desempenho de funções diferentes, mediante o recurso às translações que caracterizam a sua sintaxe estrutural.

6. Nem todo lingüista considera válida a utilização de sistemas de representação gráfica das análises sintáticas, como as que aqui tentamos confrontar. A prática docente, todavia, tem-nos ensinado que ambos modelos (aqui sumariamente apresentados e comparados) estimulam os estudantes universitários a entender melhor a estruturação e funcionamento dos elementos (monemas ou palavras) que entram na constituição dos enunciados lingüísticos. Parece-nos, inclusive, que os dois modelos se complementam e que se poderia eventualmente pensar na integração destes num único sistema de representação mais completa e mais de acordo com a riquíssima realidade funcional da linguagem humana.

HOYOS-ANDRADE, R. E. Two French functionalists in contrast. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 97-107, 1994.

- *ABSTRACT: Two models of syntactic analysis and two methods of graphic representation of these analyses are compared in this paper: the models and methods of André Martinet and Lucien Tesnière. After some introductory remarks concerning the functionalism of both linguists we present a list of features which emphasize the similarities and the differences between the models in contrast. Then, in order to strengthen the study of syntax at the university level, we reproduce the graphical representations of the same sentence according to Tesnière's "stemma" and to Martinet's "visualization of the syntactic relations", to conclude that both models and methods, even if different, could eventually be integrated in one only system of analysis and representation.*
- *KEYWORDS: Functional syntax; grammatical functions; syntactic analysis; Tesnière's model; Martinet's model; stemma; visualization of the syntactic relations.*

Referências bibliográficas

- 1 HOYOS-ANDRADE, R. E. *Introducción a la lingüística funcional*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cúervo, 1992.
- 2 MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1970.
- 3 _____. Conventions pour une visualisation des rapports syntaxiques. *La linguistique*, Paris, v. 9, n. 1, p. 5-16, 1973.
- 4 _____. *Studies in functional syntax*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1975.
- 5 _____. *Syntaxe générale*. Paris: Armand Colin, 1985.
- 6 MOUNIN, G. *Clefs pour la linguistique*. Paris: Seghers, 1971.
- 7 TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1966.
- 8 _____. *Esquisse d'une syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1953.

UMA VISÃO GERAL DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Maria Helena de Moura NEVES¹

- RESUMO: O trabalho apresenta uma visão geral do que vem sendo chamado *funcionalismo* em lingüística. Contrapõem-se os modelos formalista e funcionalista e examinam-se, em especial, as propostas de gramática funcional de C. S. Dik e de M. A. K. Halliday.
- PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo; formalismo; gramática funcional.

1. Introdução

Já apontei em outra publicação (Neves, 1994) que é muito difícil um estudo global do que vem sendo chamado *funcionalismo*, especialmente porque as abordagens ditas “funcionalistas” não são, em geral, identificáveis por rótulos teóricos, ligando-se, várias delas, apenas aos nomes dos estudiosos que as desenvolveram. Apontei, ainda, que, apesar dessas reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes proposições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Um bom modo de sintetizar o pensamento básico das teorias funcionalistas é lembrar Martinet (1978), que aponta, como objeto da verdadeira lingüística, a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua.

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência-comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração.

1. Bolsista do CNPq – Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-420 – Araraquara – SP.

2. A questão das funções da linguagem

Duas propostas sobre a determinação das “funções” da linguagem são bastante divulgadas e já há um certo tempo pertencem ao domínio comum dos estudiosos da linguagem.

A primeira é a de Karl Bühler, que os estudantes brasileiros aprenderam, geralmente, através da leitura de Mattoso Câmara (1959), e a segunda é a de Roman Jakobson (1969), que também está facilmente disponível aos estudantes brasileiros, não apenas em tradução portuguesa feita no Brasil, mas ainda numa bem arranjada exposição de Edward Lopes (1976, p. 55-71).

Bühler indica três funções da linguagem, que se apresentam hierarquizadas, nos diferentes enunciados: a de representação (*Darstellungsfunktion*), a de exteriorização psíquica (*Kundgabefunktion*) e a de apelo (*Appellfunktion*), sendo a função representativa a que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana. Cada evento de fala constitui um drama, no qual se reconhecem três elementos: uma pessoa (*Sender*) informa outra pessoa (*Empfänger*) de algo (*Gegenstände und Sachverhalte*), e é nessa atividade que se manifestam as três funções, as quais não são mutuamente exclusivas, mas coexistem no mesmo evento. “Comunicar” não se põe como “função” da linguagem porque a capacidade que a linguagem tem de funcionar comunicativamente é exatamente o que condiciona todo o complexo que constitui o evento de fala.

Jakobson adiciona a essas três funções outras tantas, constituindo uma série de seis funções da linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores intervenientes no ato de comunicação verbal:

- ao contexto: função referencial;
- ao remetente: função emotiva;
- ao destinatário: função conativa;
- ao contato: função fática;
- ao código: função metalingüística;
- à mensagem: função poética.

Especialmente a proposição de Bühler é sempre correlacionada com as diversas propostas de estabelecimento de funções lingüísticas. Em geral se esquece, entretanto, que o termo *função* nem sempre tem o mesmo sentido e a mesma abrangência, e que existem diferentes critérios e diferentes níveis de generalização nas diferentes classificações oferecidas dentro de cada quadro teórico.

O próprio Halliday (1973a), já dentro de uma teoria autodenominada “funcionalista”, diz que usa o termo *função* do mesmo modo que Bühler, embora não se move na mesma teoria, já que o esquema de Bühler tem um ponto de vista psicológico, levando em consideração as funções a que a linguagem serve na vida do indivíduo. Halliday (1978, p. 48) aponta que Bühler tem interesse psicolinguístico, não buscando explicar a natureza do sistema lingüístico em termos funcionais, mas usando a linguagem para investigar coisas que estão fora dela. Diferentemente, Halliday insiste

em uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca, das funções da linguagem, uma teoria segundo a qual a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua, e a investigação da estrutura lingüística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a linguagem serve. A pluralidade funcional se constrói claramente na estrutura lingüística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical.

Halliday (1970, 1973a, 1973b, 1977) faz uma proposição de funções (ou, mais precisamente, de "metafunções") da linguagem. Para ele, a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo, isto é, tem uma função "ideacional". Isso corresponde ao que comumente se denomina *significado cognitivo*, embora, para Halliday, esse termo seja enganador, já que existe elemento cognitivo em todas as funções lingüísticas. É por meio dessa função que o falante e o ouvinte organizam e incorporam na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real, o que inclui sua experiência dos fenômenos do mundo interno da própria consciência, ou seja, suas reações, cognições, percepções, assim como seus atos lingüísticos de falar e de entender. Dentro dessa função ideacional da linguagem reconhecem-se duas subfunções, a "experiencial" e a "lógica".

Em segundo lugar, a linguagem serve para a função "interpessoal", isto é, o falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala: ele expressa seu julgamento pessoal e suas atitudes, assim como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte, em particular, o papel comunicativo que assume. Isso significa que a função interpessoal subsume tanto a função expressiva como a conativa de Bühler, as quais, como diz Halliday (1973a), não são realmente distintas, no sistema lingüístico. O elemento interpessoal da linguagem, além disso, vai além das funções retóricas, servindo, num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem. A função interpessoal é, pois, interacional e pessoal, constituindo um componente da linguagem que serve, ao mesmo tempo, para organizar e expressar tanto o mundo interno como o mundo externo do indivíduo.

Embora do ponto de vista da abordagem instrumental da linguagem essas duas funções pareçam suficientes, existe uma terceira função, que é, por sua vez, instrumental para as outras duas. Trata-se da função "textual", que diz respeito à criação do texto; por ela, a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no cotexto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo. Assim como a sentença é uma unidade sintática, o texto é a unidade operacional, e a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto.

Diz Halliday (1973a) que, sendo interna à linguagem, a função textual não é comumente levada em conta quando o objeto de investigação é extrínseco. Ela se associa especificamente, entretanto, ao que se diz "funcional" nos trabalhos dos

lingüistas da Escola de Praga, que desenvolveram as idéias de Bühler dentro da teoria lingüística.

3. O funcionalismo e a Escola Língüística de Praga

Os termos *função* e *funcional* são muito correntes na produção da Escola Lingüística de Praga, mas a interpretação desses termos, segundo Danes (1987, p. 4), não é uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, há, nessas obras, muito poucas tentativas de definição dos termos usados; em segundo lugar, o conceito é aplicado a variados domínios e fenômenos da linguagem, e, por isso, sofre muitas modificações, aparecendo com variações nacionais; em terceiro lugar, há diferenças e vacilações entre os diferentes autores; em quarto lugar, o termo *funcional* é usado, em alguns casos, num sentido muito vago, como uma espécie de simples rótulo; e, em quinto lugar, os termos *função* e *funcional* não são os únicos relevantes para a interpretação da “abordagem funcionalista”: de um lado, outros termos provindos da interpretação finalista (teleológica, teleonômica), como *meios*, *fins*, *instrumento*, *eficiência*, *necessidade de expressão*, *servir para* evidenciam a abordagem finalista; de outro lado, essa abordagem pode estar presente e ser determinável na discussão científica dos fatos da língua sem o uso explícito de termos teleonômicos.

Diz Danes (op. cit., p. 4-5) que a maioria dos autores da ELP usaram o termo *função* no sentido de “tarefas” que a linguagem ou seus componentes desempenham, ou “propósito” ao qual eles servem, em distinção ao sentido lógico-matemático que o termo tem nos *Prolegomena* de Hjelmslev. A Jakobson, afinal, diz Danes (p. 7), se deveria um tratamento do conceito de *função*, em lingüística, dentro do quadro teórico “finalista” ou “teleológico”.

O conceito de funcionalismo em lingüística é, afinal, indubitavelmente ligado à Escola de Praga, mas é necessário observar que ele tomou, depois, vida própria e independente.

4. A gramática funcional

Gramática funcional é uma teoria geral da organização grammatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social.

Mackenzie (1992) afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa a explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura

5. As duas grandes correntes do pensamento lingüístico: funcionalismo e formalismo

Podem-se distinguir dois pólos de atenção opostos no pensamento lingüístico, o funcionalismo, no qual a função das formas lingüísticas parece desempenhar um papel predominante, e o formalismo, no qual a análise da forma lingüística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários. Nessa oposição, Dirven & Fried (1987, p. xi) colocam no pólo funcionalista a Escola de Genebra (com Saussure e, a seguir, Bally e Tesnière, este influenciando Helbig e Martinet), a Escola de Praga (com Mathesius e, a seguir, Trubtzkoy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall etc.), a Escola de Londres (com Firth e, a seguir, Halliday), e o Grupo da Holanda (com Reichling e, a seguir, Dik). Na verdade, segundo os autores, é na Escola de Praga, bem como nos modelos da gramática funcional de Halliday e de Dik, que está mais representado o funcionalismo, que, menos sistematicamente, está na Escola de Londres e em Reichling e apenas implicitamente em Saussure. O pólo formalista, por outro lado, tem seus maiores expoentes no estruturalismo americano (com Bloomfield, Trager, Bloch, Harris, Fries) e, num sentido menos rigoroso, está também nos sucessivos modelos de gerativismo, culminando na teoria padrão de Chomsky, embora em Dik estejam presentes traços do gerativismo (semântica gerativa). No próprio Chomsky, ainda, estariam alguns elementos da perspectiva funcional da frase (fato também apontado por Danes, op. cit., p. 25), como, por exemplo, as noções de tópico/comentário (ou tema/rema) e especialmente na semântica gerativa de Mc Cawley e na gramática de casos de Fillmore, onde se podem ver, dentro de um paradigma formalista, tentativas de questionamento de proposições básicas da teoria, de um ângulo semântico-funcionalista.

Uma gramática formalmente orientada, diz Hoffman (1989, p. 114), trata da estrutura sistemática das formas de uma língua, enquanto uma gramática funcionalmente orientada analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua.

Dik (1978, p. 4-5, retomado e explicitado em 1989, p. 2-7) analisa as duas grandes correntes, contrapondo o paradigma formal ao paradigma funcional. O termo “paradigma” é proposto para designar cada conjunto de crenças e hipóteses em interação. Nessa contraposição, propõem-se oito questões, que resumo no Quadro 1. O que Dik diz pode resumir-se no seguinte: no paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto, no paradigma funcional, considera-se que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis a, e codeterminadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana (Dik, 1987, p. 81-2).

Para Halliday (1985, p. xxviii-xxix), as gramáticas formais se opõem às funcionais porque, assentadas na lógica e na filosofia, têm uma orientação primariamente sintagmática. As funcionais, por seu lado, assentadas na retórica e na etnografia, são primariamente paradigmáticas. As diferenças entre essas duas correntes da gramática são apontadas por Halliday, do modo como resumo no Quadro 2.

Quadro 1

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

(C. S. Dik, 1978, p. 5, retomado e explicitado em 1989, p. 2-7. Adaptação de M. H. M. Neves)

Quadro 2

Gramática formal	Gramática funcional
Orientação primariamente sintagmática	Orientação primariamente paradigmática
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase)	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso)

(M. A. K. Halliday, 1985, Introduction. Adaptação de M. H. M. Neves)

Leech (1983, cap. 3) liga as diferenças entre as duas abordagens, basicamente, a diferentes modos de ver a natureza da linguagem. Desse ponto de vista, os formalistas (o exemplo é Chomsky) encaram a linguagem como fenômeno mental, enquanto os funcionalistas a vêem como fenômeno primariamente social. Os universais lingüísticos são explicados, então, pelos formalistas, como herança lingüística genética comum da espécie humana e, pelos funcionalistas, como derivação da universalidade dos usos da linguagem nas sociedades humanas. Quanto à aquisição da linguagem pela criança, os formalistas apontam uma capacidade inata humana para aprender a linguagem, enquanto os funcionalistas se inclinam para uma explcação da aquisição em termos de desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança. Acima de tudo, portanto, os formalistas estudam a linguagem como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas a estudam em relação com sua função social.

Halliday (1985, p. xxix) chama a atenção para a polarização que tem havido entre as duas abordagens, considerando que elas se ligam à própria natureza da linguagem, além de se ligarem, pela raiz, ao pensamento ocidental.

Deve-se observar, entretanto, que nem todo funcionalismo é extremado. Segundo Nichols (1984), há um funcionalismo conservador, um funcionalismo extremo e um funcionalismo moderado. O tipo conservador apenas aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura. O tipo moderado não apenas aponta essa inadequação, mas vai além, propondo uma análise funcionalista da estrutura. O formalismo extremo nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas.

Para ilustração do pensamento funcionalista serão repassadas, a seguir, duas das propostas que Van Valin (1990) colocou entre as moderadas, a de Simon Dik e a de Michael A. K. Halliday. Para o autor, moderadas são as propostas que, reconhecendo a inadequação de um formalismo e de um estruturalismo estritos, propõem alternativas funcionalistas para a análise. Enfatizando a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura lingüística, essa corrente, entretanto, admite que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais, e propõe uma consideração de estrutura lingüística distinta da proposta pelos formalistas.

6. O funcionalismo de Michael A. K. Halliday

A teoria à qual se liga a gramática funcional de Halliday é uma teoria sistêmica que se baseia na teoria de Firth (Robins, 1964, p. 290, chama-lhe “neofirthiana”), com inspiração em Malinowski e Whorf (Kress, 1976, p. viii-xi). *Sistema* é usado no sentido firthiano de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação

funcionalista da lingüística acopla-se uma descrição sistêmica na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo de constituinte (Halliday, 1967, p. 37).

O modelo de Halliday, que vem sendo elaborado há mais de trinta anos, é, pois, sistêmico-funcional: enquadra-se numa gramática sistêmica que se interpreta meta-funcionalmente. Diz Halliday, em 1963, que a teoria lingüística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a "cadeia" (o sintagma) e a "escolha" (o paradigma) (op. cit.). Como aponta Hudson (1986, p. 809), há dois tipos de categorias em uma gramática sistêmica, os traços e as funções: o traço é uma categoria paradigmática, que relaciona um item com outros itens da língua que são similares em algum aspecto relevante, enquanto a função é uma categoria sintagmática. Uma gramática sistêmica é, acima de tudo, paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando, para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. Na verdade, uma rede sistêmica constitui um conjunto finito de traços, um complexo de interdependências existentes entre os traços de determinados paradigmas. Traços significam, ao mesmo tempo, significado formal e significado semântico (Martin, 1978). A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, com a idéia de que escolha produz significado. Berry (1977, p. 52) lembra que é importante compreender que o termo *escolha*, nesse caso, não implica, necessariamente, escolha consciente, nem escolha livre, podendo o grau de consciência variar de uma escolha completamente subconsciente até a plena e explícita escolha consciente. A gramática é, afinal, o mecanismo lingüístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1973, p. 364). A gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua (Halliday, 1973b, p. 365).

As diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado, ligando-se, pois, às diferentes funções da linguagem. Assim, o sistema de *transitividade*, especificando os papéis dos elementos da oração, como "ator", "meta" etc., codifica a experiência do mundo, e liga-se, pois, com a função ideacional; o sistema de *modo* (do qual deriva o de *modalidade*), especificando funções como "sujeito", "predicador", "complemento", "finitude", diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, com a função interpessoal; os sistemas de *tema* e de *informação*, especificando as relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação, dizem respeito à função lingüisticamente intrínseca, a função textual.

Dentro de cada sistema, as escolhas se fazem com respeito a um determinado nível gramatical. Assim, no nível da frase, é obrigatória a escolha referente ao sistema de *modo*, já que toda e qualquer frase há de ser ou declarativa, ou interrogativa, e assim por diante. Cada sistema maior implica subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas.

Diz Davidse (1987, p. 46) que o movimento do sistema ao texto envolve dois momentos: num primeiro passo, há uma seleção dentre o conjunto de traços, e uma

"forma canônica" possível é selecionada para o sintagma em questão; num segundo passo, o processo se realiza, isto é, os traços paradigmáticos se convertem numa forma sintagmática concreta.

Na Introdução de sua obra *An introduction to functional Grammar* (op. cit., p. xiii-xxxv), Halliday apresenta uma visão geral de sua "gramática funcional", esclarecendo que deixa de lado, aí, o aspecto sistêmico da gramática e trata apenas o funcional. Para ele, uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural", no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada. Seus objetivos são, realmente, os usos da língua já que são estes que, através das gerações, têm dado forma ao sistema.

A partir daí, os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais. Todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o "ideacional", ou reflexivo, e o "interpessoal", ou ativo. Esses componentes, as *metafunções* da teoria de Halliday, são as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associado a esses dois, o terceiro componente metafuncional, o "textual", lhes confere relevância.

Assim, cada elemento, numa língua, é explicado por referência à sua função no sistema lingüístico total. Nesse sentido, uma gramática funcional é a que constrói todas as unidades de uma língua – suas orações, suas expressões – como configurações orgânicas de funções e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Numa gramática funcional, diz Halliday (1985), uma língua é interpretada como um sistema semântico. A questão fundamental de que modo os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, e não como um fim em si mesmas. O termo *semântico* não se refere, aí, apenas, ao significado das palavras: é todo o sistema de significados da língua. A linguagem adulta construiu estruturas semânticas que permitem "pensar sobre" a experiência, isto é, interpretá-la construtivamente; porque são plausíveis, elas fazem sentido e o homem pode agir sobre elas. Os sistemas de significados, por sua vez, geraram estruturas lexicogramaticais que são igualmente plausíveis: há, então, verbos e substantivos para enquadrar a análise da experiência em *processos* e *participantes*. É assim que as crianças são capazes de construir uma gramática: elas podem fazer uma ligação entre as categorias da gramática e a realidade que está em seu redor e dentro de sua cabeça, conseguindo ver o sentido por trás do código.

Se, de um lado, um texto é uma unidade semântica, e não grammatical, de outro, os significados são compreendidos quando se corporificam em enunciados e, sem uma teoria que dê conta de como as palavras codificam os significados, isto é, sem uma gramática, não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. A relação entre a semântica e a gramática é de "interpretação": os enunciados "interpretam", ou codificam, o significado, e são, por sua vez, "interpretados" pelo som ou

pela escrita. Não é possível perguntar o que cada elemento significa isoladamente, e o significado é codificado no enunciado como um todo integrado: a escolha de um item pode significar uma coisa, seu lugar no sintagma, outra; sua combinação com outro elemento, outra; sua organização interna, outra, ainda. O que a gramática faz é separar todas essas variáveis possíveis e atribuí-las às suas funções semânticas específicas.

Uma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das seqüências linguísticas, os significados que estão codificados por essas seqüências. O fato de ser “funcional” significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser “gramática” significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa, e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem.

Halliday (1980, apud Davidse, 1987) indica as diferentes espécies de padrões, que, na lexicogramática das frases, bem como na organização do texto, realizam os diferentes significados. Os significados lógicos são sempre realizados por estruturas recursivas, os significados experenciais por estruturas constituintes, os significados interpessoais por padrões prosódicos e os significados textuais, por padrões cumulativos.

Verifica-se, afinal, que Halliday apresenta um modelo altamente elaborado, no qual as diversas noções se sustentam mutuamente, evitando vazios na proposição – que é básica – do modo como o significado se codifica nos enunciados efetivos. Merece observação, por exemplo, o estabelecimento de uma relação sistemática entre a análise linguística e o contexto de ocorrência dos enunciados, de tal modo que se pode encontrar, já nas primeiras propostas de Halliday (Halliday et al., 1964), três variáveis situacionais de registro associadas aos três componentes metafuncionais do sistema linguístico: o “campo” do discurso (a atividade social implicada), ligado ao componente experencial, o “teor” do discurso (a distância social entre os participantes), ligado ao componente interpessoal; o “modo” do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual. Para Davidse (1987, p. 74), em Halliday as referências à situação e à estrutura social não se fazem *ad hoc*, mas baseiam-se em uma teoria que relaciona linguagem, situação e cultura, sistematicamente.

7. O funcionalismo de Simon Dik

Dizem Bolkestein et al. (1985, p. v) que a gramática funcional foi apresentada pela primeira vez, na teoria geral da sistematicidade da linguagem, em Dik (1978), tendo sido, desde então, trabalhada e refinada por colaboradores, tanto na Holanda como em outros países.

A teoria funcionalista, nas palavras de Dik (1980b, p. 1), distingue o *sistema* da língua e o *uso* da língua, mas evita estudar cada um deles fazendo abstração do outro.

A forma dos enunciados não é entendida, pois, independentemente de sua função: uma descrição completa inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. De um ponto de vista funcionalista, a relação entre a intenção do destinador e a interpretação do destinatário, na interação verbal, tem a expressão lingüística apenas como mediação. Diz Dik (1989, p. 9) que a expressão lingüística é função:

- da intenção do falante;
- da sua informação pragmática;
- da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

A interpretação do ouvinte, por seu lado, é função:

- da expressão lingüística;
- da sua informação pragmática;
- de sua conjectura sobre a intenção que o falante tenha tido.

Para Dik (op. cit., p. 16), uma teoria de gramática pode falhar de dois diferentes modos: ela pode ser fraca demais (concreta demais), de tal modo que se torne incapaz de produzir descrições adequadas de gramáticas de línguas particulares, ou ser forte demais (abstrata demais), de tal modo que defina uma classe de gramática que excede amplamente a classe das línguas humanas reais. Para evitar este último perigo, o poder descritivo permitido pela teoria deve ser restringido ao máximo, e isso é obtido, na gramática funcional, de três maneiras:

- evitando transformações ou operações de mudança de estrutura: uma vez construída uma estrutura, ela é mantida em toda a derivação posterior da expressão lingüística (a derivação é uma questão de expansão gradual, não uma questão de transformação);
- evitando filtros, que são estratégias descritivas que conferem excessiva liberdade para a formulação de regras gramaticais: as regras devem gerar apenas o conjunto de expressões bem-formadas, sem produzir expressão que depois deva ser descartada;
- não admitindo predicados abstratos: todos os lexemas básicos de uma língua estão contidos no léxico na forma em que podem aparecer nas expressões da língua-objeto.

No modelo de Dik (1985, p. iii; 1989, p. 54), realmente, todos os itens lexicais de uma língua têm de ser analisados dentro da predicação e, no reverso, todos os predicados básicos de uma língua compõem o seu léxico, sendo este, pois, o estoque completo das estruturas predicativas básicas (predicados e termos da língua). Todos os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou de relações, e diferentes categorias de predicados se distinguem, de acordo com suas propriedades formais e funcionais.

A descrição de uma expressão lingüística começa com a construção de uma predicação subjacente que é, então, projetada na forma da expressão por meio de regras que determinam a forma e a ordem em que os constituintes da predicação subjacente são realizados. A predicação subjacente é basicamente formada por meio da inserção de "termos" (isto é, expressões que podem ser usadas para referir-se a unidades em um dado mundo) em "estruturas de predicado" (esquemas que especificam um predicado juntamente com um esqueleto das estruturas nas quais ele pode aparecer). Para a construção de predicações subjacentes são necessários, então, pelo menos, um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos. A esses dois conjuntos reunidos, Dik (1989; p. 51 ss.) chama *fundo* da língua. Dentro do "fundo", está o léxico, que contém as expressões básicas da língua, isto é, os predicados básicos e os termos básicos; cada um desses dois subconjuntos pode ser estendido por meio de regras sincronicamente produtivas, formando, respectivamente, predicados derivados e termos derivados.

A construção da estrutura subjacente da cláusula requer, pois, antes de mais nada, um predicado. O predicado – que designa propriedades ou relações – se aplica a um certo número de termos – que se referem a entidades – produzindo uma predicação que designa um estado-de-coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação:

	Termo	Predicado	Termo	Termo
Predicação	Pedro	entregar	o livro	à menina
Estado-de-coisas	entidade 1	relação	entidade 2	entidade 3

Ou: *entregar(Pedro)(o livro)(à menina)*

Com tal predicação, estabelece-se uma relação entre três entidades que desempenham, cada uma, um papel semântico.

Entidades	1	2	3
Papel semântico	agente	objeto	recebedor
Termos	menino	livro	menina

Um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), o que significa que a predicação acima faz a descrição correta de um estado-de-coisas: assume-se a existência de um mundo em que uma pessoa chamada "Pedro" entrega uma coisa do tipo "livro" a uma pessoa do tipo "menina". Sendo algo

que pode ocorrer em um determinado mundo, um estado-de-coisas está sujeito a determinadas operações, isto é, ele pode ser:

- localizado no espaço e no tempo;
- ter uma certa duração;
- ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido.

Desse modo, um operador de tempo, como *Passado*, pode localizar no tempo o estado-de-coisas tomado aqui como exemplo, e um constituinte como (na rua) pode localizar esse estado-de-coisas no espaço:

Passado {[entregar(Pedro)(o livro)(à menina)](na rua)}

Constituintes como (*Pedro*), (*o livro*) e (*à menina*), que são exigidos pela semântica do predicado, são denominados *argumentos*, enquanto constituintes como (*na rua*), que apenas trazem informação suplementar, são denominados *satélites*.

Uma predicação pode, por outro lado, aparecer como especificação de um outro estado-de-coisas, isto é, como argumento de outro predicado:

João viu que Pedro entregou o livro à menina na rua.

Tem-se, então, uma *predicação encaixada* em uma predicação mais alta, denominada *predicação matriz*. E a predicação total “*João ver que Pedro entregou o livro à menina na rua*” é, por intermédio do operador de predicação *Passado*, localizada, por sua vez, no intervalo de tempo que antecede o tempo da predicação encaixada:

Pass {[ver(*João*)(e_i)]}

e_i = *Pass* {[entregar (*Pedro*) (*o livro*) (*à menina*)] (*na rua*)}

Predicação encaixada não é o mesmo que *proposição encaixada*. No exemplo acima, observa-se que o que se diz que João viu é, de fato, (a ocorrência de) um estado-de-coisas, o qual consiste em Pedro entregar o livro à menina na rua. Entretanto, numa expressão como “*João acreditou que Pedro entregou o livro à menina na rua*”, embora a oração subordinada ocorra com a mesma forma, seu estatuto semântico é diferente: as coisas nas quais se pode dizer que as pessoas acreditam não são estados-de-coisas, são, antes, “*proposições*”, “*conteúdos proposicionais*”, “*fatos possíveis*”. Essas mesmas coisas podem ser conhecidas ou pensadas, podem ser causa de surpresa e de dúvida, podem ser mencionadas, negadas, rejeitadas ou lembradas, e podem ser verdadeiras ou falsas.

Isso significa que uma predicação – que designa um estado-de-coisas – pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa

Desse modo, a predicação – que constitui o núcleo de uma estrutura de cláusula subjacente – pode ser descrita segundo os três níveis:

- 1 predicação nuclear (*nuclear predication*): predicado e seus argumentos;
- 2 predicação central (*core predication*): predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado e satélites de nível 1;
3. predicação estendida (*extended predication*): predicação central estendida pelos operadores de predicação e satélites de nível 2.

A proposição consiste de uma variável de conteúdo proposicional X_i , que simboliza um fato possível, especificado pela predicação estendida, pelos operadores e pelos satélites de nível 3. Esses elementos de nível 3 servem para especificar a avaliação que o falante faz do fato possível, definido pela proposição e por seu compromisso com esse fato mesmo.

A cláusula consiste em uma variável de ato ilocucionário E_i , que simboliza o ato de fala expresso pela cláusula, especificado pela proposição, pelos operadores ilocucionários e pelos satélites ilocucionários de nível 4.

Resumindo, deve-se apontar que, na estrutura do predicado, estão presentes três tipos de funções:

- semânticas (papeis dos referentes dos termos nos estados-de-coisas designados pela predicação) agente, meta, recipiente etc ,
- sintáticas (especificação da perspectiva a partir da qual o estado-de-coisas é apresentado na expressão linguística). sujeito e objeto;
- pragmáticas (estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ele ocorre): tema, tópico, foco etc.

A gramática funcional é, pois, para Dik, uma teoria de componentes integrados, e, como diz Auwera (1989), referindo-se a Dik (1978), inclui a pragmática desde os seus primeiros trabalhos. A própria função referencial da linguagem é considerada como uma ação pragmática, cooperativa: um falante quer levar um destinatário a deduzir uma mensagem coerente a partir do conhecimento dos significados codificados nos signos, do conhecimento da situação e do conhecimento do mundo em consideração, isto é, a partir da informação pragmática (Dik, op. cit., p. 128). A linguagem é concebida, então, como o componente da competência comunicativa do homem que o habilita a estabelecer relações comunicativas por meio das expressões linguísticas (Dik, op. cit., p. 1-6). Diz Dik (op. cit., p. 2) que uma teoria da gramática não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como são usadas e em relação aos propósitos desses usos. Para Dik, a gramática funcional é, então, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. Requer-se dela, pois, que seja "pragmaticamente adequada" (Dik, op. cit., p. 6), embora se reconheça que a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio dos arranjos sintaticamen-

um “conteúdo proposicional”, ou seja, um fato possível. Designando-se o fato possível relevante por x_i , tem-se a representação:

$\text{Pass} \{ \text{acreditar}(João)(x_i) \}$
 $x_i = \text{Pass} \{ [\text{entregar}(Pedro)(o\ livro)(à\ menina)](na\ rua) \}$

Ocorre que *acreditar* toma proposições, não predicações, como segundo argumento; x_i representa, pois, uma *proposição encaixada*. Na verdade, é em fatos possíveis que se pode acreditar, não em estados-de-coisas.

Voltando-se à predicação que serviu de exemplo inicial, “Pedro entregou o livro à menina na rua”, resta apontar que a sua análise completa não se esgota com as indicações já dadas, mas que às proposições são aplicados, ainda, operadores ilocucionários, como se representa em:

$\text{DECL}(x_i)$
 $x_i = \text{Pass} \{ [\text{entrega}(Pedro)(o\ livro)(à\ menina)](na\ rua) \}$

A proposição revestida de força ilocucionária constitui a *cláusula*, que corresponde a um ato de fala e que pode ser descrita em termos de uma estrutura subjacente de cláusula. O sistema de regras de expressão da língua determina a forma bem como a ordem dos termos e o padrão entonacional dos constituintes, isto é, determina a realização superficial dessa estrutura.

Como se explicitou mais acima, é o predicado o primeiro nível que é exigido, para que se organize uma estrutura subjacente de cláusula. Essa organização em níveis assim se configura:

- nível 1: predicador e termos;
- nível 2: predicação;
- nível 3: proposição;
- nível 4: ato de fala.

A cada nível de unidade estrutural corresponde um diferente tipo de unidade lingüística. Consideradas como variáveis, essas unidades lingüísticas se representam por diferentes símbolos, conforme o nível estrutural a que correspondem:

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem	Variável
Cláusula	ato de fala	4	$E_i, E_j \dots$
Proposição	fato possível	3	$X_i, X_j \dots$
Predicação	estado-de-coisa	2	$e_i, e_j \dots$
Termo	entidade	1	$x_i, x_j \dots$
Predicado	Propriedade/relação		$f_i, f_j \dots$

te estruturados (Dik, 1980b, p. 2). A especificação gramatical de uma expressão, por outro lado, inclui a descrição semântica, não se admitindo a existência de uma sintaxe autônoma (Dik, 1980a, p. 2).

8. Considerações finais

Procurei apresentar uma visão geral do que vem sendo chamado *funcionalismo* em lingüística. Ressalta, em primeiro lugar, a noção de "função", que não se refere, como observa o próprio Halliday (1973a, p. 104) aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados.

A consideração da existência de um modelo com visão funcionalista da linguagem, isto é, com uma visão da linguagem como entidade não suficiente em si, leva, em primeiro lugar, à contraposição com outro modelo que, diferentemente, examina a linguagem como um objeto autônomo, investigando a estrutura lingüística independentemente do uso. O próprio Halliday (Parret, 1974) distingue as duas tradições, a chamada "funcional", na qual ele se coloca e coloca a Escola de Praga, além de Firth, Lamb e a Escola de Londres, e a "formal", representada especialmente por Bloomfield e por Chomsky.

No interior do modelo funcionalista, por outro lado, embora se distingam peculiaridades que marcam os diferentes modelos, há que se destacar uma série de similaridades que unem os modelos e caracterizam, afinal, a visão funcionalista da linguagem. Assim, por exemplo, em Halliday e em Dik, rejeita-se a dicotomia chomskiana entre competência e atuação, bem como a dicotomia saussuriana entre língua e fala, embora a Escola de Praga só rejeite a primeira. Halliday também se aproxima da Escola de Praga – e mostra interpretação semelhante à de Hjelmslev – ao considerar a existência de estratos na linguagem, com a fonologia na base e a semântica no topo, as duas intermediadas pelo léxico e pela sintaxe. Ainda com a Escola de Praga, Halliday, bem como Dik, entende que os itens que se estruturam nos enunciados são multifuncionais, não podendo considerar-se esgotada uma descrição de estrutura que se limite à indicação das funções gramaticais. Finalmente, como os lingüistas de Praga, Halliday e Dik buscam construir a teoria no interior do próprio sistema, o que revela, fundamentalmente, uma consideração funcional da própria natureza da linguagem. E, acima de tudo, ao lado da noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

Concluindo, com Gebruers (1987, p. 129), pode-se dizer que o que caracteriza a concepção de linguagem defendida pela gramática funcional – bem como pela Escola de Praga – é seu caráter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional

porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

NEVES, M. H. M. A general view of functional grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

- **ABSTRACT:** *The paper presents a general view of what is called functionalism in linguistics. The formalist and the functionalist paradigms are compared, and the models proposed by C. S. Dik and by M. A. K. Halliday for a functional grammar are especially examined.*
- **KEYWORDS:** *Functionalism; formalism; functional grammar.*

Referências bibliográficas

- 1 AUWERA, J. van der. Linguistic pragmatic and its relevance to the writing of grammars. In: GRAUSTEIN, G., LEITNER, G. (Ed.) *Reference grammars and modern linguistic theory*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1989. p. 11-32.
- 2 BERRY, M. *Introduction to systemic linguistics: structures and systems*. London: Batsford, 1977.
- 3 BOLKESTEIN, A. M., GROOT, C., MACKENZIE, J. L. (Ed.) *Predicates and terms in functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1985.
- 4 DANES, F. On Prague School functionalism in linguistics. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 3-38.
- 5 DAVIDSE, K. Halliday's functional grammar and the Prague School. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 39-80.
- 6 DIK, C. S. *Functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1978.
- 7 _____. Seventeen sentences: basic principles and application of function grammar. In: MORAVCSIK, E., WIRTH, J. R. (Ed.) *Syntax and semantics 13: Current approaches to syntax*. London/New York: Academic Press, 1980a.
- 8 _____. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980b.
- 9 _____. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: BOLKESTEIN, A. M., GROOT, C., MACKENZIE, J. L. (Ed.) *Predicates and terms in functional grammar*. Cinnaminson - USA: Foris, 1985.
- 10 _____. Some principles of functional grammar. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 81-100.
- 11 _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland: Foris, 1989.
- 12 DIRVEN, R., FRIED, V. Introduction. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- 13 GEBRUERS, R. S. C. Dik's functional grammar: a pilgrimage to Prague? In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 101-34.

- 14 GRAUSTEIN, G , LEITNER, G (Ed) *Reference grammars and modern linguistics theory* Tübingen Max Niemeyer Verlag, 1989
- 15 HALLIDAY, M A K Class in relation to the axes of chain and choice in language *Linguistics*, n 2, p 5-15, 1963
- 16 _____ Notes on transitivity and theme in English *Journal of Linguistics* 3 Parte I p 37-81 Parte II p 199-244, 1967
- 17 _____ Language structure and language function In LYONS, J (Ed) *New horizonts in linguistics* Harmondsworth Penguin Books, 1970
- 18 _____ *Explorations in the function of language* London Edward Arnold, 1973a
- 19 _____ The functional basis of language In BERNSTEIN, B (Ed) *Class, codes and control* London Routledge and Kegan Paul, 1973b
- 20 _____ Text as a semantic choice in social contexts In DIJK, T A van, PETOFI, J *Grammars and descriptions* Berlin Walter de Gruyter, 1977
- 21 _____ *Language as a social semiotic* the social interpretation of language and meaning London University Park Press, 1978
- 22 _____ *An introduction to functional grammar* Baltimore Edward Arnold, 1985
- 23 HALLIDAY, M A K et al *Linguistic sciences and language teaching* London Longman, 1964
- 24 HOFFMAN, L Towards a pragmatically founded grammar In GRAUSTEIN, G , LEITNER, G (Ed) *Reference grammar and modern linguistic theory* Tübingen Max Niemeyer Verlag, 1989 p 111-32
- 25 HUDSON, R Systemic grammar review article *Linguistics*, n 24, p 791-815, 1986
- 26 JAKOBSON, R *Linguistica e comunicação* Trad Isidoro Blikstein e Jose Paulo Paes São Paulo Cultrix, Editora da USP, 1969
- 27 KRESS, G (Ed) *Halliday system and function in language* London Oxford University Press, 1976
- 28 LEECH, G *Principles of pragmatics* London Longman, 1983
- 29 LOUPES, E *Fundamentos da linguística contemporânea* São Paulo Cultrix, 1976
- 30 MACKENZIE, J L *What is functional grammar?* Congres International de Linguistique et Philologie Romanes, 20 Comunicação Zurich, Suisse, 1992 (Mimeoigr)
- 31 MARTIN J R *The meaning of features in systemic linguistics* Sydney, 1978 (Mimeoigr)
- 32 MARTINET, A *Estudios de sintaxis funcional* Madrid Gredos, 1978
- 33 MATTOSO CÂMARA JR J *Princípios de linguística geral* 3 ed Rio de Janeiro Livraria Acadêmica, 1959
- 34 NEVES M H M A gramática funcional Abralin Boletim da Associação Brasileira de Linguística, n 15, 1994 (No prelo)
- 35 NICHOLS, J Functional theories of grammar *Annual Review of Anthropology*, n 43, p 97-117, 1984
- 36 PARRET H *Discussing language* Paris Mouton, 1974
- 37 ROBINS R H *General linguistics* an introductory survey London Longman, 1964
- 38 VAN VALIN, R D Functionalism, anaphora and syntax Review Article on Susumu Kuno Functional Syntax Anaphora, Discourse and Empathy In *Studies in Language* v 14, n 1, 1990, p 169-219

QUESTÕES DE LINGUAGEM: NOTAS SOBRE JORNALISMO, HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA¹

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA²

- **RESUMO:** Este trabalho analisa alguns problemas lingüísticos que afetam as práticas da produção e da leitura do texto. Pela noção de deslizamento, busca-se enquadrar essas práticas no interior de uma concepção de linguagem (2º deslizamento), ao mesmo tempo em que se procura mostrar a existência, no uso da linguagem, de um processo de referencialização que oculta a coexistência e o movimento (1º deslizamento) entre os fatores tradicionalmente considerados como básicos numa situação de comunicação (referente, remetente e destinatário).
- **PALAVRAS-CHAVE:** Leitura e produção do texto; funções da linguagem; deslizamento; referencialização.

Introdução

Sempre que a linguagem, em sua suposta planura, é solicitada como instrumento dotado de exatidão para servir às mais diversas disciplinas, muitas surpresas acabam por acontecer. Nas observações que seguem, tematizaremos algumas dessas surpresas, em especial as que, a nosso ver, parecem assumir a forma de problemas lingüísticos relacionados à modalidade escrita da linguagem nos seus aspectos da produção e da leitura do texto.

Para tanto, partiremos do trabalho que domínios aparentemente tão díspares como os do jornalismo, o da história e o da lingüística desenvolvem com a linguagem. Mais especificamente, tomaremos como ponto comum, de confluência desses três domínios, o trabalho que realizam com o texto e com a informação nele contida.

Nossa tentativa é, portanto, tratar os problemas lingüísticos presentes na prática do jornalista, do historiador e do próprio lingüista pela óptica deste último. Pretende-

1. A primeira versão deste trabalho foi apresentada como trabalho final do curso: "A imprensa, sua linguagem e história", ministrado pela professora Tania Regina de Luca, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Assis (SP), no ano de 1992.
2. Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação Social – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

mos, com nossa abordagem, ampliar a reflexão sobre aspectos funcionais da linguagem, principalmente os vinculados à produção e à leitura do texto.

Enfocaremos a produção com base na prática do jornalista e a leitura, na desenvolvida pelo historiador. Trata-se, obviamente, de uma simplificação não apenas dessas práticas como também do que se pode entender por leitura e produção do texto. Assim, na qualidade de não especialista em jornalismo ou em história, será suficiente trabalharmos com um simulacro desses campos, no que se refere ao trabalho que jornalista e historiador desenvolvem com o texto. E, ao fixarmos o jornalista apenas como escrevente³ e o historiador apenas como leitor, estaremos operando, aos olhos do linguista, com um outro aspecto dessa simplificação teórico-metodológica, pois, sabe-se, produção e leitura do texto são processos indissociáveis.

Em relação à atividade pela qual estamos identificando o trabalho do jornalista, utilizaremos como matéria de discussão a angustiante busca da informação objetiva. Para além dos manuais de redação, a recomendada informação sobre o real dos fatos é, como parece ser de conhecimento geral, uma ficção. A empresa (e seus anunciantes), o partido, o sindicato ou qualquer outra instituição que promova a veiculação de informação costumam impor seu ponto de vista sobre o que informam. Nesse sentido, o trabalho de produção do texto levado a efeito pelo jornalista, ao mesmo tempo em que tem, na exigência da objetividade, o caráter de uma regra de conduta, não deixa de estar sujeito a resultados que podem não ultrapassar os limites de um recorte de interesses.

Quanto ao trabalho do historiador, limitar-nos-emos avê-lo às voltas com o cerco a suas fontes e, como dissemos, com a produção de uma leitura. A dificuldade desse trabalho aparece como particularmente notável quando se destaca a imensa variedade de fontes – aqui incluídas as próprias matérias jornalísticas, cujos problemas de produção acabamos de mencionar – com as quais ele tem de lidar. Tal variedade impõe a necessidade de diferentes tipos de leitura, formulados segundo um método que leve em conta a natureza da fonte e sua complexidade.

Tanto a prática do jornalista quanto a prática do historiador constituem, pois, questões de interesse para o estudioso da linguagem, na medida em que o estatuto que a informação adquire nessas duas práticas revela, mais do que problemas específicos, um problema geral do uso da linguagem. Assim, embora para o jornalista possa aparecer talvez mais como uma questão de técnica (questão mais diretamente ligada à produção do texto) e para o historiador talvez mais como uma questão de método (aqui, mais diretamente ligada a uma questão de leitura do texto), a constituição dos fatos resultante da construção de uma notícia, por exemplo, ou da leitura

3. No sentido de Barthes: "O escritor realiza uma função, o escrevente uma atividade..." (g.n.). Ainda segundo Barthes, o escrevente "considera que sua palavra põe termo a uma ambigüidade do mundo, institui uma explicação irreversível (mesmo se ele admite que seja provisória), ou uma informação incontestável (mesmo se ele se considera um modesto ensinante); enquanto para o escritor (...) é exatamente o contrário: ele sabe perfeitamente que sua palavra, intransitiva por escolha e lavor, inaugura uma ambigüidade (...), que ela se oferece paradoxalmente como um silêncio monumental a decifrar,...". (1970, p. 33 e 35).

de uma fonte traz à tona, para o lingüista, questões fundamentais ligadas à utilização geral da linguagem.

Para melhor delimitarmos tais questões, partiremos de uma tendência que parece nortear qualquer utilização da linguagem: a referencialização. Passaremos, então, à crítica a essa tendência, através do que concebemos como “deslizamento”.

Da referencialização à idéia de deslizamento

Neste trabalho, estaremos entendendo “referencialização” como a prática comum dos falantes de, ao serem colocados numa situação de comunicação, situarem o objeto de seu discurso na posição de referente, podendo ser esse objeto qualquer um dos seis fatores propostos por Jakobson (1975) como presentes no ato de comunicação.

A naturalidade com que o falante se vale da referencialização torna-o, porém, insensível a um de seus principais efeitos: o de se apagarem, pela suposta centralidade focal no referente, as determinações que cada um dos demais fatores presentes no ato de comunicação impõe aos usuários. Veremos, mais adiante, de que forma reflexos desse procedimento estão presentes também em certas escolhas teóricas em lingüística, freqüentemente voltadas para o aspecto referencial da comunicação.

Como se sabe, Jakobson (*op. cit.*) define as funções da linguagem pela convivência e não pela exclusividade de uma em relação às outras, caracterizando, assim, cada função pela ênfase em um dos seis fatores do ato de comunicação.

Sabe-se também, com Lyons (1980, p. 50-1), que três desses fatores já estavam de alguma forma presentes na análise tradicional da categoria de pessoa e que, redefinidos por Bühler em 1934, passaram a compor uma classificação tripartida das funções da linguagem. Desse modo, função “referencial”, “emotiva” e “conativa”, em Jakobson, função de “representação”, de “expressão” e de “chamada”, em Bühler, terceira pessoa, primeira pessoa e segunda pessoa, na classificação tradicional, constituíram, no decorrer dos estudos da linguagem, diferentes conceituações desses três elementos, considerados básicos da comunicação. Como correlatos desses três elementos, temos três temas que delineiam grande parte dos estudos da linguagem. São eles: o tema da referência, mais próximo de uma perspectiva lógica; o tema da intenção, presente (em diferentes graus) nas perspectivas pragmático-enunciativas sobre a linguagem; e o tema da adesão, mais próximo de uma perspectiva retórica.

Quanto às preocupações que nos ocupam neste trabalho, gostaríamos de destacar que, no processo da produção e da leitura do texto, não é tão fácil, e talvez nem mesmo possível, operar com a separação de referente, remetente e destinatário. Em que pese a possibilidade de ênfase em um desses pólos – circunstância definidora de cada uma das funções da linguagem, segundo Jakobson –, acreditamos que, subjacente a toda ênfase, o caráter da não exclusividade é o fator que atua de forma mais contundente no jogo entre esses pólos. Preferimos, portanto, vê-los num jogo de

flutuações em que referente, remetente e destinatário estejam, num texto, sempre sujeitos ao deslizamento⁴ de um a outro, indefinidamente.

O controle do movimento próprio a esse deslizamento no interior do texto deve ser tarefa tanto de quem escreve quanto de quem lê, mas é justamente nessa tentativa de controle que reside a maior dificuldade. Imaginemos uma produção escrita. Suponhamos que um exercício de redação solicite de um estudante uma descrição imparcial e objetiva de um fato. A prática nos mostra que, um passo adentro de seu próprio texto, o aprendiz invariavelmente transfere, ou para o campo de suas intenções, como remetente, ou para o campo das finalidades, isto é, voltado para o destinatário, que inicialmente fora proposto como uma abordagem restrita ao referente. Exemplos como esse, em vez de invalidarem o que dissemos acerca da referencialização, apenas o confirmam. Assim, mesmo quando se propõe a função referencial como efeito desejado, pode ocorrer a transposição de outros fatores para o lugar do referente. Daí o interesse lingüístico em se tratar a flutuação entre os três elementos básicos da comunicação de que vimos falando em termos da noção de deslizamento.

Ligado a esse primeiro tipo de deslizamento, podemos definir ainda um segundo tipo.⁵ Para melhor descrevê-lo, traremos à discussão outras três funções da linguagem acrescentadas por Jakobson às três funções que abordamos até o momento. Trata-se das funções metalingüística, fática e poética, definidas por Jakobson com base na ênfase em outros três pólos que ele vê como integrantes do circuito da comunicação: o código, o canal e a mensagem. Essas outras três funções da linguagem dão lugar a um usuário estrategista, em oposição ao usuário simplesmente instrumentalizador que poderia ser depreendido das considerações feitas apenas a propósito das funções referencial, emotiva e conativa.

Essa nova relação entre usuário e linguagem não nos livra, contudo, de enganos. Mesmo esse estrategista que se descobre com essas novas funções da linguagem não está isento, nem fora, nem livre da rede de convenções lingüísticas que o acolhe. Essa limitação fica clara quando falham tanto estrategista quanto instrumentalizador. Nesse caso, um novo deslizamento se anuncia, desta feita, no interior da relação usuário – linguagem.

A freqüência com que trocam de mãos as rédeas de um texto, por exemplo, mostra-nos que, em qualquer atividade de linguagem, seja na modalidade oral ou na modalidade escrita, seja na produção ou na leitura, não se aplica bem a dicotomia sujeito (usuário)/objeto (linguagem).

4. A noção de "deslizamento" aqui desenvolvida procura ser uma interpretação do que Pêcheux chama "deslocamento do elemento dominante nas condições de produção do discurso" (1990, p. 86). Tal interpretação está voltada, como veremos adiante, para a prática da produção e da leitura do texto e estará presente apenas no que caracterizaremos como 1º deslizamento.

5. A formulação – apenas esboçada neste trabalho – do que chamamos "2º deslizamento" deve um crédito ao curso "Nietzsche: o método genealógico", ministrado pela professora doutora Scarlett Marton, no ano de 1992, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Assis (SP). Registre-se o crédito, mas não, evidentemente, a responsabilidade pela formulação.

Em outras palavras: na relação sujeito – objeto, a plenipotência que todo usuário assume ao atribuir-se o papel de sujeito, em relação ao objeto “linguagem” que lhe serviria como instrumento, não passa, na verdade, de um falso império – o que pode ser verificado ao se questionar o domínio de linguagem manifestado por um usuário que se encontre submetido ao discurso cristalizado de instituições, como o da igreja e o de partidos, ou mesmo simplesmente exposto ao mosaico do discurso cotidiano, ligado às suas atividades práticas. Nesse sentido, pode-se dizer que a essa autocentração do sujeito corresponde uma desconsideração, por parte do usuário, da transitividade de sua produção de linguagem; produção que, desde consolidada, está sempre submetida a antecipações,⁶ seja em direção ao passado, em que se localizaria o produtor do texto (antecipação como forma de retomada), seja em direção ao futuro, em que se projeta um leitor (antecipação em seu sentido próprio). Desse modo, a suposta relação sujeito – objeto é também propensa a deslizamentos: do usuário à linguagem, quem está a cavaleiro de quem?

Assim, se o 1º deslizamento consiste em que referente, remetente e destinatário estejam sujeitos a deslizarem indefinidamente de um a outro, o 2º deslizamento refere-se ao grau de autonomia do usuário em relação à linguagem, ou seja, refere-se à dificuldade de se fixar um ponto zero (tempo de origem) que, de fato, definia, como sujeito, o usuário e, como objeto, o mundo transformado em linguagem. Com a noção de deslizamento, damos um novo passo em nossa reflexão lingüística sobre a produção e a leitura do texto, do ponto de vista da prática do jornalista e do historiador.

Não nos ocuparemos, porém, dos efeitos daquilo que chamamos 2º deslizamento, por entendermos que essa noção nos serve muito mais como orientação para uma concepção de linguagem do que como um operador analítico. Ainda assim, no que se refere à produção e à leitura do texto, os efeitos do 2º deslizamento poderão ser pelo menos inferidos, já que, dada a amplitude de sua atuação, parecem estar presentes em toda situação de uso da linguagem.

Restringindo, pois, nosso enfoque ao 1º deslizamento, procuraremos medir seu alcance, inicialmente, no trabalho de produção do texto pelo jornalista. Num segundo momento, procuraremos observar seu alcance no que se refere ao trabalho de leitura feito pelo historiador. Num terceiro e último momento, procuraremos observar de que forma a interferência desse 1º deslizamento pode vir combinada com uma variável de difícil controle – a variável “tempo” – no trabalho do lingüista.

Deslizamento e produção do texto

Dissemos até aqui que a referencialização é um problema que pode afetar a todo e qualquer usuário da linguagem. Como vimos, ela consiste em se desconsiderar o deslizamento que há entre referente, remetente e destinatário, apagando-se, assim,

6. No sentido dado por Pêcheux (op. cit., p. 84-5).

todas as determinações impostas pelos outros fatores presentes na situação de comunicação, em favor de enquadrá-las numa suposta centralidade focal no referente. Vejamos, neste ponto, em que medida a produção do texto pelo jornalista pode ser afetada pela mesma prática da referencialização.

Sempre que um jornalista se depara com a produção de um texto e toma obstinadamente como tarefa a persecução do fato que constrói em sua mais imparcial versão, podemos dizer que temos uma busca da construção da referência em sua forma pura, ou, nos termos de Benjamin, a busca do “puro *em si* da coisa”, própria de uma “informação” ou de um “relatório” (1983, p. 63). Contudo, ainda que domine perfeitamente as técnicas de redação próprias do veículo para o qual escreve e mesmo que pretenda realmente caminhar rumo à construção do que seria o fato verdadeiro, uma tal busca não é muito diferente da prática da referencialização presente no uso cotidiano da linguagem.

E, a propósito, com base nesse tipo de ênfase que há, entre os estudiosos da linguagem, aqueles que defendem a possibilidade de se ver a linguagem como descrição de estados de coisas do mundo, de tal modo que se pudesse avaliar os enunciados produzidos por meio de um critério de verdade. Aliás, não estaríamos exagerando se dissemos que muito do que se fez nos estudos da linguagem baseou-se no aspecto referencial da comunicação. É o que nos mostra Austin (1990) ao estudar, por um outro ponto de partida, os tipos de atos de fala. Esse autor denuncia, nos estudos sobre a linguagem, o predomínio absoluto da atenção sobre as sentenças declarativas, em detrimento de outros modos de expressão da sentença que, detectados já pelos próprios gramáticos, foram, mesmo por eles, relegados a segundo plano.

Há, por outro lado, quem entenda o processo de construção da referência como um processo de construção de uma unidade cultural e ideológica. Quanto a nós, mais próximos desta última perspectiva, já vimos que a referencialização oculta a prática efetiva de um movimento, de um deslizamento que se dá entre os três pólos tidos como básicos da comunicação. Haveria, pois, ainda que sob os apelos do desejo ou sob as imposições dos rigores éticos, um modo de estancar esse movimento? Teria o nosso jornalista obstinado tal prerrogativa? Sua intenção, como a de qualquer usuário, não estaria ela mesma sujeita ao deslizamento que ele precisa conter em seu texto? Afinal, não escreve ele também para buscar adesão? Não está também a referência que ele constrói submetida a um processo de construção de uma unidade cultural e ideológica?

Deslizamento e leitura do texto

Prendemo-nos até aqui ao aspecto da produção do texto. Vejamos, neste ponto, de que modo a prática da referencialização afetaria o processo de leitura do texto. Façamos com que o historiador assuma como tarefa própria a de levar a cabo a produção de uma leitura.

Sabemos que é o olhar de especialista que deve nortear a aproximação de um historiador em relação ao objeto que estuda. Não raro, porém, deparamos, em livros didáticos de História, com produtos de leituras que são meras constatações, fatos tratados como notícias de manchete, extraídas das mais diversas fontes, muitas vezes nem ao menos satisfatoriamente esclarecidas. Novamente, por ocasião da reconstrução da referência (agora pela leitura), domina o que desta feita poderíamos chamar busca da referencialização pela interpretação fiel dos documentos. Do mesmo modo que o jornalista buscara “o puro *em si* da coisa”, estaríamos, no domínio da produção do conhecimento histórico, diante da busca do “puro *em si*” do documento.

Tome-se, por exemplo, o jornal como documento e ter-se-á, de saída, o problema do 1º deslizamento, de que tratamos acima. Não é o caso, como já adiantamos, de se abandonar o jornal como fonte, mas de tratá-lo com o cuidado que toda fonte requer. O equilíbrio entre as vozes presentes no texto, a voz de sua autoria e a voz da instituição que o sustenta, bem como a consideração das vozes que no texto foram caladas, é requisito mínimo para uma boa leitura. Tais vozes, definidas em função das condições históricas em que foram produzidas, permitem olhar não apenas para o “puro *em si*” do documento, mas principalmente para tudo que o construiu, para ser visto como tal. Da mesma forma, os fatores que permitem, desde o presente, uma entrada para a leitura de fatos passados são os que podemos chamar elementos de futuridade do próprio texto – marcas lingüísticas antecipatórias, muitas vezes atribuídas à genialidade dos autores, mas que podem também ser vistas como caminhos abertos por bons leitores. Quem sabe, não se situa nesse ponto a genialidade dos melhores historiadores?

Do ponto de vista lingüístico que estamos assumindo, não basta, a propósito, que se proceda à leitura de um texto atendo-se apenas à simples localização – no próprio texto – de marcas enunciativas e de sua instanciação por atores concretos situados num dado período histórico. Um tal procedimento teria justamente o efeito de apagar o que chamamos de elementos de futuridade do texto, já que o leitor acabaria por tomar as várias marcas enunciativas apenas em sua positividade – simplesmente como registros de enunciadores concretos –, baseando-se numa suposta garantia da localização temporal desses enunciadores. Mas, segundo o que pensamos, as formas abertas da enunciação não registram apenas a individualidade histórica de um enunciador concreto. Mais do que isso, essas marcas enunciativas podem ser vistas como formas históricas do dizer que promovem, na linguagem, instanciações em bloco, coletivas. Por meio delas, enunciadores concretos particulares instanciam-se também, para além de si mesmos e de seu momento presente, como figuras discursivas, que, submersas à consciência e ao tempo de seus enunciadores, deixam-se petrificar na linguagem para ganharem futuridade e serem vistas ora sob a naturalidade das pedras, ora como formas históricas, ou seja, ora no indiferenciado aspecto coletivo de seu estado rochoso, ora na paradoxal singularidade histórica das esculturas, estas que, ao serem elas mesmas, são também todos quantos nelas estão de alguma forma representados.

Ressalve-se, no entanto, que nenhum desses cuidados terá efeito positivo na leitura feita pelo historiador se ele não tiver presente que todo seu trabalho consiste basicamente em refazer o deslizamento entre os mesmos três pólos que, no texto-documento, estão distribuídos segundo um controle de partida e provavelmente sob o efeito de alguma referencialização. Por sua vez, o próprio leitor pode articular sua leitura em função da descoberta de um objeto de referência (a coerência que reconhece no texto), em função da crença em uma intenção (a interpretação fiel dos documentos) e em função da busca de adesão para a sua leitura. Com diferentes graus de precisão, o produto final dessa leitura (reconstrução de um objeto de referência) será, portanto, uma nova unidade cultural e ideológica, sujeita ela também ao mesmo movimento entre os três pólos da comunicação aqui abordados.

Deslizamento e a variável 'tempo' no trabalho do lingüista

Observemos finalmente o alcance do 1º deslizamento no trabalho do lingüista.

Para o lingüista, que não trabalha exatamente com a produção de notícias, nem com a mesma preocupação interpretativa do historiador, mas que tem como uma de suas tarefas o estudo do processo de produção e de leitura do texto, não resta muito mais do que o sucesso relativo de nosso jornalista obstinado ou do que a ilusão da interpretação fiel dos documentos pelo historiador desarmado. Como ficou dito, o que Jakobson chama "função referencial da linguagem" tem sido o ponto central das pesquisas lingüísticas. Mesmo numa perspectiva inovadora no campo dos estudos lingüísticos, como é a da pragmática, por exemplo, é possível encontrar correntes que, ao procurarem considerar os participantes de um ato de fala, acabam por neutralizar suas presenças por meio de regras que acentuam o conteúdo informacional estrito em detrimento do embate entre os próprios participantes. Mas o que teria então a dizer um lingüista sobre a produção e a leitura do texto, ao reconhecer, em seu próprio trabalho, a atuação do que estamos chamando de deslizamento?

Entre outras coisas, pode-se dizer que a produção e a leitura de textos são processos que se cruzam constantemente, pois marcam a intervenção do fator tempo na linguagem, pela presença alternada de quem escreve e de quem lê. Não se entenda porém essa alternância como a troca mecânica dessas duas figuras (autor e leitor) em relação a um objeto (o texto) inerte em sua suposta independência de toda atuação exterior. Quem escreve transita no próprio texto, entre retomadas (do que já ouviu e leu) e antecipações (de como poderá ser lido); quem lê busca nessas antecipações, datadas desde a autoria, o parâmetro para o confronto de perspectivas, ponto de partida para novas produções. Pode-se dizer, portanto, que, entre a leitura e a produção do texto, há um trânsito que está ligado à própria natureza da modalidade escrita da linguagem, qual seja, a de permitir o registro e a permanência dos fatos no tempo. Na escrita, cristaliza-se a intervenção do fator tempo na linguagem pelas

diferentes perspectivas, historicamente localizáveis, que o texto registra. Retomadas, antecipações e confronto de perspectivas revelam as migrações temporais dessas duas figuras (autor e leitor), que são incorporadas pelo usuário da linguagem no ato da produção e da leitura do texto.

Vê-se logo que a alternância entre autor – leitor na construção de um objeto de produção ou de leitura tem a natureza do movimento, da flutuação, do deslizamento – o mesmo deslizamento que descrevemos entre referente (o “o que” da produção ou da leitura), remetente (autor) e destinatário (leitor). Na posição do referente temos ainda, no caso do texto, a coerência que lhe é atribuída pelo autor (coerência de partida) e a coerência que lhe é reconhecida pelo leitor (coerência de chegada), ambas permitindo a comunicação pela abertura de um diálogo entre perspectivas.

É preciso reconhecer, porém, que, para a lingüística, enquanto disciplina científica, as consequências da intervenção do fator tempo também não são pequenas. A fim de destacá-las, retomaremos uma crítica de Jakobson a Saussure referente à desconsideração, por este último, da interferência da variável tempo já na própria forma da divisão da ciência lingüística em lingüística sincrônica e lingüística diacrônica. Afirma Saussure:

É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (1974, p. 96)

Jakobson contrapõe:

A primeira coisa a me saltar aos olhos foi que Saussure identificava, tanto em sua terminologia quanto em sua teoria, a estática e a sincronia ... e, em oposição, a dinâmica e a diacronia. (1985, p. 62)

Com efeito, Saussure (op. cit., p. 95) defende a dualidade interna da lingüística com base na noção de valor, noção que, constituindo “um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes”, ou seja, entre “um significado e um significante”, permite falar de sincronia, um eixo das *simultaneidades* (“concernentes às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui”), em oposição à diacronia, eixo das *sucessões* (“sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez”).

É, no entanto, a reintrodução do fator tempo na sincronia o que possibilita a Jakobson propor “elementos dinâmicos na sincronia” ao lado de “fatos estáticos” na diacronia. Para tanto, utiliza-se da questão de “se saber o que mudou ou o que permaneceu imutável” numa língua particular durante seu desenvolvimento:

Saussure, e esse é o seu grande mérito, colocou em primeiro plano o estudo do sistema da língua em seu conjunto ... Além disso, e nesse ponto a sua teoria deve ser reexaminada em suas bases, tenta suprimir o laço entre o sistema e as modificações da língua, considerando o sistema como sendo a propriedade exclusiva da sincronia e restringindo as modificações apenas à esfera da diacronia.

... O início e o termo de uma mudança sempre coexistem durante algum tempo nessas comunidades [lingüísticas] ... O ponto de partida e o de chegada distribuem-se de diferentes maneiras: a forma antiga pode ser a característica de uma geração mais velha e a forma nova, a de uma geração mais moça, ou então, as duas formas podem pertencer, no início, a dois estilos diferentes da língua, a diferentes subcódigos de um código único, comum, e, nesse caso, os membros da comunidade têm, em conjunto, a competência de perceber, ainda mais, de escolher entre as duas variantes. Em outras palavras, repito-o, a coexistência e a modificação não só não se excluem mutuamente, como também estão ligadas de maneira indissolúvel. Na medida em que a forma inicial e a forma final pertencem ao mesmo tempo ao código comum do sistema da língua, é preciso, necessariamente, estudar não só o sentido das componentes estáticas do sistema, como também o sentido das mudanças *in statu nascendi*, segundo as indicações fornecidas pelo sistema submetido a essas mudanças ... Qualquer modificação ocorre, em primeiro lugar, no plano da sincronia e é, desse modo, uma componente do sistema, ao passo que apenas os resultados das modificações são concedidos à diacronia ...

... Essas teses antinômicas, a que renuncia à sucessão no tempo e a que renuncia à coexistência de componentes, sacrificam, cada qual, uma das duas medidas do tempo. (op. cit., p. 63-4)

Como vemos, se no uso cotidiano da linguagem há uma tendência a estancar no referente o movimento entre os vários fatores presentes na comunicação, essa tendência não é privilégio do usuário comum. Na constituição da lingüística como ciência, há, como acabamos de mostrar, a mesma tendência a estancar o movimento temporal das formas lingüísticas. É certo que se trata, em Saussure, de se trabalhar com a língua enquanto forma e não enquanto substância. Nesse sentido, não seria próprio entender esse seu procedimento como exatamente o mesmo a que estamos chamando referencialização. No entanto, tal como na referencialização presente no ato de comunicação, a criação do objeto de estudo do lingüista não deixa de suprimir aspectos da "atividade" lingüística. Exemplo dessa supressão é a própria noção de "fala", para onde são exiladas todas as circunstâncias de execução da comunicação lingüística, incluindo falante e ouvinte. Pode-se, pois, dizer que a referencialização ocorre na medida das exclusões exigidas para a criação do objeto de estudo da lingüística. É, portanto, muito oportuna a crítica feita por Jakobson, que, ao reclamar a consideração da "dinâmica" na "sincronia", reintroduz no estudo da linguagem a natureza que lhe é própria, qual seja, a do movimento, a do deslizamento, a da intervenção dos agentes temporais no processar-se do funcionamento e da história da língua.

Conclusão

Ao final dessas observações, acreditamos ter mostrado, pelo viés da produção e da leitura do texto, alguns pontos comuns entre jornalismo, história e lingüística no que se refere ao tratamento dado à informação. Como último passo, gostaríamos de incorporar à noção de deslizamento a intervenção do fator tempo. Como vimos, a produção e a leitura do texto estão sujeitas, em seu deslizamento, a migrações no

tempo das figuras do autor e do leitor. Examinemos, pois, brevemente, o tratamento dispensado ao fator tempo na produção do texto pelo jornalista e na leitura do texto pelo historiador.

Destaca-se como definidora da produção jornalística diária a necessidade de produção de informação. O tipo e a novidade da informação são, como se sabe, os pilares da definição de um perfil de leitor e de sua manutenção como leitor cativo. Particularmente quanto à novidade da informação, pode-se dizer que a informação jornalística está (ou deve parecer) intimamente ligada ao momento presente. A notícia do que ocorreu no dia anterior pode ser muito mais um acontecendo do que um acontecido. A duração da notícia varia, desse modo, com a habilidade e o interesse em construí-la como presente. Podemos dizer, portanto, que o deslizamento a que estão sujeitos os três pólos tidos como básicos da comunicação é também um deslizamento entre dimensões temporais diferentes. O texto jornalístico, embora produzido no "tempo real" de seu escrevente, está, como dissemos, ancorado no presente de seu leitor. Essa seria, portanto, uma determinação temporal básica na produção desse tipo de texto. Ressalte-se que essa ancoragem no tempo do leitor pode ser vista também como um artifício para a criação de um efeito de referencialização na leitura. Tal ancoragem propicia, portanto, a dissimulação do deslizamento temporal por um efeito de presentificação do referente e pode contribuir para o obscurecimento da figura do autor (e da contextualização histórica do "tempo real" de sua produção), bem como das fronteiras entre leitor e referente.

No que se refere ao tratamento dispensado ao fator tempo na leitura levada a efeito pelo historiador, parece que o ensinamento de Jakobson a respeito da língua também pode ser aplicado, embora, frise-se, voltado para a leitura de textos. Como diz esse autor, "a coexistência e a modificação não só não se excluem mutuamente, como também estão ligadas de maneira indissolúvel" (p. 63). Assim, a produção de uma leitura, a partir de qualquer tipo de fonte, deveria apontar, de uma perspectiva conjuntural, a relação entre fatos coexistentes, mas não necessariamente igualados numa mesma dimensão temporal linearmente definida. Em outras palavras, deveria apontar, na coexistência, a discrepância, a sucessividade, os lapsos temporais. Uma tal entrada para o texto permitiria, ao mesmo tempo, detectar as marcas textuais de futuridade, ou seja, as marcas que permitem flagrar mudanças não propriamente em sua origem, mas *in statu nascendi*. Como vemos, a leitura efetuada pelo historiador envolve a tentativa de detectar e registrar o deslizamento entre diferentes dimensões temporais coexistentes. Constituir o canal de passagem dessas dimensões até o presente é o que caracteriza sua leitura como uma mediação temporal, determinação básica na produção desse tipo de leitura.

Para finalizar, uma última palavra acerca de cada um dos dois deslizamentos e de seu papel na produção e leitura do texto.

Quanto ao 1º deslizamento, procuramos mostrar que a consideração do movimento indefinidamente presente entre referente, remetente e destinatário pode ser útil tanto a quem escreve como a quem lê, no sentido de evitar o efeito de

referencialização, que consiste basicamente em assumir uma centralidade focal no referente. Participante desse movimento, o fator tempo regula a simultaneização dos interlocutores e do referente, regulando, assim, em um desses três tempos, a configuração dos fatores restantes. Na prática, a tendência dominante parece ser, como dissemos, a da referencialização.

No que se refere ao que chamamos 2º deslizamento, tratamos da relação usuário – linguagem. Essa relação estaria, na realidade, um passo aquém do trabalho de produção e de leitura do texto. A se considerar, porém, a intervenção da variável tempo, pode-se dizer que, também na produção e na leitura, tanto autor como leitor estão adstritos, por um processo de antecipação, à consideração de uma alteridade. Nesse sentido, a linguagem que tomo como instrumento está também nas mãos de meu interlocutor e nada me permite decidir se uso ainda o instrumento que, desde mim, alcança, atinge e fere meu interlocutor e me faz agora sangrar as mãos ou se é já, desde a futuridade de meu interlocutor, que me vitima sob o alagoz de sua linguagem. Ou, para retomarmos o que já adiantamos: do usuário à linguagem, quem está a cavaleiro de quem?

CORRÊA, M. L. G. Aspects of language: some notes on journalism, history and linguistics. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 129-141, 1994.

- *ABSTRACT: This paper examines some linguistic problems which affect the skills of the production and the reading of a text. Thanks to the notion of glissade, we attempt to fit these skills in a conception of language (second glissade) and at the same time we try to show the existence in the use of language of a referentialization process that hides the co-existence and the movement (first glissade) among the factors traditionally considered as basic in a situation of communication (referent, addresser and addressee).*
- *KEYWORDS: Text-production and reading; language functions; glissade; reference*

Referências bibliográficas

- 1 AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 2 BARTHES, R. *. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Coleção Debates)*
- 3 BENJAMIN, W. O. O narrador. In: *Textos escolhidos*/Walter Benjamin e outros. Trad. José Lino Grunewald et. al. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- 4 JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.
- 5 JAKOBSON, R., POMORSKA, K. *Diálogos*. Trad. do texto francês Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.
- 6 LYONS, J. *Semântica*. Trad. de Wanda Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. v. 1.

- 7 PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F., HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-161. (Coleção Repertórios).
- 8 SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

TEMA LIVRE

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO RADIOFÔNICO: COESÃO E COERÊNCIA¹

Ana Rosa Gomes CABELLO²

- **RESUMO:** O artigo mostra que a construção do texto radiofônico requer não só o uso de mecanismos de coesão e coerência, para dar-lhe textualidade, mas sobretudo um estilo próprio oral-auditivo expresso numa linguagem que seja facilmente decodificada pelo ouvinte.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem radiofônica; texto radiofônico; estilo radiofônico; textualidade; coesão; coerência.

1. O estilo verbal na linguagem radiofônica

As regras e o conhecimento da língua e de sua gramática são importantes requisitos de estilo. Entretanto, nem sempre se usam em jornalismo os mesmos elementos estilísticos da linguagem culta. O estilo depende da intencionalidade da emissão e do público que se deseja alcançar. Por exemplo: a prosa acentuadamente emotiva pede um estilo diferente do utilizado num discurso ou em uma palestra; a linguagem formal difere do conto cuidadosamente escrito; a linguagem científica (na maior parte das vezes, incompreensível ao leigo) distancia-se da linguagem do cotidiano.

Com relação à linguagem radiofônica, Grissemann (apud Pürer, 1991, p. 264) afirma que para escrever textos para o rádio não basta conhecer as regras gramaticais e de sintaxe; deve-se, também, possuir a habilidade de preparar o texto para ser ouvido. Camargo (1980, p. 159 e 173), ao afirmar que a linguagem radiofônica difere da impressa, ressalta que o texto radiofônico oral-escrito tem uma única chance de ser ouvido. Com isso, deve explorar sua única oportunidade de emissão ao criar

1. Parte deste artigo foi apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação INTERCOM 93, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, com o título "A expressão verbal na linguagem radiofônica".

2. Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação Social – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

imagens mentais que projetem as palavras e ao criar idéias, frases, situações com um conteúdo tão claro e expressivo que praticamente não exijam esforço do ouvinte.

Exigir demais do ouvinte não é o objetivo do trabalho radiofônico. Isso porque o ouvinte só é capaz de receber frações de construções complexas, o que é freqüentemente esquecido. As frases complexas são uma barreira à informação oral (muito mais que à escrita): o locutor lê uma frase de sete linhas em 15-20 segundos; assim, sobra muito pouco tempo para que o ouvinte possa assimilar as informações imediata e totalmente (o ouvinte não pode "reler" as frases; passa, sim, para as informações seguintes).

Um ouvinte atencioso e concentrado, que entenda uma linguagem mais elaborada e, ao mesmo tempo, mais exata, constitui uma minoria. Além disso, o circundomínio apresenta muitos estímulos que o distraem. Assim: a atenção do ouvinte varia entre ouvir primário e ouvir secundário; um texto escrito para ser ouvido tem maiores chances de prender a atenção; e esta "sensação de sucesso" motiva o ouvinte a ouvir mais, já que não precisa de muito esforço para entender.

Para facilitar o entendimento, a memorização e a lembrança, pode-se recorrer à constância de palavras, quer dizer, repetição de palavras (uso de sinônimos, variação léxica), sem exagero, e à relação entre verbos e substantivos, sendo que quanto maior a utilização de verbos, maior entendimento e, inversamente, quanto maior o uso de substantivos, menor o entendimento. Além do que, quanto mais compridas as frases, menor o entendimento, a memorização e a lembrança (a monotonia das frases pode ser evitada com a combinação de frases curtas e longas), e quanto mais conhecido o vocabulário, maior o entendimento, a memorização e a lembrança.

Dentre os meios de comunicação, o rádio é o meio mais fúgido de expressão da linguagem, seu texto dirige-se ao ouvido. Assim, só pode contar com o som, com seus próprios recursos (verbais e não verbais) para atingir o ouvinte. Se afirmamos, no entanto, que o texto jornalístico radiofônico está totalmente apoiado na audição e na oralidade, não podemos negar que essa oralidade apóia-se num texto previamente redigido. É o que Vanoye (1979, p. 169) chama de estilo comunicativo oral, caracterizado por uma espécie de compromisso simultâneo entre a língua falada e a língua escrita.

Talvez esteja aí a grande dificuldade em se redigir adequadamente uma notícia para o rádio: o texto é escrito para ser falado e para ser ouvido. Torres (1985, p. 18-21) afirma que a voz humana, por ser rica e persuasiva, é capaz de conduzir qualquer tipo de mensagem. Alerta, porém, que a linguagem radiofônica não deve valer-se da improvisação. E, já que tradicionalmente não falamos como escrevemos, muitas vezes o jornalismo no rádio fica sem uma identidade própria: ora pende para a rigidez de um estilo preso à escritura, ora excede na informalidade do estilo oral.

Tanto que, segundo Muñoz & Gil (1990, p. 4), o rádio é acusado de não possuir uma linguagem específica. De fato, o rádio utiliza a palavra falada como o telefone ou como o cinema sonoro; difunde a música como o toca-discos; conta histórias

dramatizadas como o teatro; relata sucessos como o jornal; chega simultaneamente a lugares muito distantes como a televisão etc.

Se ele apresentasse, no entanto, uma linguagem exclusiva, contrariaria a essência mesma da linguagem, que não é outra senão comunicar, interagir. Na verdade, o rádio tem sua especificidade por apresentar um sistema de códigos compartilhados (códigos conceptuais e códigos físicos, sonoros) sem perder sua identidade. Assim, os mesmos autores afirmam que a linguagem radiofônica é o conjunto de elementos sonoros que se difundem tanto para produzir estímulos sensoriais estéticos ou intelectuais, como para criar imagens.

Com isso, é indispensável uma *seleção lexical* criteriosa não só em termos do uso de estrangeirismos, gíria, jargão, calão (a não ser que o tipo de programa assim o requeira), mas também em termos de vocabulário ativo e passivo do ouvinte, para evitar dificuldades de decodificação.

É fato que muitos *estrangeirismos*, por exemplo, são entendidos, sem dificuldade, por grande parte do público, quando se tornam empréstimos. Antes deste estágio, porém, o radiojornalista deve estar consciente das dificuldades de recepção, e, portanto, deve apresentar uma explicação adicional para facilitar o entendimento do estrangeirismo utilizado em notícias, entrevistas, comentários, análises etc. Afinal, um programa como o de transmissão de notícias, por exemplo, não é um programa para minorias.

Como o rádio também tem função educativa, o ouvinte estabelece uma relação com a linguagem, com a cultura. Isso não significa que a linguagem deva ser um bloco monolítico, estático, sem vida e sem cor, pelo contrário. O redator de rádio não deve nem ambicionar textos exageradamente literários nem venerar o uso de *gíria* e de expressões populares. Com isso, é importante adequar a linguagem ao tipo de programa e variar o estilo para evitar monotonia.

O uso do *jargão* é responsável por alguns problemas que aparecem em entrevistas. Aos médicos, engenheiros, economistas e sociólogos, o emprego de um vocabulário especializado (desconhecido da maior parte dos ouvintes, que é leiga) é fundamental para não sugerir pouco preparo. Daí, o cuidado do entrevistador em esclarecer termos obscuros para que a entrevista seja, o mais possível, clara e objetiva.

Em termos de vocabulário ativo e passivo, poderíamos observar que expressões como "explosão demográfica", "energia nuclear", "produto nacional bruto", "economia de mercado", "controle internacional da cotização", talvez, de imediato, não provoquem no ouvinte alguma experiência conhecida. Dessa forma, é necessário que a decodificação seja facilitada mediante exemplos e dados que conectem tais expressões ao mundo experencial do ouvinte.

O mais importante mandamento da linguagem, nos meios de comunicação, é a exigência quanto à *clareza*, válido para os jornalistas de rádio bem como para seus colegas de jornal e televisão. Todavia, o uso de uma linguagem simplesmente "clara", para Schneider (apud Pürer, op. cit., p. 243), tomaria certamente o caráter de uma instrução de uso de um abridor de lata elétrico. Faltaria, pois, o estímulo permanente,

ordena as partes de um texto, colocando-as em relação para constituírem-se num sentido global.

Em princípio, poderíamos entender que não é possível construir um texto sem recorrer ao fenômeno da coesão, já que ela organiza as partes do texto para que formem um todo significativo. Entretanto, para Halliday & Hasan (apud Koch & Travaglia, op. cit., p. 18), coesão é uma condição necessária mas não suficiente para a criação do texto. Tanto que pode haver textos com perfeito encadeamento de seus componentes por meio de recursos coesivos que não conseguem formar um sentido global. Todavia, segundo Koch & Travaglia (op. cit., p. 19), "o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compreendem".

Ao contrário da coesão, os estudiosos referem-se à coerência como um fenômeno externo e subjacente à superfície textual. Isto significa que esse fenômeno não se estabelece somente nas dependências textuais, mas também, e principalmente, na situação comunicativa que contextualiza o texto. Essa condição de subjacência denota, ainda, que a coerência não é facilmente identificável na estrutura textual, ou seja, as marcas que a caracterizam nem sempre ficam explícitas no texto, são menos palpáveis que os índices formais ou conectivos que indicam a coesão.

Nas palavras de Koch & Travaglia (p. 51), a coerência se estabelece na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários. Dessa forma, a coerência estaria localizada na própria relação desencadeada entre usuários através do texto, ou seja, não pertence nem ao emissor, nem ao texto, nem ao receptor, mas à relação que entre eles se estabelece.

2.1 A coesão e a coerência na estrutura do texto radiofônico

Tivemos a oportunidade de orientar o Projeto de Iniciação Científica "Jornalismo FM: coesão e coerência?",³ que pesquisou alguns mecanismos de coesão e de coerência em textos informativos de três emissoras de Bauru (SP): 1. Rádio Comunicação FM, com o seu informativo *Informassom*, veiculado às 7 e às 12 horas; 2. Rádio Unesp FM, com o *Jornal da tarde*, veiculado às 18 horas; e 3. Rádio Jornal Cidade FM, com o *Vivacidade*, veiculado às 7 horas. Como havia coincidência de horário, foram escolhidos para análise o *Informassom* às 12, o *Jornal da tarde* às 18 e o *Vivacidade* às 7 horas.

Em relação à coesão dos textos analisados, tabulou-se o número de ocorrências de coesão da seguinte natureza: referencial, lexical e conjuntiva. No que se refere à coerência, tabulou-se o número de casos de progressão gramatical, ambigüidade e contextualização.

3. Este Projeto, financiado pelo CNPq, foi desenvolvido pelas bolsistas Regiane Esméria Alves Eleutério e Iracema dos Santos Nascimento.

de que um texto necessita para interessar ao leitor. Por isso a clareza do texto não deve perder para a sua atração.

Expressar-se com clareza, portanto, requer simplicidade, exatidão, organização e acréscimos estimuladores. A *simplicidade* é alcançada por meio de frases curtas, pouco complexas, por meio de palavras e termos conhecidos, por meio da explicação de palavras técnicas. Já a *exatidão* exige informação concisa, em que cada palavra deve ser bem pensada. A *organização*, por sua vez, requer construção e continuidade das informações fáceis de mentalizar. Conseqüentemente, é fundamental estabelecer diferenças entre o essencial e o supérfluo: o trabalho sonoplástico adequadamente correlacionado ao texto é indispensável para propiciar os *acréscimos estimuladores*.

Enfim, o estilo verbal jornalístico deve ser simples, rico em variações, nítido e capaz de manter o ouvinte interessado. Dessa forma, o texto jornalístico radiofônico exige, além de correção lingüística, fatores específicos relativos à estrutura do veículo rádio. Trata-se de um texto peculiar, se comparado à linguagem jornalística em outros meios de comunicação. Na verdade, sob a aparente simplicidade, a construção do texto radiofônico é complexa, uma vez que textos fáceis demais não despertam o interesse e não prendem a atenção. Lembre-se: clareza e compreensão são resultados da interação ouvinte-texto.

2. Textualidade: coesão e coerência

Os estudos lingüísticos sobre *textualidade* concentram-se, na maioria das vezes, nos fenômenos da coesão e da coerência. Koch & Travaglia (1970, p. 47) justificam essa situação em virtude da coerência estabelecer-se na dependência de uma multiplicidade de fatores. Além do conhecimento e do uso de elementos lingüísticos e, também, do conhecimento de mundo e do grau em que tal conhecimento é partilhado pelo emissor e pelo receptor, concorrem para legitimar a coerência textual fatores pragmáticos e interacionais, tais como o contexto-situacional; os interlocutores em si, suas crenças e intenções comunicativas; e a função comunicativa do texto.

Os conceitos de textualidade e coesão apresentam-se imbricados. O texto, segundo Abreu (1990, p. 12), é uma unidade construída por um encadeamento semântico de sentenças chamado textualidade. Tal encadeamento semântico, que produz a textualidade, chama-se coesão.

Isso significa que a coesão consiste em uma relação sintático-semântica intratextual, isto é, ocorre entre os elementos textuais do ponto de vista de sua estrutura superficial. A coesão estabelece, por meio de recursos semânticos, relações de sentido entre os elementos do texto, dando corpo à sua organização superficial e linear, além de consistir em uma relação explícita, porque é prontamente reconhecível na superfície do texto através dos recursos semânticos (marcas lingüísticas, índices formais, conectivos) que a caracterizam. É o elo ou conjunto de elementos que encadeia,

Por meio da tabulação, detectou-se que a utilização de elementos de coesão lexical superava a de outros mecanismos coesivos. Esse resultado foi encontrado em todos os textos das três emissoras: no *Informassom*, por exemplo, em 50 textos, foram encontrados 215 elementos de coesão lexical, 118 conjunções e 27 referências; no *Jornal da tarde*, o número de elementos de coesão lexical superou o do *Informassom*: em 39 textos, apareceram 308 dispositivos deste tipo, 206 conjunções e 31 referências; e no *Vivacidade*, em 27 textos, ocorreram 280 elementos de coesão lexical, 88 conjunções e 34 referências.

Apenas para mencionar alguns dos pontos analisados, vejamos como se dá, nos textos radiofônicos pesquisados, a coesão lexical.

Como se sabe, a *coesão lexical* baseia-se na seleção de vocabulário e dá-se através de dois recursos: a recorrência, que é a repetição de um mesmo item lexical (vocabulo) ou o uso de sinônimos, hiperônimos etc.; e a contigüidade, que é o uso de termos pertencentes a um mesmo campo significativo (ou mesmo campo sintagmático). Exemplos:

Ele aproveitou a reunião para criar uma comissão especial que vai definir um projeto para o Brasil até o ano dois mil e dez

A comissão vai ser integrada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques, e pelos secretários de Assuntos Estratégicos, Ehezer Batista, e Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguanibe.

Comentário: trata-se de um exemplo de *reiteração por repetição* de um mesmo item lexical.

Os petroleiros da Baixada Santista entraram em greve contra o plano de reestruturação que começa a ser promovido pela direção da Petrobrás

A mobilização dos trabalhadores foi decidida durante assembleia ontem na sede do Sindipetro.

Comentário: trata-se de *reiteração pelo uso de sinônimos*.

A Petrobrás suspendeu até o segundo semestre deste ano a colocação de bônus no mercado externo para captação de recursos

Um dos motivos é esperar que o mercado se recupere da divulgação do balanço de 1991 da empresa, que registrou um prejuízo de 237 milhões de dólares, o primeiro da história.

Comentário: trata-se de um caso de *reiteração por hiperônimo*, já que "empresa" designa "o gênero a que pertence a Petrobrás".

Magni pode ser enquadrado nos crimes de corrupção passiva, por ter recebido o dinheiro, e corrupção ativa, por ter tentado subornar um auxiliar seu, no caso, o ex-diretor do INSS, Volnei Ávila.

Antes de depor na CPI, Magni deve ser convocado nos próximos dias para prestar informações à *Policia Federal*, que está realizando um inquérito para apurar a autenticidade das denúncias.

Comentário: temos aqui um exemplo de *contigüidade*, pois os vocábulos assinalados co-ocorrem com certa regularidade.

O resultado da tabulação confirmou a preferência pela coesão lexical por recorrência, indo, pois, ao encontro de uma das características da linguagem radiofônica – a redundância –, uma vez que, no rádio, a audição é transitória. Daí, a necessidade de uma linguagem nítida e repetitiva com relação às idéias básicas da informação, para que o ouvinte consiga depreender a idéia veiculada. Afinal, os tipos de recursos de coesão e de coerência utilizados são imprescindíveis, em virtude dos tipos de recepção (residência, automóvel...) e de audição (ambiental, atenção concentrada, companhia, seleção intencional...).

No que se refere à coerência, destacaram-se as meta-regras (Charolles, 1978, p. 49-72) de repetição e de progressão.

A *meta-regra de repetição* possibilita a construção de um texto coerente, na medida em que este deve conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita, fornecidos por *recursos lingüísticos* variados, como as pronominalizações, definitivações, referenciações contextuais, substituições lexicais, recuperações pressuposicionais, retomadas de inferência etc. Exemplos:

O escritor norte-americano John Updike, um dos mais importantes da atualidade, está no Brasil para uma visita de uma semana.

Ele veio divulgar os quatro romances de sua série "Rabbit", lançados este mês pela Companhia das Letras.

Comentário: trata-se de um caso de *pronominalização*, ou seja, a repetição é feita pelo uso de um pronome que, à distância, recupera um elemento ou uma frase inteira.

A Divisão Regional Agrícola de Bauru foi notificada sobre um foco de febre aftosa entre criação de suínos no município de Arealva.

O foco da febre aftosa ocorreu em sete pequenas propriedades do vizinho município causando a morte de suínos pouco resistentes à doença e de bovinos jovens.

Comentário: ocorre *definitivação* porque a repetição se dá pela retomada declarada (na íntegra) de um substantivo de uma frase para outra ou de uma seqüência para outra, com a troca do artigo indefinido pelo definido.

A nova legislação cria o índice do reajuste do salário mínimo, que será calculado pelo IBGE. O índice vai medir a variação do custo de vida das famílias com renda até dois salários mínimos.

Comentário: a *referenciação contextual* patenteia-se pela repetição, pela retomada parcial (geralmente acrescida de um novo elemento) de um substantivo, de uma frase para outra ou de uma seqüência para outra. A mudança deve-se ao excesso de proximidade entre os enunciados, o que poderia quebrar sua naturalidade.

O governador de São Paulo determinou que as empresas estatais paulistas paguem as dívidas junto ao Finsocial. Luiz Antônio Fleury decidiu que as empresas devem manter em dia suas contas junto ao Tributo.

Comentário: a *substituição lexical* utiliza sinônimos ou termos genéricos para retomar um elemento colocado anteriormente, sem repeti-lo declaradamente.

A Secretaria de Higiene e Saúde de Bauru continua com o programa de distribuição de cloro à população.

Comentário: a *recuperação pressuposicional*, ao contrário dos procedimentos de repetição vistos até aqui ocorre com a retomada de conteúdos semânticos não perceptíveis na superfície textual, mas que, efetivamente, fazem parte do texto. No caso, a pressuposição – “A Secretaria de Higiene e Saúde de Bauru já havia dado início ao programa de distribuição de cloro à população” – é recuperada pela acepção de “continua”.

A *retomada de inferência*, assim como a recuperação pressuposicional, não está manifesta na estrutura linear do texto. A diferença entre as duas é que, nesta última, a retomada não pertence exatamente ao texto, mas ao contexto de situação. Com isso, a coerência se patenteia na interação entre emissão e ouvintes.

A *meta-regra de progressão* prevê a construção de um texto coerente, que deve conter, em seu desenvolvimento, uma contribuição semântica constantemente renovada, isto é, um enunciado não pode repetir indefinidamente seu próprio assunto; deve, sim, incluir retomadas de elementos já enunciados e, ao mesmo tempo, acréscimo de informação (Koch & Travaglia, op. cit., p. 50).

Será assinado em Bauru, na quarta-feira, dia 1º, o contrato para construção do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Biblioteca da Faculdade de Odontologia de Bauru.

O novo prédio tem início previsto para 15 de abril e o prazo de conclusão é de 240 dias.

O financiamento da obra é feito através do projeto Banco Interamericano de Desenvolvimento e USP.

A construtora Socintel, de Brasília, venceu a concorrência pública internacional.

A diretora do Serviço de Biblioteca e Documentação da USP, Regina Célia Beluzzo, garante que a obra irá proporcionar a agilização de diversas atividades e automação do acervo.

A solenidade de assinatura do contrato acontece às 11 da manhã, no saguão de entrada da biblioteca.

Comentário: O exemplo demonstra uma construção textual que dosa as meta-regras de *repetição* e de *progressão* (cada frase traz uma informação nova a respeito do tema central, que é a construção de um novo prédio na Faculdade de Odontologia de Bauru).

Como já mencionamos, a coerência se estabelece na relação emissão-ouvinte. Entretanto, a base para que isso se dê é o texto dotado de um encadeamento semântico específico, ou seja, um texto estruturado através de marcas coesivas características. É fato que a coesão não garante a coerência, no entanto, é vital para a linguagem radiofônica. Isso significa que sua presença não garante o sentido, mas sua ausência compromete a informação.

Considerações finais

A organização do texto radiofônico requer, como acabamos de ver, uma utilização particular dos mecanismos de coesão e de coerência, considerando que

uma formação adequada do texto jornalístico radiofônico, segundo Porchat (1989, p. 100), pressupõe uma linguagem espontânea (semelhante à que se fala) e correta (como a que se escreve); e, ainda, a conjugação da leveza da linguagem falada (subtraindo-lhe os vícios, as pausas, os desvios gramaticais) e da precisão lingüística da linguagem escrita (extraindo-lhe o rigor excessivo, tudo que soe pedante aos ouvidos).

A natureza da linguagem radiofônica é, pois, segundo Lima (s.d., p. 33), *oral-auditiva*, tendo como fundamento a palavra. Ao tratar da relação e dependência da palavra escrita, a autora (op. cit., p. 28-32) afirma que a linguagem radiofônica deve ser clara e direta; o estilo, por sua vez, deve contemplar ouvintes de *cultura oral*, por meio de palavras e frases curtas, vocabulário simples e *linguagem coloquial*. Afirma que o texto radiofônico – o oral-escrito – é íntimo, cara-a-cara, um-a-um.

Por fim, já é sabido que toda comunicação exige uma identidade de códigos entre emissão e recepção; e, para cifrar uma mensagem, a emissão deve conhecer e empregar, o mais possível, o código da comunidade destinatária, para uma decodificação mais eficaz. Isso remete à importância da intervenção do ouvinte num sistema comunicacional, a necessidade mesma da interação. Tanto que, para Kaplún (1978, p. 116), a linguagem radiofônica deve caracterizar-se como uma comunicação participativa, dialógica e bidirecional. Isso para que ela seja verdadeiramente comunicação, e não meramente informação, difusão.

CABELLO, A. R. G. The organization of the radio text: cohesion and coherence. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 145-154, 1994.

- **ABSTRACT:** This article shows that the construction of the radio text demands, not only cohesion and coherence devices to give its texture, but also a proper speaking and listening style based on a language that is easily understood by the listeners.
- **KEYWORDS:** Radio language; radio text; radio style; texture; cohesion; coherence.

Referências bibliográficas

- 1 ABREU, A. S. *Curso de Redação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- 2 CAMARGO, J. G. *La radio por dentro y por fuera*. 1. ed. Quito: Ciespal, 1980.
- 3 CHAROLLES, M. In: COSTE, D., GALVES, C. (Org.) *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1988. p. 39-85.
- 4 KAPLÚN, M. *Producción de programas de radio: el guión – la realización*. Quito: Ciespal, 1978.
- 5 KOCH, I. V., TRAVAGLIA, C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- 6 _____. *A coesão textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1970.

- 7 LIMA, Z. A. *Princípios e técnica de radiojornalismo*. Brasília: ICINFORM, s.d. p. 33 e 46.
- 8 MUÑOZ, J. J., GIL, C. *La radio: teoría y práctica*. La Habana: Pablo de la Torriente, 1990.
- 9 PESSÔA, R. M. *Estudo de alguns mecanismos de coesão textual na produção escrita de alunos do 3º grau*. Araraquara, 1987. Dissertação (Mestrado) – I.L.C.S.E., Universidade Estadual Paulista. (Exemplar xerocopiado).
- 10 PORCHAT, M. E. *Manual de radiojornalismo Jovem PAN*. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 1989.
- 11 PÜRER, H. (Org.) *Praktischer Journalismus*. In: *Zeitung, Radio und Fernsehen. Tradução de Vera Lúcia Dietzel*. München: Ölschläger, 1991.
- 12 TORRES V, M. P. *Locución radiofónica*. Quito: CIESPAL / BELEN, 1985. p. 18-21 e 28-32.
- 13 VANOEY, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Tradução e adaptação de Clarisse Madureira Sabóia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

O PROCESSO DA DERIVAÇÃO FRASAL NAS FRASES DINÂMICAS DO PORTUGUÊS ESCRITO CONTEMPORÂNEO DO BRASIL¹

Sebastião Expedito IGNÁCIO²

- RESUMO: O trabalho apresenta uma descrição sintático-semântica das principais estruturas derivadas das frases dinâmicas do português escrito contemporâneo do Brasil, e discute os vários processos e circunstâncias em que se realizam as derivações.
- PALAVRAS-CHAVE: Frase primitiva; frase derivada; processos sintáticos; caso semântico; frase ativa; frase processiva; frase ativo-processiva.

1. Conceito de estrutura derivada

A caracterização de uma estrutura como *derivada* vai depender, evidentemente, do que se entende por estrutura *primitiva*. Por *primitiva*, entendemos a estrutura que, do ponto de vista lógico-semântico, num plano subjacente, ou que, do ponto de vista dos padrões sintáticos da língua, num plano de superfície, *preceda* (dê origem a) uma outra, a que estamos denominando *derivada*.

Focalizaremos neste artigo as derivações que se operam pela mobilização dos papéis semânticos que se alternam na função sintática de Sujeito, a partir dos seguintes esquemas primitivos:

- a) Frases *processivas*: Paciente/Experimentador/Objetivo + Verbo \pm Paciente (Pac/E/Ob + V \pm Pac);
- b) Frases *ativo-processivas*: Agente/Causativo + Verbo + Paciente \pm Instrumental (Ag/Ca + V + Pac \pm I).

Cumpre lembrar que nem sempre o fenômeno da derivação implica mudança da tipologia frasal da estrutura primitiva.

1. Este artigo relata parte dos resultados de pesquisa financiada pelo CNPq.

2. Pesquisador aposentado (POA) do CNPq junto ao Curso de Pós-Graduação em Letras (Área de concentração: Lingüística e Língua Portuguesa) da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Seja, por exemplo, a estrutura subjacente prototípica das frases ativo-processivas Ag + V + Pac + I, cujos *casos semânticos* correspondem, pela ordem, às funções sintáticas de Sujeito, Objeto Direto e Complemento Circunstancial, e que permite as seguintes derivações, conservando-se a mesma tipologia frasal

- a) Ag + V + Pac + Ø
- b) I + V + Pac
- c) I + V + Ø

Note-se que o caso semântico colocado à esquerda do verbo passa a exercer a função de Sujeito

Exemplificando

- (1) *Raimunda* (Ag) matou *Serafim* (Pac) com uma *arma antiga* (I) (= estrutura primitiva)
- Raimunda matou Serafim (= derivação a)
 - Uma arma antiga matou Serafim (= derivação b)
 - Uma arma antiga também mata (= derivação c)

Em alguns casos, dependendo da natureza do verbo, a derivação pode dar origem a um tipo frasal diverso do primitivo. É o caso, por exemplo, do verbo "abrir", que, compõe primitivamente uma frase ativo-processiva, permite uma derivação em que o Paciente ocupa o lugar de Sujeito, produzindo uma frase processiva. Assim, a partir de

- (2) Alguém abriu a porta (frase ativo-processiva)

tem-se

- A porta abriu (frase processiva)

Outros exemplos

A partir da estrutura processiva cujo esquema seja. Pac + V + Loc (Paciente + Verbo + Locativo), tem-se as seguintes derivações

- a) Pac + V + Ø
- b) Loc + V + Pac
- c) Loc + V + Ø

Por exemplo

- (3) A água (Pac) pingava da torneira (Loc) (= estrutura primitiva)
- A água pingava (= derivação a)
 - A torneira pingava agua (= derivação b)
 - A torneira pingava (= derivação c)

Além desses fenômenos que envolvem os *casos profundos*, as derivações resultam também dos "rearranjos" das próprias funções sintáticas de superfície, como, por exemplo, o Adjunto Adnominal da forma *de + N*, que, por alcance, passa à função de Sujeito. Por exemplo, a partir de

(4) A perna de João quebrou

tem-se:

- João quebrou a perna.

É interessante observar que, neste caso, temos uma estrutura pseudo-ativo-processiva, uma vez que o Sujeito (João) não é, do ponto de vista lógico, o Agente da ação. Faltando-lhe a característica básica deste papel semântico, que é a *voluntariedade*, ele representa, aí, o Paciente do processo verbal. Trata-se, pois, de uma frase processiva com estrutura de superfície semelhante a de uma frase ativo-processiva do tipo:

(5) João quebrou o vaso.

2. Embasamento teórico da descrição

Orientam este trabalho alguns pressupostos básicos: (i) a derivação frasal resulta da *focalização* (*topicalização*) de determinados constituintes; (ii) essa *focalização* se realiza, sintaticamente, com a predominância dos expedientes sintáticos de *alçamento*, *apagamento*, *condensação* (no âmbito das relações intrafrasais); *apagamento*, *condensação*, *relativização* (no âmbito das relações interfrasais);³ (iii) o processo da derivação não se realiza aleatoriamente, mas segundo determinadas regras e condicionamentos sintático-semânticos que vão desde a natureza valencial dos constituintes até a consequente relação de predicação que determina a natureza dos papéis semânticos.

O primeiro pressuposto nos leva a não perder de vista o que Fillmore (1977) chamou *foreground*. Assim, os conceitos de "cena" e de "perspectiva" têm de ser levados em conta (adaptados, evidentemente, aos propósitos de trabalhar com as estruturas sintagmáticas de superfície, no âmbito da frase). Todavia, é necessário que se tenha o devido cuidado no sentido de se evitarem as incursões por uma análise meramente interpretativa, ou até mesmo intuitiva, em que se procure debitar à conta das intenções ou necessidades do falante todos os fenômenos de *focalização* ou *topicalização*, sem atentar para o fato de que tais fenômenos obedecem também a regras de natureza sintático-semânticas bem-definidas.

Entendemos que a topicalização está intimamente relacionada com os fatores de natureza psicológica na realização da frase. Cumpre atentar, porém, para o fato de que uma descrição adequada das diversas possibilidades de realização da estrutura frasal não pode contentar-se com os aspectos meramente psicológicos, ainda que

3. Trataremos aqui das derivações intrafrasais.

estes não se possam descartar. Paul (1970), por exemplo, legou-nos uma excelente contribuição para o estudo da frase; todavia, ao dizer que ela *simboliza o fato de que várias representações se uniram e se conjugaram na consciência daquele que fala e constitui o instrumento para que esse processo se realize na consciência daquele que ouve*, ele se preocupou com o fenômeno eminentemente psicológico da realização dessa unidade de comunicação. E embora a consideração da *intenção*, ou *propósito definido do falante*, segundo Gardiner (1963), seja relevante para a explicação da maioria dos fenômenos responsáveis pela *derivação frasal*, este constitui apenas um dado extralingüístico a ser visto como suporte do condicionamento “*psico-lógico*” da realização da estrutura lingüística.

Tendo em vista a hipótese básica do trabalho, o estudo nos conduz a um tratamento especial da função *Sujeito*, uma vez que a maior parte das derivações se realiza pela alteração dos *papéis semânticos* na posição de *Tópico* (= Sujeito). Para Gardiner (*op. cit.*), a explicitação do Sujeito se realiza “*por causa do ouvinte*” (*for the sake of the listener*), fato que nos levaria a priorizar um estudo que se situasse no plano *onomasiológico*, ou seja, do ponto de vista da produção lingüística, caso nos dispussemos a detectar as causas de natureza psicológica da topicalização daquele constituinte oracional. Como pretendemos descrever os fatores exclusivamente lingüísticos com base na observação das estruturas realizadas, partimos então do ponto de vista *semasiológico*. Dessa forma, mereceram nossa preocupação básica o estudo dos *expedientes*, ou *processos sintáticos*, bem como dos *papéis semânticos* ou *casos*, que entram em jogo na derivação frasal.

Seria tratar do trivial dizermos, por exemplo, que um Locativo (L) ou um Instrumental (I) podem ocupar a posição de Sujeito, devido a um processo de topicalização. Todavia estaremos avançando a análise, no sentido de torná-la mais produtiva, ao procurarmos descrever as *condições sintático-semânticas em que esta segunda ordem se estabelece*. Por essa razão, o analista não deve contentar-se apenas com a descrição estrutural das frases derivadas mas ir além, buscando detectar as circunstâncias (condições) em que ocorrem tais derivações, seja em virtude da natureza dos papéis semânticos dos constituintes, seja em virtude das relações sintáticas e até da dimensão pragmática.

Ao perfilhar o “princípio da centralidade do verbo”, quando se propõe um estudo sintático-semântico da frase, torna-se necessário, evidentemente, que se tenha como suporte teórico a *gramática de casos*, base das relações de predicação semântica, e a *gramática de valências*, que trata das relações de dependência (“*previsibilidade*”) semântica, sintática e pragmática entre os constituintes oracionais. A *gramática de valências*, acasalando-se à *gramática de casos*, vem, pois, permitir uma descrição mais abrangente das relações de dependência que se estabelecem entre o verbo, como centro estrutural da frase, e os demais constituintes, seja no plano sintático – v.g. os *actantes*, segundo Tesnière (1966) –, seja no plano semântico – v.g. os *casos*, segundo Fillmore (1968, 1969, 1977), Cook (1979) e Chafe (1970).

4. Cena e perspectiva

Os conceitos de *cena* e de *perspectiva* (Fillmore, 1977) serão levados em conta, uma vez aventada a hipótese de que a *focalização* ou *topicalização* de determinado elemento propicia uma *derivação*. Cite-se o exemplo clássico do verbo "abrir", que pressupõe uma cena da qual participam: um Sujeito Agente, um Objeto Paciente (capaz de ser aberto/fechado) e, eventualmente, um Instrumental. Dependendo da perspectiva em que se veja a cena, isto é, do fato de se colocar em *primeiro plano* um ou outro participante, ter-se-á como Sujeito o Ag, o Pac, ou o I:

- (6) *Alguém abriu a porta com a chave;*
• *A porta abriu;*
• *A chave abriu a porta.*

Parece ser de natureza psicológica o fato de se colocar em evidência o todo em detrimento das partes. É o caso, por exemplo, já citado acima, do adjunto adnominal da forma *de + N* que se alça a Sujeito. Daí serem comuns derivações do tipo:

- (7) *O pneu do carro furou.*
• *O carro furou o pneu.*

O mesmo fenômeno ocorre com o alcantamento do Locativo em frases como:

- (8) *O óleo vasava do avião.*
• *O avião vasava óleo.*

4. Casos semânticos e expedientes sintáticos

A hipótese de que a derivação frasal está intimamente relacionada com a teoria das valências nos levou a investigar, de maneira especial, os principais *casos semânticos* que aí entram em jogo, bem como os *expedientes*, ou *processos sintáticos*, que são acionados. Na verdade, a derivação que propomos descrever se resume na *movimentação* de determinados papéis semânticos (Agentivo, Instrumental, Causativo, Locativo) na estrutura sintática de superfície. Essa *movimentação* se realiza mediante determinados processos: *topicalização*, *alcantamento*, *apagamento* etc.

Considerando-se que, segundo os dados levantados, a grande maioria das estruturas derivadas apresenta ora o deslocamento, ora o apagamento dos argumentos que ocupam as posições de Sujeito e de Complemento, investigamos, em primeiro lugar, os casos semânticos correspondentes a essas funções sintáticas. Dado o maior número de incidência, estudamos, especificamente, os seguintes:

- a) *Agentivo* (Ag) – o *instigador* da ação verbal, caracterizado em nosso trabalho como o actante *+ativo*, *+animado*, *+volitivo*, *+manipulador*. O Ag tem função sintática

exclusiva de Sujeito, se a oração estiver na voz ativa; todavia, nas estruturas ativo-processivas o item léxico que o representa pode rebaixar-se à função de Adjunto Adnominal, caso haja o alçamento do Instrumental. Por exemplo:

- (9) *Fernando* persuadiu o povo com seu discurso falaz.

- O discurso falaz de *Fernando* persuadiu o povo.

Tanto esta derivação quanto a que decorre da topicalização do Pac (*o povo*), formando a voz passiva, são possíveis uma vez que, do ponto de vista lógico-semântico, o papel temático de Ag ou permanece ou se pressupõe:

- O povo foi persuadido por *Fernando* com o seu discurso falaz / pelo discurso falaz de *Fernando*.

- b) *Instrumental* (I) – o *meio material* pelo qual se realiza a ação. Constitui a *causa mediata* e se caracteriza essencialmente pelo traço +*manipulado*. A sua presença pressupõe a existência de um Ag (presente ou apagado). Nas frases ativo-processivas se alça à posição de Sujeito, quando topicalizado (v.g. os exemplos acima), por se constituir num Argumento (A), ou seja, por preencher a valência verbal. Em sendo um caso “de superfície”, não se alça, daí a impossibilidade da derivação a partir de frases ativas como:

- (10) A criança come com *esta colher*.

- **Esta colher* come.

Outra hipótese da impossibilidade de se ter um Instrumental alcado a Sujeito com verbos de ação (frases ativas) é o fato de ser ele uma *causa mediata*, isto é, sempre pressupõe um Ag (*causa imediata*) que deve vir sempre expresso nas estruturas com verbos de ação. E, segundo a regra já consagrada, *na frase onde houver um Ag este será o Sujeito*.

- c) *Causativo* (Ca) – o *causador* ou *desencadeador* de uma ação verbal. Distingue-se essencialmente do Ag pela ausência dos traços *volitivo* e *manipulador*. Distingue-se do I por ser -*manipulado*, e por não pressupor um Ag. Em posição de Sujeito, exclui o Ag e o I. Por exemplo:

- (11) *Os acontecimentos em Brasília* geram inquietação.

O Ca, na função de Sujeito, compõe frases ativo-processivas, que admitem as seguintes derivações:

- a) o apagamento do complemento Paciente, com o traço +*afetado*, quando o verbo admite uma generalização:

- (12) A fome mata mais pessoas do que a guerra.

A fome mata mais do que a guerra.

- b) quando o verbo lexicaliza o *processo*, a derivação implica uma transformação da estrutura ativo-processiva em uma estrutura processiva:

(13) *O sol secou a madeira.*

- A madeira secou com o *sol*.

c) caso o verbo lexicalize a ação, só será possível a derivação com verbo de significação oposta:

(14) *O sol matou as plantas.*

- As plantas morreram com o *sol*.

Neste caso, o Ca “o sol”, que constitui um Argumento (faz parte da valência do verbo “matar”), passa a um *caso de superfície* (de realização não obrigatória) na estrutura com o verbo “morrer”.

d) *Locativo* (Loc) – representa o *lugar de realização* da ação/processo verbal ou meramente o *lugar de referência* numa relação estativa. Interessa-nos aqui apenas o caso que representa o lugar *onde/donde*, em frases processivas. Ex.:

(15) Faz muito calor em *Brasília*.

(16) A água pingava *da torneira*.

Por topicalização do Loc, são possíveis as seguintes derivações a partir destas estruturas:

a) a partir de (15) é comum, em linguagem espontânea:

- *Brasília* faz muito calor.

b) a partir de (16), podem ocorrer duas derivações: (i) a troca de funções sintáticas entre o Objetivo Sujeito (que passa a Objeto Direto, por rebaixamento) e o Loc Complemento de Lugar (que passa a Sujeito, por alçamento), e (ii) o apagamento do Ob após o rebaixamento:

- A torneira pingava água.
- A torneira pingava.

Cabe destacar que *topicalização*, em sentido restrito, consiste no *alçamento* de qualquer constituinte oracional à função de Sujeito. Em sentido amplo, consiste na *focalização* – destaque ou realce – de qualquer elemento que compõe uma “cena”. O processo se afigura como um dos mais relevantes, uma vez que, por hipótese, temos que ele subjaz a todo mecanismo de derivação frasal. Quando se considera a ocorrência do fenômeno no âmbito pragmático, fica evidente o fator psicológico que o determina. Todavia, como já frisamos, o nosso propósito vai além dessa constatação: pretendemos detectar os condicionamentos semântico-sintáticos em que ocorrem as derivações.

Além dos processos sintáticos referidos acima (*alçamento*, *rebaixamento*, *apagamento* e *topicalização*) merece destaque a *condensação*, que consiste na *fusão* ou na *conjunção* de dois ou mais elementos. No primeiro caso, os elementos se “fundem” numa única forma de plural; no segundo, eles se coordenam, numa estrutura mais simples. Por exemplo:

(17) *Pedro brigou com seu irmão Fernando.*

- *Os irmãos* brigaram. (*Fusão*)
- *Pedro e Fernando* brigaram. (*Conjunção*)

Este tipo de derivação foi possível pelas seguintes razões: (i) os constituintes (Sujeito e Complemento) possuem o mesmo traço semântico (*atividade*), por isso podem exercer os mesmos papéis temáticos; (ii) participam de uma estrutura *reversível*, onde o Complemento se constitui num Agentivo eventual: *Pedro brigou com Fernando / Fernando brigou com Pedro*; (iii) o Complemento faz parte da valência do verbo e, na dimensão pragmática, passa a pertencer ao mesmo nível hierárquico do Sujeito.

5. Conclusões

Algumas conclusões, ainda que provisórias, se podem tirar a partir dos casos aqui apresentados:

- a) o fenômeno da *topicalização* é responsável pelas derivações, cujo processo consiste no *alcantamento* de uma função sintática, hierarquicamente inferior, à posição de Sujeito. Tal fenômeno se deve à intenção do falante de colocar *em primeiro plano* (*realçar*) um determinado constituinte da oração;
- b) a derivação obedece aos princípios da hierarquia e da exclusividade das funções semânticas. Assim:
 - (i) numa estrutura ativo-processiva, onde haja um Agentivo, só será possível a derivação com o apagamento deste. Por exemplo:
 - (1) Raimunda matou Serafim com uma arma antiga.
 - Uma arma antiga matou Serafim.
 - (2) Alguém abriu a porta.
 - A porta abriu.
 - (ii) nas estruturas ativas, onde o apagamento do Ag é impossível, a derivação ocorre por *condensação* dos Argumentos (Sujeito + Complemento), se a frase for *reversível*, mantendo-se a mesma tipologia frasal:

(17) *Fernando brigou com Pedro.*

 - *Pedro brigou com Fernando / Os irmãos brigaram.*

IGNÁCIO, S. E. The process of sentential derivation: a syntactic-semantic study about dynamic sentences of the contemporary written Portuguese of Brazil. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 155-163, 1994.

- **ABSTRACT:** *The paper presents a syntactic-semantic description of main derivative structures in dynamic sentences of contemporary written Portuguese of Brazil, and discusses the several processes and circumstances in which the derivations are realized.*
- **KEYWORDS:** *Original sentence; derivative sentence; syntactic process; semantic case; active sentence; processive sentence; active-processive sentence.*

Referências bibliográficas

- 1 CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria H. M. Neves et al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- 2 COOK, W. A. *Case grammar: development of the matrix model*. Washington: Georgetown University Press, 1979.
- 3 FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R. (Ed.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1968.
- 4 _____. Types of lexical information. In: KIEFER, F. (Ed.) *Studies in syntax and semantics*. Dordrecht: D. Reidel, 1969.
- 5 _____. The case for case reopened. In: COLE (Ed.) et al. *Syntax and semantics: grammatical relations*. New York: Academic Press, 1977. v. 8.
- 6 GARDINER, A. *The theory of speech and language*. 2. ed. Oxford: Clarendon, 1963.
- 7 PAUL, H. *Princípios fundamentais de história da linguagem*. Trad. Maria L. Sheman. Lisboa: Gulbenkian, 1970.
- 8 TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klinksieck, 1966.

A RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS CULTO

Beatriz Nunes de Oliveira LONGO¹
Luciana Roberta F. de SOUZA
Rosane Conceição MICHELIN

- RESUMO: Neste artigo tentamos mostrar que a distinção semântica entre orações restritivas e não restritivas do português culto do Brasil tem uma contraparte sintática: as primeiras são constituintes internos de um SN, enquanto as últimas ocupam uma posição de adjunção. Todos os relativizadores são pronomes, exceto *que*, o qual pode classificar-se como uma partícula altamente pronominal.
- PALAVRAS-CHAVE: Gerativismo; semântica; sintaxe; oração relativa; relativizador.

1. Neste artigo, relatamos os resultados de um estudo da relativização no português culto, falado e escrito, do Brasil, levando em conta os seguintes aspectos na investigação:

- (i) tomado como ponto de partida para a análise a oração, verificar quais as descrições estruturais correspondentes às relativas e quais as operações necessárias para gerar tais representações;
- (ii) identificar o estatuto sintático das orações relativas e dos seus elementos introdutores, os chamados operadores QU;
- (iii) caracterizar os operadores QU em termos de suas propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas;
- (iv) chegar ao estabelecimento de uma tipologia oracional para as relativas;
- (v) evidenciar as diferenças e semelhanças entre a relativização na linguagem falada e na escrita.

1. Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-420 – Araraquara – SP (Docente e bolsistas de IC)..

A pesquisa inseriu-se basicamente no quadro teórico do gerativismo (Chomsky, 1986, 1988, 1992) e foi realizada com o apoio do CNPq, na forma de bolsas de Iniciação Científica.

A motivação provém de estudos lingüísticos em que se discute a concepção tradicional das orações relativas. Halliday & Hasan (1976), Quirk & Greenbaum (1973), assim como Thompson & Matthiessen (1988), questionam o seu estatuto de subordinadas; Robert (1983) e Kleiber (1987) reavaliaram a classificação em restritivas / não restritivas; Lemle (1978), Kato (1981), Tarallo (1983) e Souza e Silva (1984), entre outros, chamam a atenção para a complexidade de mecanismos envolvidos e para as diferentes estratégias de relativização utilizadas de acordo com a modalidade de linguagem.

2. Investigando um *corpus* bastante abrangente de amostras de língua falada, Tarallo (op. cit.) concluiu, após um estudo quantitativo apoiado em fatores lingüísticos e extralingüísticos, que existem dois sistemas de relativização no português. No da língua falada, prevaleceria o apagamento do pronome e truncamento da preposição, devendo os operadores QU ser considerados meros elementos de conexão, ou complementadores. Sua pesquisa partiu das seguintes estratégias de relativização, observadas no português falado da cidade de São Paulo (p. 1-3):

- (1) Tem as que não estão nem aí, né?
- (2) Teve uma mulher que *ela* queria que a gente entrevistasse *ela* pelo interfone.
- (3) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando, *ela* não fica esquentando a cabeça.

O autor denominou-as, respectivamente, de “variante da lacuna” (variante A), “variante do pronome-lembrete” (variante B) e “variante do truncamento do sintagma preposicionado (SP)” (variante C). Com base na não-ocorrência dos pronomes “puros” – *qual*, *quais*, *cujo(s)*, *cuja(s)* –, na alta freqüência de pronomes-lembretes (com exceção dos objetos diretos), e na predominância das variantes com pronome-lembrete e com truncamento nas posições de objeto indireto, oblíquo e genitivo, Tarallo considerou que na língua falada podemos ter variantes com *pro*, com pronome-lembrete e com preposição (apagada) + *pro*, mas não com deslocamento. Por exemplo:

- (4) O homem que *pro* entregou o pacote era alto.
- (5) O homem que *ele* entregou o pacote era alto.
- (6) O homem que Maria deu o pacote *O pro* era alto.

Para a língua escrita e para a fala culta de um grupo restrito, Tarallo postulou um sistema de deslocamento do sintagma QU em que as relativas são introduzidas por elementos pronominais e em que não há truncamento do SP.

Uma das evidências mais fortes apresentadas para comprovar que o truncamento não se combina com o deslocamento de QU é o fato de podermos ter, segundo o autor, o apagamento da preposição em SP topicalizado, mas não nas perguntas com QU, que representam casos típicos de deslocamento:

- (7) Maria, eu falei. (= com Maria).
- (8) *Quem você falou? (= com quem).
- (9) Eu perguntei *quem você falou (= com quem).

Entretanto, o próprio autor (p. 231) apresenta um exemplo de SP truncado numa interrogativa com QU:

- (10) Que assunto que a gente vai falar? (= sobre que assunto).

Outro problema foi que, examinando aleatoriamente, numa exploração inicial, algumas amostras de língua escrita, encontramos orações relativas com truncamento do SP:

- (11) ... uma boca de lábios grossos que o bigode espesso imprimia delicadeza (Márcio Souza, *Mad Maria*) (= a que o bigode...).

Como não se trata de um trecho de discurso citado, surge uma dúvida: teríamos aqui uma simples tentativa do autor de aproximar a sua linguagem da falada, ou o fenômeno do truncamento se apresentaria também na língua escrita?

Além disso, nas interrogativas QU, o complementador *que* pode co-ocorrer com os pronomes deslocados, mas nas relativas, não:

- (12) a. Que que eles escutam? (Fa-1).
- b. explica pra esse Brasilzão varonil o que que é produtora de moda. (Fa-2)
- (13) *O homem que que entregou o pacote era alto.

Tudo isso parecia evidenciar que a polêmica deslocamento x apagamento não estava resolvida e que o relativizador *que* não poderia ser considerado um complementador puro, totalmente desprovido de traços pronominais. Dessa maneira, decidimos desenvolver um estudo para reavaliar tais questões, numa tentativa de contribuir com alguns subsídios para a futura elaboração de uma gramática do português e, ao mesmo tempo, fornecer elementos que pudessem ser aproveitados no ensino/aprendizagem da língua materna.

3. Considerando interessante apoiar a pesquisa em dados empíricos que confirmassem a intuição do analista, tivemos a preocupação de montar um *corpus*, muito embora não fosse nossa intenção realizar um estudo quantitativo. Pretendíamos com isso testar a hipótese da impossibilidade do deslocamento com truncamento e detectar as variantes efetivamente em jogo na linguagem culta. Utilizamos o material de dois projetos: o do NURC, para a linguagem falada, e o do DUP (*Dicionário gramatical de usos do português contemporâneo do Brasil*, em elaboração por uma equipe coordenada pelo Prof. Dr. Francisco da Silva Borba), para a escrita. Acrescentamos a esse material gravações de programas de televisão (jornais e entrevistas), a fim de atualizar os dados da linguagem falada.

O *corpus* abrangeu diferentes registros e estilos das modalidades falada e escrita do português, compreendendo as décadas de 70 a 90, estando assim constituído:

modalidade escrita – 628 orações relativas, 92 orações interrogativas; modalidade falada – 674 orações relativas, 305 orações interrogativas.

4. Ao investigar o estatuto sintático-semântico das relativas, vimos que muitos estudos (Tarallo, op. cit.; Mira Mateus et al., 1983; Abreu, 1985; Fabb, 1990, entre outros) procuraram demonstrar que a subdivisão tradicional pode ser questionada, com o argumento de que as não restritivas podem dividir-se em diversos subtipos e não podem ser consideradas subordinadas. Por exemplo, Abreu (op. cit.) tenta mostrar que a relativização não restritiva pode ser um recurso discursivo para apresentar argumentos de consequência, de causa ou de oposição.

A primeira varredura do *corpus* foi suficiente para percebermos que as mesmas noções expressas pelas não restritivas (NR) apareciam nas restritivas (RR):

- (14) um quadro infeccioso que dava para fazer um congresso da OMS (consequência).
- (15) situações inesperadas que no entanto se ajustam (oposição).
- (16) pobre dele que perdeu a alma (causa).

Analizando outros tipos possíveis de subdivisões, vimos que elas sempre acabavam por se reduzir à oposição semântica básica entre restrição e não restrição, o que nos levou a desistir de alterar a tipologia tradicional, muito embora reconheçamos que pode haver nuances adicionais de várias espécies.

Mantida a distinção restritiva / não restritiva, procuramos chegar a uma caracterização sintático-semântica que as diferenciasse. Alguns autores consideram que a questão da NR pertence à esfera discursiva, e não à gramatical. Para Abreu (p. 12), “em nível de sintaxe autônoma é impossível encontrar motivação para a existência de tal tipo de oração”. Segundo Fabb (op. cit.), a NR e a oração em que se encontra seu antecedente não compartilham uma mesma representação sintática. Portanto, a conexão da oração que contém o antecedente com a não restritiva só se efetivaría no nível discursivo-textual. Além disso, as NR podem assumir diversos valores argumentativos que as aproximariam mais das coordenadas do que das subordinadas. Tarallo (op. cit.), em seu estudo quantitativo, concluiu que o fato de os pronomes-lembretes ocorrerem com maior freqüência nas NR evidencia uma ligação sintática mais fraca com o antecedente, característica da coordenação e não da subordinação.

No plano semântico-discursivo as orações restritivas determinam um subconjunto do conjunto designado pelo antecedente (Lopes, apud Mira Mateus et al., op. cit.), restringindo-lhe, portanto, a extensão. As restritivas são modificadoras do antecedente. Nas não restritivas o antecedente é único ou delimitado independentemente. Em vez de restringirem a extensão do antecedente, tais orações apresentam traços constitutivos do seu significado, representando portanto um acréscimo intensional. Concluindo, as RR delimitam o antecedente, enquanto as NR são um meio de pôr em relevo uma informação que o falante considera nova e necessária para a interpretação do antecedente (Abreu, op. cit.).

A que corresponderia sintaticamente tal distinção? Até agora, vimos duas soluções possíveis: considerar que as RR são subordinadas e as NR, coordenadas, ou

classificar as não restritivas como totalmente independentes. Nesse caso, o único vínculo entre a relativa e o antecedente seria o pronome relativo, e a conexão se daria no nível da estrutura discursiva ou textual. Tentaremos caracterizar a distinção sintática com base em um quadro teórico gerativista.

5. Para explicar as relativas restritivas, adotaremos aqui a proposta de Fabb (op. cit.), para quem haveria uma relação de predicação entre a RR e o nome antecedente. De acordo com a teoria da predicação, o sujeito e o predicado estão co-indexados, devendo c-comandar-se² mutuamente.

Além disso, o operador relativo e o SN antecedente (e portanto todos os membros da projeção, isto é, N' e N) também compartilham um mesmo índice referencial,³ adquirido através de uma estipulação no léxico que se aplica aos pronomes relativos. Assim, teríamos, simplificadamente:

$$[\text{SN} \ O \ \text{livro}_{i,i} \ [\text{sc}_j \ O_i \ \text{que}_j \ \text{eu} \ \text{li} \ v]]$$

6. Alguns testes com expressões idiomáticas demonstram que o antecedente da RR é uma projeção não máxima de N, enquanto a NR, por ser externa à projeção contendo o especificador, só tem acesso a essa projeção, isto é, ao SN:

- (17) * O progresso, que os alunos fizeram, foi incrível.
O progresso que os alunos fizeram foi incrível.

Em (17), o objeto da relativa não pode incluir o especificador, pois a expressão é *fazer progresso*, e não * *fazer o progresso*. Como na relativa NR o pronome relativo substitui o conjunto [Espec + N], a seqüência é agramatical. Já na RR, o relativo substitui apenas N, por isso temos uma frase gramatical.

Por outro lado, somente as NR aceitam expressões referenciais como operadores de relativização. Tais expressões, como se sabe, estão sujeitas ao Princípio C da teoria da ligação, não podendo ligar-se a um antecedente que as c-comande. As RR, como vimos, estão co-indexadas com um nódulo irmão, que, portanto, as c-comanda, o que explicaria a agramaticalidade de (18):

- (18) * um pronome da mesma natureza que o sujeito o qual pronome tem a forma oblíqua.

Pode-se então concluir que as relativas NR não estão ligadas ao antecedente. Nesse caso, onde poderíamos localizá-las na representação sintática?

Essa questão pode ser colocada de outro modo: qual é o estatuto sintático das relativas? Halliday & Hasan, Quirk & Greenbaum e Thompson & Matthiessen, em seus estudos sobre as relações oracionais, concluíram que se pode chegar a dois tipos básicos de relação, o encaixe e a combinação. No primeiro caso, há o que se chama de *rankshifting*, e a encaixada perde o seu estatuto funcional de oração. A combinação,

2. Estamos levando em conta a primeira projeção máxima.

3. Mas, segundo Fabb (op. cit.), não necessariamente o mesmo referente.

por sua vez, subdivide-se em paratática, em que as estruturas são equivalentes e independentes (como por exemplo as coordenadas), e hipotática, em que as orações sintaticamente dependentes mantêm o seu estatuto oracional. Observando as diferenças entre as NR e as RR, verificamos que estas funcionam como constituintes internos do SN, enquanto aquelas são externas ao SN, mas não podem ser interpretadas como totalmente independentes. Em vista disso, parece-nos que a melhor solução é considerar que tais orações se encontram em posição de adjunção na estrutura sintática. Assim é possível explicar a relação entre a NR e o antecedente, mantendo-a livre. De acordo com a versão da teoria de princípios e parâmetros que estamos adotando, a ligação se faz a partir de uma posição argumental (*posição A*). Como o SN está numa posição de adjunção, posição não argumental (*posição não-A*), não há ligação e a co-indexação é gramatical. Propomos então para as relativas NR uma estrutura como a exemplificada em (19):

- (19) [_{SN} [_{SNi} O livro] [_{SC} O que, eu li v]

7. Uma vez estabelecida a tipologia oracional básica, as descrições estruturais e o estatuto sintático das relativas, procuramos identificar as propriedades dos elementos introdutores, para depois verificar as operações necessárias para gerar as descrições.

Duas questões se colocam inicialmente: seriam tais elementos verdadeiros pronomes, ou meros elementos de relação, e qual é seu papel em relação ao antecedente?

Como vimos, os relativizadores introduzem orações que funcionam como elementos de quantificação, construção, ou delimitação do antecedente. Segundo Van der Awera (1985), haveria três critérios para identificação do pronome relativo:

- (i) assinala a subordinação;⁴
- (ii) constitui, com a oração que introduz mais o antecedente, um sintagma nominal;
- (iii) dentro da oração que introduz, preenche uma função de sintagma nominal.

Por esses critérios, *quem*, *cujo*, *qual* seriam inequivocamente pronomes relativos. *Morfologicamente*, *qual* e *cujo* apresentam traços de gênero e número; o primeiro recebe-os do antecedente, e o segundo, do nome que determina; *quem*, por sua vez, é invariável. *Sintaticamente*, são sintagmas que se deslocam para a posição não-A de Especificador de SC, funcionando como operadores co-indexados a variáveis, na mesma oração, e a antecedentes, numa oração externa:

- (20) O homem a quem a Maria convidou...
(21) [_{SC[ESP} a quem [_C 0 [_{SF} a Maria convidou var

4. Em nossos termos, *dependência*.

O SQU *a quem* está co-indexado a *o homem*, seu antecedente numa oração mais alta, e a *var*, que é o ponto de partida de seu deslocamento. Mais adiante veremos como se dá a co-indexação com o antecedente.

As variáveis são marcadas por caso e preenchem diversas funções gramaticais (FG-A).

Semanticamente, esses pronomes podem ser equiparados, assim como os indefinidos e os interrogativos, a *quantificadores* ou *quasi-quantificadores* (Lobato, 1986, p. 385-7). Por exemplo, para a oração “O homem a quem você entregou o pacote era alto”, existe a pressuposição de que se entregou o pacote a *alguém*. Nesse sentido, poderíamos estabelecer uma distinção entre os pronomes introdutores de restritivas, que equivaleriam ao quantificador existencial (*alguns*), e os introdutores de NR, correspondentes ao quantificador universal (*todos*):

- (22) Os irmãos de Maria que foram ao cinema são loiros.
(=> alguns irmãos de Maria foram ao cinema)
- (23) Os irmãos de Maria, que foram ao cinema, são loiros.
(=> todos os irmãos de Maria foram ao cinema)

Além disso, remetem para um antecedente nominal cuja função semântica é a de *referir*. Do ponto de vista semântico-discursivo, funcionam portanto como elementos de coesão, na medida em que recuperam a interpretação de outros elementos do texto. A co-indexação do pronome relativo com o antecedente deve ser estipulada como uma propriedade lexical, uma condição sobre os pronomes *que*, segundo Fabb, poderia ser a seguinte:

Um pronome relativo deve receber o mesmo índice referencial que um nódulo externo à oração relativa. Somente o nódulo que precede e está imediatamente adjacente à relativa que contém o pronome pode ser interpretado como recebendo o mesmo índice que o pronome. (p. 62)

Discursivamente, como vimos, as RR delimitam o antecedente, enquanto as NR põem em relevo uma informação nova. Além disso, ambas podem introduzir argumentos de causa, concessão, oposição etc.; para Robert (op. cit.), a relativização é “a tematização parcial de um enunciado” (p. 65).

Resolvidas as questões referentes às propriedades dos pronomes relativos, resta identificar o estatuto do relativizador *que*.

8. Tarallo (op. cit.), observando que em seu *corpus* não se registraram ocorrências dos relativos “puros” (*o qual*, *cujo*⁵), concluiu que não se poderia postular uma análise em termos de deslocamento. A análise dos dados de nosso *corpus* confirmou apenas parcialmente a hipótese de Tarallo. Na fala culta não ocorreu *cujo*, mas houve duas ocorrências de *qual*, em 674 orações analisadas. Por outro lado, a recorrência aos pronomes-lembretes foi muito baixa, não tendo sido registrada nenhuma ocorrê-

5. Quem não foi levado em conta porque só pode ocorrer precedido de preposição.

cia nas amostras de elocução formal. Já na língua escrita, em 628 orações, encontramos 11 introduzidas por *cujo*, e 7 por *qual*.

De acordo com Van der Awera (op. cit.), há três possibilidades de classificação de *que*: como complementador, como pronome relativo ou como partícula relativa, isto é, como uma classe intermediária entre um pronome e uma conjunção. A diferença estaria basicamente em um traço componencial distintivo:

	Pronome	Partícula	Conjunção
[pronomial]	+	-	-
[variável]	-	-	-
[relativizador]	+	+	-
[conectivo]	+	+	+

Analisando os argumentos apresentados em diferentes propostas de classificação, destacamos alguns que nos parecem mais difíceis de se refutar:

- (i) ao contrário dos verdadeiros pronomes relativos, que pode co-ocorrer com pronomes lembretes;
- (ii) Que admite o truncamento da preposição; os pronomes deslocados para a posição de [Espec, SC], não;
- (iii) O complementador que pode co-ocorrer com os pronomes QU, mas o relativo, não.

A respeito de (i), realmente não registramos no *corpus* nenhuma ocorrência de pronome-lembrete com os verdadeiros pronomes relativos, mas houve um caso de *pied-piping*, índice portanto de deslocamento, com pronome-lembrete:

- (24) existe uma dualidade de personalidades aí *em que numa* ele passa essa verdade (Pedro Collor, *Roda viva*).

Além disso, em determinadas condições, os pronomes “puros” podem ser aceitáveis com o lembrete:

- (25) a. construção nacional que não se pode nem deve interromper, antes impulsiona-la (ME-O)
 b. construção nacional, a qual não se pode nem deve interromper, antes impulsiona-la.

Em outras línguas, como o inglês, essa possibilidade também existe:

- (26) the man who John saw him (Haegman, 1991, p. 371).
 (27) This is the man whom Emsworth told me when he will invite him. (Haegman, op. cit., p. 373)
 (28) The footnotes and the bibliography which I don't know how long they're going to be. (Van der Awera, op. cit., p. 151)

A fim de testar a validade de (ii), adotamos a seguinte estratégia de pesquisa: buscar, no *corpus*, exemplos de pronomes relativos ou interrogativos deslocados, com truncamento do SP. Entre as relativas, só encontramos um caso de truncamento com deslocamento, mas o operador de relativização era o advérbio interrogativo *onde*, que parece estar em variação livre com *aonde*. Portanto, não levamos em consideração esse exemplo. As interrogativas iniciadas por palavras QU são casos inequívocos de deslocamento, por isso encontrar amostras de SP truncado em tais orações comprovaria a possibilidade de deslocamento com truncamento, derrubando um dos argumentos mais fortes contra a classificação de *que* como pronome. Em (10), observamos que o truncamento com deslocamento ocorreu no *corpus* de Tarallo. Entretanto, a análise do nosso *corpus* de língua falada não revelou dados numericamente significativos: das 305 orações interrogativas encontradas, apenas duas apresentaram o truncamento, correspondendo a 0,6% do total. Por esse motivo, decidimos reduzir o material de língua escrita a ser pesquisado, utilizando metade do arquivo pesquisado para a montagem do *corpus* das relativas. Das 92 ocorrências de oração interrogativa encontradas, nenhuma fugiu ao padrão.

Concluímos, então, que não é possível confirmar a hipótese do deslocamento com truncamento e, portanto, refutar (ii). Entretanto, como as variantes não padrão ocorreram nas amostras colhidas a partir dos dados mais recentes de língua falada, em registro coloquial, podemos supor que talvez estejamos diante de um rearranjo estrutural do português na direção do truncamento de SQU deslocado.

O argumento (iii) é apresentado por aqueles que consideram que se deve distinguir o complementador do relativizador *que*. Percorrendo o *corpus*, encontramos vários exemplos de pronomes interrogativos + *que*, principalmente nas amostras de linguagem falada mais recentes, como (12a e 12b). Por outro lado, não se registrou nenhuma ocorrência de pronomes relativos + *que*, o que confirma (iii).

Dessa maneira, podemos concluir que, se *que* não é totalmente pronominal, tampouco pode ser considerado um mero complementador. Para Van der Awera (op. cit.), no inglês, a melhor solução para o problema é encontrada em termos de gradiente, devendo o *that* relativizador ser considerado uma partícula altamente pronominal. Essa proposta parece compatível com a dos gerativistas (Chomsky, 1986; Lobato, op. cit.; Haegman, op. cit., entre outros). Para eles, quando não houver um pronome “verdadeiro” deslocado para [Espec, SC], essa posição será ocupada por um operador de relativização vazio, *O*, co-indexado a uma variável ou a um pronome lembrete:⁶

- (29) O livro *O_i* que eu li *var_i* era um tédio.
(30) O livro *O_i* que eu li *ele_i* era um tédio.

Em (29), *que* adquire os traços de um pronome relativo, reunindo, segundo Haegman (op. cit.), “as propriedades de C e do operador” por meio de uma regra de *contração*. Disso resultaria uma representação como (31):

6. Para uma argumentação a favor de *O*, consulte-se Radford (1989, p. 489-92).

(31) O livro que_i eu li var_i era um tédio.

Em (30) a regra de contração não se aplicaria, portanto a estrutura não sofreria alteração. Por outro lado, o fato de *que* não aceitar a co-ocorrência com pronomes relativos indica que o seu grau de pronominalidade nunca é zero em português. Como explicar então os casos de variantes não padrão na linguagem culta?

Analisando os dados do *corpus*, foi possível estabelecer uma distinção entre as duas modalidades de linguagem, no que diz respeito às estratégias de relativização. A variante padrão predominou absoluta nos dois tipos de linguagem. O fator social *registro* não se revelou significativo para a linguagem escrita, mas para a falada, sim: a freqüência dos pronomes-lembrete e de truncamentos aumentou em proporção inversa ao grau de formalidade. Já no caso da língua escrita nada se pode afirmar, pois no nível mais formal, o da literatura oratória, registrou-se a ocorrência de pronome-lembrete, justamente a variedade mais marcada socialmente. As amostras de literatura técnica e jornalística não apresentaram desvios. A romanesca apresentou mais formas desviantes do que a dramática, que esperávamos mais se aproximasse da linguagem falada. De qualquer forma, como as variantes B e C são de baixíssima ocorrência no *corpus* de língua escrita, não se poderia chegar a resultados conclusivos.

Na língua escrita, os dados indicaram que o relativizador *que* é altamente pronominal. As duas únicas ocorrências de pronome-lembrete (0,3% do total) são facilmente explicáveis:

- (32) construção nacional que não se pode nem se deve interromper, antes impusional-a. (ME)
(33) Uma pessoa falou que teve uma mulher que parece tinha uma filha dela aí. (CNT)

Trata-se, no primeiro caso, de uma amostra extraída de um discurso do presidente Médici, em que o pronome aparece na oração coordenada, separado do introdutor por uma outra relativa; portanto, os laços sintáticos entre o antecedente e o pronome são bastante frouxos. Parece-nos que o emprego do pronome é uma tentativa de reatar esses laços.

No segundo caso, temos a concorrência de cinco dos sete fatores que, segundo Tarallo (op. cit., p. 251), favoreceriam a retenção pronominal:

- (i) o antecedente é [humano/singular/indefinido];
- (ii) o SN relativizado é um genitivo;
- (iii) a relativa é encaixada à direita;
- (iv) há uma oração interveniente depois do *que*;
- (v) a matriz é uma S existencial.

Além disso, pode-se perceber que o autor procura aproximar a sua linguagem da falada, o que justificaria, estilisticamente, o uso do pronome. Finalmente, observamos que não haveria possibilidade de produzir essa frase com a estratégia padrão. O pronome é obrigatório:

- (34) *Teve uma mulher cuja filha parece tinha aí.

- (35) *Teve uma mulher da qual uma filha parece tinha aí.

Estamos, portanto, diante de um uso do pronome como *último recurso* para salvar uma estrutura que de outro modo seria agramatical.

Com exceção de (36) e (37), as variantes C ocorrem quando o antecedente é um abstrato temporal:

- (36) o que se tratará de dar remédio (ME).
(37) é sobre aquele problema que eu lhe falei (HO).
(38) primeira vez que vi o vosso nome (COL-O).
(39) Não é no mesmo dia que eles chegam que eles vão para as celas (CNT).
(40) Tem uns dias que começou a sair gente daí (CNT).

Certos adjuntos que expressam tempo caracterizam-se por não serem marcados quanto à preposição. Como já salientou Arrais (1981, p. 197), “daí a variação de preposição, incluindo *a*, *de* e, em certos casos, até o *apagamento*”:

- (41) a. Cheguei *domingo*.
b. Cheguei *no domingo*.

As frases (38-40) já seriam projetadas do léxico sem o SP. Nesse caso, o *que* é interpretado como pronome relativo.

As frases (36) e (37) serão explicadas quando analisarmos os dados da língua falada. Seriam os únicos casos de variante C em que o relativizador assume um baixo grau de pronominalidade, como veremos mais adiante.

9. A quantificação dos dados de língua falada revelou algumas diferenças em relação à modalidade escrita: como já vimos, não ocorreram *cujo* ou *quem*. Do pronome *o qual* foram registradas apenas duas ocorrências, de um total de 674 orações analisadas. Os pronomes-lembrete correspondem a 0,89% do total, ocorrendo apenas em duas posições, a de sujeito e a de oblíquo. Não consideramos a freqüência da variante B suficientemente significativa para que pudéssemos realizar um estudo de fatores condicionantes. Por outro lado, a variante C representou 5,78%, de modo que já é possível fazer uma análise e aventar algumas hipóteses.

Se levarmos em conta apenas as posições em que a preposição deveria ocorrer – objeto indireto, oblíquo e genitivo –, veremos que a estratégia do truncamento é altamente produtiva na modalidade falada culta:

Número de orações analisadas: 105

	A	B	C
Objeto indireto	4 – 3,80%	0 – 0%	11 – 10,47%
Oblíquo	58 – 55,23%	2 – 1,90%	24 – 22,85%
Genitivo	2 – 1,90%	0 – 0%	4 – 3,80%

Concluímos então que nos casos de SP relativizado, a estratégia do *pied-piping*, que envolve deslocamento, compete com a do truncamento. Esta representa 37,14% do total de orações analisadas (39/105). Vejamos agora como explicar tais casos, que poderiam ser subdivididos em quatro grupos.

- (i) Dez das 39 ocorrências (25,64%) têm por antecedente um abstrato temporal, já comentado anteriormente.
 - (ii) Sete (17,94%) correspondem a sintagmas introduzidos por marcadores casuais e não por verdadeiras preposições. Podemos então postular um apagamento na Forma Lógica, já que tais marcadores são semanticamente vazios. Temos então um deslocamento no nível sintático.
 - (iii) Outras cinco (12,82%) são casos em que o verbo admite mais de um argumento interno, sendo um deles prepositionado e o outro, não. Podemos argumentar que, assim como em (i), o falante já projeta o sintagma do léxico sem a preposição, e o relativizador recebe interpretação pronominal.⁷
 - (iv) As outras ocorrências – em número de 17, ou 43,59% – representam condicionamentos de diferentes tipos, cujo estudo foge aos objetivos deste trabalho e que poderiam ser analisados numa futura pesquisa. Para nós, o importante é que são todos casos em que realmente se observa o truncamento do SP. Comentaremos apenas um deles, que foi encontrado também na língua escrita (cf. 36):
- (42) as pessoas têm que se vestir com o que elas se sintam bem (Fa-2).

Em (36) e (42), temos o apagamento da preposição à direita do demonstrativo *o*. Essa parece ser uma tendência do português atual. Testados quanto à possibilidade de inserção de P em frases como as exemplificadas, vários falantes atribuíram maior aceitabilidade à variante truncada. Observe-se ainda que em (42) teríamos uma mesma preposição repetida, o que também é bloqueado pelos falantes:

- (43) ?? as pessoas têm que se vestir com o com que elas se sintam bem.

Tudo isso nos leva a postular que temos na verdade duas estruturas em competição na língua culta: uma, com deslocamento de um pronome relativo ou de um operador vazio de relativização, e outra, com pronome lembrete co-indexado ao operador vazio. Quando tal pronome faz parte de um sintagma prepositionado, temos, normalmente, no nível discursivo, a omissão do SP, sendo então produzida a variante do truncamento. De acordo com Lemle (op. cit., p. 85),

é plausível interpretá-lo [o truncamento] como uma tentativa de retorno à gramática-padrão ... É como se esses falantes, ao tentarem imitar as formas do dialeto-padrão, realizassem a operação, mais evidente, de cancelar a cópia pronominal, esquecendo-se, porém, da segunda (e menos evidente) operação necessária para atingir o seu alvo, ou seja, a colocação da preposição antes do pronome relativo.

7. A mesma explicação vale para o exemplo (37) da língua escrita.

Na verdade, se considerarmos que a modalidade de linguagem é a falada, concluirímos que, não sendo mais possível a inserção da preposição inicial, o falante se limita a “corrigir” a frase omitindo o pronome. O resultado confere à frase maior grau de aceitação no nível pragmático-discursivo.

Portanto, das 105 orações com sintagma QU supostamente⁸ prepositionado, somente 16,19% são introduzidas por partícula. Nos demais casos (83,81%), o relativizador *que* deve ser interpretado como pronome.

Dessa maneira teríamos, na fala e na escrita cultas, as seguintes possibilidades de representação:

- (44) a. O homem [O que] v entregou o pacote era alto
- b. O homem *O* que [*ele*] entregou o pacote era alto
- c. O homem a quem Maria deu o pacote v era alto
- d. O homem *O* que Maria deu o pacote [para *ele*] era alto

Resumindo, em (44a), temos um operador vazio *O*, co-indexado a uma variável. Nesse caso, ocorre uma reestruturação de [O que], sendo *que* reinterpretado como pronome relativo e recebendo a sua referência do SN imediatamente adjacente *O homem*. Em (44b e 44d), o operador se liga diretamente ao pronome *ele*. Entretanto, no nível discursivo, (b) e (d) só se realizariam na linguagem culta em condições muito especiais, ainda não suficientemente estudadas. Haveria portanto, nesse nível, a omissão de um pronome cuja realização não é bem-aceita. Já em seu trabalho, Tarallo (op. cit.), cuja pesquisa englobou falantes de diferentes níveis de escolaridade e faixas de renda, comprovou que a variante do truncamento é favorecida em relação à do pronome-lembrete, que é socialmente desprestigiada.

Finalmente, (44c) é explicada, assim como (44a), por uma regra de deslocamento que deixa uma variável no ponto de origem. Entretanto, o elemento deslocado não é um operador nulo, mas um sintagma QU.

10. Neste estudo, investigamos as propriedades sintáticas, semânticas e discursivas das orações relativas e dos relativizadores QU com base em um *corpus* composto por 1.302 orações extraídas de amostras da linguagem falada e escrita no Brasil, compreendendo as décadas de 70 a 90 e diferentes registros e estilos. Além disso, analisamos 397 orações interrogativas parciais, a fim de testar a hipótese do deslocamento com truncamento. Tomamos por base o modelo teórico chomskiano, complementado por estudos que nos permitissem uma abordagem discursivo-pragmática do fenômeno da relativização. As principais conclusões a que chegamos foram as seguintes:

- (a) Os diferentes matizes semânticos expressos pelas relativas acabam por se enquadrar sempre em uma dicotomia mais ampla, que opõe restritivas a não restritivas. As primeiras delimitam o antecedente, enquanto as segundas adicionam informações.

8. Como vimos, em determinados casos, projeta-se diretamente do léxico um sintagma QU não prepositionado.

nam traços ao seu significado. Temos, portanto, duas operações diversas, uma de quantificação e outra de qualificação.

- (b) As restritivas, modificadoras do antecedente, correspondem a estruturas encaixadas, compondo com ele um SN. As não restritivas encontram-se em posição de adjunção ao SN.
- (c) Os operadores de relativização, excetuados os advérbios relativos, são *que*, *quem*, *o(a) qual*, *cujo* (este não ocorreu nas amostras de língua falada). Enquanto os três últimos são pronomes, o primeiro tem estatuto variável, de acordo com a estratégia de relativização utilizada, podendo ser interpretado como pronome ou como uma partícula que na maioria dos casos é altamente pronominal.
- (d) As descrições estruturais que correspondem às diferentes estratégias de relativização são duas: uma com relativizador deslocado para a posição de especificador de SC – um operador nulo ou um sintagma QU – co-indexado a uma variável, e outra com o operador gerado na posição de especificador e co-indexado a um pronome-lembrete.
- (e) Na língua escrita, a estratégia do pronome-lembrete é numericamente irrelevante. Por outro lado, os truncamentos, com exceção de um, são casos em que o sintagma é gerado no léxico sem a preposição. Concluímos que na modalidade escrita o relativizador *que* é interpretado como pronome. Já na língua falada, a freqüência da variante com truncamento da preposição revelou-se significativa. Para explicar essa variante, propusemos um apagamento, no nível discursivo, do SP que contém o pronome-lembrete. A realização desse pronome, socialmente muito marcado, é evitada, o que faz com que a variante do truncamento seja predominante, também na linguagem falada culta, em relação à do pronome-lembrete.
- (f) A análise das orações interrogativas não confirmou a hipótese do deslocamento com truncamento. Entretanto, o fato de se registrarem duas ocorrências nos dados mais recentes da língua falada revela que talvez esteja havendo uma mudança no português atual no sentido de permitir essa estratégia.
- (g) Finalmente, gostaríamos de comentar outro fenômeno evidenciado pelos dados, nas duas modalidades de linguagem: a predominância de orações restritivas sobre não restritivas. Tal fato pode ser correlacionado a dois fatores: um, de natureza sintática (há outras construções que concorrem com as não restritivas, como as coordenadas e os apostos), e outro, de natureza semântico-discursiva (para topicalizar uma informação sobre o antecedente, é preciso que este já esteja delimitado).

Esperamos ter evidenciado que o português culto ainda favorece a variante do deslocamento, mas que a variante C aos poucos se vai infiltrando. Na fala culta, a sua freqüência é significativa. Já a variante B ainda é evitada sempre que possível. Os dados também mostraram que o relativizador *que*, no português culto, não deve ser interpretado como mero complementador, ainda que algumas vezes atinja um grau muito baixo de pronominalidade.

LONGO, B. N. O., SOUZA, L. R. F. de, MICHELIN, R. C. Relativization in standard Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 165-179, 1994.

- **ABSTRACT:** In this paper we have tried to show that the semantic distinction between restrictive and non-restrictive clauses in standard Brazilian Portuguese has a syntactic counterpart: the former are internal constituents of an NP, whereas the latter occupy an adjunctive position. All of the relativizers are pronouns, except que, which may be classified as a highly pronominal particle.
- **KEYWORDS:** Generative grammar; semantics; syntax; relative clause; relativizer.

Referências bibliográficas

- 1 ABREU, A. S. Orações adjetivas explicativas: uma visão textual. *Estudos lingüísticos*, S.J. Rio Preto, v. 11, p. 6-11, 1985.
- 2 ARRAIS, T. C. Semântica das expressões temporais em português. In: QUEIROZ, T. A. *Estudos de filologia e lingüística*. São Paulo: EDUSP, 1981. p. 195-206.
- 3 CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, MIT, 1986.
- 4 _____. *Language and problems of knowledge*. Cambridge: MIT, 1988.
- 5 _____. A minimalist program for linguistic theory. ms, 1992.
- 6 FABB, N. The difference between English restrictive and non-restrictive clauses. *Journal of Linguistics*, v. 26, p. 57-78, 1990.
- 7 HAEGMAN, L. *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- 8 HALLIDAY, M. A. K., HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- 9 KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 5, São Paulo, 1981. *Anais...* São Paulo, 1981. p. 1-16.
- 10 KLEIBER, G. Relatives restrictives/relatives appositives: épassement(s) autorisée(s). *Languages*, n. 88, p. 41-62, dez. 1987.
- 11 LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo brasileiro*, 53/54, p. 60-94, 1978.
- 12 LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português*: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- 13 MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- 14 QUIRK, R., GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. London: Longman, 1973.
- 15 RADFORD, A. *Transformational grammar*. Cambridge: CUP, 1989.
- 16 ROBERT, L. M. Relativas: um ponto de encontro entre o lingüístico e o não-lingüístico. *Estudos lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 7, São Paulo, 1983. *Anais...* São Paulo, 1983. p. 56-66.
- 17 SOUZA e SILVA, M. C. P. Produção de orações relativas: formulação de nova hipótese. *Estudos Lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 9, Batatais, 1984. *Anais...* Batatais, 1984. p. 210-215.
- 18 TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian portuguese*. Tese (Doutorado). Filadélfia, Pensilvânia, 1983.

- 19 THOMPSON, S., MATTHIESSEN, C. The structure of discourse and subordination. In: THOMPSON, S., HAIMAN, J. *Clause combining in grammar and discourse*. Filadélfia: John Benjamins, 1988. p. 275-328.
- 20 VAN DER AWERA, J. Relative-that: a centennial dispute. *Journal of linguistics*, v. 21, n. 1, p. 149-80, 1985.

O LÉXICO DO “SOLDADO DA BORRACHA”: UMA DERIVA DE VALORES

Aparecida Negri ISQUERDO¹

- RESUMO: Com base em narrativas de ex-seringueiros, este trabalho procura analisar a forma como o léxico pode refletir o sistema de vida próprio de um grupo sócio-lingüístico-cultural.
- PALAVRAS-CHAVES: Léxico; soldado da borracha; realidade sóciocultural.

Partindo do pressuposto de que o léxico espelha o *modus vivendi* e o *modus faciendi* de um grupo, o presente trabalho procura analisar aspectos da linguagem do seringueiro numa tentativa de demonstrar em que proporção o estudo do léxico pode fornecer elementos para a recuperação de uma realidade histórica, social, política e ideológica do grupo.

É postulado aceito que a língua, enquanto instituição social, veicula tendências sociais, culturais, econômicas e políticas. A estreita ligação entre estrutura sociocultural e estrutura lingüística é manifesta. Notadamente no léxico, podemos encontrar elementos para a identificação e a explicação da visão de mundo de uma época, pois é justamente nesse nível lingüístico que estão inseridas as unidades lexicais por meio das quais se pode inferir a maneira de pensar, de agir e de ser de uma comunidade sócio-lingüístico-cultural.

Matoré, lexicólogo francês, apresenta-nos a noção de *palavra-testemunha*, concebendo-a como “elementos particularmente importantes em função dos quais a estrutura lexicológica se hierarquiza e se coordena” (1973, p. 65, tradução da autora). Trata-se, pois, das unidades fundamentais que expressam noção de valor e que possuem peso semântico significativo no âmbito de determinado vocabulário.

1. Departamento de Comunicação e Expressão – Centro Universitário de Dourados – UFMS – 79825-070 – Dourados – MS. Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – FCL/UNESP/Car.

Tomando como parâmetro depoimentos fornecidos por ex-seringueiros do Estado do Acre² que se dedicaram ao trabalho de corte da seringa no período denominado “Batalha da borracha”,³ verificaremos em que medida determinadas unidades lexicais do vocabulário ativo do grupo espelham o sistema de povoamento, o regime de trabalho e a política de produção e de comercialização da borracha da Amazônia brasileira, no período da Segunda Guerra Mundial.

Uma leitura comparativa das oito entrevistas analisadas revela que as crenças, as esperanças, as decepções, as dificuldades enfrentadas no convívio com a floresta, enfim, a vida desses indivíduos estão sintetizadas em determinados itens lexicais do vocabulário do grupo. Aparecem, por exemplo, com grande freqüência, em todos os depoimentos, os lexemas *guerra*, *governo*, *soldado*, *propaganda*, *Amazônia*, *vida melhor*, *seringa/seringueiro/seringalista*, *patrão*, *sofrimento*, *exploração*, *contrato*, *abandono*, entre outros. Se confrontarmos, ainda, esses itens lexicais com a trajetória de vida do grupo, perceberemos que eles espelham, no seu conjunto, um período da história do Brasil, durante o qual a preocupação básica dos governantes com a Amazônia era o cumprimento de um “acordo” político e econômico à custa do trabalho, à custa da exploração de indivíduos que, por viverem à margem da sociedade em termos de qualidade de vida, sujeitavam-se passivamente ao sistema de trabalho exigido nos seringais.

Examinaremos, pois, neste trabalho, tão-somente os lexemas que, de alguma forma, contribuem para caracterizar o momento que pretendemos focalizar. Para tanto, estruturaremos a abordagem do assunto em quatro blocos que, a nosso ver, acoplam as idéias-chave evidenciadas na estrutura da narrativa dos informantes: a) origem do “soldado da borracha”;⁴ b) motivação para ingressar na “Batalha da borracha”; c) sistema de trabalho nos seringais; d) situação atual dos “soldados da borracha”.

a) Origem do “soldado da borracha”

A exemplo do ocorrido no primeiro período da história econômica da borracha amazônica (1850-1915), a maioria dos trabalhadores dos seringais era oriunda do

-
2. O *corpus* constou de oito depoimentos transcritos na monografia de Fidelis, J. G. de A. et al. (1992), que apresenta um interessante estudo histórico-social da situação dos “soldados da borracha” nesse Estado. Utilizamos *ipsis litteris* a transcrição apresentada pelos autores.
 3. Denominação dada a uma campanha desencadeada através dos Acordos de Washington, celebrados entre os governos brasileiro e americano na época da Segunda Guerra Mundial. Esses Acordos determinavam o aumento acelerado da produção da borracha amazônica e o consequente fornecimento de toda a produção excedente para a indústria bélica dos Estados Unidos. Em troca, o Brasil receberia dos Estados Unidos a provisão de armamentos de guerra.
 4. Denominação dada ao trabalhador dos seringais que migrou para a Amazônia no período da Segunda Guerra Mundial. Traduz a ideologia da época: fazer com que cada novo seringueiro se sinta um autêntico soldado. A exemplo dos que lutavam nos campos de batalha, o seringueiro cumpriria o seu dever de cidadão empenhando-se na “Batalha da borracha”.

Nordeste.⁵ Essa migração concentrou uma enorme leva de nordestinos que, tangidos pela seca,⁶ rumaram para a Amazônia em busca de sobrevivência:

A minha vida no Nordeste era trabalhá. Era trabalhadô assim...trabalhadô...pra qui, pra culá. Num tinha canto certo pra trabalhá (...) ...as condições de vida era dura, muito ruim...Era no tempo da seca, lá era muito ruim e a situação por lá era de muita *miséria...até de água*. Foi tanto que um dia fui buscá essa água era muito longe, e eu cumigo mérmo disse: meu Deus mi bote num *lugá que tenha ao meno áqua...e graças a Deus eu mi achei aqui.* (I₇, p. 59).⁷

No exemplo anterior, merecem destaque os itens lexicais *Nordeste, seca e água*, por retratarem a origem e a realidade de vida desse novo trabalhador dos seringais.

Na segunda etapa de recrutamento de mão-de-obra⁸ para integrar a “Batalha da borracha”, registrou-se a presença de representantes de outros Estados brasileiros: “Uma boa parte desse pessoal era *carioca e baiano*, era um pessoal muito revoltado, eles fazia muita revolta, muita greve...” (I₈, p. 66).

O fato de essa leva de migrantes ter trazido para a Amazônia indivíduos oriundos de diferentes classes sociais, profissões e idades – vindos dos grandes centros – gerou problemas vários, principalmente durante a estada desse pessoal nos pousos de Belém e de Manaus. Acredita-se que é pelo seu caráter desordeiro que essa categoria de migrantes tenha recebido a alcunha de *arigó* – apelido que se estendeu a todos os “soldados da borracha” que se abalaram para a Amazônia a partir de 1943: “...daqui o *arigó* não tem pra onde corrê...” (I₁, p. 40). “Morreu milhares de *arigó* que veio” (I₈, p. 65). A identificação do “soldado da borracha” por esse cognome foi marcante a ponto de esse período de migração para a Amazônia ser, normalmente, chamado de *epopéia do arigó*.

b) Motivação para ingressar na “Batalha da borracha”

Dois motivos básicos são apontados pelos informantes como justificativa da ida para a Amazônia: o apelo do governo no sentido de “convocar” os brasileiros para servirem o País como “soldados da borracha” e o anseio por uma vida mais digna e mais humana.

Expressando a primeira razão encontramos, por exemplo, o lexema *guerra*, que sintetiza um aspecto da realidade mundial da época:

5. Os oito informantes que constituíram o *corpus* para o presente estudo são nordestinos.

6. "... a seca de 1941-1942, que castigou sem piedade o sertão nordestino, veio reunir de 20 a 30 mil flagelados em Fortaleza, ensejando uma mão-de-obra farta para os seringais da Amazônia" (Martinello, 1988, p. 210).

7. Para indicar os informantes, utilizaremos os símbolos I₁, I₂, I₃ ... seguidos das páginas do texto onde se encontram transcritos os depoimentos (vide nota 2).

8. Essa segunda corrente migratória concentrou pessoas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais – do interior e dos grandes centros urbanos – e “era formada, na sua maior parte, de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida” (Martinello, 1988, p.226).

Lá no Nordeste tumei conhecimento da Amazônia por informação, né? dava boa informação, aí chegamo na cumpanhia tava alistrano esse pessoal no tempo da guerra do...dessa guerra da Alemanha, aí nós viemo, os americanos forma essa...essa...isso era coisa dos americanos, né? cumbinados cum o finado Getúlio Vargas,⁹ que era o maior governo que nós tivemo no Brasil, aí cumbinado nós viemo no dia 25 de agosto de 1943. (I₈, p. 65)

Essa migração foi Getúlio Vargas que chamô esse pessual pra cá...porque se não viesse pra cá, a rapaziada ia pra guerra, eu tive medo de ir pra guerra digo vô pro Acre, embora que morra...mais qui na guerra é mais fácio de morrê. (I₇, p. 59)

O mito da guerra aparece como "pano de fundo" nesse cenário e como elemento impulsor na decisão dos trabalhadores.

...eu quero brigá no isforço da guerra no Vale Amazona (I₂, p. 42); ...tava aquela fulia toda, de todo mundo querendo vir prá Amazonas (...) ou eu ia pro Amazonas ou ia pra guerra, né? cumo eu num quiria i pra guerra, mais ante é pra Amazônia. Vim em dezembro de 44. (I₃, p. 46)

Fortemente associado à questão da guerra, surge o lexema *governo*, que, nesse contexto, traduz a força e a influência do Estado sobre os indivíduos. *Governo* representa, ainda, a materialização da idéia de poder, de autoridade e até de esperança, na medida em que simbolizava para o incauto trabalhador a figura de alguém que "poderia" proporcionar-lhe melhores condições de vida:

No Ciará eu era agricultô, vim pro Amazônia purquê tinha gosto e vontade di servi ao governo de qualqué maneira (I₂, p. 42); ...o governo federal butô a gente pra cá, pra melhorâ de vida ... (I₆, p. 56); ...tomei conhecimento do Acre por intermédio do governo federal através de anúncios no jornal, onde o governo federal está transportando para a Amazônia... (I₆, p. 56)

Na hierarquia da estruturação do léxico do grupo, *soldado* é uma unidade lexical fundamental. É interessante destacar a carga semântica contida nesse lexema, considerando-se o meio social enfocado:

Quando apareceu a "revolução" de se imbarcá cumo *soldado da borracha* eu vim pra Fortaleza, e lá me inquadrei como *soldado da borracha* (I₂, p. 42); Os nordestino via pro Amazona porque eles dizia que no Amazona nós vinha trabalhá para defendê o Brasil. Se não fosse pra guerra, vinha trabalhá como soldado mermo. (I₇, p. 60)

É curioso observar, ainda, como a questão do civismo e do amor à pátria era propagada, tanto pelo Estado como pela Igreja, com o intuito de despertar no seringueiro a conscientização do seu "relevante" papel como *soldado da borracha*.¹⁰

9. Notamos nesse exemplo a referência aos Acordos de Washington, já mencionados na nota 3.

10. Por ocasião do Mês da Borracha (junho de 1943) – campanha desencadeada pelo Governo Federal com o intuito de arrecadar por todo o País a borracha disponível –, "a Diocese do Amazonas fez celebrar missa campal com a participação de 1.500 novos soldados da borracha. Após a missa houve um *desfile destes novos seringueiros pelas principais ruas de Manaus, numa espécie de parada militar*" (grifo nosso) (Martinello, 1988, p. 132). Nessa mesma oportunidade foi lido o "Decálogo do Seringueiro" – uma forma de propalar as "obrigações" do soldado da borracha.

O "Decálogo do seringueiro", por exemplo, registrava os principais compromissos do "seringueiro-soldado" para com o seu país. Analisando-se o teor desse documento, constata-se que os lexemas introdutórios de cada item do "Decálogo" expressam uma graduação de obrigações: *cumpriremos* (as instruções ...), nos três primeiros; *prometemos* (convergir esforços..., trilhar as estradas de seringa..., cumprir as ordens do governo...), nos itens quatro, cinco e seis; *juramos* (permanecer nos seringais..., viver em harmonia e disciplina...), nos itens sete e oito; *queremos* (proclamar um juramento perante Deus, a Bandeira e o Hino da Pátria..., tornar bem claro que tudo faremos e aceitaremos em bem do Brasil, do continente americano e das Nações Unidas...), nos dois últimos compromissos. (A. Maia, apud Martinello, 1988, p. 133-4). Na verdade, esses itens lexicais expressam a essência do caráter político e ideológico da cognominada "Batalha da borracha".

Ainda reforçando o caráter de "exército da borracha" atribuído ao recrutamento dos seringueiros, aparece, no relato dos informantes, o uso de lexemas como *batalhão*, *tropa*, *comandante*, *capitão*, *alistamento*, *defender*, que integram o campo semântico referente ao Serviço Militar:

Vim cumo *cumandante de tropa* na segunda vez, mais de cem pessoa veio no meu *batalhão*... (I₂, p. 42); Aí *capitão* Trigueiro disse: pra vocês que queri trabalá, em uma hora vocês vão pru almuxanfado recebê ferramenta (I₂, p. 43). No Nordeste eu trabalhava na roça mais meu pai, né? aí foi que eu fiz o *alistamento* pra cá pra Amazônia (...) aí eu vim fui me *alistá* em dezembro de 1944; mas quando eu fui me *alistá* o caba que *alistava* disse: Ah! você num pode i não, só se fô cumo agregado (aí eu vim mais meu irmão) (I₃, p. 46); ...eles dizia que no Amazona nós vinha trabalhá pra *defendê* o Brasil. (I₇ p. 59)

No que se refere à segunda razão apontada como justificativa para a migração para a Amazônia – o anseio por uma vida mais digna e mais humana –, também identificamos determinados itens lexicais que sintetizam as expectativas do "soldado da borracha" com relação à nova terra, à terra prometida: *propaganda*, *trabalho*, *borracha*, *dinheiro*, *vida melhor*, *niqueza*, entre outros. Na verdade, propagandas mentirosas e desonestas e promessas atrativas em muito impulsionaram a vontade desses desbravadores:

Tomei conhecimento da Amazônia por intermédio da *propaganda*. A gente via aquelas *propagandas* bonitas (...) aonde a gente via coisa que eu nunca tinha visto, cada *tigela* que era desse tamanho (faz gesto), parecia uma *lata* de 2 kg, embutida na madeira (siringuera) era escorrendo *chega derramava*. Eles falavam que um vagabundo (...) home que não quer trabalhar, fazia 200 mil réis por dia (I₁, p. 39); ...aqueleas influências que os patrões falavam, que se ganhavam *dinheiro* demais, se ajuntava dinheiro com o rodo... (I₅, p. 52); ...eu via falá que no Amazona era bom, tinha essa *burracha* pra gente vim *trabalhá* e fazê muito *dinhero* e eu resolví vim pra cá. (I₇, p. 59)

Realmente, a ânsia de ser feliz fica espelhada, claramente, nos diversos depoimentos:

...o governo federal butô a gente prá cá, *pra melhorá a vida*, porque lá era difíco, era não, é difíco (I₆, p. 56); ...digo eu vô, quando fô cum ano eu volto...eu pensava em vim *trabalhá* um ano e depois voltá, porque dicero que aqui a *siringa* ganhava *dinhero* de ajuntá com um gancho. Eu digo: depois de um ano eu faço muita coisa e volto rico...até hoje (...). A idéia que eu tinha do Amazona era o que eles dizia, que era o *melhó lugar* que tinha no Brasil, porque tinha essa *burracha* pra gente cortá e tinha muito *dinheiro*, e era *muito farto d'água*. (I₇, p. 60)

c) Sistema de trabalho nos seringais

Inicialmente é preciso registrar o desafio que representou para o migrante a adaptação às características da região, haja vista o contraste existente entre o *clima seco*, sobretudo o do Nordeste, e o *clima úmido* próprio da *mata*:

A diferença daqui prá mia terra era grande, né? Que lá o *clima* era ôtro e aqui a gente tá dentro da *mata*, lá não existia *mata* demais como aqui, né? (I₃, p. 46); Logo que chegamo nós passemos três ano pra nós se acostumá aqui. Passemos um ano pra abri o siringal Nova Empresa: era *mata* bruta... (I₄, p. 49); Aqui chegando eu achei diferença, porque não tinha costume aqui da terra. Nós demoremo se aclimatá. (I₆, p. 56)

A vida no seringal se configurava, também, como desafiadora e *perigosa*:

Quando acabá, nós ganhemo foi a mata. Era mais *perigosa* que a guerra (...) a gente tava sujeito a cobra, mutta cobra venenosa. Eu mi encontrei com mutta cobra, mutta onça. Muitos companheiros que veio morrero de duenza e muitos ficaro inutilizado. (I₇, p. 60)

Esses obstáculos oriundos das características naturais da floresta, entretanto, não eram os piores, se comparados com os motivados pelo sistema de trabalho vigente nos seringais. Observa-se que havia um regime de “semi-escravidão”, desde o sistema de recrutamento e transporte dos trabalhadores até as relações de trabalho que se processavam no interior dos seringais. Uma *companhia* era responsável pelo alistamento, transporte e entrega dos soldados da borracha aos respectivos patrões-seringalistas. Estes se incumbiam de “garantir” que os seringueiros produzissem a quantidade de borracha estipulada no “Acordo” celebrado pelo governo:

...cheguemo aqui ai chegava aqueles *seringalistas* tirava de 2, 3, 4 e levava aí que nem leva *bicho*, né? Eles assinava lá um contrato, mais ninguém sabia era lá cum o *chefe*... (I₈, p. 66); Logo que eu cheguei o contrato não era assinado pelo patrão, mas foi assinado com a *companhia SALVA* em Belém do Pará (...) o patrão vinha recebê a gente em Sena Madureira, quer dizer que a partir de Sena Madureira, nós não tinha nada a ver com a *companhia*, tudo por conta do *patrão*. (I₅, p. 52-3)

Essa forma “camouflada” de escravidão fica evidente, também, no tratamento dispensado ao seringueiro, a quem até *castigos físicos* eram aplicados: “Mais eu nunca

fiz revolta não. Nessa época ainda tinha *castigo* ... tinha *patrão* que mandava dá *surra*." (I₇, p. 61).

Ademais, é preciso assinalar a não-existência de qualquer vínculo empregatício formal entre seringalista-seringueiro, o que evidencia um outro aspecto do sistema de exploração reinante na estrutura dos seringais: "Quando chegamo aqui já tinha local destinado, mas num tinha *contrato* não, não tinha negócio de *contrato*, não..." (I₃, p. 46).

A alta freqüência no uso do lexema *exploração* denuncia uma outra faceta da realidade que imperava nos seringais amazônicos:

A *exploração* patroa...ah! isso é coisa inegável, porque eles definitivamente... (I₁, p. 40); ...no peso da burracha sempre havia *exploração*, e no preço também porque eles nunca pagavam o seringueiro no preço justo (I₅, p. 53); Sempre toda vida fui *explorado*. O seringueiro toda vida foi *explorado* (I₇, p. 61).

O seringalista detinha, também, o monopólio na compra da borracha: "Eu tinha que vendê a borracha só pro *patrão* as vez o cabra era preso, *apanhava* por causa de borracha que vendia pra fora, pro regatão. Se o *patrão* descobrisse o *cabra ia sofri*" (I₄, p. 61).

A exigência de permanência no seringal reforça, também, o sistema escravagista reinante: "Nós já vinha com atestado diretamente para o siringal e enquanto nós não *trabalhasse dois ano*, nós não pudia saí do siringal que estava trabalhando" (I₆, p. 56).

Sofrimento é outro item lexical muito significativo no contexto do grupo e reforça a natureza das vicissitudes enfrentadas pelos "soldados da borracha" naquelas brenhas:

...era mata bruta nós fiquemo na margi e papai entrô pru sinngal, foi abri o siringal, aí despôs fez o tapiri dentro da mata, aí foi buscá nós lá fora; entremo e aí fomo trabaiá e *sofrê* (um ano foi de *sofrimento*)...chegamo em novembro aqui e num dava mais pra botá roçado, aí fumo *sofrê* muito atrás de banana verde dentro do siringal pra cumê cum carne de caça (I₄, p. 49-50).

d) Situação atual dos "soldados da borracha"

Se a vida desses trabalhadores era marcada por percalços vários durante a "Batalha da borracha", mais sacrificada ainda se tornou após o término da guerra. Lexemas como *abandono*, *ajuda*, *proteção*, usados com freqüência pelos informantes, ilustram bem o desrespeito para com o seringueiro e a vida sub-humana em que a maioria se encontra nos dias atuais:

Depois da guerra nossa vida ficô aí...vivi vinte e sete anos no siringal. Depois que vim pra cidade, não tivemos nenhuma assistência de nada, ficamos *abandonados* à própria sorte (I₅, p. 54); Depois da guerra aqueles que tinha vontade continuava trabalhano – assim cumo eu – a *proteção* era de Deus pra dar a saúde e o sujeito trabalhar pra manter com suas obrigações, né? Mais qui ninguém tinha *proteção* (I₈, p. 67); Agora me acho aqui (...) tô aqui nesse Lar de Vicentinos (...)

num falta nada aqui (...) nós num tem *ajuda* de governo, aqui nós vive cumendo de ismola... (I₈, p. 68); O governo tinha prometido a volta, mas desapareceu tudo nós ficamo *abandonados* à própria sorte...se eu tivesse ganhado bastante dinheiro na época, e pudesse voltá eu voltaria. (I₅, p. 53)

Examinando esses exemplos constatamos que enquanto no início dos depoimentos a figura do *governo* era apresentada com conotações positivas, agora ela ressurge despojada de qualificativos e como causa dos infortúnios a que se encontram expostos os “soldados-seringueiros”.

Notamos, ainda, na fala dos entrevistados, formas de *protesto* – “*O siringuêro sofre muito; o siringuêro...o governo tinha que olhar por eles e seus direitos...*” (I₅, p. 53); “infrentemo isso aqui cum a vida, e até agora, não tenho *direito a nada.*” (I₂, p. 42) – e de *denúncias* – “Quando acabô a guerra ficô o *patrônio* tocano pra frente. Aí...depois foi a épica que o Vanderlei Dantas, pelo menos aqui no Acre, aí foi o tempo que ele vendeu os *siringal* pros paulistas. Aí acabô o *siringal* daqui. Quando ele vendeu o *siringal*, todo mundo teve que se *ritirá do siringal* – aqueles que *não queria* saí eles matava, né?” (I₅, p. 53).

A par dessas denúncias e desses protestos, constatam-se, em alguns, marcas de um certo *saudosismo* e índices do prazer que o trabalho lhes proporcionava:

Olha, eu *gostei* munto de *cortá a sinnga*, eu achava *bunito*, via o comboi saino com aquelas *peles de burracha*, eu ficava *alegre*. Aí eu pensava: eu vô puxar vê se eu faço mais, mais o leite quebrava, tinha épica que ele quebrava mérmo e dava mais poco. (I₇, p. 63)

Todavia, apesar desses relances de entusiasmo, a volta à realidade logo é manifesta:

Cortei sinnga vinte anos, compensou eu saí do *siringal* não fiquei devendo a *patrônio* nenhuma, tive um saldozinho, mais a *sinnga* que cortei não deu pra fazê nada, tô pur aqui até hoje. (I₇, p. 63)

Enfim, os diferentes itens lexicais destacados nos exemplos arrolados no decorrer do trabalho, no seu conjunto, forneceram-nos elementos para recuperarmos um período da história do Brasil. Por meio da linguagem foi-nos possível reconstruir as diferentes etapas que marcaram a *epopéia do arigó* e constatarmos que as terras amazônicas serviram de berço para a concretização da força e do poder do Estado, com a operacionalização da “Batalha da borracha”.

Lexemas como *governo*, *soldado*, *patrônio*, *exploração*, *sofrimento*, *abandono*, entre outros, testemunham a realidade vivida por esses trabalhadores brasileiros na *terra do amansa o brabo*. Na realidade, repetiu-se no Amazonas o sistema escravagista ocorrido, sobretudo, no Nordeste. Percebemos um paralelismo, por exemplo, entre o sistema de cativeiro registrado no trabalho nos canaviais nordestinos e o sistema de trabalho peculiar dos seringais – na Amazônia, os *seringueiros-escravos* viviam sob o domínio dos *seringalistas-coronéis*. Reproduziam-se, assim, mais uma vez, as relações históricas de domínio e de exploração do homem.

À guisa de conclusão, podemos asseverar que o estudo dos aspectos do léxico do seringueiro aqui destacados permitiu-nos recuperar aspectos do panorama social, político, econômico e ideológico da segunda fase de exploração da borracha na Amazônia – a luta dos *soldados da borracha* na tão propalada “Batalha da borracha”. Trata-se, portanto, do léxico funcionando como testemunha de uma deriva de valores, de crenças e de expectativas de um grupo sócio-lingüístico-cultural. Retomando Coseriu, podemos ratificar a premissa de que “na língua real coincidem o que é sistemático, o que é cultural, o que é social e o que é histórico” (Coseriu, 1979, p. 55).

ISQUERDO, A. N. The lexis of the “rubber soldier”: a drift of values. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 181-189, 1994.

- *ABSTRACT: Based on ex-rubber gatherer narratives, this paper tries to analyse the form through which the lexis may reflect the way of life of a cultural sociolinguistic group.*
- *KEYWORDS: Lexis; rubber soldier; sociocultural reality.*

Referências bibliográficas

- 1 COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. p. 55.
- 2 FIDELIS, J. G. de A. et al. A “Batalha da borracha” sob a ótica dos soldados-seringueiros. Rio Branco: UFAC, Departamento de História, 1992. p. 39-68. (Mimeoogr.).
- 3 MARTINELLO, P. A “Batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico. *Cadernos UFAC*, Rio Branco, n. 1, 1988. (Série C. Estudos e Pesquisas).
- 4 MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Paris: Marcel Didier, 1973. p. 65.

A INFERENCE LEXICAL NO TEXTO TÉCNICO EM INGLÊS¹

Maria Helena Guimarães Marques de SOUZA²

- RESUMO: O objetivo deste trabalho é investigar a estratégia de inferência lexical de palavras-chave em textos técnicos de língua inglesa. Os sujeitos da pesquisa são alunos de um curso técnico de Eletrônica, falsos principiantes na língua estrangeira. A análise dos dados é quantitativa e qualitativa. A pesquisa observa o papel do conhecimento prévio dos sujeitos sobre assuntos específicos e as pistas contextuais oferecidas pelo autor de textos técnicos, na inferência lexical. As categorias de familiarização lexical estudadas são: explicação, definição, exemplificação, ilustração, estipulação e sinonímia. Os resultados demonstram uma certa preponderância das estratégias de uso do conhecimento prévio sobre as de uso de pistas contextuais, embora a pesquisa tenha constatado que a interação das duas estratégias seja importante para que a inferência lexical seja produzida com maior sucesso.
- PALAVRAS-CHAVE: Inferência lexical; texto técnico; conhecimento prévio; pistas contextuais; palavras-chave.

1. Introdução

A leitura é a habilidade mais utilizada em cursos técnicos e na vida profissional, pois é necessária para a compreensão de manuais, revistas e livros especializados, instruções de máquinas e instrumentos, terminologia técnica.

“A leitura com objetivos profissionais é raramente monolíngüe” (Ulijn, 1984, p. 66). Um profissional é obrigado a ler não somente em língua materna, mas também, devido à competitividade, em inglês – língua internacionalmente aceita no mundo da tecnologia – e em outras línguas, a fim de receber, em primeira mão, as informações tecnológicas.

Silva & Maker(s.d.), com muita propriedade, denominam a leitura de “estratégia de sobrevivência” para os técnicos, e postulam que o primeiro passo para o desen-

1. O presente trabalho é um resumo de minha dissertação de Mestrado. Para informações detalhadas, v. Souza, 1993.

2. Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Social – UNESP, 17033-360 – Bauru – SP – Brasil.

volvimento desta habilidade, do ponto de vista pedagógico, seja uma definição coesa do que é a leitura – definição compartilhada por todos os professores de uma mesma classe ou de uma mesma escola, num posicionamento que possibilite resultados mais satisfatórios, decorrentes de uma política integrada em relação ao assunto.

Além do estudo conjunto dos conceitos e objetivos da leitura, um curso de língua estrangeira deve selecionar os seus tópicos entre as outras disciplinas do currículo e utilizar as mesmas técnicas metodológicas das matérias envolvidas. Na opinião de Widdowson,

matérias como história, geografia, ciências, arte etc., se baseiam na realidade da própria experiência da criança e não há razão por que uma língua estrangeira não deva se relacionar indiretamente com o mundo exterior através das mesmas matérias. (1991, p. 33)

A abordagem instrumental para o ensino de línguas adapta-se perfeitamente a esta concepção de integração interdisciplinar, pois utiliza a língua estrangeira como um instrumento de estudo e de trabalho – por esse motivo, foi adotada em nossas aulas de leitura e forneceu embasamento a esta pesquisa.

Os benefícios pedagógicos desta abordagem são muitos, entre eles, o desenvolvimento da autoconfiança e consequente motivação do aprendiz, ao aplicar seus conhecimentos de matérias específicas na leitura de textos em inglês, e o relacionamento positivo criado entre professor e alunos pela troca de experiências e conhecimentos técnicos e lingüísticos, colocando os interlocutores do processo ensino – aprendizagem em um patamar de maior igualdade.

O objeto desta pesquisa é a inferência de palavras-chave em textos técnicos baseada no conhecimento prévio dos sujeitos sobre os assuntos estudados e, também, nas pistas contextuais fornecidas pelo autor desses textos. Palavras-chave são elementos fundamentais na depreensão do tema, já que carregam toda a força semântica do texto, sendo, por esta razão, os mais significativos ao leitor.

Cavalcanti (1989a) ressalta que há dois pólos de equilíbrio procurados por um autor ao escrever um texto: a *saliência textual*, representada pelos itens lexicais chaves semanticamente relevantes em relação a outras palavras do texto, e a *relevância leitor*, fornecida pelos itens lexicais chaves que ativam o conhecimento prévio do leitor e seus sistemas de valor, propiciando a criação de hipóteses a respeito do texto e a produção de inferência de termos contextualmente relevantes. Assim, a tessitura do texto e a inferência lexical se constroem mediante o entrelaçamento de “fios condutores semântico-pragmáticos” (Cavalcanti, 1985).

Durante oito anos de experiência com cursos técnicos e em pesquisa anterior (Souza, 1990), constatamos que o aprendiz, com poucos conhecimentos lingüísticos em língua estrangeira, confia em seu conhecimento prévio sobre o assunto para entender o texto, mas aponta o vocabulário como o grande problema existente na leitura. Acreditamos que este posicionamento decorre do fato de os leitores serem “viciados” no uso de dicionário e não utilizarem a estratégia de inferência lexical,

devido ao desconhecimento da mesma e, quando a utilizam, não confiam na sua capacidade de inferir, pela ausência de treino nessa atividade.

Além de nossa constatação, outros estudos, como os de Celani et al.(1988), comprovam a necessidade da utilização da estratégia de inferência de palavras desconhecidas para se adquirir fluência em leitura. Os trabalhos existentes são baseados em textos genéricos, havendo uma lacuna na literatura sobre inferência lexical em textos técnicos – campo propício para o uso de tal estratégia, pois autor e leitor provavelmente compartilham os mesmos conhecimentos.

Objetivando encontrar caminhos para o ensino dessa estratégia facilitadora do processo de compreensão, proporemos algumas perguntas de pesquisa que serão discutidas durante o trabalho:

1. O conhecimento prévio do assunto de um texto técnico influencia positivamente na inferência lexical de palavras-chave?
2. É mais fácil para o leitor técnico inferir palavras-chave do que palavras secundárias?
3. As pistas contextuais auxiliam o leitor técnico de nível médio a realizar inferências de palavras-chave?

2. O conceito de leitura

O conceito de leitura adotado nesta pesquisa é o de Kleiman que afirma que o ato de ler, além de ser um processo cognitivo, “é um ato social entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados” (1989b, p. 10).

Essa interação entre autor e leitor é firmada através dos princípios de cooperação, elucidados por Grice (1975), que preconizam uma cumplicidade entre os interlocutores de uma mensagem, facilitando o ato de comunicação.

Dentro dessa perspectiva de interação em leitura, Marcuschi (1985) e Grigoletto (1990) consideram três elementos essenciais no processo da leitura: a) *o conhecimento prévio do leitor*, armazenado na memória e ativado durante a leitura; b) *o texto*, um conjunto de sinais que devem ser interpretados de forma significativa; c) *o autor*, que coloca no contexto suas intenções, demonstradas pelas marcas discursivas, que devem ser interpretadas pelo leitor.

3. O conhecimento prévio na leitura

Kleiman (op. cit.) considera três níveis de conhecimento prévio que influenciam a compreensão em leitura: *o lingüístico, o textual, e o enciclopédico ou de mundo*.

O conhecimento lingüístico engloba desde a pronúncia das palavras em língua nativa, seu vocabulário e regras, identificação de categorias gramaticais, até os usos da linguagem. O conhecimento textual compreende os diferentes tipos de discurso e estruturas textuais. Fundamental para a construção da coerência em leitura é o conhecimento de mundo do leitor, armazenado na memória sob a forma de esquemas e que pode ser adquirido de maneira formal ou informal.

Adotamos a denominação de Rumelhart (1980), que define os esquemas como "blocos construtores de conhecimento", armazenados na memória de longo termo, cuja função é guardar informação mais permanente. Pode-se dizer que um leitor entendeu um texto quando ele é capaz de encontrar uma configuração de hipóteses (esquemas) que ofereça um relato coerente para os vários aspectos do texto.

Carrell (1987) distingue dois tipos de esquemas: os de conteúdo ("content schemata"), que se referem ao conhecimento prévio do assunto do texto, e os estruturais ("formal schemata"), que dizem respeito ao conhecimento da estrutura textual e das funções retóricas.

Alderson & Urquhart (1988) consideram que a ausência de um desses esquemas dificulta a compreensão, tanto em língua nativa como em língua estrangeira, e que a presença dos esquemas parece facilitar o entendimento e propiciar a interação leitor-texto-autor.

Compartilhando das idéias desses autores, resolvemos pesquisar a inferência lexical em textos técnicos por duas razões: primeiro, por considerarmos que a interação autor-leitor, nesse tipo de texto, é facilitada devido ao fato dos interlocutores possuírem esquemas de conteúdo semelhantes; segundo, por considerarmos que o meio utilizado nessa interação – o próprio texto técnico – caracteriza-se por apresentar um esquema formal bastante definido.

4. A estratégia de inferência lexical

Entendemos a inferência lexical como uma estratégia de compreensão, por meio da qual o leitor descobre o sentido de uma palavra baseado em seu conhecimento prévio ou no contexto.

Scott (1990) distingue dois sentidos da palavra inferência: o *textual*, que se refere à inferência em geral, à prática de pressuposições e implicaturas que realizamos a todo momento a fim de entendermos o que lemos e ouvimos. Este comportamento é chamado pelo autor (op. cit.) "leitura nas entrelinhas". O segundo significado, o *lexical*, relaciona-se unicamente com o sentido total ou parcial de um item lexical, com base no raciocínio, contexto e conhecimento prévio do leitor.

A inferência textual subjaz à inferência lexical, ambas são essenciais para a compreensão de textos e os fenômenos que as causam estão relacionados entre si.

Segundo Kleiman (1989a, p. 177) "o conhecimento de palavras está fortemente relacionado à capacidade de compreender o texto escrito ... conhecer uma palavra

implica, entre outras coisas, conhecer algo sobre os eventos e coisas a que ela se refere", o que significa possuir esquemas cognitivos a respeito do assunto.

Uma das formas de se ativarem os esquemas de conteúdo durante o processo de leitura é por meio de palavras-chave, e a inferência desses itens lexicais é uma das estratégias mais importantes no aprendizado de língua estrangeira, visto que o conhecimento lexical de um leitor em língua estrangeira é, normalmente, limitado.

As vantagens da inferência lexical são muitas, entre elas:

- a aquisição de palavras em língua materna é natural, por meio do que se ouve e se lê, e consideramos que a aprendizagem de vocabulário em língua estrangeira deva se aproximar desse modelo, na medida do possível;
- o acesso a um dicionário nem sempre é possível e as diferentes traduções que ele fornece exigem o conhecimento de contextos diversos;
- há perda de tempo e de fluência em leitura, no momento em que se recorre a um glossário;
- a presença de um especialista para se elucidar dúvidas nem sempre é possível.

Além dos benefícios apresentados, a inferência lexical é uma operação mental que desenvolve o raciocínio e aumenta consideravelmente o vocabulário.

Os problemas mais comuns, decorrentes do uso da inferência lexical, são a mudança de classe da palavra desconhecida (Souza, 1990; Ramos, 1988) e a utilização do "realismo homofônico" (Kleiman, 1989a), ou seja, a aparência do item desconhecido, associada a uma palavra conhecida, gerando um falso cognato,³ como "heart" ser confundido com "health", na tradução.

Kleiman (op. cit.) sugere que a estratégia de inferência lexical seja encarada como tarefa metacognitiva e que deva ser ensinada mediante princípios de resolução de problemas: 1. conscientização quanto ao grau de importância da palavra e tipo de inferência exigida (palavra-chave, significado exato e palavra secundária, significado aproximado); 2. conscientização sobre pistas contextuais e avaliação do significado exigido para determinado contexto (exato ou aproximado); 3. avaliação da estratégia necessária para cada tipo de palavra.

Esses fatores metacognitivos são facilitados se os objetivos da leitura e tipos de tarefas propostos forem bem definidos para o leitor, dados que auxiliam na ativação de esquemas apropriados.

Caalcanti (1989a, p. 138) pesquisou a utilização do contexto na inferência de palavras-chave, pois, na concepção da autora, os itens lexicais chaves "sustentam a interação com o texto como marcas do autor, representantes de saliência textual", e, para o leitor, ativam seu conhecimento prévio e "subjazem à criação de hipóteses a respeito do texto".

3. Cognato: palavra transparente ao leitor de língua estrangeira, tanto na forma quanto no significado, em um mesmo contexto.

Cavalcanti (op. cit.) percebeu que a primeira estratégia utilizada por sua informante foi o uso de pistas locais e que essa estratégia exerceu um papel importante no processo de leitura, enquanto o conhecimento ia sendo acumulado com informações textuais. À medida que o processo avança, há um entrelaçamento das pistas textuais com o conhecimento prévio do leitor, formando o que a autora denomina "conhecimento acumulado".

Observamos, em pesquisas empíricas, que o título de um texto exerce um papel fundamental na compreensão de textos lidos por falsos principiantes⁴ em língua estrangeira e que o título que não contém palavras cognatas ou conhecidas do leitor dificulta bastante o processo de compreensão. Cavalcanti considera esta pista local como a primeira ancoragem para o leitor, ou "ilha de confiança textual" (Lesser & Erman, 1977, apud Cavalcanti, 1989b).

Acreditando na força dos itens lexicais chaves como pólo de interação entre autor e leitor é que resolvemos pesquisar esses termos. Utilizamos-nos das categorias de familiarização lexical propostas por Bramki & Williams (1984) para analisarmos as pistas fornecidas pelo autor dos textos pesquisados, a fim de facilitar a inferência das palavras-chave.

5. O texto técnico

Texto técnico é aquele endereçado a uma clientela específica, que possui um certo grau de especialização e conhecimento da área em questão. Nesse tipo de texto, as pistas textuais são fornecidas por meio de termos técnicos que não apresentam dificuldade para o leitor específico (Baltra, 1982).

Adotamos a definição de Cohen et al. (1988) para termo técnico como palavra que tem um significado especializado em determinada área e é bastante utilizada naquele campo. Essas "technicalities", no dizer de Baltra (op. cit.), ativam os esquemas cognitivos do leitor, os quais são compartilhados com os do autor, e estabelecem a interação leitor-autor.

Baten & Cornu (1984) investigaram as características do texto técnico com objetivos didáticos e concluíram que os títulos e subtítulos exercem um papel fundamental na estrutura textual: eles podem ser *conceituais* ou *funcionais* (denominação nossa).

Os *conceituais* não são numerados e estão ligados ao conteúdo do texto. A sua função é explicar os conceitos principais do assunto e incitar o leitor a continuar a leitura à procura de maiores informações. Os *funcionais* são numerados e vêm

4. Neste artigo, consideramos falso principiante o leitor que estudou durante quatro a seis anos a língua inglesa (no 1º e 2º Graus), mas não adquiriu o domínio de nenhuma das quatro habilidades: falar, entender o que é dito, ler e escrever.

sucedidos por pequenos parágrafos explicitadores da função do subtítulo dentro do assunto. Normalmente, neste tipo de parágrafo é utilizado o imperativo ou uma explicação, para o termo técnico, por meio de uma situação familiar; a pessoa verbal costuma ser a 2^a pessoa do singular (*you*) ou um pronome de 1^a pessoa do plural (*we, us*), para demonstrar o grau de intimidade existente entre autor e leitor. Enquanto os títulos e subtítulos conceituais explicam os conceitos do texto, os funcionais objetivam indicar ao leitor como realizar uma operação técnica (Souza, 1993).

Ulijn (op. cit.) pesquisou os aspectos lingüístico e psicolinguístico da leitura de texto técnico e verificou que a comunidade técnico-científica possui *universais textuais*, como a organização textual em parágrafos, definições e classificações, e *universais conceituais*, como a *monosemia* – uma palavra correspondendo a um único significado, e não duas formas lexicais semelhantes em diferentes línguas, fato que seria pouco econômico na linguagem técnica, podendo gerar má interpretação.

O léxico é parcialmente uniforme quanto aos termos universalmente aceitos e neologismos greco-latinos, e parcialmente *divergente*, quanto aos termos técnicos específicos de cada área.

As estruturas sintáticas são as mesmas da linguagem comum, pois expressam noções de causa, consequência, condição, objetivo e tempo, introduzidas por preposições, nomes, orações subordinadas com conjunções e construções infinitivas ou participiais, como em qualquer idioma.

A *linguagem impessoal* é corrente no texto técnico, pelo uso da voz passiva, nominalização de verbos, frases nominais, construções impessoais como o uso do sujeito “nós”, que são variações estilísticas presentes em qualquer discurso dessa natureza. A estrutura SVO (sujeito-verbo-objeto) responde por 50%, em média, dos textos técnicos, e o uso lingüístico do tempo presente é uma constante na linguagem técnica das línguas inglesa, francesa e alemã.

Ulijn (op. cit.) sugere que a leitura do texto técnico, pautada na estratégia dos conceitos do texto e no entendimento das relações entre as sentenças, dispensa a análise sintática e conduz à compreensão da mensagem. Este tipo de análise conceitual pode ser transferido de língua nativa para língua estrangeira de forma positiva ou negativa, dependendo da importância atribuída ao léxico, e não à sintaxe.

Em nossa experiência com escola técnica, observamos que o leitor especialista transfere para a língua estrangeira a estratégia conceitual, quando o nível de compreensão exigido é o geral e o de pontos principais, o que não acontece com a compreensão detalhada. Quanto ao léxico, somente os termos universais e os cognatos greco-latinos são transferíveis. Concordamos com Baltra e Ulijn quanto ao fato de o problema de leitura em L2⁵ residir na leitura em L1,⁶ razão pela qual as estratégias não são transferidas.

5. L2: segunda língua ou língua estrangeira, no caso, língua inglesa.

6. L1: primeira língua ou língua nativa, no caso, língua portuguesa.

Cohen et al. (1988) consideram três pontos de dificuldade, na leitura de textos especializados: 1. o *vocabulário não técnico*, que está presente na maioria das ciências e não é dominado pelo leitor especialista em determinada área; 2. o *não-reconhecimento* dos *marcadores sintáticos de coesão*, devido à ausência de conjunções indicadoras das relações coesivas, à falta de treino com esses marcadores e à polissemia dos marcadores de acordo com o contexto; 3. *grupos nominais complexos*, criando problemas para o leitor não nativo quanto à função sintática do grupo nominal e sua identificação como um item lexical com um único significado.

A influência do conhecimento prévio conceitual do leitor na compreensão do texto técnico é notória, como atestam alguns pesquisadores como Alderson & Urquhart (op. cit.), mas, como o conhecimento do assunto não é suficiente para produzir inferências lexicais de todas as palavras desconhecidas, as pistas textuais fornecidas pelo autor são essenciais para que o conhecimento vá se acumulando e produza uma inferência satisfatória. Por este motivo, escolhemos a *estratégia de familiarização lexical*, proposta por Bramki & Williams (op. cit.), para estudarmos as pistas textuais existentes em um texto técnico, por se tratar de uma estratégia intencional dos autores de interagirem com o leitor técnico.

6. A estratégia de familiarização lexical

Williams (1984, p. 170) define familiarização lexical como “a intenção do autor em familiarizar o leitor-alvo com os itens lexicais recém-introduzidos por meio de recursos verbais, ilustrativos e numéricos ou pela combinação desses meios” (tradução da autora).

Bramki & Williams (op. cit.) distinguem entre desenvolvimento e reconhecimento de vocabulário, no ensino de léxico em língua estrangeira. O *desenvolvimento de vocabulário* refere-se ao ensino deliberado e sistemático de palavras e o *reconhecimento de vocabulário* constitui o ensino de estratégias eficientes para se inferirem palavras desconhecidas durante o processo de leitura. Os autores apontam seis categorias mais comuns utilizadas pelo autor de texto técnico para familiarizar o leitor com o termo desconhecido e tornar possível sua inferência. São elas:

1. A *exemplificação*, que fornece ao leitor um exemplo do novo termo ou exemplos de características comuns ao termo desconhecido. Esta categoria pode ser apresentada por meio de um único exemplo, por uma lista de itens familiares, por uma descrição da situação onde se encontra o item desconhecido, caracterizando-se como uma explicação, ou por um exemplo numérico. Ela pode também ser marcada por vírgulas ou por palavras como “*for instance*”, “*such as*”, “*for example*”, “*like*”, “*(an) illustration*”.

2. A *explicação*, que fornece ao leitor uma seqüência de palavras como uma oração, uma sentença ou várias sentenças que equivalem ao significado da palavra

desconhecida ou ao aposto dela. Esta categoria aparece sob três pistas: a) *explicação direta* do termo a ser familiarizado; b) explicação do termo por meio de uma *situação* que o autor pressupõe ser *familiar* ao leitor; c) *Descrição operacional* da palavra desconhecida.

A explicação não costuma ser acompanhada por marcadores que sinalizem sua presença, mas quando são empregados, podem ser: "i.e.", "mean(s) that", "is known as", "is taken to", "refers to", "concerns".

3. A *definição*, que possui duas categorias: a) a *denotativa* (científica ou didática), que atribui às palavras o seu sentido usual, de "dicionário"; b) a *conotativa* (ou metafórica), cujos termos são empregados em sentido figurado.

Segundo os estudiosos, a *definição* contém três elementos: a) o *termo* ou *definiendum* – coisa ou idéia a ser definida; b) o *gênero* ou *classe* a que pertence o termo (latim: *genus*); c) a(s) *diferença(s)*, as características que distinguem o termo de outros da mesma classe (latim: *differentia*).

A familiarização com a definição pode ser *explícita*, por meio das palavras "define" ou "definition", ou *implícita*, por meio da fórmula: "*T is/are C which O*" ou de marcadores como "is/are called", "is/are known as", "refers to", "is/are understood to be", "the term *X* is used to describe", "may be defined as". A definição normalmente é marcada tipograficamente em itálico ou sublinhado.

4. A *estipulação*, que é uma categoria que restringe o uso do termo a determinado campo. Cada área profissional ou acadêmica possui o seu jargão, ou seja, a sua gíria profissional. Esta estratégia pode ser *explícita*, por meio de termos técnicos, ou *implícita*, por meio de contrastes com a palavra com a qual se pretende familiarizar o leitor. A sinalização é marcada por algumas expressões como: "*X restricts the meaning of Y to*", "*from the point of view of X*", "*to X*".

5. A *sinonímia*, que é um recurso utilizado quando o autor não quer repetir uma palavra de conteúdo semântico⁷ próxima à sua primeira ocorrência. Embora o autor de texto técnico utilize essa categoria para explicar termos desconhecidos por meio de itens lexicais familiares ao leitor, Williams (op. cit.) detectou que é difícil para o leitor reconhecer dois sinônimos em língua estrangeira. Esta dificuldade pode ser amenizada sabendo-se que o sinônimo familiar costuma vir antes do menos familiar, no texto, o que significa dizer que o leitor deve procurar a explicação no contexto anterior à palavra problemática. Além disso, os sinônimos costumam compartilhar da mesma classe gramatical e das mesmas funções sintáticas, dentro de determinado contexto, e são marcados pelos sinais: "*X stands for Y*", "*X is referred to as Y*" e "*X or Y*".

A última categoria é essencialmente não verbal, representada por tabelas, diagramas, figuras, quadros que podem conter anotações ou legendas.

7. O termo foi emprestado de Maciel (1980, p. 21): "O sistema aberto abrange as palavras de conteúdo semântico próprio por terem referente ... Constituem quatro grupos: substantivos, verbo, adjetivo e advérbio".

6. A ilustração, que é o tipo de linguagem mais utilizada por técnicos ao lerem textos em língua estrangeira, justamente por seu aspecto visual, fator altamente facilitador na compreensão textual.

Esta estratégia pode ser bastante explorada em cursos técnicos, aliada a pistas tipográficas bem-marcadas e definidas nos textos específicos, segundo Baten & Cornu (op. cit.), que facilitam a produção de inferência de termos desconhecidos e a consequente compreensão textual.

7. Metodologia da Pesquisa

7.1 Sujeitos

Os informantes foram 51 alunos do 3º ano de um curso de Eletrônica do Colégio Técnico "Isaac Portal Roldan", da UNESP, Campus de Bauru. Eles pertenciam a duas turmas distintas: 21 do período matutino, sendo 20 rapazes e 1 moça, e 30 do período noturno, 28 rapazes e 2 moças, todos entre 16 e 19 anos. Cada classe possuía um professor de Eletrônica diferente, sendo o do diurno o coordenador de Eletrônica que assessorou este trabalho.

Os conhecimentos de língua inglesa foram adquiridos nos quatro anos do 1º grau e em dois anos do curso técnico, com duas aulas semanais de cinqüenta minutos cada. A habilidade enfocada nas aulas de língua estrangeira foi a leitura, e o nível de compreensão trabalhado foi o geral e o de pontos principais.

7.2 Instrumentos para coleta de dados

Os instrumentos foram exatamente os mesmos para duas fases da pesquisa, diferindo somente nos textos: a) uma tarefa de ativação individual dos esquemas cognitivos, na qual os informantes deviam listar, no mínimo, *quinze palavras-chave*, em português, sobre o assunto enfocado; b) um teste de avaliação do conhecimento prévio através de quatro *diagramas* escolhidos pelo coordenador da área, os quais ilustravam as palavras-chave, *sem legendas*, as quais deviam ser escritas em português; c) uma lista de *palavras-chave* em inglês, *sem contexto* e que deveriam ser traduzidas para o português; d) um *texto de assunto conhecido e outro de assunto desconhecido*, para leitura silenciosa, em momentos diferentes; e) uma tarefa de *inferência de palavras-chave* em inglês, contextualizadas e sublinhadas *a priori* pela pesquisadora; f) uma lista de *seis estratégias de inferência lexical*, em português, a fim de serem checadas, pelos sujeitos, com as utilizadas no processo de adivinhação.

7.3 Seleção de textos

Dois textos foram selecionados do livro *Electronic principles*,⁸ de Albert Paul Malvino (volumes I e II, MacGraw Hill, Inc., 1973). O primeiro texto, de assunto conhecido: "PN junctions" (cap. 3, v. I, p. 25-35), amplamente estudado nas aulas de Eletrônica e que devia estar incorporado aos esquemas dos informantes; o segundo texto, de assunto desconhecido: "Op - Amp Applications" (cap. 21, v. II, p. 589-99), tema que só seria abordado após a aplicação da pesquisa, portanto, não introduzido nos esquemas cognitivos dos sujeitos.

Escolhemos trabalhar com textos longos do livro *Electronic principles* por se prestarem ao primeiro objetivo da pesquisadora – avaliar o papel do conhecimento prévio dos leitores na inferência de termos técnicos. Primeiramente, optamos por trabalhar com o texto de assunto conhecido e, posteriormente, o de desconhecido, conforme as propostas de Goodman (1967) e Ausubel (1968), de se apresentar ao leitor primeiro o que ele conhece, motivando-o a desvendar os mistérios do que ele não conhece, no caso, o assunto do texto. A fim de eliminarmos a variável "formato", o segundo texto possuía o "layout" do primeiro e as mesmas tarefas exigidas na primeira parte da pesquisa.

7.4 Seleção das palavras para inferência

Para a seleção de *termos técnicos*, utilizamos a definição de Cohen et al. (op. cit.), que os caracteriza como palavras que possuem um significado específico em determinado campo, e nessa área são amplamente utilizados.

A maioria das palavras selecionadas aparece em grupos nominais para não fugir à realidade do discurso técnico científico, onde a incidência de construções desse tipo ocupa o segundo lugar de estruturas mais freqüentes, só perdendo para a voz passiva (Horsella & Sindermann, 1988).

Os critérios para a seleção de palavras foram: 1. palavras-chave dentro do assunto; 2. grupos nominais com três elementos, no máximo; 3. a aprovação, como termos técnicos, por dois especialistas da área.

As palavras selecionadas para inferência no texto conhecido foram catorze: *the unbiased diode, the depletion layer, an electric field, the energy hill, forward bias, a dc source, a continuous stream, a continuous flow, the fleeing electrons, reverse bias, minority-carrier current, surface leakage current, breakdown voltage e holes*. No texto desconhecido, foram quinze: *open loop, no feedback resistors, error voltage, squaring circuit, waveshaping, the slew rate, voltage follower, the load, virtual ground, a*

8. Os textos utilizados na pesquisa não serão anexados a este artigo, por se tratarem de textos bastante longos (Souza, 1993).

summer, the offset potential, active positive clipper, the clipping level, active positive clamer, low level inputs.

7.5 Procedimentos para análise dos dados

Os caminhos percorridos para a investigação de nossos questionamentos foram as análises quantitativa e qualitativa dos dados coletados. As semelhanças foram somadas e comparadas por meio de porcentagens; as diferenças foram analisadas individualmente por meio da análise dos erros cometidos pelos sujeitos, a fim de obtermos alguns *insights* sobre o processo de inferência lexical.

Primeiramente, analisamos quantitativamente os dados relativos ao texto conhecido, por meio do levantamento do conhecimento dos sujeitos sobre o assunto do texto. A seguir, exploramos as pistas contextuais propostas por Bramki & Williams (op. cit.), utilizadas pelo autor dos textos técnicos, em cada item lexical selecionado para inferência, realizando uma análise qualitativa dos dados. O mesmo procedimento foi utilizado para a análise dos dados do texto desconhecido, e os resultados foram comparados.

A análise foi submetida à opinião de dois especialistas em Eletrônica, à consulta do livro *Eletrônica*, de Albert Malvino, em português, utilizado nas aulas específicas ministradas aos sujeitos, e de dois dicionários técnicos da área: a) *Dicionário de eletrônica inglês/português*, de Giacomo Gardini & Norberto de Paula Lima. (Hemus Editora Ltda., 1982); b) *Dicionário de eletrônica e física do estado sólido*. Português/Inglês – Inglês/Português, de Ronaldo Sérgio de Biasi, (Phd. Editora Record, 1980).

8. Comparação dos resultados dos dois textos: conhecido e desconhecido

Com o objetivo de compararmos a influência do conhecimento prévio no processo de inferência lexical, elaboramos as Tabelas 1 e 2, correspondendo aos resultados dos textos de assuntos conhecido e desconhecido, respectivamente.

Nas Tabelas 1 e 2, a coluna intitulada “Palavras” corresponde à primeira fase da pesquisa, em que os sujeitos tinham de escrever palavras em português, sobre o assunto conhecido (Tabela 1) e sobre o assunto desconhecido (Tabela 2). A segunda coluna corresponde à porcentagem de sujeitos que conheciam os diagramas apresentados pela pesquisadora em cada texto. A terceira coluna corresponde à porcentagem de sujeitos que realmente inferiram palavras desconhecidas, nos textos de assunto conhecido e de desconhecido.

Tabela 1 – Fases de ativação de esquemas e as inferências lexicais do texto conhecido

Palavras-chave	% Palavras N = 51	% Diagramas N = 51	% Inferências N = SD	Nº SD
1 - <i>forward bias</i>	62,8	54,9	65,8	38
2 - <i>reverse bias</i>	76,5	64,7	65,6	29
3 - <i>the depletion layer</i>	88,3	90,2	63,2	38
4 - <i>minority-carrier current</i>	23,6	–	53,6	28
5 - <i>an electric field</i>	4,0	–	40,5	47
6 - <i>breakdown voltage</i>	54,9	51,0	36,4	33
7 - <i>the fleeing electrons</i>	70,6	82,4	31,9	22
8 - <i>dc source</i>	31,4	96,1	30,0	20
9 - <i>surface leakage current</i>	41,2	31,4	24,5	49
10 - <i>a continuous flow</i>	6,0	–	23,8	42
11 - <i>a continuous stream</i>	21,6	–	19,7	51
12 - <i>holes</i>	49,1	71,0	12,5	48
13 - <i>the unbiased diode</i>	0	–	10,9	46
14 - <i>the energy hill</i>	0	–	2,1	49

Nota: SD = Número de sujeitos que desconheciam cada palavra-chave.

Tabela 2 – Fases de ativação de esquemas e as inferências lexicais do texto desconhecido

Palavras-chave	% Palavras N = 51	% Diagramas N = 51	% Inferências N = SD	Nº SD
1 - <i>error voltage</i>	0	–	10,0	40
2 - <i>squaring circuit</i>	0	–	7,9	51
3 - <i>low-level inputs</i>	0	–	6,6	46
4 - <i>open loop</i>	5,9	–	6,3	48
5 - <i>active positive clipper</i>	0	7,9	4,0	51
6 - <i>the load</i>	1,9	0	2,3	45
7 - <i>virtual ground</i>	0	0	2,1	48
8 - <i>the offset potential</i>	0	–	2,1	49
9 - <i>voltage follower</i>	0	–	2,0	51
10 - <i>no feedback resistors</i>	3,9	–	2,0	50
11 - <i>the clipping level</i>	0	–	2,0	51
12 - <i>a summer</i>	0	–	0	51
13 - <i>the slew rate</i>	0	–	0	51
14 - <i>waveshaping</i>	0	–	0	51
15 - <i>active positive clamper</i>	0	3,9	0	51

É importante lembrar que, nas duas primeiras colunas, o total de sujeitos é 51 e que, na coluna de inferências, a porcentagem foi calculada com o número de sujeitos que não conheciam cada palavra-chave, número que está explicitado na quarta coluna.

Embora os sujeitos tenham produzido maior número de inferências no texto de assunto conhecido, torna-se difícil detectar as inferências derivadas do conhecimento prévio do leitor e as inferências oriundas do contexto, visto que as pistas contextuais ativam os esquemas cognitivos do leitor e as duas estratégias se fundem em uma só.

Com o objetivo de tentar “mensurar” o tipo de interferência produzida, para efeito de análise, elaboramos as Tabelas 3 e 4, que diferem das tabelas anteriores, pois basearam-se em uma análise qualitativa: observamos o desempenho de cada sujeito, em cada fase da pesquisa, até chegar à inferência de determinada palavra.

Tabela 3 – Número de inferências lexicais: inferências cognitivas e inferências contextuais, no texto conhecido

Palavras-chave	Inferências lexicais	Nº SD	% N = SD	Inferências cognitivas	% N = IL	Inferências contextuais	% N = IL
1 - <i>forward bias</i>	25	38	65,8	21	84,0	4	16,0
2 - <i>reverse bias</i>	19	29	65,6	18	94,7	1	5,3
3 - <i>the depletion layer</i>	24	38	63,2	24	100,0	0	0
4 - <i>minority-carrier current</i>	15	28	53,6	3	20,0	12	80,0
5 - <i>an electric field</i>	19	47	40,5	0	0	19	100,0
6 - <i>breakdown voltage</i>	12	33	36,4	9	75,0	3	25,0
7 - <i>the fleeing electrons</i>	7	22	31,9	6	85,7	1	14,3
8 - <i>dc source</i>	6	20	30,0	6	100,0	0	0
9 - <i>surface leakage current</i>	12	49	24,5	7	58,4	5	41,6
10 - <i>a continuous flow</i>	10	42	23,8	0	0	10	100,0
11 - <i>a continuous stream</i>	10	51	19,7	1	10,0	9	90,0
12 - <i>holes</i>	6	48	12,5	6	100,0	0	0
13 - <i>the unbiased diode</i>	5	46	10,9	0	0	5	100,0
14 - <i>the energy hill</i>	1	49	2,1	0	0	1	100,0
Total de palavras inferidas	14				51,9		48,1

Tabela 4 – Número de inferências lexicais: inferências cognitivas e inferências contextuais, no texto desconhecido

Palavras-chave	Inferências lexicais	Nº SD	% N = 50	Inferências cognitivas	% N = IL	Inferências contextuais	% N = IL
1 - <i>error voltage</i>	4	40	10,0	0	0	4	100,0
2 - <i>squaring circuit</i>	4	51	7,9	0	0	4	100,0
3 - <i>low-level inputs</i>	3	46	6,6	0	0	3	100,0
4 - <i>open loop</i>	3	48	6,3	2	66,7	1	33,3
5 - <i>active positive clipper</i>	2	51	4,0	1	50,0	1	50,0
6 - <i>the load</i>	1	45	2,3	0	0	1	100,0
7 - <i>virtual ground</i>	1	48	2,1	0	0	1	100,0
8 - <i>the offset potential</i>	1	49	2,1	0	0	1	100,0
9 - <i>voltage follower</i>	1	51	2,0	0	0	1	100,0
10 - <i>no feedback resistors</i>	1	50	2,1	0	0	1	100,0
11 - <i>the clipping level</i>	1	51	2,0	0	0	1	100,0
12 - <i>a summer</i>	0	51	0	0	0	0	0
13 - <i>the slew rate</i>	0	51	0	0	0	0	0
14 - <i>waveshaping</i>	0	51	0	0	0	0	0
15 - <i>active positive clamper</i>	0	51	0	0	0	0	0
Total de palavras inferidas	11				10,6		89,4

Nota: porcentagem das *inferências lexicais* = número de respostas em cada palavra dividido pelo total de sujeitos que desconheciam cada palavra-chave; porcentagem das *inferências cognitivas* e das *contextuais* = número de respostas em cada palavra dividido pelo número de inferências lexicais (IL) na mesma palavra.

Observando-se a Tabela 3, percebe-se que houve maior porcentagem de *inferências cognitivas* (51,9%) do que *inferências contextuais* (48,1%) no texto de assunto conhecido. As inferências cognitivas representam as oito palavras (nº 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 12) que já faziam parte dos esquemas dos sujeitos antes da leitura do texto. As inferências contextuais são seis (nº 4, 5, 10, 11, 13 e 14) e correspondem às palavras desconhecidas, antes da leitura do texto. Se os sujeitos não conheciam estes termos, as pistas contextuais devem ter sido responsáveis pelas inferências corretas.

Podemos perceber que, no caso de os sujeitos possuírem conhecimento sobre o assunto do texto, a diferença entre as duas estratégias é muito pequena, demonstrando que elas interagem de tal forma, que a inferência lexical é o resultado de ambas.

O estudo da Tabela 4 revela a preponderância das *inferências contextuais* (89,4%) sobre as inferências cognitivas (10,6%).

Estes resultados sugerem que, no caso de desconhecimento do assunto por parte dos sujeitos, o papel do contexto é muito mais relevante do que em situação de assunto conhecido. No entanto, se observarmos as porcentagens do total de inferências lexicais realizadas nos dois textos, verificaremos que os índices de inferência no texto desconhecido são muito baixos.

9. Considerações finais

Retomaremos as perguntas da pesquisa, levantadas na introdução do trabalho, para que o leitor possa recuperar os nossos propósitos e compará-los com as nossas descobertas, pautadas na análise do produto de inferências e em nossas reflexões sobre o processo de inferência lexical de palavras-chave técnicas:

1. O conhecimento prévio do assunto de um texto técnico influencia positivamente na inferência lexical de palavras-chave?

O conhecimento prévio do assunto demonstrou que auxilia a inferência lexical de palavras-chave. No primeiro texto, cujo conteúdo os sujeitos possuíam conhecimento prévio, o produto de inferência lexical alcançou porcentagens bem maiores do que no texto de assunto desconhecido, e nenhuma palavra desconhecida foi abandonada pelos sujeitos; no segundo texto, cujo conteúdo era desconhecido pelos sujeitos, os resultados se colocaram todos em nível baixo, e em quatro palavras a porcentagem de inferência foi zero.

Observamos que a presença de esquemas cognitivos na mente dos leitores técnicos teve dupla consequência: positiva, pois eles conseguiram inferir um número bem maior de palavras no primeiro texto, e negativa, pois os sujeitos, com poucos conhecimentos lingüísticos, parecem ter confiado em demasia em sua bagagem cultural e acabaram por produzir inferências sem checar suas hipóteses com o contexto. Neste aspecto, consideramos que os sujeitos utilizaram os processos de leitura de forma inadequada, ora o processo *top-down*,⁹ ora o *bottom-up*,¹⁰ em detrimento do processo interativo, não se preocupando em recuperar no texto a coerência pretendida pelo autor.

Os próprios sujeitos testemunharam que o conhecimento prévio foi a segunda estratégia que mais auxiliou no processo de inferência, só perdendo, por um ponto, para a estratégia de reconhecimento de cognatos. Pesquisas anteriores como a de Scott (op. cit.) e Souza (1990, 1993), ratificam a comprovação dessa hipótese.

2. É mais fácil para o leitor técnico inferir palavras-chave do que palavras secundárias?

9. *Top-down*, ou descendente, é o processo linear, sintético e indutivo.

10. *Bottom-up*, ou ascendente, é o processo não linear, analítico e dedutivo (Kato, 1987, p. 65).

Esta pergunta obteve respostas positivas no texto de assunto conhecido, porque a maioria das palavras-chave alcançou uma porcentagem de regular para boa, nas inferências.

No entanto, as palavras-chave no texto de assunto desconhecido não tiveram os mesmos resultados de inferência porque os sujeitos não conheciam os conceitos tratados no texto.

Percebemos que mesmo a presença de termos cognatos nas palavras-chave não é fundamental na inferência de termos técnicos, quando o leitor não conhece o conceito que subjaz à palavra. Neste aspecto, concordamos com Holmes (1986), que afirma que o importante não é o leitor reconhecer o cognato, mas entender o seu significado dentro do contexto.

Os últimos termos das listas de inferência dos dois textos, excetuando-se as palavras-chave *holes*, no primeiro, e *active positive clipper*, no segundo, caracterizaram-se como palavras secundárias e obtiveram os menores percentuais de inferência. Estes dados sugerem a maior freqüência da inferência em palavras-chave do que em palavras secundárias.

3. As pistas contextuais auxiliam o leitor técnico de nível médio a realizar inferências de palavras-chave?

Os resultados sugerem que as pistas contextuais são de pouco auxílio no processo de inferência de leitores técnicos de nível médio.

Esse comportamento parece ser decorrente dos seguintes fatores:

1. os sujeitos não são conscientizados dessas pistas;
2. os sujeitos possuem um pequeno nível de conhecimento, tanto lingüístico como técnico, fator que impede a compreensão das pistas contextuais deixadas pelo autor;
3. os sujeitos necessitam de treino na estratégia de uso do contexto, mesmo quando já conhecem as categorias de familiarização lexical.

Os dados demonstram que há necessidade de um limite mínimo vocabular do leitor técnico para que os sujeitos entendam as pistas contextuais e infiram a palavra desconhecida. No caso estudado, embora os sujeitos conhecessem algumas palavras técnicas, eles desconheciam marcadores de exemplificação, definição, explicação, sinonímia, e foi de pouco valor o esforço do autor para familiarizar os sujeitos-leitores com os termos provavelmente desconhecidos, pois eles não conseguiram perceber os recursos semânticos utilizados. Exemplos desse comportamento encontramos no primeiro texto, com a expressão *the energy hill*, explicada por meio de termos bastante conhecidos, como *climb*, *travel*, *path*. No entanto, os sujeitos não entenderam as pistas porque não deviam conhecer estes termos. No texto desconhecido, a falta de vocabulário ficou evidente na palavra *waveshaping*, explicada por *waveform*, *triangular wave* e *square wave*, porque nenhuma inferência foi realizada.

Em pesquisa anterior com texto genérico (Souza, 1990), não notamos a necessidade do limite vocabular mínimo (*threshold effect*), mas, com texto técnico, acredita-

tamos ser preciso a presença deste patamar de conhecimento, nos esquemas dos leitores, pois os textos técnicos estão repletos de pistas contextuais que não foram entendidas pelos sujeitos, embora elas tenham tido maior utilidade para a inferência quando o assunto do texto era desconhecido, obrigando os sujeitos a procurarem entender melhor o contexto. Essa suposição foi confirmada pelos próprios sujeitos, que elegeram “o uso do contexto” como a estratégia mais útil no processo de inferência lexical quando eles não conhecem o assunto do texto.

Concluímos que o leitor técnico utiliza a inferência lexical como uma estratégia cognitiva, automática, quando ele conhece o assunto. No entanto, a inferência lexical precisa ser desenvolvida como estratégia metacognitiva, consciente, para que o leitor possa aproveitar todas as suas vantagens: maior fluência em leitura, aumento de vocabulário, aumento da capacidade de raciocínio, maior identificação das relações coesivas de um texto e melhor utilização do contexto lingüístico.

No âmbito pedagógico, consideramos que a estratégia de inferência lexical como estratégia metacognitiva precisa ser ensinada para que o aluno tome consciência da sua capacidade de inferir, para que discuta todos os tipos de inferência necessários a diferentes contextos e para que entenda a utilidade e eficácia dessa estratégia.

Além disso, consideramos que seja necessário o treino sistemático dessa estratégia para que se torne hábito entre os aprendizes, e para que eles possam tirar proveito não só de seus conhecimentos prévios, mas também das pistas contextuais, bastante ricas em textos técnicos.

SOUZA, M. H. G. M. de. Lexical inference in technical texts in English. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 191-210, 1994.

■ *ABSTRACT: The aim of this paper is to investigate the strategy of lexical inference of keywords in technical texts in the English language. The subjects are students of a technical course of Electronics, false beginners in the foreign language. The analysis of data is quantitative and qualitative. The research observes the role of students' previous knowledge and the writer's contextual devices on the strategy of lexical inference. The categories of lexical familiarization examined are: explanation, definition, exemplification, synonymy, stipulation and non-verbal illustration. The results show a certain preponderance of strategies of the use of previous knowledge over the use of contextual clues, although the findings state that the interaction between both strategies is important to the production of a successful lexical inference.*

■ *KEYWORDS: Lexical inference; technical text; previous knowledge; contextual clues; keywords.*

Referências bibliográficas

- 1 ALDERSON, J. C., URQUHART, A. H. This test is unfair: I'm not an economist. In: CARRELL, P. et al.(Ed.) *Interactive approaches to second language reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 168-82.

- 2 AUSUBEL, O. P. Retroactive facilitation in meaningful verbal learning. *Journal of Educational Psychology*, Washington, v. 59, p. 250-5, 1968.
- 3 BALTRA, A. *Reading for academic purposes*: an eclectic exploration into reading theories and practical classroom applications. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica.
- 4 BATEN, L., CORNU, A. M. Reading strategies for LSP texts: a theoretical outline on the basis of text function with practical application. In: PUGH, A. K., ULIJN, J. M. (Ed.) *Reading for professional purposes*. London: Heinemann Educational Books, 1984. p. 190-201.
- 5 BRAMKI, D., WILLIAMS, R. Lexical familiarization in economics text and its pedagogic implications in reading comprehension. *Reading in a foreign language*, Birmingham, v. 2, n. 1, p. 169-81, 1984.
- 6 CARRELL, P. L. Content and formal schemata in ESL reading. *TESOL Quarterly*, Washington, v. 21, n. 3, p. 461-81, 1987.
- 7 CAVALCANTI, M. C. Itens lexicais chaves como fios condutores semântico-pragmáticos na interação leitor-texto. In: FAVERO, L. L., PASCHOAL, M. S. Z. (Org.) *Lingüística Textual: texto e leitura*. São Paulo: EDUC, Editora da PUC-SP, 1985. p. 171-95. (Série Cadernos PUC, 22).
- 8 _____. A utilização do contexto na inferência de palavra-chave. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 17. 1989, São Paulo, Anais... São Paulo: USP, 1989a. p. 138-146.
- 9 _____. *Interação leitor-texto: Aspectos de interpretação pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989b. 271p. (Série Pesquisas).
- 10 CELANI, M. A. A. et al. *The Brazilian ESP project: an evaluation*. São Paulo: EDUC, Editora da PUC-SP, 1988. 186p.
- 11 COHEN, A. D. et al. Reading english for specialized: purposes, discourse analysis and the use of student informants. In: CARRELL, P. et al.(Ed.) *Interactive approaches to second language reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 152-67.
- 12 GRICE. Logic and conversation. In: COLA, D., MORGAN, J. L. (Ed.) *Syntax and semantics: speech acts*. New York: Academic Press. 1975. V. 3.
- 13 GOODMAN, K. S. Reading: a psycholinguistic guessing game. In: SINGER, H., RUDDELL, R. B. (Ed.) *Theoretical models and processes of reading*. Newark: International Reading Association, 1967.
- 14 GRIGOLETTO, M. A influência da previsibilidade sobre as estratégias de compreensão na leitura em língua materna e língua estrangeira. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, v. 15, p. 25-47, 1990.
- 15 HOLMES, J. L. Sharks, quarks and cognates: an elusive fundamental particle in reading comprehension. *The Especialist*, São Paulo, v. 15, p. 13-40, 1986.
- 16 HORSELLA, M., SINDEMANN, G. Processing nominal compounds in scientific texts in English. *The Especialist*, São Paulo, v. 9, n. 1/2, p. 71-83, 1988.
- 17 KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1987. 144p. (Série Fundamentos).
- 18 KLEIMAN, A. B. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1989a. 213p.
- 19 _____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1989b. 82p.
- 20 MACIEL, A. M. B. A leitura do texto científico em inglês: estudo de uma situação. Porto Alegre, 1980. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Letras) – Pontifícia Universidade Católica.

- 21 MARCUSCHI, L. A. Leitura como processo inferencial num universo cultural cognitivo. *Leitura: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 5. p. 3-16, 1985.
- 22 RAMOS, R. C. G. *Estratégias usadas por falsos principiantes na leitura de textos acadêmicos em inglês*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica.
- 23 RUMELHART, D. E. Schemata: The building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J. et al.(Ed.) *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum Associates, 1980, p. 33-5.
- 24 SCOTT, M. R. *Demystifying the Jabberwocky: a research narrative*. Lancaster, 1990. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – University of Lancaster.
- 25 SILVA, E. T., MAKER, J. P. Leitura: uma estratégia de sobrevivência. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 30, n. 12, p. 1431-5. s.d.
- 26 SOUZA, M. H. G. M. de. The role of previous knowledge in the inference of unknown vocabulary in the reading of general texts in English. *The Especialist*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 59-82. 1990.
- 27 _____. *A inferência lexical no texto técnico em inglês*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica.
- 28 ULIJN, J. M. Reading for professional purposes: psycholinguistic evidence in a cross-linguistic perspective. In: PUGH, A. K., ULIJN, J. M. (Ed.) *Reading for professional purposes*. London: Heinemann Educational Books, 1984. p. 66-81.
- 29 WIDDOWSON, H. G. *O ensino de línguas para a comunicação*. Trad. J. C. P. de ALMEIDA FILHO. Campinas: Pontes, 1991. 230p. (Linguagem/Ensino).
- 30 WILLIAMS, R. Vocabulary recognition strategies in EAP reading. Plymouth: College of St. Mark and St. John, 1984. (Mimeoogr.).

O TERMO ESTRATÉGIA: UM CONCEITO ÚTIL PARA A LINGÜÍSTICA APLICADA?¹

John Robert SCHMITZ²

- RESUMO: O termo estratégia é usado em certos casos na literatura especializada de lingüística aplicada sem muita precisão, pois, para alguns pesquisadores, ele é uma técnica; para outros, é método, de ensino e, para outros ainda, refere-se aos hábitos de estudo ou estilo cognitivo dos aprendizes. Outro problema é a plethora de estratégias propostas sem rigor na demarcação de diferenças: estratégias de comunicação (*communication strategies*), estratégias de aprendizagem (*learning strategies*), estratégias de aquisição (*acquisition strategies*) e estratégias de ensino (*teaching strategies*). Apesar desses problemas, as pesquisas na área de estratégias são promissoras, já que o treinamento explícito em sua utilização ensina os aprendizes a: (i) saber usar novas estratégias, (ii) avaliar a eficiência de diferentes tipos; e (iii) decidir quando é procedente transferir uma determinada estratégia para uma nova situação.
- PALAVRAS-CHAVE: Estratégia; técnica; estilo cognitivo; hábitos de estudo; processo; estratégia analítica; estratégia gestáltica.

O termo *estratégia* é muito usado nas áreas de lingüística geral e lingüística aplicada. Em outras áreas do saber, tais como psicologia, economia, política, administração pública e de empresas, este conceito é também comum. O meu propósito neste trabalho é avaliar a utilidade do termo especificamente para o campo de lingüística aplicada (doravante LA).

As *estratégias* são processos cognitivos de longa duração ao passo que as *táticas* são de curta duração. As primeiras incluem a testagem de hipóteses, simplificação da linguagem e supergeneralização, enquanto as segundas abrangem a utilização de regras, uso de técnicas mnemônicas e memorização. Os dois termos exemplificam as metáforas escondidas na linguagem, pois as referidas palavras se originam do grego;

1. Este trabalho é uma versão ampliada de uma comunicação lida mas não publicada no XL SEMINÁRIO DO GEL, Jaú, SP, 4-6 de junho de 1992.

2. Departamento de Lingüística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP – 13081-970 – Campinas – SP.

strategia, o escritório no quartel onde o general (*strategos*) elabora a *taktika*, ou seja, os planos para o combate.

Na bibliografia especializada no campo de ensino de línguas estrangeiras, observa-se um problema, pois o termo estratégia é usado às vezes como sinônimo de técnica (*technike*). Para Omaggio (1986), os exercícios estruturais padronizados (*pattern drills*) e exercícios de pergunta – resposta são considerados ora como técnica ora como estratégia. Reiss (1981) também usa os dois termos sem distinção, para se referirem a duas atividades usadas por parte de bons alunos que querem aprender, isto é, (i) que se dão a si mesmos pequenas provas e (ii) que falam com falantes nativos ou amigos fluentes na língua estrangeira.

Ainda quanto ao termo *estratégia*, nem sempre é claro se se trata de hábitos de estudo (*study skills*) ou de estilo cognitivo (*cognitive style*), ou mesmo de estilo de aprendizagem (*learning style*). Em certos casos estes termos são usados como sinônimos e nem sempre se têm definições destes conceitos. Reid (1987) evita o termo estratégia, preferindo estilos de aprendizagem (*learning styles*) e estilos cognitivos (*cognitive styles*), e lança mão de uma definição proposta por Keefe (1979):

Cognitive, affective, and physiological traits that are relatively stable indicators of how learners perceive, interact with, and respond to the learning environment.

Para complicar ainda mais este quadro, alguns autores, em particular Bialystok (1985), argumentam que as estratégias de aprendizagem (*learning strategies*) e as de ensino (*teaching strategies*) devem ser examinadas em conjunto. Esta autora argumenta que os dois tipos são compatíveis. O que me inquieta na colocação de Bialystok (op. cit., p. 259) é o fato de ela tornar equivalentes abordagens (*approaches*), ou métodos de ensino (apud Paivio, 1983), em estratégias de ensino (*teaching strategies*). Para Paivio (1983), os métodos de ensino, tais como TPR (*Total Physical Response*) e o Método Silencioso de Categno (*Silent Way*) são estratégias de ensino. A dificuldade com relação a esta posição é o fato de que qualquer coisa pode ser considerada uma estratégia. Bialystok também discorda de Faerch & Kasper (1983), que afirmam que as estratégias são conscientes, ao passo que os processos não o são. De acordo com Bialystok, a condição de estar consciente das estratégias não é relevante, pois aprendizes, adultos e crianças usam-nas inconscientemente. A autora afirma, ainda, que as estratégias de aprendizagem podem ser divididas em dois tipos: primeiro, as baseadas numa busca de conhecimentos (*knowledge-based strategies*), e, segundo, as que são baseadas no processo de controle da própria língua estrangeira (*content-based strategies*). Um exemplo do primeiro tipo, segundo a autora, são os exercícios gramaticais e memorização de vocabulário, ao passo que o segundo abrange "certas formas de prática", definição que, a meu ver, é bastante vaga.

Faerch & Kasper (op. cit.) fazem uma distinção entre estratégias e procedimentos (*procedures*). Seguindo diretrizes da psicologia cognitiva, estes autores usam o termo *procedimentos* para se referirem, em termos gerais, a tudo que o aprendiz faz para

alcançar um objetivo. Para estes autores, o termo *estratégias* refere-se a um subconjunto de procedimentos utilizados para resolver problemas.

Tenho a impressão de que, via de regra, a literatura psicolinguística mostra mais rigor na identificação de estratégias do que a literatura especializada de LA. Um exemplo do primeiro campo é a excelente pesquisa de Peters (1977) a respeito do uso de estratégias por parte de crianças na aquisição da língua materna. Esta autora se refere a dois tipos de estratégias, a analítica e a gestáltica, usados por crianças na aquisição da língua nativa. A analítica procede das partes ao total, ao passo que a gestáltica procede do total até as partes. Peters observa que a estratégia gestáltica de produção da fala é usada por parte das crianças muito mais do que os pesquisadores têm alegado. A autora conclui que esta última estratégia merece mais estudo e que não se deve estudar exclusivamente a analítica. O uso do referido termo no campo de LA tende a ser camaleônico, pois é usado para uma variedade de coisas: por um lado, refere-se aos estilos cognitivos inconscientes de indivíduos e, por outro lado, a meras técnicas ou *teaching techniques*.

Cumpre observar que a literatura lingüística e psicolinguística também não está completamente livre de problemas no que diz respeito à noção de estratégia. Miller et al. (1960, p. 17) afirmam que os animais inferiores nascem com as estratégias implantadas (*wired in*), enquanto o homem as implanta. Se elas são inerentes ou inconscientes, como argumenta Bialystock (op. cit.), como é possível, pergunto eu, implantá-las? Por outro lado, se elas são conscientes, acredito que exista a possibilidade de, pelo menos, modificá-las.

Na área de lingüística geral (Givón, 1979), *estratégia* se refere a operações lingüísticas como "relativização" e "permute de palavras" (*relativization and word order strategies*). Haverkate (1983) considera quatro fenômenos lingüísticos como estratégia fonética, ilocucional, referencial e predicativa. Segundo Haverkate (op. cit., p. 640), deve-se fazer uma distinção entre estratégias realizadas como forma de comportamento rotineiro e as que exigem um planejamento cuidadoso por parte do falante. Haverkate conclui que as línguas do mundo se caracterizam não só pela variedade de estruturas sintáticas diferentes, mas também pelas diferentes categorias de estratégias lingüísticas utilizadas. A hipótese postulada por este autor é que as línguas podem ser diferenciadas quanto às oportunidades que elas oferecem de utilizarem determinadas estratégias.

Uma dificuldade na colocação de Haverkate é o fato de ele utilizar três termos diferentes de forma equivalente, isto é, "ato", "nível" e "estratégia". Para este autor, as estratégias encontram-se dentro da língua de cada falante, isto é, dentro do próprio idioma. Daí ocorre que os falantes de uma determinada língua desenvolvem estratégias específicas se o idioma destes falantes acusar determinadas estruturas gramaticais. Exemplificando, um falante de espanhol em comparação com um de holandês tem a seu dispor uma série de sufixos aumentativos e diminutivos que servem, segundo Haverkate, para o desenvolvimento de estratégias que refletem uma empatia ou falta de empatia que o falante pode sentir para com pessoas e objetos. De acordo

com o referido autor, os falantes de holandês, cuja língua carece do sistema de diminutivos e aumentativos característico do espanhol (*casarón* e *casita*), têm o seu estoque de estratégias limitado em comparação com os falantes de espanhol.

Um problema desta colocação é que dá a impressão de que o falante de uma língua que não possui aumentativos e diminutivos é mais pobre do ponto de vista de estratégias. A meu ver, um falante cuja língua não possui sufixos de intensidade teria outras maneiras de resolver o problema, recorrendo a outra estratégia, como adversarialização e adjetivação, para poder expressar as suas intenções. Na língua húngara não existe a forma passiva do tipo perifrástico em português, a saber: *A casa foi vendida pelo homem, o soldado foi ferido, o tesouro foi encontrado pelas crianças*. Esta falta, a meu ver, não empobrece os falantes do ponto de vista de "estratégias lingüísticas", uma vez que eles têm a seu dispor outros recursos, tais como topicalização, ou outros fenômenos lingüísticos. A língua inglesa é muito rica em formas passivas, pois há as passivas "peculiares", tais como *This bed was slept in by Washington* – este fato porém, não privilegia os falantes de inglês do ponto de vista de estruturas cognitivas.

Voltando à literatura especializada sobre o assunto deste trabalho, observa-se que Ehrman & Oxford (1988) afirmam que o uso consciente de estratégias de aprendizagem caracteriza o bom aprendiz. Faerch & Kasper (op. cit.), porém, argumentam que as estratégias de comunicação são *planos* potencialmente conscientes (ênfase dos autores). Dubin & Olshtain (1986) afirmam que os aprendizes talvez não tenham controle das estratégias, que são, segundo elas, inatas. Todavia, estas especialistas argumentam que os aprendizes podem ser conscientizados de suas táticas, pois estas são conscientes.

Do acima exposto depreende-se que a literatura especializada deixa o leitor perplexo, pois, ao final das contas, as estratégias são conscientes ou não? Elas são técnicas, procedimentos ou táticas? Existe uma compatibilidade entre as de ensino (*teaching strategies*) e as de aprendizagem (*learning strategies*)? Temos condições de arrolar todas as possíveis estratégias de ensino que possam existir e relacioná-las com as de aprendizagem?

Bever (1970) arrola um conjunto de estratégias utilizadas por crianças na aquisição da língua materna; as de aquisição (*acquisition strategies*) parecem ser inconscientes, ao passo que as de aprendizagem tendem a ser conscientes, por tratar-se do acréscimo de uma segunda língua.

Outro fato complicador referente a qualquer discussão sobre estratégias é o grande número delas proposto. Cada autor identifica diferentes tipos, e o leitor tem a impressão de que há uma concorrência entre eles, especialmente na área de ensino de línguas, por proporem cada vez mais diferentes tipos de estratégias. A seguir, tem-se uma amostra dos diversos tipos encontrados na literatura especializada:

Active strategy, acquisitional strategy, assimilation strategies, behavioral strategy, cognitive strategy, communicative strategies, coping strategies, emphatic strategy, experimental strategy, formal strategy, internalization strategy, instructional strategy, invention strategy, learning strategy,

metacognitive strategy, monitoring strategy, parsing strategy, perceptual strategy, planning strategy, practice strategy, problem-solving strategy, semantic strategy, survival strategy, transfer strategy etc.

Prefiro deixar os diferentes tipos sem tradução para o português, pois acho importante antes verificar se toda esta proliferação de terminologia é realmente necessária. Em certos casos, um tipo é sinônimo do outro; em muitos casos, acredito que os diferentes termos propostos tendem a ser vagos, tais como *active strategy*, *emphatic strategy* ou *semantic strategy*.

Stevick (1990) sugere maior precisão no uso do referido termo, para assim evitar o que Baker & Derwing consideram um “desastre terminológico” (apud Stevick, op. cit., p. 143.)

Um exemplo da literatura especializada sobre o treinamento no uso de estratégias em sala de aula (“*strategy training*”) é o trabalho de Oxford et al. (1990). Estes autores relatam seis diferentes experiências com o treinamento de estratégias em diferentes contextos e lugares, tais como no Estado de Israel, Alemanha e Dinamarca. Nos dois primeiros, o inglês faz o papel de segunda língua, e na Dinamarca, a língua-alvo é o meio principal de comunicação. Outras experiências com o treinamento de estratégias em situações de língua estrangeira foram realizadas em três diferentes escolas dos Estados Unidos e em uma da França. Neste trabalho observa-se o uso de “estratégia” ao lado de “técnica”. As palavras *prática*, *memorização* e *treinamento* aparecem em vários momentos no artigo, fato que lembra o período de audiolingualismo, ou behaviorismo, no ensino de línguas na década de 50 e 60.

Vou examinar aqui um dos estudos, qual seja, o caso do ensino de alemão como língua estrangeira em nível universitário nos Estados Unidos. Segundo uma pesquisa realizada nas aulas ministradas por Nyikos (Oxford et al., op. cit.), os alunos norte-americanos de alemão “aprenderam” a aprender pela visualização, levando a cabo tarefas sociais e imitando falantes nativos de diferentes maneiras. O artigo é altamente descritivo, mas não há exemplos concretos, fato que torna o estudo bastante vago. A citação que segue evidencia, a meu ver, este estado de coisas:

As the semester went on, our class decided to compile its strategies into a booklet, which a computer buff then generated with full computer graphics for the benefit of the class. Many of the strategies were admittedly idiosyncratic and thus difficult to understand for anyone who had not heard the individual's explanation: "You had to be there". (p. 206-7)

Oxford (1989) argumenta que a pesquisa na área de treinamento de estratégias é procedente, pois o treinamento explícito em sua utilização ensina os aprendizes a: (i) saber usar novas estratégias; (ii) avaliar a eficiência dos diferentes tipos; (iii) decidir quando é procedente transferir uma determinada estratégia para uma nova situação. Todavia, Vann & Abraham (1990) observam que a pesquisa sobre as estratégias de aprendizagem tem proporcionado resultados conflitantes, com sucesso limitado. Mesmo com as diferenças quanto aos resultados, há várias colocações interessantes. Block (1986), por exemplo, sugere que o uso de estratégias é um fenômeno estável

não ligado às características de uma língua específica. Outra descoberta importante é a de que o trabalho de Vann & Abraham (op. cit.) apresenta dados que refutam a afirmação de que os aprendizes malsucedidos no estudo de línguas estrangeiras são inativos; muito ao contrário, estes aprendizes usam estratégias ativamente, mas aplicam-nas inapropriadamente. Outra questão que precisa ser resolvida é se o "bom" aluno é bom por usar estratégias ou se é porque sabe escolher estratégias que, para ele, são eficientes. O aluno malsucedido na aprendizagem de língua estrangeira não sabe lançar mão de "boas" estratégias.³

Quero terminar este trabalho com a seguinte colocação: um exame da literatura especializada mostra que "estratégia" é confundida com "técnica", "método", "habilidades de estudo" e, também, com "tática". O termo estratégia somente terá utilidade para a LA se for rigorosamente controlada a sua definição. Além disso, os resultados das pesquisas devem ser baseados em dados quantitativos e qualitativos. Um resultado positivo das pesquisas sobre estratégias é a variedade de perguntas levantadas a respeito. Respostas às seguintes questões vão contribuir para os estudos lingüísticos sobre a aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras e também da própria língua materna:

- a) quais fatores motivam os aprendizes a utilizar estratégias?;
- b) as estratégias são comportamentos aprendidos ou parte do comportamento mental do ser humano?;
- c) as estratégias estão ligadas aos conteúdos aprendidos na sala de aula ou são livres na sua utilização?

SCHMITZ, J. R. The term *strategy*: a useful concept for applied linguistics? *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 211-217 , 1994.

- *ABSTRACT: The term strategy is used in the applied linguistics literature in certain cases somewhat carelessly. For some researchers the term refers to a technique, for others to a method, and for others still, to study skills or cognitive style. Another problem is also the plethora of strategies proposed without rigour in determining the differences underlying communication strategies, learning strategies, acquisition strategies and teaching strategies. In spite of these problems, learning strategy research is quite promising for the explicit training in the use of strategies teaches potential learners to: (i) know how to use new strategies, (ii) identify the effectiveness of possible strategies, and (iii) decide when to transfer a given strategy to a different situation.*
- *KEYWORDS: Strategy; technique; cognitive style; study skills; process; analytic strategy; gestalt strategy.*

3. Existem várias dissertações de mestrado sobre o tema de estratégia, como E. V. X. de Moura. *Uso de estratégias e níveis de rendimento e proficiência na sala de aula de língua estrangeira*. Assis, 1992. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual Paulista; e C. M. C. Jouet-Pastré. *Análise de produção da fala: estudo de caso de aprendizes brasileiros de francês de nível universitário*. Campinas, 1993. (Dissertação de Lingüística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.

Referências bibliográficas

- 1 BAKER, W. J., DERWING, B. R. Response coincidence analysis as evidence for language acquisition strategies. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 3, p. 193-222, 1982.
- 2 BEVER, T. G. The cognitive basis for linguistic structures. In: HAYES, J. R. (Org.) *Cognition and the development of language*. New York: John Wiley and Sons, 1970.
- 3 BIALYSTOCK, E. The compatibility of teaching and learning strategies. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 6, n. 3, p. 255-62, 1985.
- 4 BLOCK, E. The comprehension strategies of second language readers. *TESOL Quarterly*, Washington, v. 20, n. 3, p. 463-94, sept., 1986.
- 5 DUBIN, F., OLHSTAIN, E. *Course design*: developing programs and materials for language learning. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- 6 EHRMAN, M., OXFORD, R. Effects of sex differences, career choice and psychological type on adult language learning strategies. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 6, n. 3, p. 255-62, 1988.
- 7 FAERCH, C., KASPER, E. G. *Strategies in interlanguage*. New York: Longman 1983.
- 8 GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- 9 HAVERKATE, H. Strategies in linguistics action. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 7, p. 637-56, 1983.
- 10 KEEFE, J. W. Learning style: an overview. In: KEEFE, J. W. (Org.) *Student learning styles: diagnosing and prescribing progress*. Reston: National Association of Secondary School Principles, 1979.
- 11 MILLER, G. A. et al. *Plans and the structure of behavior*. New York: Longman, 1960.
- 12 OMAGGIO, A. *Teaching language in context*: proficiency-orientated instruction. Boston: Heinle and Heinle Publishers, 1986.
- 13 OXFORD, R. Use of language learning strategies: a synthesis of studies with implications for strategy training. *Sistem*, Elmsford, NY, v. 17, n. 2, p. 235-47, 1989.
- 14 OXFORD, R. et al. Strategy training for language learners: six situational case studies and a training model. *Foreign Language Annals*, Hudson, NY, v. 22, n. 3, p. 197-216, 1990.
- 15 PAIVIO, A. Strategies in language learning. In: PRESSLEY, M., LEVIN, J. R. (Org.) *Cognitive strategy research: educational applications*. New York: Springer-Verlag, 1983.
- 16 PETERS, A. M. Language learning strategies: does the whole equal the sum of the parts? *Language*, Baltimore, v. 53, n. 3, 560-73, 1977.
- 17 REID, J. M., The learning style preferences of ESL students. *TESOL Quarterly*, Washington, v. 21, n. 1, p. 87-111, mar. 1987.
- 18 REISS, M. Helping the unsuccessful learner. *Modern language journal*, Madison, v. 65, p. 121-28, 1981.
- 19 STEVICK, E. W. Research on what?: some terminology. *Modern language Journal*, Madison, v. 74, p. 143-53, 1990.
- 20 VANN, R. J., ABRAHAM, R. G. Strategies of unsuccessful language learners. *TESOL Quarterly*, Washington, v. 24, n. 2, p. 177-98, 1990.
- 21 WEXLER, K., CULICOVER, P. W. *Formal principles of language acquisition*. Cambridge: MIT Press, 1980.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Análise sintática, p.97
Adjetivos, p.75
Advérbios, p.75
Caso semântico, p.155
Ciências de cultura, p.11
Coerência, p.145
Coesão, p.145
Conhecimento prévio, p.191
Contexto social, p.19
Definição de uma língua, p.11
Deslizamento, p.129
Discurso, p.19
cenário discursivo, p.37
componente discursivo, p.75
figura-fundo, p.37
relações discursivas, p.57
relevo discursivo, p.37
Enunciação, p.11
Estemas, p.97
Estilo:
estilo cognitivo, p.211
estilo radiofônico, p.145
Estratégia, p.211
estratégia analítica, p.211
estratégia gestáltica, p.211
Figura-fundo, p.37
Formalismo, p.19, 109
Frase:
frase ativa, p.155
frase ativo-processiva, p.155
frase derivada, p.155
frase primitiva, p.155
frase processiva, p.155
tópico-comentário, p.37
Funcionalismo, p.11, 19, 97, 109
Funções:
função lingüística, p.11
funções da linguagem, p.109, 129
funções gramaticais, p.97
funções sintáticas, p.37, 57
Gramática funcional, p.37, 109
Hábitos de estudo, p.211
Imperfeito, p.57
Inferência lexical, p.191
Leitura, p.129
Léxico, p.181
inferência lexical, p.191
Língua falada, p.75
Linguagem radiofônica, p.145
Lingüística:
história recente, p.19
lingüística formal, p.19, 37, 109
lingüística funcional, p.11, 19, 37, 97,
109
objeto da lingüística, p.19
Modelos:
estruturalismo, p.19
gerativismo, p.165
de Dik, p.109
de Halliday, p.109
modelo martinetiano, p.97
modelo tesnièriano, p.97
Oração relativa, p.165

- Ordem de palavras, p.37
 - ordem SV(O), p.37
 - ordem VS, p.37
- Palavras-chave, p.191
- Paradigmas:
 - paradigma formal, p.19, 109
 - paradigma funcional, p.19, 109
- Perfeito, p.57
- Pertinência da comunicação, p.11
- Pistas contextuais, p.191
- Pragmática, p.11, 37
- Predicação
 - predicação e discurso, p.75
 - predicação e semântica, p.75
 - predicação e sintaxe, p.75
- Processos sintáticos, p.155
- Projeto NURC, p.75
- Projeto de Gramática do Português
 - Falado, p.75
- Realidade sociocultural, p.181
- Referencialização, p.129
- Relações discursivas, p.57
- Relativizador, p.165
- Semântica, p. 165
 - caso semântico, p.155
 - componente semântico, p.75
- Sintaxe, p. 165
 - análise sintática, p.97
- componente sintático, p.75
- processos sintáticos, p.155
- sintaxe funcional, p.97
- visualização das relações sintáticas, p.97
- Sistema lingüístico, p.19
- Sociolingüística, p.11
- Técnicas de ensino/aprendizado, p.211
- Tempos verbais:
 - imperfeito, p.57
 - perfeito, p.57
- Teoria lingüística, p.19
 - lingüística formal, p.19, 37, 109
 - lingüística funcional, p.11, 19, 37, 97, 109
- Texto:
 - leitura de texto, p.129
 - produção de texto, p.129
 - texto radiofônico, p.145
 - texto técnico, p.191
- Textualidade, p. 145
 - coerência, p.145
 - coesão, p.145
- Tópico-comentário, p.37
- Transitividade, p.37
 - transitividade: parâmetros, p.37,57
- Visualização das relações sintáticas, p.97
 - estemas, p.97

INDEX OF SUBJECTS

- Active sentence, p.145
Active-processive sentence, p.145
Adjectives, p.75
Adverbs, p.75
Analytic strategy, p.211
Atelic, p.57
Cognitive style, p.211
Coherence, p.145
Cohesion, p.145
Comment, p.37
Communicative relevance, p.11
Contextual clues, p.191
Culture sciences, p.11
Definition of a language, p.11
Derivative sentence, p.155
Dik's model, p.109
Discourse, p.19
 background, p.37
 discourse components, p.75
 discourse relations, p.57
 discourse relevance, p.37
 foreground, p.37
 grounding, p.37
Enunciation, p.11
Formal paradigm, p.11, 19, 109
Formalism, p.19, 109
Functional grammar, p.75, 109
Functional paradigm, p.75, 109
Functional syntax, p.97
Functionalism, p.11, 19, 97, 109
Functions
 grammatical functions, p.97
 language functions, p.109, 129
 linguistic functions, p.11
 syntactic functions, p.37
Generative grammar, p.165
Gestalt strategy, p.211
Glissade, p.129
Grammatical functions, p.97
Grounding, p.37
Halliday's model, p.109
Keywords, p.191
Language functions, p.109, 129
Lexical inference, p.191
Lexis, p.181
Linguistic function, p.11
Linguistic system, p.19
Linguistic theory, p.19
Linguistics
 formal linguistics, p.19, 37, 109
 functional linguistics, p.11, 19, 37, 97,
 109
 its object, p.19
 recent history, p.19
 Martinet's model, p.97
Models
 Dik's, p.109
 generativism, p.165
 Halliday's, p.109
 Martinet's, p.97

- structuralism, p.19
- Tesnière's, p.97
- NURC Project, p.75
- Original sentence, p.155
- Past tense, p.57
- Processive sentence, p.155
- Pragmatics, p.11
- Predication, p.75
 - predication and discourse, p.75
 - predication and semantics, p.75
 - predication and syntax, p.75
- Previous knowledge, p.191
- Process, p.211
- Processive sentence, p.155
- Radio language, p.145
- Radio style, p.145
- Radio text, p.145
- Reference, p.129
- Relative clause, p.165
- Relativizer, p.165
- Semantic case, p.155
- Semantics, p.165
 - semantic component, p.75
- Sentence
 - active sentence, p.155
 - active-processive sentence, p.155
 - derivative sentence, p.155
 - primitive sentence, p.155
 - processive sentence, p.155
 - SV(O) order, p.37
 - topic-comment, p.37
 - VS order, p.37
- Social context, p.19
- Sociocultural reality, p.181
- Sociolinguistics, p.11
- Speech, p.19
- Spoken language, p.75
- Spoken Portuguese Grammar Project, p.75
- Stemma, p.97
- Strategy, p.211
 - analytic strategy, p.211
 - gestalt strategy, p.211
- Study skills, p.211
- Style
 - broadcasting style, p.145
 - cognitive style, p.211
- Syntax, p.165
 - functional syntax, p.97
 - syntactic analysis, p.97
 - syntactic component, p.75
 - syntactic process, p.155
 - visualization of the syntactic relations, p.97
- Technical text, p.191
- Technique, p.211
- Telic, p.57
- Tesnière's model, p.97
- Text
 - radio text, p.145
 - text production, p.129
 - text reading, p.125
- Texture, p.145
 - coherence, p.145
 - cohesion, p.145
- Topic, p.37
- Transitivity, p.37
 - transitivity parameters, p.57
- Verbal tenses:
 - imperfect, p.57
 - perfect, p.57
- Visualization of the syntactic relations, p.97
- stemmas, p.97

ÍNDICE DE AUTORES
INDEX OF AUTHORS

- | | |
|---------------------------------|------------------------------|
| CABELLO, A. R. G., p.145 | LONGO, B. N. de O., p.165 |
| CAMACHO, R. G., p.19 | MARTINET, A., p.11 |
| CAMPOS, O. G. L. A. de S., p.57 | MICHELIN, R. C., p.165 |
| CASTILHO, A. T. de, p.75 | NEVES, M. H. de M., p.109 |
| CORRÊA, M. L. G., p.129 | PEZATTI, E. G., p.37 |
| GALEMBECK, P. de T., p.57 | SCHMITZ, J. R., p.211 |
| HOYOS-ANDRADE, R. E., p.97 | SOUZA, L. R. F. de, p.165 |
| IGNÁCIO, S. E., p.155 | SOUZA, M. H. G. M. de, p.191 |
| ISQUERDO, A. N., p.181 | |

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A ALFA – *Revista de Lingüística* – publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e no exterior nos quatro últimos anos. Cada volume terá um tema central que reúna trabalhos voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista. Cabe à Comissão Editorial julgar os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgar necessárias.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial quatro cópias do trabalho impresso por computador, apresentadas em laudas de 30 linhas, 70 toques e espaço 1,5, com uma extensão máxima de 30 páginas. Recomenda-se o uso do programa editor Word for Windows. Num segundo momento, depois da análise dos trabalhos pela Comissão Editorial e depois de introduzidas as eventuais modificações, os autores remeterão, além do texto em disquete, duas cópias impressas do mesmo.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Titulo; Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica* do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade-sigla, CEP, Cidade, Estado, País); *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (com até sete palavras retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto; Agradecimentos; Abstract e Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência Bibliográfica do próprio artigo); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto); *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas não referenciadas no texto).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispos- tas em ordem alfabética pelo sobrenome do pri- meiro autor, e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

- Livros e outras monografias
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.
- Capítulos de livros
JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.
- Dissertações e teses
BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Moraes (1955) assinala..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p (Mumford, 1949, p. 513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçojamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadram nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

1. Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* junto à Comissão Editorial da Revista.

**OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS
PELA EDITORA UNESP**

Alimentos e Nutrição (anual)
ARTEunesp – Revista de Artes (anual)
Ciências Biomédicas (anual)
Ciências Farmacêuticas (anual)
Científica – Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Geociências (semestral)
Geografia (anual)
História (anual)
Letras (anual)
Matemática e Estatística (anual)
Naturalia (anual)
Odontologia (semestral)
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORIA UNESP

Av. Rio Branco, 1210
01206-904 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (011) 223-9560

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Sidnei Simonelli (Gerente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Maria Eugênia de Bittencourt Régis (Preparação de Original)

Nelson Luis Barbosa (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva (Supervisão)

Joselito Ramos de Oliveira (Diagramação)

Projeto Visual

Lourdes Guacira da Silva

Ilustração da Capa

Marco Augusto Ospina – *Flor*, 1946

(Óleo, Museu de Arte Moderna, Bogotá)